Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 30 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.599
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Gabriel Quintanilha, advogado tributarista, defende que o PLP 68/2024 seja lapidado no Congresso. **Página 5**



MULHERES, MÃES E MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho feminino e as lutas por igualdade; legislações e desafios. Por Arthur Martins, **página 4**



ALEMANHA NO BANCO DOS RÉUS

Decisão do CIJ pode abrir novo caminho que contribua para fim da guerra em Gaza. Por Marcos de Oliveira, **página 3**

MP para baratear luz deveria banir contratação de térmicas

Idec defende retirar emendas 'jabuti' das obrigações

O Instituto de Defesa de Consumidores (Idec) enviou contribuições a diversos parlamentares na última semana sugerindo emendas à Medida Provisória 1.212/24 do Governo Federal, que trata de ações que visam redução de tarifas da conta de energia e da ampliação do prazo para a entrada em operação de determinadas usinas renováveis, garantindo-se a concessão de subsídios a esses empreendimentos.

No texto, o Instituto aponta como medida importante a ser incluída na MP a retirada da obrigatoriedade da contratação de térmicas a gás fóssil, prevista na Lei de Privatização da Eletrobras, que tornarão a conta de luz mais cara, e trarão prejuízos para a saúde do consumidor e para o meio ambiente.

O Instituto tem desde o ano passado uma campanha que pede a alteração da Lei de privatização da Eletrobras, que teve incluída entre suas medidas a construção de novas termelétricas a gás fóssil, as "térmicas-jabuti". Essa inclusão foi colocada no projeto sem ter relação clara com o objeto da lei – por isso se chama de "jabuti" – e representa um grande retrocesso para o país. Com essas usinas, a produção de eletricidade vai ficar mais poluente e mais cara, com consequências desastrosas para o meio ambiente, para a economia e para a saúde e bolso da população.

Segundo estudo encomendado pelo Idec, essas térmicas previstas provocarão um aumento da tarifa de energia de forma gradual, que pode alcançar 12,5% no ano de 2030, além de ocasionar um aumento de emissões acumuladas (entre 2022 e 2036) do setor elétrico brasileiro em cerca de 53%.

Liu Yanan/Xinhua



Repressão tem efeito contrário e protestos estudantis crescem nos EUA e outros países

Centenas de estudantes da Universidade de Chicago montaram um acampamento no centro do campus nesta segunda-feira, juntando-se a grupos em mais de 100 campi universitários nos Estados Unidos em apoio aos palestinos. Os protestos estudantis nos EUA continuam, com mais de 270 prisões no fim de semana.

Outras universidades em Illinois também montaram acampamentos nos últimos dias, incluindo a Northwestern University (25) e a Universidade de Illinois Urbana-Champaign (26). Os estudantes apelaram às universidades para que desinvestissem em empresas que fazem negócios com Israel ou fabricam armas.

A violenta repressão policial aos movimentos dos universitários teve efeito contrário aos que pretendiam censurar os estudantes. Os protestos estudantis se espalham pelos EUA e chegaram ao menos a quatro outros países.

Nesta segunda-feira, a polícia evacuou dezenas de estudantes instalados em tendas instaladas no pátio da Sorbonne, universidade parisiense. Outras operações estão sendo preparadas ou em curso em vários estabelecimentos de ensino superior em França.

Nos Estados Unidos, da costa leste à oeste, os manifestantes não mostraram sinais de recuo, com mais de 270 pessoas presas no fim de semana. Os protestos estudantis pró-palestinos continuam a agitar os campi universitários nos EUA. Mais de 900 detenções foram feitas em todo o país desde que a polícia de Nova York prendeu mais de 100 manifestantes na Universidade de Columbia, em 18 de abril.

Sob pressão, a Portland State University, no estado de Oregon, anunciou que interromperá o recebimento de presentes e subsídios da Boeing Company em meio a protestos na universidade. A empresa afirma em seu site que as Forças de Defesa de Israel operam atualmente nove produtos Boeing diferentes e que a companhia contribui com US$ 3,5 bilhões para a economia israelense.

Câmara debate novo projeto 'motosserra' de Milei

A sessão plenária da Câmara dos Deputados da Argentina começou nesta segunda-feira a discutir o projeto de lei enviado pelo governo do presidente Javier Milei sobre modificações nos setores econômico, financeiro, trabalhista e social.

O projeto denominado "Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos" já havia sido apresentado inicialmente com mais de 660 artigos e é conhecido como Lei Omnibus, pela sua abrangência. Sem apoio do Congresso para aprovação, o Executivo o retirou o projeto e enviou uma versão mais "enxuta".

A nova proposta é composta por 232 artigos, e entre as mudanças mais importantes em relação à versão anterior está a retirada do Banco de La Nación da lista de empresas públicas que podem ser privatizadas. Segundo a imprensa local, "a lista de empresas que poderiam ser privatizadas, uma das questões que suscitava maiores conflitos, foi drasticamente reduzida".

Somente Aerolíneas Argentinas, Energía Argentina, Radio y Televisión e Intercargo (logística aeroportuária) poderão ser vendidas integralmente. Parcialmente, porém, podem ser privatizadas ou concedidas em concessão à AySA (água), Correo Oficial, Belgrano Cargas, Sociedad Operadora Ferroviaria (trens) e Corredores Viales (rodovias).

Enquanto isso, a Nucleoeléctrica Argentina Sociedad Anónima (energia) e a Yacimientos Carboniferous Río Turbio (carvão) poderão organizar um programa de copropriedade ou incorporar a participação de capital privado, porém o Estado deverá manter o controle ou a participação majoritária.

"O projeto entrou na Câmara com as garantias de que conseguirá a aprovação no geral, mas irá lidar com polêmicas e decisões artigo a artigo". Se a iniciativa for aprovada, deverá ser tratada pelo Senado.

A proposta declara emergência pública em questões administrativas, econômicas, financeiras e energéticas por um ano, além de delegar poderes legislativos ao Executivo.

O governo, no entanto, deve reportar todos os meses e detalhadamente ao Congresso sobre os poderes delegados e os resultados obtidos.

Comércio carioca alcança crescimento no 1º trimestre

O comércio carioca registrou aumento de 0,4% no primeiro trimestre de 2024, após duas quedas sucessivas no mesmo período de 2022 (-1,3%) e de 2023 (-1%), de acordo com dados do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município (SindilojasRio). Alguns segmentos subiram acima desta média, como confecções, tecidos e calçados, que cresceram, aproximadamente, 1%.

Essas variações, em padrões supostamente baixos, refletem a letargia da economia fluminense em puxar a economia nacional, considerando que nem todas as atividades comerciais revelaram aumento de vendas, na avaliação das entidades.

"Apesar da recuperação, alguns segmentos não conseguiram fechar o primeiro trimestre de 2024 no azul. Uma parcela significativa dessas estimativas está associada à movimentação do sistema de crédito e, por extensão, com o endividamento crescente das famílias. As pessoas utilizam massivamente o cartão de crédito, considerado o maior vilão do endividamento, principalmente por seus juros elevados", explica Aldo Gonçalves, presidente do CDLRio e do SindilojasRio.

"Felizmente", prossegue Aldo, "o processo de queda da Selic e dos juros tende a reduzir parcelas e o comprometimento do orçamento. A expectativa é que essa melhora contribua para impulsionar as vendas." **Página 4**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1117
Dólar Turismo	R$ 5,3210
Euro	R$ 5,4806
Iuan	R$ 0,7070
Ouro (gr)	R$ 384,29

ÍNDICES

IGP-M	0,31% (abril)
	-0,47% (março)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Em 2024, 94 anos de 3 grandes brasileiros (FHC, Conceição, Sarney)

Por Maurício Dias David

Este ano de 2024, cumprem seus 94 anos de existência três grandes brasileiros: Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso e José Sarney. Os três grandes vultos de nossa história dispensam apresentação, mas como fui grande amigo e próximo companheiro de viagem de dois deles (Fernando Henrique e Conceição) e reconhecido ao terceiro (José Sarney) por seu alinhamento, a partir de meados dos anos 80, com o movimento pela redemocratização do Brasil, gostaria de mencionar rapidamente 3 passagens da minha convivência – mais próxima em alguns casos, mais à distância em outro, com eles.

Fernando Henrique é o intelectual modelo para a minha geração. Comecei a ter contato com a sua obra ainda nos bancos universitários (apesar do Rio de Janeiro – onde eu vivia – e São Paulo – onde o carioca transviado Fernando Henrique se fixara – serem dois continentes separados pela Ponte Aérea).

Ainda fosse pouco, minha vida universitária começou justamente em um período em que o Fernando Henrique partira para um autoexílio em Santiago do Chile, primeiro, e em Paris, a seguir. Fernando retornou ao Brasil em 68, e nossos caminhos se cruzaram; ele chegava para prestar as provas para o concurso de professor-titular na USP, e eu, que recém começava o terceiro ano dos estudos de Economia no Rio, acompanhei à distância a repercussão do seu concurso para professor da USP.

A seguir, veio a consolidação do arbítrio no Brasil com o AI-5 em dezembro de 68, que levou a nossa cassação. A do Fernando como professor da USP, a minha como a primeira aplicação do famigerado Decreto-lei 477, que expulsava líderes estudantis das Universidades e os punia com a exclusão, por três anos, de frequentar estabelecimentos de ensino superior no Brasil (não se espantem, foi assim mesmo...).

Vi-me obrigado a partir para o exílio, no Chile, e só vim a encontrar o Fernando Henrique em Cambridge, na Inglaterra, em 1976, quando ele estava chegando para um período como professor-visitante na famosa universidade, e cruzei com ele ao participarmos em conjunto em seminário internacional que ali se realizava (o Fernando já como estrela reconhecida no âmbito internacional, eu como simples enviado pelo equivalente ao CNPq sueco para participar do seminário).

Acredito que posso dizer que foi amor à primeira vista, eu já de baba-ovo do FHC seguindo-o por toda parte e clamando aos seus ouvidos sobre a necessidade de organizarmos um partido social-democrata no Brasil nos moldes da social-democracia sueca – que substituíra nos meus sonhos juvenis a utopia desfeita do comunismo.

Fernando Henrique me ouvia pacientemente, talvez até com simpatia por aquele representante ousado de um modelo social-democrata que ninguém sabia exatamente o que era, e de olho, talvez, em um apoio do poderoso partido social-democrata sueco às conversas embrionárias no Brasil de reorganização da oposição à ditadura militar.

A partir daí, e com meu retorno ao Brasil com a Anistia em 1979, nossos caminhos políticos se cruzaram novamente. Quando fui cassado no BNDES, em 1980, o Fernando Henrique se ofereceu para fazer gestões junto à Cepal, no Chile, através do seu secretário-executivo, Enrique Iglesias, para saber se eu poderia eventualmente ir trabalhar na Cepal, o que parecia totalmente inviável porque eu fora expulso daquele país logo após o golpe contra o presidente Allende, com decreto de expulsão publicado no *Diário Oficial* daquele país e tudo mais.

O Fernando Henrique não desistiu. Em havendo a proibição, pelo SNI, para que fosse sequer cogitado para trabalhar no setor público, ele me disse que tinha relações com o presidente de uma das grandes empresas privadas do Brasil – a Alpargatas – e que este lhe havia pedido que indicasse nomes para trabalhar na Alpargatas (um sinal, possivelmente, de mudanças na posição da burguesia empresarial antevendo que algo mudaria no cenário político brasileiro em breve).

Mas, neste meio tempo, minha esposa Beatriz, com apoio da Conceição, havia sido indicada para o Ipea, e tudo o que menos queríamos era estar separados, um em cada lado dos continentes Rio e São Paulo...

Depois disto, fui dos fundadores do PSDB, junto com o FHC, o Mário Covas, o Franco Montoro, integrando junto com ele – Fernando Henrique – o seu Diretório Nacional e sendo primeiro presidente da sua fundação de estudos políticos e econômicos, a Fundação Teotônio Vilela.

Quando Fernando Henrique foi eleito presidente da República, em 1994, eu estava vivendo um segundo exílio – desta vez em Paris. Quando retornei ao Brasil, no ano seguinte, fui trabalhar em Brasília como um dos diretores do Ministério da Administração, a convite do ministro Bresser Pereira, que levou o meu nome à aprovação do Fernando Henrique. O resto é história, que um dia contarei com mais calma, se oportunidade e disposição tiver...

Quanto à brasileiríssima Conceição (ou a Ceiça, como a chamávamos os amigos mais íntimos), a mais brasileira dos portugueses vivendo no Brasil, fui, além de seu admirador, um colaborador quando ela abraçou, com o entusiasmo de sempre, a tarefa de presidir o Ierj – o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro.

A Conceição é uma locomotiva, ou melhor, um vulcão despejando lava por todos os cantos e tomou a tarefa de tocar o Ierj na diretoria que assumiu após a gestão do nosso querido Pedro Malan – pasmem, o Malan e a Conceição, além de amigos, eram, nesta época, aliados políticos muito próximos, com o projeto de tornar o Ierj um poderoso instrumento de crítica à política econômica da ditadura, batendo duro no Delfim e seus boys que pululavam nos corredores de Brasília.

A Conceição me chamou para colaborar em sua gestão no Instituto junto ao Eduardo Augusto, seu vice. Nesta ocasião, sugeri que publicássemos um livro de debates sobre a economia política da crise – exatamente com este título – que veio à luz em plena crise da dívida e que teve muitas reedições.

Sempre adorei o lado vulcânico da Ceiça e acho que ela ainda será reconhecida não somente pela sua combatividade, mas também por suas contribuições teóricas nos estudos da economia brasileira. Gosto muito de contar uma história passada com o Simonsen, outro grande economista brasileiro.

Quando o mandato da Conceição à frente do Ierj terminou, o convidado a ficar a frente do Ierj foi outro grande economista brasileiro, Antonio Barros de Castro, outro grande amigo meu juntamente com sua esposa Ana Célia (minha companheira de movimento estudantil). O desaparecimento precoce do Castro – um intelectual excepcional – muita faz ao pensamento econômico brasileiro.

Quando foi convidado a presidir o Ierj, o Castro me procurou e me disse o seguinte: "Mauricio, só vou aceitar a indicação se você aceitar o convite meu para ser o meu vice". Intimado por um grande amigo como o era o Castro, aceitei de pronto. Pois uma das ideias-chave do Castro era que o Ierj liderasse um grande ciclo de debates sobre a economia brasileira.

Isto posto, começamos a discutir como poderia ser este ciclo. Uma das ideias centrais seria convidar o Simonsen para falar sobre a inflação, um dos grandes problemas que o Brasil enfrentava. Gostei da proposta do Castro e a endossei de imediato.

Pois bem, o Castro agendou uma conversa com o Simonsen, ocasião em que faria o convite, e me convidou para acompanhá-lo na visita. Lá fomos nós conversar com o Mário Henrique. Ocasião quase que solene, depois dos rapapés iniciais, o Castro apresentou a ideia ao ex-ministro, que pareceu gostar muito... Em certo momento, Simonsen perguntou ao Castro: e quem mais você estaria pensando em convidar para integrar a mesa? O Castro, democrata radical, falou sem titubear: estou pensando na Conceição…

Os olhos do Simonsen se reviraram, num espasmo: "Mas Castro, nem pensar... A gente vai começar a discutir, o tom de voz vai se alçar, haverá uma gritaria, daí a pouco ninguém saberá quem é a Maria e quem é o Mário". E deu a conversa por encerrada...

Quanto ao Sarney, o que posso dizer é que também fui "envenenado" pelo ódio raivoso ao velho político que parecia ser um usurpador... Mas o que posso dizer é que ele foi sempre um político generoso e conciliador, ao estilo dos velhos políticos nordestinos. Acho que o Tancredo entendeu isto bem, e por isto o aceitou, com a sua cordialidade mineira, como vice em sua chapa da redemocratização brasileira.

Estive uma única vez com o Sarney, por insistência de um seu afilhado político, o jornalista também maranhense Napoleão Sabóia, que conheci em Paris. O Napô, como o chamávamos, se tornou grande amigo meu e, com grande insistência, praticamente me exigiu que o procurasse em Brasília, quando do meu retorno ao Brasil.

Tanto o Napô insistiu que acabei pedindo uma entrevista com o Sarney que, nesta época, já havia deixado a Presidência da República, assumindo então a Presidência do Senado. Lá chego eu, todo encabulado no gabinete do Sarney. Ele me recebeu com grande cordialidade, conversamos algumas abobrinhas.

Lá no gabinete estavam também, na ocasião, algumas senhoras vetustas, destas que pululam pelos gabinetes em Brasília. Vi, entre espantado e admirado, a maneira como agradeciam algo ao senador, ex-presidente da República e presidente do Senado. Pareceu-me uma cena do filme do Francis Ford Coppola, *The Godfather* (sempre amaldiçoei o desgraçado que traduziu *The Godfather* por *O Poderoso Chefão*, acho que só pode ser coisa de um tarado que deveria ser condenado à guilhotina...).

Vi que o Sarney era venerado por aquelas senhoras, sibilinamente até pensei que haviam sido amantes de algum senador amigo do Sarney (ou do próprio Sarney)…

De todos modos, vi que ele era um homem que fazia política pelo lado do bem, pensando no bem. Depois que vejo um presidente da República recomendando aos seus ministros que leiam menos livros (como o fez o semialfabetizado Lula este semana...) me deu uma saudade imensa do Fernando Henrique. E também do Sarney, um literato que subestimo, mas que aprendi a respeitar.

Bem, já enchi demais o saco de todos vocês, meus cinco ou seis leitores... Concluo apenas dizendo: feliz o país que pode festejar os 94 anos de Fernando Henrique Cardoso, de Maria da Conceição Tavares, de José Sarney! Eles me dão a esperança de que podemos sonhar com um Brasil melhor, mais humano e mais justo!

Que assim seja…

Maurício Dias David é economista.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Alemanha no banco dos réus do Tribunal Internacional

Nesta terça-feira, o Tribunal Internacional de Justiça (CIJ, Corte Internacional de Justiça) dará sua decisão sobre o pedido feito pela Nicarágua contra a Alemanha por conta do genocídio em Gaza. A acusação é que os alemães violam obrigações decorrentes da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, as Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais.

A Nicarágua pede imediata suspensão da ajuda militar e exportação de armas para Israel; garantia de que o equipamento militar já entregue pela Alemanha aos israelenses não será usado de forma a desrespeitar as convenções citadas; e a volta do financiamento alemão à UNRWA (agência da ONU para os palestinos).

No ano passado, o fornecimento de armas da Alemanha a Israel passou de € 326 milhões, o que equivale a mais de um quarto das importações militares israelenses.

A ofensiva nicaraguense no Tribunal Internacional tenta levantar uma alternativa para que as decisões da própria CIJ e do Conselho de Segurança da ONU, determinando o fim do genocídio em Gaza, tenham consequências. Israel ignorou sem pudor as determinações.

1º de Maio unificado

Pelo sexto ano consecutivo, as centrais sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB Intersindical Central da Classe Trabalhadora e Pública fazem o ato político Nacional do Dia do Trabalhador de forma unificada. Neste ano, o 1º de Maio será no Estacionamento Oeste da Neo Química Arena, Estádio do Corinthians, a partir das 10h.

Reforça contra golpe bancário

O Itaú Unibanco segue passos de outras instituições e anuncia a implementação da Protect Call, uma solução projetada para interromper chamadas de falsas centrais de atendimento. Essa tecnologia detecta tentativas de golpe durante uma ligação e exibe um aviso na tela do celular do usuário, com o logotipo e as cores do Itaú, interrompendo a chamada imediatamente.

A taxa de detecção de crimes do Itaú está, atualmente, em 80%; ou seja, 20% de golpes não são detectados. Por enquanto, quem tem celular da Apple fica fora da proteção. O banco promete lançar solução compatível em breve.

Para ativar Android, é preciso ter instalado no celular algum app da Comunidade DialMyApp, como as operadoras Claro, Tim, Oi ou Algar, acessá-lo e conceder as permissões requeridas pelo app.

Petróleo segue em baixa

Os preços do petróleo voltaram a cair nesta segunda-feira. O contrato do WTI diminuiu 1,45%, para fechar em US$ 82,63 por barril na Bolsa Mercantil de Nova York. O tipo Brent para entrega em junho caiu 1,23%, para US$ 88,40 na London ICE Futures Exchange.

O dólar também deu uma aliviada no Brasil nos últimos dias. Mas os importadores e a mídia, que clamam por aumentos dos preços dos combustíveis no Brasil se calam sobre esses 2 fatores.

Rápidas

O ex-ministro e ex-secretário-geral da Unctad Rubens Ricupero lançará em junho livro de memórias *** O cantor, compositor e intérprete Paulo Luiz apresenta o projeto *Ecos do São Carlos – Apresentação Musical de Paulo Luiz*, comemorando o Dia do Trabalhador, com entrada gratuita, na quadra da Escola de Samba da Estácio de Sá, a partir das 15h.

Déficit primário recua 79,3% em março

Aumento das receitas contribuiu para a redução

O aumento das receitas fez o déficit primário cair em março de 2024. O Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) registrou resultado negativo de R$ 1,527 bilhão, contra déficit de R$ 7,083 bilhões em relação ao mesmo mês de 2023, queda de 79,3% além da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

"Comparado a março de 2023, o resultado primário observado decorre da combinação de aumento real de 8,3% (R$ 12,6 bilhões) da receita líquida e aumento real de 4,3% (R$ 6,8 bilhões) das despesas totais", informou o Tesouro Nacional, em seu relatório divulgado nesta segunda-feira.

O resultado de março passado veio melhor do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 5,1 bilhões.

Segundo a Agência Brasil, nos três primeiros meses do ano, o Governo Central registra superávit primário de R$ 19,431 bilhões, valor 39,8% menor que o obtido no mesmo período do ano passado, descontado o IPCA, quando foi R$ 31,208 bilhões. As contas do governo ainda registram superávit em 2024 por causa do resultado positivo recorde de R$ 79,337 bilhões em janeiro, já que em fevereiro o resultado negativo foi recorde com a antecipação de R$ 30,1 bilhões de pagamentos de precatórios.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto para cima ou para baixo, para o Governo Central.

O último Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado no fim de março, projetou déficit primário de R$ 9,3 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do PIB. Para cumprir a meta fiscal, o governo bloqueou R$ 2,9 bilhões do Orçamento e manteve a estimativa de arrecadar R$ 168 bilhões em receitas extras em 2024.

Receitas

No último mês, as receitas líquidas subiram 12,6% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 8,3%. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 9,9% em março na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação. Um dos destaques foi o aumento de R$ 2,6 bilhões do PIS/Pasep e de R$ 4,3 bilhões da Cofins, decorrente da recomposição de tributos sobre os combustíveis e da recuperação da economia.

Ainda contribuiu para o resultado o aumento de R$ 4,6 bilhões na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

Também houve elevação de R$ 1,9 bilhão no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), decorrente da variação positiva na produção industrial e da redução nominal das compensações tributárias; e crescimento de R$ 3,7 bilhões de arrecadação líquida para a Previdência, fruto da combinação dos aumentos da massa salarial, da criação de empregos formais e da arrecadação do Simples Nacional.

As receitas não administradas pela Receita Federal subiram 3,3% acima da inflação na mesma comparação. A maior alta foi provocada pelo pagamento de dividendos de R$ 3,7 bilhões da Caixa e da Petrobras ao Tesouro Nacional, que não pagaram rendimentos em março de 2023. No entanto, o crescimento de receita foi parcialmente compensado pela queda de R$ 2,7 bilhões em Demais Receitas.

No mês passado, as despesas totais subiram 8,4% em valores nominais e 4,3% após descontar a inflação. Turbinadas por gastos com saúde, as despesas obrigatórias com controle de fluxo subiram R$ 1,2 bilhões acima da inflação em março na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Ainda tiveram alta gastos com a Previdência Social (R$ 4,1 bilhões) e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (R$ 1,4 bilhão), reflexo do aumento no número de beneficiários e da política de valorização real do salário mínimo.

Entretanto, as elevações de despesa foram contrabalanceadas pela redução de R$ 1,9 bilhão em pagamentos para abono e seguro-desemprego, que decorre da alteração do cronograma de pagamento do abono em 2024.

DIA DO TRABALHADOR

Comunicamos aos leitores, Agências de Publicidade e anunciantes como será a circulação do Monitor Mercantil neste período.

FECHAMENTO DE PUBLICIDADE
30 de abril (terça-feira) até as 18h.
DATAS DE CAPA
1º e 2 de maio de 2024
Edição única

E-mail: publicidade@monitormercantil.com.br / Tel.: (21) 3849-6444

Viver Incorporadora e Construtora S.A.
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 67.571.414/0001-41 - NIRE 35.300.338.421
Edital de 2ª Convocação
Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 09 de Maio de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Viver Incorporadora e Construtora S.A.** ("**Viver**" ou "**Companhia**"), sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 1º andar, conjuntos 1b e 1c do Edifício Novo São Paulo, CEP 01.451-918 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 67.571.414/0001-41, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 02070-2 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 3º e 5º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente presencial**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em segunda convocação, no dia 09 de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia ("**AGE**"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte matéria: (i) alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), contemplando a **(a)** a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, em razão dos aumentos de capital social homologados em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26 de setembro de 2023 e 12 de janeiro de 2024; **(b)** a alteração do artigo 25 do Estatuto Social, para modificar a composição e estrutura da Diretoria, de forma a reduzir o número mínimo de membros de 3 (três) para 1 (um); **(c)** a alteração da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 28 do Estatuto Social, para atribuir à Diretoria, de forma expressa, a competência para alteração do endereço da sede da Companhia, desde que dentro do mesmo município; **(d)** a inclusão de nova alínea (a) ao artigo 29, renumerando as alíneas subsequentes, e alteração dos parágrafos 1º e 2º do artigo 29 do Estatuto Social, para modificar a forma de representação da Companhia, de modo a permitir que o Diretor-Presidente represente a Companhia isoladamente; **(e)** a alteração do parágrafo 1º do artigo 39 do Estatuto Social, para adaptação da definição de "Poder de Controle" às regras previstas no regulamento do segmento de listagem especial da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado atualmente vigente; e **(f)** a alteração do parágrafo 1º do artigo 21 e do parágrafo 2º do artigo 29 do Estatuto Social, para ajustar a redação e torná-la mais clara. **Participação dos acionistas**. Os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia ("**Acionistas**") poderão participar da AGE ora convocada por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam no Manual dos Acionistas divulgado pela Companhia, disponível nos *websites* indicados no último parágrafo deste Edital de Convocação. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no Manual dos Acionistas. A Companhia esclarece que, na forma do artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM 81, as instruções de voto recebidas pela Companhia por meio de boletim de voto à distância por ocasião da primeira convocação da AGE serão validamente consideradas para a realização desta AGE em segunda convocação. **Apresentação dos documentos para participação na AGE**. Para participar na AGE, os senhores Acionistas deverão apresentar originais ou cópias dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do Acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) documentos que comprovem os poderes do representante do Acionista pessoa jurídica ou do gestor; e (iv) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social, na hipótese de representação do Acionista. Para fins de melhor organização da AGE, os Acionistas deverão depositar os documentos relacionados acima na sede da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656, 1º andar, conjuntos 1b e 1c do Edifício Novo São Paulo, CEP 01.451-918, aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores e Diretor-Presidente, Sr. Claudio Kawa Hermolin, no horário das 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da hora marcada para a realização da AGE. **Documentos e informações à disposição dos Acionistas**: Este Edital de Convocação, os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE, inclusive o boletim de voto à distância e o Manual dos Acionistas, contendo as propostas dos administradores para a AGE, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no *website* da Companhia (www.ri.viver.com.br), bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81. Eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri.viver@viver.com.br, no Site de Relações com Investidores (https://ri.viver.com.br/) ou na sede da Companhia.

São Paulo, 30 de abril de 2024.
Roberto Szachnowicz - Presidente do Conselho de Administração

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

SEU DIREITO

Mulheres, mães e mercado de trabalho

Por Arthur Martins

Sou filho de uma mãe professora. Cresci circulando com ela pelas escolas de São Bernardo do Campo – a maior parte do tempo na Escola Estadual Professor Carlos Pezzolo –, visto que, naquele tempo, a tônica era a de que cabia à mulher o cuidado constante dos filhos. Assim, eu, menino de aproximadamente quatro anos, frequentemente estava dentro da sala de aula, convivendo junto com os alunos e bebendo daquele ambiente maravilhoso que eram as escolas públicas daquela época.

Minha mãe se dividia entre o magistério, a coordenação de turmas e o cuidado com este que vos escreve. Pode ser que este tenha sido um período curto, mas a memória dela circulando pela escola enquanto passava o olho na sua cria deixou em mim uma profunda marca do esforço que era necessário à mulher que não queria abrir mão de sua carreira após a maternidade. Ressalva necessária: meu pai não era ausente, em hipótese alguma. Mas, como dizemos por aí, os tempos eram outros.

Falamos aqui de fatos ocorridos entre as décadas de 80 e 90. Nesta mesma época, mais especificamente em 1988, era promulgada a Constituição Federal atualmente em vigor: através do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana (art. 5º, I), a Carta Magna vedava a distinção entre homens e mulheres, além de estender direitos como proibição de diferenças salariais por motivo de sexo e a licença gestante de 120 dias após o parto.

A nossa Constituição Federal nasceu como uma das mais avançadas do mundo. E ela foi sucedida por inúmeros outros dispositivos de notável grandeza e importância na afirmação da mulher dentro do mercado de trabalho. A Lei 9.029/1995 proibiu expressamente a exigência de atestados de gravidez ou esterilização para fins de admissão ou permanência no emprego, atacando clara discriminação existente no mercado de trabalho à época.

Outros exemplos dessas garantias eram a proibição do trabalho de mulheres gestantes em ambientes insalubres (art. 394-A da CLT), assim como a garantia de intervalo antes do início de eventual trabalho em sobrejornada (art. 384 da CLT). Ou seja, todo um cenário criado para proteger a mulher em sua carreira, garantindo igualdade de oportunidades e condições paritárias na disputa laboral.

Entretanto, os anos não têm sido unicamente gentis com tais conquistas, e presenciamos ataques a elas. A dita Reforma Trabalhista, promovida pela Lei 13.467/2017, acabou com o intervalo do art. 384 da CLT, sob o argumento de que este não refletiria igualdade nas condições entre homens e mulheres.

Apesar de respeitar tal entendimento, confesso que os julgados anteriores à tal reforma me apresentavam argumentos muito mais adequados. Cito, como exemplo, a defesa de questões como igualdade de condições, dupla jornada de mulheres e distinção entre compleições físicas que precisariam ser albergadas por medidas que mitigassem tais diferenças em favor de condições justas de trabalho.

Outro retrocesso pode ser presenciado na tentativa de alteração do art. 394-A da CLT, que visava permitir o trabalho da mulher gestante em ambientes insalubres (à exceção da insalubridade em grau máximo), condicionando eventual afastamento com apresentação de atestado médico específico. Felizmente, tal tentativa foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 5.938.

Agora, a alteração mais recente fala do advento da Lei 14.457/2022, que instituiu o dito Programa Emprega + Mulheres. Fruto da conversão da Medida Provisória 1.116/2022, a referida lei trouxe alterações à Consolidação das Leis do Trabalho, visando não somente tratar da inclusão de mulheres no mercado de trabalho, mas especialmente proteger a parentalidade, criar canais de denúncia e atribuir às CIPAs (agora Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio) a responsabilidade de monitorar e combater o assédio sexual e toda e qualquer outra forma de violência no âmbito do trabalho.

Uma pena, entretanto, que somente haja CIPAs em empresas com mais de 80 funcionários. O assédio e a discriminação não acontecem somente em empresas maiores, mas igualmente em pequenas organizações. Ocorrem até mesmo entre mulheres: lembro-me de um processo onde conquistamos a rescisão indireta do contrato de trabalho de uma gestante que, ao comunicar sua superior (sim, uma mulher) de seu estado gestacional, passou a ser assediada com o intuito de forçar um pedido de demissão.

A equivalência de direitos entre homens e mulheres, visando a constituição de uma cultura organizacional mais igualitária, é medida urgente no meio ambiente de trabalho brasileiro. Deve decorrer não somente de leis, mas de verdadeira mudança na consciência do mercado de trabalho – e a função do operador do direito é exatamente fomentar esta mudança, como verdadeiro agente da transformação.

Arthur Felipe das Chagas Martins é advogado e professor em cursos jurídicos voltados ao direito do trabalho e suas correlações com o direito previdenciário.

Movimento do varejo brasileiro cresceu 0,4% em março

Em março, segundo dados do Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian, o varejo físico brasileiro voltou a reagir e teve alta de 0,4%, após queda de 0,5% registrada no mês passado. "Datas comemorativas que incentivam o consumo, como a Páscoa em março, naturalmente costumam impulsionar os resultados do comércio. Na semana que antecedeu a data festiva, por exemplo, o comércio registrou crescimento de 2,9% em relação ao mesmo período de 2023. Além disso, o resultado de março indica que as medidas econômicas de diminuição da taxa básica de juros, da inflação e do desemprego têm ajudado os consumidores a estarem menos receosos para gastar, consequentemente injetando mais recursos no varejo físico brasileiro", avalia o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

A análise por setor revelou o maior percentual para o segmento de supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas (0,7%) e Rabi explica que esse crescimento, provavelmente, foi devido a Páscoa. Móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática também tiveram destaque (0,5%).

No comparativo entre março deste ano e o mesmo mês de 2023, o crescimento da atividade física do comércio foi de 4,0%. Nesse cenário, foi o setor de combustíveis e lubrificantes, que teve a maior expansão (7,5%), seguido por tecidos, vestuário, calçados e acessórios (6,0%).

Já segundo pesquisa realizada pela plataforma Compra Agora, em parceria com o Instituto Locomotiva, varejistas de vizinhança do setor alimentar estão otimistas com os rumos do seu negócio este ano: 83% acreditam que o desempenho do seu comércio vai melhorar nos próximos 12 meses.

"A pesquisa reflete uma notável confiança dos varejistas de vizinhança no futuro de seus negócios, sublinhando uma tendência de recuperação e crescimento sustentado. A expectativa positiva entre 8 em cada 10 entrevistados para 2024 é um indicador poderoso do potencial de crescimento e inovação no setor", explica Renato Meirelles, presidente do Instituto Locomotiva.

Em relação a 2023, 71% avaliam que o negócio melhorou, enquanto 21% não notaram mudanças e 8% reportaram uma piora. Quando os dados de percepção são cruzados com o de expectativa, 67% dos entrevistados dizem que o negócio melhorou e vai melhorar: dentro desse grupo, 25% são especialmente otimistas, e acreditam que o negócio melhorou muito e vai melhorar muito.

Este otimismo é mais acentuado entre jovens e empreendimentos localizados em favelas, com 30% e 27%, respectivamente, reconhecendo e prevendo melhora expressiva. Por outro lado, 16% dos participantes sentiram que a situação permaneceu igual ou piorou, porém esperam por uma recuperação. Para 14%, a perspectiva é de que piorou e vai piorar, enquanto 3% acreditam que melhorou e vai piorar.

Foram feitas 600 entrevistas entre os dias 13 e 22 de dezembro de 2023, com proprietários (78%) ou funcionários (22%) responsáveis pela gestão comercial do varejo de vizinhança alimentar (possui até nove caixas físicos) em todas as regiões do Brasil. A margem de erro da pesquisa é de 4.0 pontos percentuais. Entre os entrevistados, a maioria (49%) está na faixa etária entre 30 e 45 anos. Outros 40% têm 46 anos ou mais e 11% têm entre 18 e 29 anos. Em relação à escolaridade, 12% têm Curso Superior completo, 58% terminaram o Ensino Médio e 30% têm até o Ensino Fundamental.

Confiança do Comércio avança pelo segundo mês consecutivo

O Índice de Confiança do Comércio (ICOM) do FGV IBRE avançou 5,1 pontos em abril, para 95,5 pontos, maior nível desde setembro de 2022 (96,6 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice subiu pelo quinto mês consecutivo, em 1,7 ponto, para 91,8 pontos.

"Em abril, a confiança do comércio avança de forma mais expressiva, impulsionada por uma variação disseminada no setor, onde cinco dos seis principais segmentos registraram avanços no mês. O retorno dos indicadores a níveis alcançados em 2022 sugere um cenário relativamente mais favorável após um período desafiador, com destaque para o indicador que avalia o volume da demanda, que se aproxima do nível de neutralidade. Embora o cenário para uma recuperação sustentada nos próximos meses permaneça incerto, as notícias favoráveis sobre o aumento do rendimento da população e da confiança dos consumidores trazem um tom otimista ao setor", avalia Geórgia Veloso, economista do FGV IBRE.

Em abril, a alta da confiança ocorreu em cinco dos seis principais segmentos do setor. Em sua segunda variação positiva consecutiva, o Índice de Expectativas (IE-COM) avançou 4,6 pontos, para 92,9 pontos, maior nível desde outubro de 2022 (93 pontos). Ambos os quesitos que compõem o IE-COM variaram positivamente no mês: o indicador sobre as perspectivas de vendas nos próximos três meses subiu 5,5 pontos, para 92,5 pontos e as expectativas sobre a tendência dos negócios nos próximos seis meses avançaram em 3,5 pontos, para 93,4 pontos.

No mesmo sentido, o Índice de Situação Atual (ISA-COM) avançou 5,5 pontos, para 98,5 pontos, também com resultados positivos em ambos os indicadores que o compõem: o indicador que avalia o volume de demanda atual subiu 5,4 pontos, para 99,1 pontos, maior nível desde junho de 2022 (100,2 pontos), e as avaliações sobre a situação atual dos negócios variaram positivamente pelo terceiro mês consecutivo, agora em 5,3 pontos, para 97,8 pontos.

Serviços

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) do FGV IBRE caiu 1 ponto em abril, para 94,8 pontos, e não sustentou a alta observada no mês passado. Em médias móveis trimestrais, o índice variou -0,3 ponto.

"O segundo trimestre começa com piora da confiança de serviços. O resultado de abril mantém a percepção dos últimos meses de perda de fôlego do setor sobre a situação atual. Os resultados negativos em relação ao futuro ocorrem de forma heterogênea entre os segmentos e começam a dar sinais de que o setor de serviços não deve observar uma forte retomada nesse primeiro semestre. O cenário macroeconômico de manutenção da queda na taxa de juros, controle de inflação e melhores resultados no emprego e na renda, podem representar um caminho positivo para recuperação da confiança do setor que vem enfrentando dificuldades nesse início de ano.", avaliou Stéfano Pacini, economista do FGV IBRE.

A queda do ICS, neste mês, resultou tanto da piora nas avaliações sobre o momento atual como nas expectativas nos próximos meses. O Índice de Expectativas (IE-S) caiu 1,6 ponto, para 94,4 pontos.

O Índice de Situação Atual (ISA-S) recuou 0,5 ponto, para 95,4 pontos, menor nível desde maio de 2023 (92,3 pontos). Este resultado foi influenciado tanto pelo indicador de volume de demanda atual que cedeu 0,6 ponto, para 95,4 pontos, quanto pelo indicador de situação atual dos negócios que retraiu 0,4 ponto, para 95,3 pontos.

Ambos os indicadores que compõem o IE-S caíram, sendo que o indicador de tendência dos negócios nos próximos seis meses teve o maior peso na queda, com recuo de 2,5 pontos, e atingiu 94,5 pontos, enquanto o indicador de demanda prevista nos próximos três meses retraiu 0,4 ponto, para 94,5 pontos.

Assine o jornal **Monitor Mercantil** (21) 3849-6444

Acordo para a construção de uma UPGN no RN

PetroReconcavo e Enerflex assinam memorando

A PetroReconcavo, produtora independente de óleo e gás em bacias terrestres, assinou na semana passada um Memorando de Entendimentos (MoU) com Enerflex, empresa que fornece soluções de processamento e compressão de gás natural, para estudos referentes à construção de uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), no Rio Grande do Norte.

"O documento reforça a intenção das empresas para realizar um estudo de viabilidade técnico-econômica para a construção de uma planta de processamento de produção de gás natural própria". De acordo com o diretor de Comercialização e Novos Negócios da PetroReconcavo, João Vitor Moreira, a estratégia permitirá alcançar um ganho de eficiência no midstream da Bacia Potiguar.

"Iremos atuar no sentido de combinar os projetos recentes de escoamento de gás via GNL com uma solução de processamento independente, buscando um novo ponto de interligação com a malha de transporte da TAG", explica Moreira.

O gás natural é parte importante da estratégia da companhia e representa 40% da produção total. Em 2023, a PetroReconcavo alcançou um crescimento de 18% na produção de petróleo e de 27% na produção de gás, atingindo a média anual de 26 mil barris de óleo equivalente por dia, demonstrando capacidade de entrega e o potencial dos ativos.

A companhia possui contratos de fornecimento de gás natural com as principais distribuidoras do Nordeste, como Bahiagás, Potigás, Sergas e Copergás, consolidando-se como a maior produtora independente de gás natural na região. Adicionalmente, possui contratos com diversos produtores independentes e consumidores livres de gás natural.

PetroReconcavo

Fundada há 24 anos, a PetroReconcavo é uma produtora independente de petróleo e gás natural e uma das líderes em sua área de atuação no Brasil. É especializada na operação, desenvolvimento e revitalização de campos terrestres (onshore) de óleo e gás. Com uma estrutura verticalizada de serviços, a PetroReconcavo atua com equipamentos e mão de obra próprios as principais linhas de serviços de campo, tais como sondas de workover e de perfuração, unidades de estimulação de poços, dentre outras. Mais recentemente, a PetroReconcavo assumiu posição de destaque no mercado de gás natural, passando a fornecer 100% de sua produção de forma independente e pioneira, ao assinar os primeiros contratos de processamento e escoamento de gás natural do Nordeste.

A companhia opera um total de 55 concessões de petróleo e gás natural nas Bacias Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, mais 8 blocos exploratórios (5 na Bacia do Recôncavo e 3 na Bacia Potiguar), e detém participação em 2 concessões operadas por terceiro. A PetroReconcavo é listada no Novo Mercado da B3 sob o ticker RECV3. Em setembro de 2023, a produtora passou a integrar o índice Ibovespa, principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3.

Projeto que regulamenta a reforma tributária precisa ser melhorado, diz especialista

Por Jorge Priori

Conversamos com Gabriel Quintanilha, advogado tributarista, mestre em Economia, doutor em Direito e professor da FGV, sobre o Projeto de Lei Complementar 68/2024 (PLP 68/2024), que trata da regulamentação da Reforma Tributária através da instituição do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e do Impostos Seletivo (IS).

Como se deu a origem do PLP 68/2024?

O Governo Federal montou grupos de trabalho para que fosse elaborada essa regulamentação da reforma tributária. Esses grupos foram compostos por representantes da Fazenda, como procuradores e auditores, sem que fossem privilegiados os representantes da academia ou dos contribuintes. Assim, a tendência, desde o início, era que tivéssemos um projeto de lei com um viés muito mais fazendário do que favorável à sociedade civil como um todo. O resultado é aquilo que foi esperado: um projeto de lei que visa os interesses do fisco.

Esse projeto traz alguns pontos confusos que poderão impactar de forma profunda a economia. Por exemplo, como nós tivemos poucos representantes dos municípios e, agora, nós vamos ter uma tributação no destino, com uma transferência da tributação da produção para o consumo, os municípios que têm poucos centros consumidores vão perder arrecadação.

No frigir dos ovos, nós temos uma regulamentação feita por representantes da Fazenda e do governo para atender as necessidades do governo.



Gabriel Quintanilha

Qual a sua avaliação sobre o PLP 68/2024?

Esse projeto deveria simplificar o sistema tributário, mas tem uma quantidade enorme de dispositivos e traz mais normas do que aquilo que já existe hoje. Esse projeto precisa ser melhorado e lapidado pelo Congresso Nacional. Por exemplo, existem muitos pontos que não estão claros, como a não-cumulatividade, a própria incidência do Imposto Seletivo devido a benefícios setoriais que foram previstos e o conceito de cesta básica que não engloba carne, o que é uma situação absurda.

O governo alega que não colocou a carne na cesta básica porque as pessoas vão poder comprá-la com o cashback que vão ter de gás e energia elétrica, mas quando você analisa os dispositivos que tratam do cashback, você percebe que a devolução será por um valor tão pequeno que não vai dar para comprar carne nenhuma.

Qual a sua expectativa para a qualidade da discussão que vai haver no Congresso Nacional?

Infelizmente, a pior possível. A própria Reforma Tributária constitucional não foi objeto de debate, e sim de alterações e inclusões ao apagar das luzes. Como já houve manifestação do Legislativo de que esse Projeto de Lei será aprovado ainda em 2024, e considerando que este é um ano eleitoral, acho muito pouco provável que tantas alterações sejam debatidas em tão curto espaço de tempo com algum tipo de qualidade.

Qual a expectativa de trabalho para os advogados tributaristas nos próximos anos?

Só o período de transição vai até 2033. Enquanto ela estiver acontecendo, nós teremos dois sistemas tributários funcionando em paralelo. Por exemplo, nós vamos ter cobrança de ICMS, ISS, IBS e CBS com normas paralelas. Os advogados tributaristas vão ter trabalho, pelo menos, pelos próximos 20 anos. Isso considerando o consultivo e o contencioso que, sem sombra de dúvidas, vai ser gerado com a reforma tributária, o que faz com que tenhamos um norte de muito trabalho pela frente. Não teria como ser melhor para os advogados tributaristas.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0007-44

Aviso de Leilão - Edital nº 009/2024; Leilão: APLBP09-24. Data: 16 de maio de 2024, às 10 horas. **Local:** CLUBE DE ENGENHARIA, Avenida Rio Branco, 124, 22º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**. **Leiloeiro Oficial:** Geilson Almeida, Leiloeiro, matrícula 287 da JUCERJA, **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.), veículos com impedimentos judiciais, sucatas inservíveis não identificadas e sucatas identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, retirados e/ou removidos, não reclamados por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rodovia Lúcio Meira (BR 393), Nº 47097, Bairro Arthur Cataldi, Barra do Piraí, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br**.

BEMOBI MOBILE TECH S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85
EDITAL DE CONVOCAÇÃO (Segunda Convocação)
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Tendo em vista não ter sido atingido o quórum de instalação previsto no Artigo 135 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("LSA"), na Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 26 de abril de 2024, às 14h, ficam convidados os Senhores acionistas da Bemobi Mobile Tech S.A. ("Companhia") a reunirem-se na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 07 de maio de 2024, às 16h00, exclusivamente no modo digital, por meio da plataforma eletrônica Zoom ("Plataforma Digital"), com *link* de acesso a ser encaminhado aos acionistas habilitados, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) alterar o art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir (a) o cancelamento de 3.905.400 (três milhões, novecentas e cinco mil e quatrocentas) ações mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, o qual passará a ser dividido em 87.003.692 (oitenta e sete milhões, três mil, seiscentas e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2023; e (b) consequentemente, a nova composição do capital social da Companhia; e (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia, com a realização da alteração do artigo 5º mencionado acima. Conforme o estabelecido no artigo 135 da LSA, a instalação da assembleia se dará, nesta segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **Informações Gerais:** Os documentos e informações necessários para a participação e exercício do direito de voto na AGE encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, e na página de relações de investidores da Companhia (ri.bemobi.com.br), bem como na página da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos referidos no art. 135, §3º da LSA e na Resolução CVM 81, a Proposta da Administração, o Manual para Participação de Acionistas em Assembleia - Proposta da Administração e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGE.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024
Bemobi Mobile Tech S.A.
Lars Boilesen
Presidente do Conselho de Administração

ABPI – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

O Presidente do Comitê Executivo da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual - ABPI, obedecendo ao disposto no artigo 9º e parágrafos do Estatuto da Associação, convoca os Associados para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada exclusivamente de forma digital (virtual/online) por meio da plataforma Zoom Meeting, no endereço web: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZYrduiorT4vGdX1zJL9iuVJvstpbJPkm502, no dia 13 de maio de 2024, segunda-feira, com início às 9h30 (em primeira convocação) ou às 10h (em segunda convocação), e término previsto às 11h, para deliberar sobre: 1. Aprovação da compra do novo imóvel da ABPI, na cidade do Rio de Janeiro. 2. Aprovação da venda ou doação da garagem da ABPI, situada no EGA-1 - Edifício Garagem Automática nº 1, na Av. Presidente Vargas, 487 - Box 2507 (ABPI), na Cidade do Rio de Janeiro, RJ. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2024.

Gabriel F. Leonardos - Presidente
ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

GÁVEA INVESTIMENTOS LTDA.
CNPJ/ME nº 05.669.128/0001-66 - NIRE 33.207.137.860
Ata de Reunião de Sócios, realizada em 10 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 10 de abril de 2024, às 08:00 horas, na sede da Gávea Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 1.100, 7º andar, salas 701 e 702, parte, Leblon, CEP 22440-035, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.669.128/0001-66 ("Sociedade"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença dos sócios representando a totalidade do capital social, em conformidade com o disposto no artigo 1.072, §2º, da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"). **3. Mesa:** Presidente: Arminio Fraga Neto; Secretário: Bernardo Soares de Miranda Carvalho. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a redução de capital da Sociedade no valor de 1.955,30 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), devido ao cancelamento das Quotas de Classe C-2; e (ii) a alteração do Contrato Social da Sociedade. **5. Deliberações:** Tomadas pela unanimidade dos sócios presentes: **5.1.** Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Reunião de Sócios na forma sumária, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **5.2.** Aprovar a redução do capital social da Sociedade no valor de 1.955,30 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta centavos), com o cancelamento de 97.765 (noventa e sete mil, setecentas e sessenta e cinco) Quotas Classe C-2. **5.2.1.** Em função da redução de capital acima mencionada, as Quotas Classe C-2 deixam de existir. **5.3.** A Sociedade deverá restituir aos sócios, conforme aplicável, o valor indicado no item 5.2 acima, mediante transferência bancária em moeda corrente nacional para as contas bancárias de titularidade dos sócios após o decurso do prazo de 10 (dez) dias a contar da homologação da 72ª alteração do contrato social. **5.4.** Os sócios, por unanimidade, declaram expressamente sua anuência com relação às deliberações descritas nos itens 5.2 e 5.3 acima. **5.5.** Tendo em vista as deliberações tomadas, o capital social da Sociedade passa de R$ 387.675,95 (trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) para R$ 385.720,65 (trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos). **5.6.** Desse modo, os sócios decidem alterar as cláusulas 3.1 do Contrato Social da Sociedade, as quais passam a vigorar conforme a seguinte redação: ***3.1.*** *O capital social é de R$385.720,65 (trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 856.056 (oitocentas e cinquenta e seis mil e cinquenta e seis) quotas, totalmente subscritas, sendo (i) 188.545 (cento e oitenta e oito mil, quinhentas e quarenta e cinco) quotas Classe A, com valor nominal unitário igual a R$2,00 (dois reais); (ii) 97.789 (noventa e sete mil, setecentas e oitenta e nove) quotas Classe B, com valor nominal unitário igual a R$0,02 (dois centavos de real); (iii) 97.765 (noventa e sete mil, setecentas e sessenta e cinco) quotas Classe C-1, com valor nominal unitário igual a R$0,02 (dois centavos de real); (iv) 195.554 (cento e noventa e cinco mil, quinhentas e cinquenta e quatro) quotas Classe C-3, com valor nominal unitário igual a R$0,01 (um centavo de real); (v) 19.553 (dezenove mil quinhentas e cinquenta e três) quotas Classe C-4, com valor nominal unitário igual a R$0,01 (um centavo de real); e (vi) 256.850 (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentas e cinquenta) quotas Classe D, com valor nominal unitário igual a R$0,01 (um centavo de real), e divididas entre os sócios da seguinte maneira: **Sócio:** Nova Gávea Participações Ltda.; **Quotas Classe A:** 141.388; **Quotas Classe B:** 73.321; **Quotas Classe C-1:** 0; **Quotas Classe C-3:** 146.644; **Quotas Classe C-4:** 0; **Quotas Classe D:** 0; **Total de Quotas:** 361.353; **% de Quotas:** 42,21%; **Valor (R$):** 285.708,86. Apoena Participações Ltda.; 47.129; 24.440; 0; 48.882; 0; 0; 120.451; 14,07%; 95.235,62. Arminio Fraga Neto; 12; 12; 28.221; 12; 14.665; 128.790; 171.712; 20,06%; 2.023,33. Luiz Henrique Fraga; 5; 5; 18.430; 5; 4.888; 42.931; 66.264; 7,74%; 856,94. Fraga I, LLC; 1; 1; 26.432; 1; 0; 0; 26.435; 3,09%; 530,67. Gabriel Srour; 1; 1; 5.198; 1; 0; 12.010; 17.211; 2,01%; 226,09. Amaury Guilherme Bier; 1; 1; 4.968; 1; 0; 12.322; 17.293; 2,02%; 224,61. Marcelo Pradez de Faria Stallone; 0; 0; 4.479; 0; 0; 0; 4.479; 0,52%; 89,58. Edward Joaquim Amadeo Swaelen; 1; 1; 2.657; 1; 0; 5.930; 8.590; 1,00%; 114,47. Eduardo Andrada do Amaral Rudge; 0; 0; 2.015; 0; 0; 0; 2.015; 0,24%; 40,30. Bernardo de Carvalho Meres; 0; 0; 1.344; 0; 0; 0; 1.344; 0,16%; 26,88. Rodrigo Maciel de Sá Fiães; 0; 0; 1.232; 0; 0; 0; 1.232; 0,14%; 24,64. Paola Maria Castellini Bonoldi; 0; 0; 560; 0; 0; 0; 560; 0,07%; 11,20. Eduardo Felipe da Silva Soares; 1; 1; 578; 1; 0; 8.619; 9.200; 1,07%; 99,78. Hélio França Filho; 1; 1; 231; 1; 0; 8.955; 9.189; 1,07%; 96,20. Mauricio Magalhães; 0; 0; 392; 0; 0; 0; 392; 0,05%; 7,84. Diogo Aquino de Rezende Lopes; 0; 0; 392; 0; 0; 0; 392; 0,05%; 7,84. Bernardo Soares de Miranda Carvalho; 1; 1; 347; 1; 0; 9.067; 9.417; 1,10%; 99,64. Luiz Eduardo da Silva Braga; 1; 1; 289; 1; 0; 9.146; 9.438; 1,10%; 99,27. Bruno Chamas Alves; 0; 0; 0; 0; 0; 4.770; 4.770; 0,56%; 47,70. Guilherme Andrade Rodrigues; 1; 1; 0; 1; 0; 4.770; 4.773; 0,56%; 49,73. Rafael Lemos Basto de Vasconcellos; 1; 1; 0; 1; 0; 4.770; 4.773; 0,56%; 49,73. Felipe Rios Corrêa; 1; 1; 0; 1; 0; 4.770; 4.773; 0,56%; 49,73. **Total: 188.545**; **97.789**; **97.765; 195.554**; **19.553**; **256.850**; **856.056**; **100,00%**; **385.720,65**.* **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a ata a que se refere esta Reunião de Sócios, que foi lida e aprovada pela unanimidade dos sócios. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024. *Página de Assinaturas da Ata de Reunião de Sócios da Gávea Investimentos Ltda., realizada em 10 de abril de 2024.* Mesa: **Arminio Fraga Neto** - Presidente; **Bernardo Soares de Miranda Carvalho** - Secretário. Sócios: **Luiz Henrique Fraga**; **Arminio Fraga Neto**; **Nova Gávea Participações Ltda.**; **Apoena Participações Ltda.**; **Arminio Fraga Neto**; e **Luiz Henrique Fraga**. **Fraga I, LLC**; **Thomas de Mello e Souza**; **Vital Meira de Menezes Junior**; **Andrei Dudus Spacov**; **Felipe Cesar Dias Diógenes**; **Frederico de Souza Queiroz Pascowitch**; **Henrique Hitoshi Muramoto**; **Marcio Villas Boas Passos**; **Rodrigo Musse Lopes**; **Rodrigo Maciel de Sá Fiães**; **Amaury Guilherme Bier**; **Bernardo de Carvalho Meres**; **Bernardo Soares de Miranda Carvalho**; **Bruno Chamas Alves**; **Diogo Aquino de Rezende Lopes**; **Eduardo Andrada do Amaral Rudge**; **Eduardo Felipe da Silva Soares**; **Edward Joaquim Amadeo Swaelen**; **Felipe Rios Corrêa**; **Gabriel Srour**; **Guilherme Andrade Rodrigues**; **Hélio França Filho**; **Luiz Eduardo da Silva Braga**; **Marcelo Pradez de Faria Stallone**; **Mauricio Magalhães**; **Paola Maria Castellini Bonoldi**; **Rafael Lemos Basto de Vasconcellos**; P.P. Arminio Fraga Neto.

Valores mobiliários: emissões avançaram 50% no trimestre

Crescimento ocorreu em praticamente todas as categorias

O primeiro trimestre foi de alta no volume de emissões de valores mobiliários. O total emitido foi de R$ 175.9 bilhões, valor que está cerca de 50% acima do mesmo período de 2023 (R$ 118.3 bilhões), informou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

"Ao analisar os títulos específicos que impulsionaram esses números, é possível verificar que o crescimento ocorreu em praticamente todas as categorias de valores mobiliários, com destaque para as debêntures (R$ 77.2 bilhões contra R$ 44.3 bi no ano anterior)", reportou a autarquia.

O conjunto de participantes regulados aumentou 6% em relação ao mesmo período de 2023, totalizando agora 87.155 participantes. Houve novamente crescimento anual do setor de plataformas eletrônicas de investimento participativo ("crowdfunding"), tendo este grupo observado a maior taxa de crescimento anual quando considerados todos os demais (27% - 75 versus 59). A CVM observou que os números encontram-se em linha com o crescimento no valor emitido via ofertas regidas pela Resolução CVM 88 (3.1.4), o qual em um trimestre já alcançou 70% do valor total emitido em 2023.

A estimativa para o valor total do mercado regulado é de R$ 51.67 trilhões, um valor 45% acima do mesmo período do ano anterior. Quando se excluem derivativos computados pelo estoque nocional, esse valor aumenta em R$ 1,89 trilhão, ou 14.6% - destaca-se o crescimento na indústria de Fundos de Investimento (R$ 1,1 trilhão) e na capitalização de mercado do mercado de ações (R$ 0.7 trilhão).

Segundo a autarquia, as emissões amparadas pela Resolução CVM 160 já correspondem a 94% do valor contabilizado em 2024, conforme o estoque de ofertas referentes ao antigo normativo vão sendo comunicadas como encerradas. Os dados estão no Boletim Econômico da CVM, produzido pela Assessoria de Análise Econômica, Gestão de Riscos e Integridade (ASA) da autarquia.

Mercado secundário

No mercado secundário, a média diária de volume financeiro no mercado de ações (lote padrão) esteve abaixo da média do ano passado. No entanto, o oposto pode ser observado no FIIs e debêntures. Por fim, o número acumulado no ano de contratos de derivativos liquidados em bolsas encerrou o trimestre abaixo do mesmo período do ano anterior para todas as variantes analisadas.

O boletim destacou que no primeiro trimestre pode-se destacar um descolamento de performance do indicador de renda variável brasileiro em relação aos demais mercados emergentes e desenvolvidos , correlacionado a uma queda nos influxos monetários de investidores estrangeiros no mercado secundário.

A CVM atribui que o movimento de deterioração no indicador de risco de liquidez observado pode ser associado a esse mesmo contexto. À semelhança dos mercados de títulos corporativos globais, os mercados de renda fixa nacionais também denotaram queda na volatilidade no trimestre, em linha com a queda no spread soberano em dólar.

Assine o jornal Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

PERFORMANCE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS 3 S.A.
CNPJ nº 18.109.544/0001-51 - NIRE 33.3.0031023-1
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2024. Aprovar a redução do capital social da Sociedade, em ato de retificação e motivada pela distribuição de lucros da Performance 24 de Maio Empreendimentos Imobiliários LTDA., bem como em razão ao retorno de adiantamento para o futuro aumento de capital (''AFAC'') da Performance Visconde de Santa Isabel Empreendimentos Imobiliários LTDA., devido a sua participação societária em ambas as sociedades mencionadas, no valor de R$ 1.175.700,00 (hum milhão, cento e setenta e cinco mil, e setecentos reais), passando de R$ 13.799.599,00 (treze milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais) para R$ 12.623.899,00 (doze milhões, seiscentos e vinte e três mil, oitocentos e noventa e nove reais), retificando a ata anterior de 10de agosto de 2023, que havia reduzido o capital social de R$ 13.799.599,00 (treze milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais) para R$ 12.626.899,00 (doze milhões, seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais). Sendo, portanto, fixado o capital social em R$ 12.623.899,00 (doze milhões, seiscentos e vinte e três mil, oitocentos e noventa e nove reais). Presidente: Luis Oswaldo Lopes Leite; Secretário: Renato Clark Leite. Acionista: Fundo de Investimento em Participações Votorantim Performance Investimentos Imobiliários

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA DISSOLUÇÃO VOLUNTÁRIA ENCERRAMENTO DEFINITIVO DAS ATIVIDADES

O Presidente em exercício da **COOPERZN - COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS DO ESTADO DE SAO PAULO**, CNPJ 42.150.361/0001-64, inscrição Estadual nº 131.292.290.119, NIRE 35.4.0019352-2, com sede na Serra de Bragança, 1814 - Vila Gomes Cardim - São Paulo/SP, CEP 03318-000, em sua prerrogativa estatutária convoca todos os seus membros em pleno gozo dos seus direitos cooperativados, para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DISSOLUÇAO VOLUNTÁRIA - ENCERRAMENTO DEFINITIVO DAS ATIVIDADES** a ser realizada no dia 12 de maio de 2024 em sua sede com primeira chamada às 08:00h, segunda chamada às 9:00h e terceira e última chamada às 10:00h com número mínimo de cooperantes conforme normas legais e estatutárias, para tratarem dos assuntos constantes neste edital sendo: **(1)** Dissolução voluntária da cooperativa, com fulcro nos Artigos 46, IV e 63, I e V da Lei 5.764/71. São Paulo/SP, 30 de abril de 2024.

Raphael Henrique da Conceição –
Diretor Presidente – CPF 318.882.948-50.

VOGUEPAR ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA.
CNPJ/MF n° 26.767.724/0001-59 / NIRE 33.2.1028686-2
ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS-QUOTISTAS
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2024

Aos 26 dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social situada na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 482, salas 701 a 703, parte, Leblon, CEP 22440-033, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, reuniram-se: (i) SPE PONTUAL 4 – EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Uruguaiana nº 39, sala 1.401, Centro, CEP 20050-093, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.222.257/0001-16, com seus atos constitutivos e posteriores alterações arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.2.1024341-1, neste ato representada por seu sócio administrador Marco Domenico Haegler Manfredi, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 28.725.058-3, expedida pelo Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 135.240.747-74, residente e domiciliado na Rua Paul Redfern nº 23, Cobertura 01, Ipanema, CEP 22410-080, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro; e (ii) ATERRO SG PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Rua Uruguaiana nº 39, sala 1.401, Centro, CEP 20050-093, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.132.834/0001-89, com seus atos constitutivos e posteriores alterações arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.0966157-4, neste ato representada por seu administrador Marco Domenico Haegler Manfredi, acima qualificado, na qualidade de únicas sócias-quotistas da VOGUEPAR ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.767.724/0001-59, com sede na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 482, salas 701 a 703, parte, Leblon, CEP 22440-033, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com seus atos constitutivos e posteriores alterações arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.2.1028686-2 ("Sociedade"), a fim de deliberar sobre a redução de capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II, da Lei n° 10.406, de 10.01.2002 ("Código Civil Brasileiro"), em razão de o mesmo ter se tornado excessivo em relação ao seu objeto social. Discutida a matéria, as sócias-quotistas, por unanimidade: (i) reconheceram que o capital social se tornou excessivo se comparado com suas atuais atividades empresariais; e (ii) aprovaram a redução do capital social da Sociedade em R$ 9.252.893,24 (nove milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos), passando de R$ 19.834.946,00 (dezenove milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais) para R$ 10.582.052,76 (dez milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), mediante a diminuição proporcional do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade. A redução de capital social da Sociedade será realizada mediante a restituição dos valores aos sócios da Sociedade em moeda corrente do País, na proporção da participação de cada um no capital social. Nos termos do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro, a redução de capital ora aprovada somente se tornará eficaz após 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta ata, com a celebração da Alteração do Contrato Social da Sociedade refletindo a redução de capital social ora aprovada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, lavrando-se da mesma esta ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.

SPE PONTUAL 4 – EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.
Marco Domenico Haegler Manfredi - Diretor
ATERRO SG PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.
Marco Domenico Haegler Manfredi - Diretor

SÊNECA S.A.

CNPJ: 29.982.220/0001-40

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Notas	2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	(3.a)	116	36	1.313	706
Contas a receber de clientes	(3.b)	46	46	302	556
Créditos tributários	(3.c)	-	-	32	32
Créditos com partes relacionadas	(3.d)	-	-	-	-
Estoques		-	-	4.392	4.392
Outros créditos		3	3	17	18
		165	85	6.056	5.704
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Créditos com partes relacionadas	(3.d)	150	110	(36)	153
Depósitos, cauções e retenções		-	-	(38)	(38)
		150	110	(74)	115
Investimentos	(3.e/4)	7.467	7.311	2.000	2.000
Imobilizado	(3.f/5)	-	-	-	-
		7.617	7.421	1.926	2.115
Total do ativo		7.782	7.506	7.982	7.819
		Controladora		Consolidado	
Passivo	Notas	2023	2022	2023	2022
Circulante					
Fornecedores		8	8	26	131
Impostos e contribuições sociais	(3.g)	2	15	16	37
Débitos com partes relacionadas	(3.d)	2	2	4	173
		12	25	46	341
Não circulante					
Débitos com partes relacionadas	(3.d)	-	-	166	(3)
		-	-	166	(3)
Patrimônio líquido	(6)				
Capital social		14.339	14.339	14.339	14.339
Ajuste de avaliação patrimonial		1.147	1.147	1.147	1.147
Prejuízos acumulados		(7.716)	(8.005)	(7.716)	(8.005)
		7.770	7.481	7.770	7.481
Total do passivo		7.782	7.506	7.982	7.819

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro prejuízo por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2023	2022	2023	2022
Receita bruta		-	-	498	1.320
Impostos e contribuições		-	-	(19)	(87)
Receita operacional líquida		-	-	479	1.233
Custo bruto		-	-	-	-
Lucro bruto		-	-	479	1.233
Receitas (despesas) operacionais		289	315	(149)	(873)
Gerais e administrativas		(6)	(19)	(148)	(870)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.e/4)	296	334	-	-
Financeiras, líquidas		(1)	-	(1)	(3)
Outras operacionais, líquidas		-	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		289	315	330	360
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(42)	(44)
Lucro do exercício		289	315	288	316

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	13.816	1.307	(8.320)	6.803
Aumento de capital social	523	-	-	523
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(160)	-	(160)
Lucro do exercício	-	-	315	315
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14.339	1.147	(8.005)	7.481
Aumento de capital social	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	289	289
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.339	1.147	(7.716)	7.770

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro do exercício	289	315	288	316
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:				
Equivalência patrimonial	(296)	(334)	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado	(7)	(19)	288	316
Variações nos ativos e passivos operacionais	(53)	(370)	319	(541)
Contas a receber de clientes	-	1	254	(457)
Crédtios tributários	-	-	-	(32)
Créditos com partes relacionadas	(40)	162	189	367
Outros créditos	-	-	2	(10)
Depósitos, cauções e retenções	-	-	-	4
Débitos com partes relacionadas	-	(523)	-	(523)
Fornecedores	-	(8)	(105)	106
Impostos e contribuições sociais	(13)	(2)	(21)	4
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades operacionais	(60)	(389)	607	(225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Investimentos	140	37	-	196
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(160)	-	(160)
Aumento de capital social	-	523	-	523
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamentos	140	400	-	559
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	80	11	607	334
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	36	25	706	372
No fim do exercício	116	36	1.313	706
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	80	11	607	334

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A Sêneca S.A., tem por objeto social a participação, direta ou indireta, em quaisquer sociedades ou empreendimentos, a administração de bens móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de assessoria, consultoria e planejamento a empresas. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2023 e 2022, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras consolidadas da Sêneca S.A. incluem as seguintes companhias, classificadas para efeito de consolidação, como segue:

Empresa	Participação	Classificação
Litorânea Empreendimentos Imobiliários S.A.;	100%	Controlada
DVE Participações Ltda.	100%	Controlada
Quinta da Boa Vista Participações Ltda.	100%	Controlada

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma das contas de ativo, passivo, receitas e despesas. Segundo a sua natureza, com as seguintes eliminações: i) Das participações nos balanços, reservas e resultados mantidos entre elas; ii) Dos saldos de partes relacionadas, adiantamento para futuro aumento de capital e outras integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; iii) Do patrimônio líquido da empresa controlada; e iv) Dos efeitos decorrentes de transações realizadas entre as empresas. **3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como disponibilidades de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. **b. Contas a receber de clientes:** A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, avaliou não haver necessidade de registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A referida provisão é constituída quando existe uma evidência de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. **c. Créditos tributários:** Os saldos de créditos tributários referem-se basicamente a impostos federais e serão utilizados em compensações de débitos tributários federais da Companhia nos seus vencimentos. **d. Créditos e Débitos com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações. **e. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia, no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As demonstrações financeiras das sociedades controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **f. Impostos e contribuições sociais:** Valores referentes a provisão para pagamentos de tributos federais, estaduais e municipais, além de verbas trabalhistas e previdenciárias. **g. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nas demonstrações financeiras de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes a serem contabilizados. **i. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB. **4 - Investimentos (Controladora)**

	Participação	2023	2022
Litorânea Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	2.268	2.293
DVE Participações Ltda.	100%	2.950	2.815
Quinta da Boa Vista Participações Ltda.	100%	2.249	2.203
Investimentos		7.467	7.311

5 - Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, está representado por 10.514.203 ações (10.514.203 em 31 de dezembro de 2022) ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da companhia referem-se à variação do valor contábil dos seus bens substancialmente inferior ao valor justo em seus saldos iniciais. A administração considera que os valores de mercado refletem a liquidez e a capacidade de geração de seus bens. **6 - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **7 - Eventos subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Diretoria
Genilson Silva Melo; Silvia Côrtes de Lacerda Ribeiro

Contador
Marco Adriano Rizo de Farias
CRC RJ 110497/O-9

Petrobras: produção de petróleo e gás cresce 3,7% no trimestre

Empresa atribui aumento à evolução da produção de navios plataforma

A produção média de óleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural da Petrobras no primeiro trimestre deste ano ficou em 2.776 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), com aumento de 3,7% em comparação com o resultado do mesmo período de 2023.

Segundo a empresa, a variação deve-se, principalmente, à evolução da produção dos FPSOs (navios plataforma que produzem, armazenam e transferem petróleo e gás), além da entrada em produção de 19 novos poços de projetos complementares, nas bacias de Campos (11) e nas de Santos (8).

Na comparação com o quarto trimestre de 2023, a produção caiu 5,4%, devido ao maior volume de perdas por paradas e manutenções, dentro do previsto no Plano Estratégico 2024-28, e ao declínio natural de campos maduros. Os efeitos foram parcialmente compensados pela maior contribuição dos navios plataforma Almirante Barroso (campo de Búzios) e P-71 (campo de Itapu), após atingirem o topo de produção no último trimestre de 2023, e pelos FPSOs Sepetiba (campo de Mero) e Anita Garibaldi (campos de Marlim, Voador e Espadim).

Segundo a Agência Brasil, a estatal iniciou, em 7 de março, o escoamento de entrega de gás pela Bacia de Santos. A jazida compartilhada de Búzios atingiu, naquele mês, a marca de 1 bilhão de barris de óleo produzidos. Atualmente, o campo opera com cinco plataformas: P-74, P-75, P-76, P-77 e Almirante Barroso. O horizonte do Plano Estratégico 2024-28 prevê a instalação de mais seis unidades no campo até 2027.

No segmento de refino, transporte e comercialização, a produção total de derivados no primeiro trimestre foi de 1.753 milhões de barris produzidos por dia (mbpd), 6,1% acima da produção de igual período do ano passado. A participação de diesel, gasolina e querosene de aviação em relação à produção total foi de 67% no trimestre, em linha com o mesmo período no ano anterior.

A Petrobras ampliou a oferta de produtos mais sustentáveis no mercado nacional, iniciando em São Paulo a comercialização de diesel com conteúdo renovável (R5) na Refinaria Presidente Bernardes, que, assim como a Refinaria Presidente Getulio Vargas, já está apta a vender regularmente o combustível capaz de reduzir emissões de gases de efeito estufa.

Adicionalmente, a companhia estabeleceu parceria com a segunda maior distribuidora de asfalto do país para a venda do CAP Pro W, produto lançado no final do ano passado, estimulando o desenvolvimento do mercado de asfaltos mais sustentáveis.

GLIMDAS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 30.526.602/0001-48

Demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração: Em atendimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, compreendendo Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas. Rio de Janeiro, 30/04/2024. A Administração.

Balanços Patrimoniais

ATIVO	2023	2022
Circulante	**11.042**	**9.249**
Caixa e equivalentes de caixa	9.086	7.743
Tributos a recuperar	1.946	1.276
Outros ativos	10	230
Não circulante	**528.260**	**437.682**
Contas a receber - empresas coligadas	6.935	1.490
Investimentos - empresas coligadas	519.820	434.594
Imobilizado	1.505	1.598
Total do ativo	**539.302**	**446.931**
PASSIVO	**2023**	**2022**
Circulante	**8.185**	**643**
Impostos e contribuições a recolher	1.811	564
Dividendos a pagar	6.366	–
Outras contas a pagar	8	79
Não circulante	**3.027**	**13.072**
Empréstimos	3.027	13.072
Patrimônio Líquido	**528.090**	**433.216**
Capital social	46.037	46.037
Reservas de capital	2.189	2.189
Reserva de reavaliação reflexa	(631)	205
Reserva legal	9.207	9.207
Reserva de lucros	400.467	333.936
Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	70.821	41.642
Total do passivo e patrimônio líquido	**539.302**	**446.931**

Demonstrações do Resultado

Receitas (despesas) operacionais	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	(2.519)	(1.549)
Outras receitas	35	–
	(2.484)	**(1.549)**
Resultado de equivalência patrimonial	53.112	83.786
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	**50.628**	**82.237**
Receitas financeiras	9.991	5.981
Despesas financeiras	(1.335)	(2.403)
Resultado financeiro	**8.656**	**3.578**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**59.284**	**85.815**
Imposto de renda corrente	(1.119)	(355)
Contribuição social corrente	(411)	(136)
	(1.530)	**(491)**
Lucro líquido do exercício	**57.754**	**85.324**
Lucro líquido do exercício por ação - R$	**17,13**	**25,31**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação reflexa	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial reflexa	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31/12/2021	**46.037**	**2.189**	**1.871**	**9.207**	**188.978**	**3.965**	**–**	**252.247**
Ajustes reservas em coligadas por equivalência patrimonial	–	–	(1.666)	–	110.689	37.677	–	146.700
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	(51.055)	(51.055)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	85.324	85.324
Constituição de reservas de lucros	–	–	–	–	34.269	–	(34.269)	–
Saldo em 31/12/2022	**46.037**	**2.189**	**205**	**9.207**	**333.936**	**41.642**	**–**	**433.216**
Ajustes reservas em coligadas por equivalência patrimonial	–	–	(836)	–	49.723	29.179	–	78.066
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	(40.946)	(40.946)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	57.754	57.754
Constituição de reservas de lucros	–	–	–	–	16.808	–	(16.808)	–
Saldo em 31/12/2023	**46.037**	**2.189**	**(631)**	**9.207**	**400.467**	**70.821**	**–**	**528.090**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.351**	**2.308**
Caixa gerado nas operações	**6.070**	**4.022**
Lucro líquido do exercício	57.754	85.324
Resultado de equivalência patrimonial	(53.112)	(83.786)
Depreciação	93	93
Juros de empréstimos	1.335	2.391
Variações nos ativos e passivos	**(4.719)**	**(1.714)**
Tributos a recuperar	(670)	(735)
Outros ativos	220	(79)
Contas a receber empresas coligadas	(5.445)	(1.378)
Impostos e contribuições	1.247	519
Outros passivos	(71)	(41)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**45.952**	**57.712**
Aumento de capital em coligada	(2.662)	–
Aquisição de Investimento	–	(3)
Dividendos recebidos a conta de investimento	48.614	57.715
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(45.960)**	**(65.455)**
Amortização de empréstimo	(10.000)	(11.980)
Pagamento de juros de empréstimo	(1.380)	(2.420)
Pagamento de dividendos	(34.580)	(51.055)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.343**	**(5.435)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7.743	13.178
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9.086	7.743
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.343**	**(5.435)**

Notas explicativas: 1. Atividade social: A Companhia tem por objetivo a administração de seus recursos próprios e a participação em outras sociedades. **2. Elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **3. Principais práticas contábeis adotadas: a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado segundo o regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de valor. **c) Investimentos:** O investimento em empresas coligadas é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. **4. Capital:** O capital social é composto por 3.370.913 ações sem valor nominal, sendo 1.941.012 ações ordinárias e 1.429.901 ações preferenciais.

Diretoria
Israel Klabin - Alberto Klabin - Gabriel Klabin.

Contador
Roberto Carlos Bocafoli Righi - CRC - RJ 075.664/O-0.

ZI BLUE S.A.

CNPJ: 32.222.218/0001-87

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(3.a)	3.570	3.815
Contas a receber de clientes		633	698
Estoques	(3.b)	13.962	19.519
Créditos tributários	(3.c)	364	246
Outros créditos		717	487
		19.246	24.765
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas		43	129
Depósitos judiciais		116	116
		159	245
Investimentos	(3.d/4)	262	262
Imobilizado	(3.e/5)	86.287	86.287
		86.708	86.794
Total do ativo		105.954	111.559

	Notas	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	(3.f)	4.322	3.977
Tributos e obrigações sociais	(3.g)	1.956	2.060
Débitos com partes relacionadas		836	836
		7.114	6.873
Não circulante			
Débitos com partes relacionadas		6.308	4.658
		6.308	4.658
Patrimônio líquido	(6)		
Capital social		65.013	60.795
Reservas de lucros		-	-
Reserva de capital		-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		43.593	43.593
Prejuízo Acumulado		(16.074)	(4.360)
		92.532	100.028
Total do passivo		105.954	111.559

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	58.401	1.509	-	43.593	-	-	103.503
Aumento de capital social	2.394	-	-	-	-	-	2.394
Redução de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(5.869)	(5.869)
Destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	(1.509)	-	-	-	1.509	-
Reserva para investimento	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.795	-	-	43.593	-	(4.360)	100.028
Aumento de capital social	4.218	-	-	-	-	-	4.218
Redução de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(11.714)	(11.714)
Destinação do resultado do exercício:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimento	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	65.013	-	-	43.593	-	(16.074)	92.532

Demonstrações dos Resultados
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita bruta	12.604	13.834
Deduções da receita bruta	(360)	(493)
Receita operacional líquida	12.244	13.341
Custo bruto	(19.842)	(15.873)
Lucro bruto	(7.598)	(2.532)
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(4.531)	(3.734)
Resultado financeiro, líquido	415	397
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.714)	(5.869)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro/prejuízo líquido do exercício	(11.714)	(5.869)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	(11.714)	(5.869)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
- Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(11.714)	(5.869)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	(11.714)	(5.869)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:	-	169
Depreciação e amortização	-	169
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Resultado de participações minoritárias	-	-
Variações nos ativos e passivos operacionais	7.251	3.014
Contas a receber de clientes	65	(206)
Estoques	5.557	1.431
Tributos a recuperar	(118)	(31)
Outros créditos	(230)	(24)
Depósitos judiciais	-	-
Fornecedores	345	(379)
Tributos e obrigações sociais	(104)	471
Débitos com partes relacionadas	1.736	1.752
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	(4.463)	(2.686)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Investimentos	-	-
Adições ao imobilizado	-	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital social	4.218	2.394
Outros resultados abrangentes	-	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	4.218	2.394
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(245)	(292)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	3.815	4.107
No fim do exercício	3.570	3.815
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(245)	(292)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A ZI BLUE S.A. tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras empresas ou empreendimentos, bem como a exploração de atividades pastoris e de silvicultura de cultivo, venda e corte de eucalipto. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **b. Estoques:** Demonstrados pelo valor de custo do estoque, incluindo todos os custos de aquisição, bem como outros custos indiretos. Não estão registrados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com seu uso ou venda. **c. Créditos tributários:** Os saldos de créditos tributários referem-se basicamente a impostos federais e serão utilizados em compensações de débitos tributários federais da Companhia nos seus vencimentos. **d. Investimentos:** Os investimentos registrados nas demonstrações financeiras referem-se a aplicações de recursos em incrementos às áreas de propriedade da própria Companhia não integradas aos seus ativos imobilizados. **e. Imobilizado:** O custo de um item de um ativo tangível é reconhecido como ativo quando, é provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a Companhia e o custo do item pode ser mensurado confiavelmente. O valor depreciável dos ativos é apropriado separadamente de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos são revisados pelo menos ao final de cada exercício. **f. Fornecedores:** Os títulos emitidos por fornecedores estão registrados pelo seu valor nominal, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros incorridos. **g. Tributos e obrigações sociais:** Valores referentes a provisão para pagamento de tributos federais, estaduais e municipais, além de verbas trabalhistas e previdenciárias. **h. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nas demonstrações financeiras de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes a serem contabilizados. **i. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB. **4 - Investimentos:**

	Participação	2023	2022
Outros investimentos	-	262	262
		262	262

5 - Imobilizado:

	Taxas	Custo	Depreciação	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Terrenos	-	60.150	-	60.150	60.150
Edificações e benfeitorias	5%	21.119	-	21.119	21.119
Outros	10% e 20%	7.862	(2.844)	5.018	5.018
		89.132	(2.844)	86.287	86.287

6 - Patrimônio liquido: • Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, está representado por 71.441.527 ações (68.552.743 em 31 de dezembro de 2022) ordinárias. • **Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei Societária, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral. • **Reservas de lucros: Reserva legal** - Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, em conformidade com o artigo de 193 da Lei nº 6.404/76. **Reserva para investimento** - Constituída por até 75% do lucro líquido do exercício social e tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, podendo ter destinação diferente por decisão da Assembleia. • **Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da companhia referem-se à variação do valor contábil dos seus bens substancialmente inferior ao valor justo em seus saldos iniciais. A administração considera que os valores de mercado refletem a liquidez e a capacidade de geração de seus bens. **7 - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. **8 - Eventos subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

A DIRETORIA
Silvia Côrtes de Lacerda Ribeiro, Genilson Silva Melo
CONTADOR: Marco Adriano Rizo de Farias - CRC RJ 110497/O-2

Pesquisa: 37% dos brasileiros aplicam em produtos financeiros

A sétima edição do Raio X do Investidor Brasileiro , publicação anual da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) feita em parceria com o instituto Datafolha, mostra que a fatia de brasileiros e brasileiras que investem em produtos financeiros apresentou leve alta em 2023 na comparação ao ano anterior, de 36% para 37%.

"O levantamento ajuda a traçar o perfil e o comportamento da população com relação às suas finanças. São considerados aspectos de gênero, orientação sexual, etnia, geração e classe social. As entrevistas acontecem em todas as regiões do país, incluindo pessoas a partir de 16 anos economicamente ativas, além de aposentadas e inativas com ou sem renda", explicou a Anbima.

De acordo com o levantamento, entre 2021 e 2023, o aumento no número de pessoas investidoras foi de seis pontos percentuais. Para 2024, a projeção é de novo avanço, chegando a 41% da população – o cálculo é feito a partir das respostas sobre a intenção dos entrevistados em investir neste ano.

Entre o contingente de investidores, 51% são do gênero masculino, 75% trabalham, 33% concluíram o ensino superior e 36% são da classe A/B. A maioria habita a região Sudeste (52%), seguida pelo Nordeste (20%), Sul (15%), Centro-Oeste (7%) e Norte (6%).

Já entre quem não investe, que equivale a 63% da amostra total, pouco mais da metade são do gênero feminino (53%), 68% trabalham, com maior concentração entre as classes C (46%) e D/E (37%).

Estresse e bets

O Raio X do Investidor Brasileiro aborda nesta edição novos levantamentos embasados por estudos realizados recentemente pela Anbima. O uso de aplicativos de apostas esportivas online, popularmente conhecidas como bets, por exemplo, é um elemento inédito da edição. "O interesse das pessoas pelas apostas foi constatado durante o estudo qualitativo "Como você investe o seu dindim?", realizado entre o fim de 2022 e o início de 2023, em parceria com a consultoria Na Rua", disse a Anbima.

Outra novidade é a métrica sobre o autocontrole e o imediatismo da população na relação com o dinheiro. A partir dos resultados da pesquisa, a Científica-Ciência de Dados, sob a coordenação de Altay Lino de Souza, fez uma análise, comparando os comportamentos dos habitantes do Brasil e de outros países. Foram explorados ainda cruzamentos dos dados com o estresse financeiro, o uso das bets e demais variáveis do estudo. Para a 7ª edição do Raio X do Investidor Brasileiro, o Datafolha ouviu 5.814 pessoas de 16 anos ou mais, de todas as classes sociais, nas cinco regiões do Brasil, em novembro de 2023. A margem de erro da pesquisa é de um ponto percentual, para mais ou para menos.

Reunião aberta

Nesta terça-feira, às 10h, Marcelo Billi, superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação da Anbima, apresenta os resultados da 7ª edição do Raio X do Investidor Brasileiro em reunião aberta a todo o mercado. O encontro será online e não ficará gravado. Clique aqui para se inscrever (https://084b9f7d.sibforms.com/serve/MUIFAHZ6S-FdI1wyS1c-uGEIsoSibHXu0I-4pzfT9s5FY65FkFwsn-XeFFmbZ_TJhZqE9ur_dYvBXt4000sZiuy-NA32I4u9oZgr6toH-zVHRx0H3VyjWcOo-AAzdE5XsB-VTbbnH7k8ShhZ-RjJa-cR2Z24fTt51OE1Ou-fhklWUb90Gt9xEgo-FyfIoX6oH2ICm1wVE-DZ7xShAOEKKcWnV)

C6 Bank: lucro de R$ 461 milhões 1º trimestre

O C6 Bank registrou, nos três primeiros meses de 2024, seu primeiro lucro trimestral. O resultado, de R$ 461 milhões, segundo a instituição, é decorrente de um trabalho contínuo de geração de receitas, estabilização dos custos e declínio da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD). O marco foi alcançado em menos de cinco anos de existência do banco, que foi lançado em agosto de 2019.

"O primeiro lucro trimestral da nossa história é o resultado concreto do modelo no qual sempre acreditamos, que consiste em gerar receitas crescentes e manter custos estáveis e PDD controlada. É esse modo de operar que nos garantiu o resultado positivo de agora e que nos deixa otimistas em relação aos próximos trimestres", diz Marcelo Kalim, CEO do C6 Bank.

A carteira de crédito do banco fechou o primeiro trimestre deste ano em R$ 46,3 bilhões, uma expansão de 36% ante março de 2023. O crescimento decorre da estratégia de priorizar a originação de ativos de qualidade.

A inadimplência apresentou queda mais uma vez. Entre o quarto trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2024, a porcentagem de empréstimos com atrasos de 90 dias ou mais caiu de 3,4% para 3,2%. A evolução fica ainda mais evidente na comparação anual – no primeiro trimestre de 2023, o índice estava em 4,7%.

"Os resultados do C6 são reflexo de seus produtos inovadores que encantam os clientes e da gestão disciplinada do negócio", diz Sanoke Viswanathan, chefe de estratégia e crescimento no JPMorgan Chase e executivo-chefe de varejo bancário internacional. "O banco demonstrou capacidade de crescer a sua base de clientes e balanço patrimonial em um ritmo constante e com alta alavancagem operacional – ingredientes essenciais para o sucesso no longo prazo", concluiu.

Em março, o C6 Bank estreou no ranking das 50 marcas mais valiosas do país, divulgado pela Kantar. O banco é o mais jovem da lista, que inclui 11 centenárias e 23 nomes com mais de 50 anos de mercado. O estudo baseia-se nas opiniões de mais de 10 mil entrevistados (investidores e consumidores) sobre 396 marcas em 27 categorias.

artplan

ARTPLAN COMUNICAÇÃO S.A.

CNPJ 33.673.286/0001-25

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sª as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023. A Sociedade manteve seu crescimento orgânico, adaptando-se rapidamente ao cenário econômico, realizando novos investimentos em novas linhas de negócios. Tivemos um aumento em 10,87% o valor de sua Receita Líquida, obtendo um EBITDA de 12,4 MM. O resultado atingido está de acordo com o regime de competência, as despesas e receitas refletem a realidade operacional e financeira da Cia, com grande investimento em novos clientes. A DIRETORIA agradece a todos os colaboradores, fornecedores e clientes pela parceria que resultou na performance do exercício. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.618.730	24.964.405
Contas a receber de clientes		129.307.557	121.486.952
Adiantamentos		16.097.347	27.878.921
Partes relacionadas		26.269.913	2.281.481
Impostos a recuperar		1.947.529	2.975.350
Despesas antecipadas		807.123	855.682
Total do Circulante		**190.048.199**	**180.442.791**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depositos judiciais		134.678	57.034
Adiantamento para futura capitalização		10.032.436	9.360.263
Partes relacionadas		8.183.890	8.183.890
Aplicações financeiras	5	7.880.387	5.730.080
Total do realizável a longo prazo		26.231.392	23.331.266
Investimentos	7	8.304.924	8.190.985
Imobilizado	6	7.928.908	8.420.269
Intangível		61.190	19.651
Total do não Circulante		**42.526.414**	**39.962.172**
Total do Ativo		**232.574.613**	**220.404.963**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Fornecedores		160.190.535	157.020.478
Empréstimos e financiamentos		21.565.847	13.028.101
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		1.432.922	2.932.486
Adiantamentos		170.032	3.785.922
Total do Circulante		**183.359.336**	**176.766.987**
Não Circulante			
Empréstimos, financiamentos e encargos		17.937.334	8.098.034
Adiantamentos		(16.101)	1.312.231
Total do não Circulante		**17.921.233**	**9.410.265**
Patrimônio Líquido			
Capital social	8	22.744.287	22.744.287
Capital social SCP's		827.131	827.131
Retenção de lucros		8.476	-
Reserva de lucros		5.089.892	-
Lucros acumulados		2.624.258	10.656.293
		31.294.044	**34.227.711**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**232.574.613**	**220.404.963**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Dividendos Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**16.908.584**	**-**	**3.216.291**	**21.117.024**	**-**	**41.241.900**	**41.241.900**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	10.656.293	**10.656.293**
Outros resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-
Total de resultado abrangente, líquidos de impostos	**16.908.584**	**-**	**-**	**3.216.291**	**21.117.024**	**10.656.294**	**51.898.193**
Aumento ou diminuição de capital	6.662.834	-	-	3.216.291	21.117.024	-	**(17.670.481)**
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**23.571.418**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.656.294**	**34.227.711**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	1.993.550	**1.993.550**
Outros resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-
Total de resultado abrangente, líquidos de impostos	**23.571.418**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.649.843**	**36.221.261**
Aumento ou diminuição de capital	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros	-	-	-	-	8.476	-	**8.476**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(4.935.693)	**(4.935.693)**
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	5.089.892	-	(5.089.892)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**23.571.418**	**-**	**-**	**5.089.892**	**8.476**	**2.624.258**	**31.294.044**

As notas explicativas da Adminsitração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Nota 1: A Artplan é uma agência de publicidade independente fundada em 04/08/1967 e conta com escritórios em Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Faz pardo do Grupo Dreamers.
Nota 2: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.
Nota 3: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a companhia opera.
Nota 4: Foram considerados como caixa ou equivalente de caixa as disponibilidades e os instrumentos financeiros altamente líquidos, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.
Nota 5: A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. **Nota 6:** Imobilizado

	Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	2023	2022
Imóveis	4%	3.672.000	-2.333.040	1.338.960	1.485.840
Equipamentos Eletrônicos	20%	9.644.532	-6.029.984	3.614.548	3.830.871
Moveis e Utensílios	10%	5.708.835	-4.770.918	937.918	1.443.155
Veículos	20%	2.032.650	-1.516.336	516.314	771.084
Benfeitorias em Imóveis Terc.	20%	15.316.343	-13.795.174	1.521.168	889.319
Total		**36.374.360**	**-28.445.452**	**7.928.908**	**8.420.269**

Nota 7: Investimentos: Os investimentos se relevantes são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição corrigido e deduzido das depreciações e amortizações que são calculadas pelo método linear.

	2023	2022
Controlada	4.940.421	4.940.421
Sociedade Com Cota De Participação (a)	3.217.534	3.217.504
Outras Participações	146.999	33.060
	8.304.954	**8.190.985**

(a) A empresa é socia ostensiva nas SCP's, Pullse, Dreamers Rock, Monkey Dreamers

Nota 8: O capital social da sociedade totalmente subscrito e integralizado é composto por 35.044.105 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 0,46 cada.

Lionel Chulam
Representante Legal
CPF: 341.356.697-00

Carlos Pierre Gomes de Oliveira
Contabilista
CRC 095.508/O-3

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas		**178.141.462**	**160.678.333**
Custo dos produtos vendidos		(23.545.227)	(27.362.860)
Lucro bruto		**154.596.235**	**133.315.472**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com pessoal		(107.753.341)	(85.359.875)
Gerais e administrativas		(27.682.620)	(24.670.339)
Despesa com depreciação		(1.897.636)	(1.864.426)
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.749.493)	958.291
Resultado antes do resultado financeiro		**10.513.145**	**22.379.123**
Receitas financeiras		**1.198.194**	**654.018**
Despesas financeiras		(6.494.344)	(7.180.485)
Resultado financeiro líquido		**(5.296.150)**	**(6.526.467)**
Lucro antes do IR e Contribuição Social		5.216.995	15.852.656
IR e contribuição social correntes		(3.223.445)	(5.196.362)
IR e contribuição social diferidos		-	-
Lucro ou prejuízo do exercício	2	**1.993.550**	**10.656.293**
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores		-	-
Acionistas não controladores		-	-
Lucro ou Prejuízo do exercício		-	-
Resultado por ação:			
Resultado por ação - básico (em R$)		1.661	8.880
Resultado por ação - diluído (em R$)		1.019	5.448

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa da atividade operacional	**2023**	**2022**
Lucro ou Prejuízo do exercício	1.993.550	10.656.293
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.897.636	1.864.426
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
(Despesas) receitas operacionais	-	-
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(6.494.344)	(7.180.485)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.223.445)	(5.196.362)
Outras	1.198.194	(539.515)
	(4.628.409)	**(395.643)**
Variação de ativos e passivos:		
(Aumento) Redução no contas a receber	(7.820.604)	14.219.117
(Aumento) Redução nos impostos a recuperar	1.027.821	(2.084.974)
(Aumento) Redução nos demais ativos circulantes	14.258.444	(23.148.453)
(Redução) Aumento em fornecedores	3.170.057	47.319.094
(Redução) Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	(1.499.564)	(2.997.775)
(Redução) Aumento em outras contas a pagar	(3.615.889)	(3.415.718)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**891.856**	**29.495.648**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobiilzado	491.361	(513.580)
Aquisição de intangível	(41.539)	(6.089)
Adiantamento para futuro investimento em participação societária	-	-
Pagamento na aquisição de empresa	-	(739.865)
Outros	(140.273)	19.055
Caixa líquido das atividades de investimentos	**309.549**	**(1.240.479)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	18.377.046	18.748.032
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(3.415.718)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(14.868.923)
Financiamento com empresas ligadas, líquido	(23.988.432)	-
Aumento (Redução) de capital de não controladores em controlada	-	6.662.834
Pagamento na opções de ações	-	-
Pagamento de dividendos	(4.935.693)	(10.983.682)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(10.547.079)**	**(3.857.457)**
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(9.345.675)**	**24.397.712**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.964.405	566.691
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.618.730	24.964.405
Aumento/(redução) líquido de caixa	**(9.345.675)**	**24.397.714**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

GASTER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.512.581/0001-02

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, estamos apresentando, para apreciação de VSas., as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	1	-	44.240	29.670
Ativo financeiro a valor justo por meio de resultado		-	-	-	685
Contas a receber de clientes	**7**	-	-	57.692	113.173
Imoveis a comercializar	**8**	-	-	731.144	792.994
Adiantamentos e despesas antecipadas	**9**	-	-	18.016	19.902
Tributos a recuperar		480	61	18.598	8.164
Outras contas a receber	**11**	-	-	-	656
Outros ativos circulantes		-	-	-	36.932
		481	**61**	**869.690**	**1.002.176**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado		-	-	98	100
Contas a receber	**7**	-	-	993	13.695
Contas a receber - partes relacionadas	**10.1**	67.371	67.371	114.097	57.658
Contrato de mútuo - partes relacionadas	**10.2**	3.190	10.387	-	7.197
Contas a receber por alienação de investimento		-	-	2.636	2.637
Contas a receber		-	-	-	-
Imóveis a comercializar	**8**	-	-	87.260	106.071
Depósitos judiciais		-	-	7.595	9.699
		70.561	**77.758**	**212.680**	**197.057**
Investimentos em controladas e coligadas	**10.3**	506.112	469.156	-	823
Propriedades para investimentos	**12**	-	-	523.488	505.464
Imobilizado	**13**	1	22	4.921	1.863
Intangível	**14**	-	-	31.589	31.560
Direito de Uso Arrendamento		-	-	-	505
		576.674	**546.936**	**772.677**	**737.272**
Total do Ativo		**577.155**	**546.997**	**1.642.368**	**1.739.448**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	**16**	-	-	424.802	495.012
Proventos e encargos a pagar		-	-	3.113	2.748
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	78.039	79.512
Contas a pagar por aquisição de imoveis	**17**	-	-	72.886	74.286
Adiantamentos de clientes	**18**	-	-	13.578	21.419
Tributos a recolher	**19**	1	1	58.253	46.226
Dividendos a pagar	**10.5**	-	-	3.097	2.530
Imposto de renda contribuição social a pagar		-	-	8.941	4.458
Provisão para garantia de obras	**20**	-	-	-	438
Programa de recuperação fiscal		-	-	18.401	15.112
Provisão para rescisões a pagar	**21**	-	-	237.663	226.488
Obrigações pela aquisição de Direitos		-	-	456	615
Outros passivos	**22**	-	-	24.291	24.291
		1	**1**	**943.520**	**993.135**
Não Circulante					
Debêntures	**15**	1.033.421	877.217	1.052.619	913.849
Empréstimos e financiamentos	**16**	-	-	96.866	13.306
Contas a pagar por aquisição de imóveis	**17**	-	-	21.636	19.308
Renda a apropriar	**23**	-	-	960	1.228
Partes relacionadas	**10.5**	16.939	23.211	123.247	131.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**24**	-	-	49.078	55.808
Tributos diferidos		-	-	32.839	27.555
Programa de Recuperação Fiscal		-	-	44.579	75.993
Indenizações a pagar	**25**	-	-	469.750	444.513
Obrigações pela aquisição de Direitos		-	-	2.821	-
Provisão para garantia de obras	**20**	-	-	880	1.315
Provisão para passivo a descoberto de controladas	**10.4**	573.677	534.200	4.077	3.299
Adiantamentos de clientes	**18**	-	-	-	-
Provisões para contingências	**26**	-	-	78.797	113.773
Outros passivos	**22**	-	-	1.138	3.463
		1.624.037	**1.434.628**	**1.979.287**	**1.804.660**
Patrimônio Líquido					
Capital social	**27**	1.638.853	1.638.853	1.645.774	1.638.853
Prejuízos acumulados		(2.685.736)	(2.526.485)	(2.563.142)	(2.550.785)
Participação dos não controladores		-	-	(363.071)	(146.415)
Patrimônio líquido consolidado		**(1.046.883)**	**(887.632)**	**(1.280.439)**	**(1.058.347)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**577.155**	**546.997**	**1.642.368**	**1.739.448**

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Receitas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Venda de mercadoria	-	-	(3.039)	(5.297)
Outras receitas	-	-	14.047	11.484
Receita de alugueis	-	-	32.224	35.996
	-	**-**	**43.233**	**42.183**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos Serviços Vendidos	-	-	(99.668)	(15.313)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(170)	(614)	(21.854)	(39.503)
Resultado provisões e reversão de provisões	-	-	95.313	5.761
Outras	(579)	(26)	(43.475)	(41.650)
Valor adicionado bruto	**(749)**	**(640)**	**(26.450)**	**(48.522)**
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(22)	(22)	5.436	(7.122)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	**(771)**	**- (662)**	**(21.014)**	**(55.644)**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.522)	(81.231)	74.268	(1.366)
Valor justo da Propriedade para investimento	-	-	(30.267)	10.811
Receitas financeiras	419	1.047	4.636	16.492
Outras	(2.103)	(80.184)	48.637	25.937
Valor adicionado total a distribuir	**(2.874)**	**(80.846)**	**27.623**	**(29.707)**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários	-	-	8.906	13.939
	-	**-**	**8.906**	**13.939**
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	69	118	3.292	19.820
	69	**118**	**3.292**	**19.820**
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros, variações cambiais e monetárias	156.307	130.990	170.410	147.964
Despesa financeira	1	90	18.106	24.914
	156.308	**131.080**	**188.516**	**172.878**
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(159.251)	(212.044)	(159.251)	(212.044)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(13.840)	(24.300)
	(159.251)	**(212.044)**	**(173.091)**	**(236.344)**
	(2.874)	**(80.846)**	**27.623**	**(29.707)**

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		Controladora		Consolidado	
Receitas operacionais	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida	**28**	-	-	43.233	42.183
Custo das vendas e serviços	**29**	-	-	(99.668)	(15.315)
Lucro bruto		**-**	**-**	**(56.435)**	**26.868**
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	**30.1**	-	-	(17.520)	(7.960)
Despesas gerais, administrativas	**30.2**	(835)	(780)	(7.112)	(122.027)
Valor justo da propriedade para investimento		(1)	-	(30.267)	10.811
Participação de equivalência patrimonial		(2.522)	(81.231)	74.268	(1.366)
Outras receitas (despesas) operacionais	**30.3**	-	-	44.757	17.259
		(3.362)	**(82.011)**	**63.810**	**(103.283)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**(3.362)**	**(82.011)**	**7.375**	**(76.415)**
Receitas financeiras	**31**	418	1.047	4.636	16.492
Despesas financeiras	**31**	(156.307)	(131.080)	(188.516)	(172.878)
Resultado financeiro líquido		**(155.889)**	**(130.033)**	**(183.880)**	**(156.386)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(159.251)**	**(212.044)**	**(176.505)**	**(232.801)**
Contribuição social/Impostos de renda		-	-	9.788	(8.764)
Diferido		-	-	(6.374)	5.221
Prejuízo do exercício		**(159.251)**	**(212.044)**	**(173.091)**	**(236.344)**
Prejuízo atribuível a:					
Proprietários da Controlada		-	-	(159.251)	(212.044)
Participação dos acionistas minoritários		-	-	(13.840)	(24.300)
Resultado do exercício		**(159.251)**	**(212.044)**	**(173.091)**	**(236.344)**
Cotas integralizadas ao final do exercício		**466.808**	**466.808**	**466.808**	**466.808**
Prejuízo por cota integralizada		**(0,34115)**	**(0,45424)**	**(0,37080)**	**(0,50630)**

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Patrimônio líquido**	**Participação dos não controladores**	**Patrimônio líquido consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.638.853**	**(2.314.441)**	**(675.588)**	**(145.876)**	**(821.464)**
Prejuízo do exercício	-	(212.044)	(212.044)	(24.300)	(236.344)
Operação com acionistas não controladores	-	-	-	(539)	(539)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.638.853**	**(2.526.485)**	**(887.632)**	**(170.715)**	**(1.058.347)**
Prejuízo do exercício	-	(159.251)	(159.251)	(159.251)	(318.502)
Operação com acionistas não controladores	-	-	-	96.410	96.410
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.638.853**	**(2.685.736)**	**(1.046.883)**	**(233.556)**	**(1.280.439)**

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	**(159.251)**	**(212.044)**	**(173.091)**	**(236.344)**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Depreciação/ Amortização	21	22	7.613	7.887
Juros sobre Debêntures e nota promissória	156.204	130.990	156.204	130.990
Alterações nas provisões	-	-	227	(757)
Tributos diferidos	-	-	5.279	1.610
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	9.406	446
Participação nos resultados de controlada/coligada	-	-	-	1.366
Perda (ganho) no valor justo de propriedade para investimento	2.521	81.231	(23.748)	(10.811)
Provisão para contingências e reversão de provisões	-	-	(83.672)	(65.683)
Juros provisionados	-	-	59.138	19.736
Participação dos não controladores	-	-	(5.657)	(2.153)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(48.634)	(1.018)
	(505)	**199**	**(92.492)**	**(154.731)**
Variações no capital circulante:				
Contas a receber de clientes	-	-	25.684	40.868
Adiantamentos e despesas antecipadas	-	-	(662)	2.175
Tributos a recuperar	(419)	(7)	(481)	1.186
Contas a pagar - parte relacionada	(6.272)	(6.601)	(6.272)	(6.601)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(2.085)	463
Tributos a recolher	-	-	(18.883)	13.762
Imóveis a comercializar	-	-	96.287	15.931
Gastos com vendas a propriar	-	-	(144)	176
Outros ativos	-	-	7.091	(7.121)
Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	(1.400)	(2.559)
Salários e encargos sociais	-	-	413	318
Adiantamentos de clientes	-	-	(7.836)	(3.500)
Indenizações a pagar	-	-	88.484	109.588
Outros passivos	-	-	(728)	484
Gerado pelas operações:				
Juros pagos	-	-	(18.424)	(8.475)
Imposto de renda e contribuição	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	786	(385)
	(6.691)	**(6.608)**	**161.830**	**156.310**
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(7.196)**	**(6.409)**	**69.338**	**1.579**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de investimento	-	-	(3.032)	10
Aquisição de controlada	-	7.449	-	-
Aquisição de imobilizado/ Intangível	-	-	(6.652)	(1.686)
Recursos provenientes da venda do imobilizado/ Intangível	-	-	(5.429)	(1.901)
Ativos financeiros e instrumentos financeiros	-	-	2	395
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	**-**	**7.449**	**(15.110)**	**(3.182)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	-	-	-	-
Venda de ações em tesouraria	-	-	2.075	20.263
Empréstimo para partes relacionadas	7.197	(1.040)	(33.361)	(8.079)
Recursos provenientes de empréstimos	-	-	(3.672)	(21.457)
Pagamento de empréstimos	-	-	(7.540)	(9.024)
Outros movimentos de acionistas não controladores	-	-	2.840	436
Dividendos pagos	-	-	-	-
Dividendos recebidos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**7.197**	**(1.040)**	**(39.658)**	**(17.861)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1**	**-**	**14.570**	**(19.464)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	-	29.670	49.134
No final do exercício	1	-	44.240	29.670
	1	**-**	**14.570**	**(19.464)**

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Companhia são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício

Findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - (Valores expressos em milhares de reais - R$)

1 - Contexto operacional: A Gaster Participações S.A, ("Gaster" ou "Companhia") tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e foi constituída em 17 de novembro de 2008. A Companhia tem por objeto social a participação em outras Companhias, como acionista ou quotista, bem como a atividade mercantil em geral; criação de arquivo e acervo documental, com centro de processamento de documentação para facultar consultas privadas e públicas. A Gaster é detentora de 80,85% das ações da João Fortes Engenharia S.A. ("João Fortes"), e 99,999 % das ações da Shopinvest Empreendimentos e Participações S/A. ("Shopinvest"). Shopinvest foi constituída no ano de 2008 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no Rio de Janeiro - RJ, com o objetivo de participar em empreendimentos relacionados ao negócio de shopping centers e/ou no capital de sociedade proprietárias de shopping centers. A João Fortes Engenharia S.A. ("Companhia") tem como objetivo social: a) a indústria de construção civil; b) a elaboração de estudos e projetos de arquitetura e de engenharia civil, a execução de trabalhos e a prestação de quaisquer serviços de engenharia civil; c) a elaboração de estudos e projetos e a execução de serviços em geral de engenharia elétrica, engenharia hidráulica, de irrigação, de saneamento e de engenharia agronômica; d) as incorporações imobiliárias e a comercialização de imóveis; e) o planejamento, implantação e a comercialização de loteamentos, condomínios horizontais, residenciais, comerciais ou industriais; f) a administração e a locação de bens imóveis próprios; h) assunção de suas responsabilidades sociais e ambientais diante da sociedade e de seu público alvo; e i) tudo o mais que se fizer necessário para perfeita realização dos referidos objetivos. As sociedades controladas, criadas com o propósito específico de desenvolver o empreendimento, de forma isolada ou em conjunto com outros parceiros, em sua maioria, compartilham as estruturas e os custos corporativo, gerenciais e operacionais da Companhia. **1.1 - Situação patrimonial e financeira:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo no montante de **R$ 1.046.**884 (**R$ 887.632**, em 2022) (individual) e de **R$ 1.280.439** (**R$ 1.058.347**, em 2022) (consolidado), bem como, prejuízo de **R$ 159.251** (**R$ 212.044**, em 2022) (individual) e **R$ 173.091** (**R$ 236.344**, em 2022) (consolidado). A administração da Companhia e de suas controladas vem buscando providências para manter as medidas de equilíbrio econômico-financeiro.**1.2 - Recuperação judicial: 1.2.1 - Contexto geral:** Em 27/04/2020, a João Fortes Engenharia S.A ajuizou, em conjunto com parte de suas sociedades controladas, pedido de recuperação judicial ("RJ") perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração e encaminhado para referendo da Assembleia de Acionistas. No total, 63 controladas e coligadas entraram com o pedido de RJ. Com isso, não estão incluídas na abrangência do pedido da RJ 18 controladas e coligadas. O objetivo do pedido de RJ, de acordo com o próprio artigo 47 da Lei nº 11.101/05, é "viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da João Fortes Engenharia S.A, sua função social e o estímulo à atividade econômica". Para tal objetivo, a RJ prevê, entre outras disposições, a renegociação de suas obrigações em aberto. O referido pedido da RJ foi deferido em 11/05/2020 e o edital para dar conhecimento aos credores do deferimento do citado pedido de RJ, assim como sobre as dívidas listadas se deu em 30/06/2020. O prazo para apresentação de petições administrativas de credores para habilitações ou divergências de créditos sujeitos à RJ se encerrou em 15/07/2020. Os planos de RJ foram protocolados em 27/07/2020, dentro do prazo de 60 dias da publicação da decisão de deferimento. Foram protocolados 9 planos de recuperação judicial, sendo 8 referentes a dívidas protegidas em empreendimentos com patrimônio afetado e 1 correspondente ao plano consolidado para as demais recuperadas e suas dívidas. Em 15/09/2020 foram publicados outros planos de RJ, dando início ao prazo de objeções ao plano de RJ, e a 2ª relação de credores, elaborada pelo administrador judicial de acordo com sua análise a respeito das 991 habilitações e divergências apresentadas por eles até o dia 15/07/2020. Essa 2ª relação de credores contempla R$ 1.500.137 de créditos sujeitos à recuperação judicial (RJ), sendo R$ 1.472.199 com bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequenas empresas e R$ 27.938 no âmbito trabalhista da classe 1 da RJ. Com a mencionada publicação dos planos de RJ, se deu início ao prazo de 10 dias, até 25/09/2020, para impugnações judiciais de crédito e ao prazo de objeções ao citado plano de RJ, que se encerrou em 10/10/2020. Sendo assim, as impugnações de crédito e objeção ao plano de RJ foram sendo analisadas à medida que a João Fortes Engenharia S.A foi negociando com seus credores para a Assembleia Geral de Credores para votação de cada plano de recuperação judicial protocolado. A João Fortes Engenharia S.A conseguiu aprovação de 8 dos 9 planos protocolados até a data de 06/05/2022, em que foi aprovação o plano da João Fortes Engenharia S.A e suas controladas e coligadas sem patrimônio de afetação. O referido plano foi homologado em 21/10/2022 e os demais dependem de decisão do Recurso especial a respeito da inclusão de SPEs com empreendimento com patrimônio de afetação na recuperação judicial. Atualmente o tema está pendente de decisão do STJ e as SPEs encontram na recuperação judicial em caráter provisório, sem homologação dos planos de recuperação judicial que foram aprovados pelos credores. Com a homologação do plano de recuperação judicial de 56 empresas do Grupo João Fortes, a João Fortes Engenharia S.A começou o processo de cumprimento das obrigações previstas e aprovadas pelos credores. O cumprimento do plano envolve o pagamento de credores via entrega de ações da João Fortes, emitidas através de processo de aumento de capital, e com caixa da João Fortes Engenharia S.A em prazo de até 8 anos contados da homologação do plano. Para processo de aumento de capital da João Fortes Engenharia S.A, o plano de recuperação judicial prevê condições precedentes que devem ser verificadas em 20 dias úteis após homologação do plano. Para isso a João Fortes Engenharia S.A segue processo societário necessário para emissão. O pagamento de outras obrigações previstas no plano começa em novembro com pagamento de créditos estritamente salariais vencidos nos 6 meses anteriores ao pedido de RJ, limitados à 5 salários mínimos. O plano ainda previa prazos para escolha dos credores sobre recebimento do crédito, habilitação de credores colaboradores, entre outros, que se encerrou no dia 19/01/2023. Em 20/06/2023, a Companhia emitiu Fato Relevante comunicando aos acionistas e ao mercado em geral que, em 09/06/2023, firmou carta proposta com potencial investidor referente a possível financiamento no valor de R$ 160 milhões, cujo objetivo é a continuidade das obras de 3 empreendimentos residenciais em andamento. A pedido do administrador judicial, foi publicado, em 19/12/2023, um aviso aos credores informando que os prazos previstos nos planos de recuperação judicial para o exercício de opções de pagamento e, consequente, envio das notificações de opções, seriam iniciados a partir da data daquela publicação, findando-se em 19/03/2024. **1.2.1. Valores envolvidos levantados na 2ª relação de credores pelo administrador: Judicial:** Em 31/12/2023, os passivos devidos pela Companhia estão reconhecidos e mensurados contabilmente, conforme consta na 2ª relação de credores anteriormente mencionada, que totaliza R$ 1.500.137 de créditos sujeitos à sua recuperação judicial (RJ), sendo R$ 1.472.199 com bancos (com e sem garantia real) e demais credores quirografários e/ou micro e pequenas empresas e R$ 27.938 no âmbito trabalhista da classe 1 da RJ. Desse modo, especificamente a dívida bancária (inclui empréstimos/financiamentos e debêntures) da RJ está reconhecida e mensurada com base nessa solicitação ocorrida em 27/04/2020, levantada pelo administrador judicial que totaliza nessa data R$ 549.323. No momento, o administrador judicial e o Juiz estão julgando novas habilitações e impugnações de crédito judiciais, que devem compor o Quadro Geral de Credores ao longo do cumprimento do plano de recuperação judicial.

2 - Resumo das principais políticas contábeis: 2.1 - Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária do Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais consideram, adicionalmente, a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre aplicação CPC 47 (IFRS15) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias. Essas práticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.2.- Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo tendo como contrapartida o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes ao custo orçado total dos empreendimentos, seleção das vidas úteis dos ativos imobilizados e de intangíveis, além da determinação de provisões para tributos e contingências e outras similares, cujos resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. **Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "controladora", foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações financeiras da controladora. Pelo fato de não haver diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas informações individuais e consolidadas em um único conjunto. **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Especificamente as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da Administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes (IFRS 15). As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo também com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Em 24 de abril de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação. **2.3 - Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. As controladas do grupo estão apresentadas na Nota 10.3. As controladas são integralmente consolidadas e suas demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação

continua >>>

GASTER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.512.581/0001-02

que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intercompanhias, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intercompanhias, são eliminados por completo. **2.4 - Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de suas investidas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual as Companhias atuam (moeda funcional). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Portanto, os valores apresentados em milhares de reais quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **b) Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.5 - Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com vencimentos não superiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.6 - Ativo financeiro ao valor justo por meio de resultado:** ***(i) Classificação:*** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. ***a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:*** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos (passivos) circulantes. ***(ii) Reconhecimento e mensuração:*** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra ou a melhor estimativa desse valor. As principais fontes de precificações são: ANBIMA, BMF&BOVESPA, CETIP S.A., SISBACEN e FGV. As operações compromissadas são operações com compromisso de revenda com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação. ***(iii) Compensa****ção de instrumentos financeiros:* Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(iv) Impairment de ativos financeiros:*** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. No caso específico do contas a receber de clientes, a administração considera como evidências objetivas a existência, por parte de clientes que firmaram contrato sem alienação fiduciária do imóvel e cujas unidades já tenham sido entregues, de parcelas vencidas há mais de 180 dias. Uma vez que a posse do imóvel pelo cliente somente é efetivada caso o mesmo esteja cumprindo com suas obrigações contratuais, não representando, dessa forma, evidência objetiva de impairment a existência de atrasos no contas a receber de unidades em construção ou de unidades entregues com alienação fiduciária. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Num período subsequente, se o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment, reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7 - Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.8 - Contas a receber de clientes:** Incluem aluguéis a receber, valores de cessão de direito de uso (CDU) dos lojistas dos Shoppings Centers, bem como contas a receber de unidades em construção. São demonstrados pelos valores históricos, já deduzidos das respectivas provisões para crédito de realização duvidosa (impairment). A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas aplicando-se o percentual encontrado da relação entre o custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno) e seu custo orçado total, sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas acumuladas a serem reconhecidas, sobre o qual se deduz as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como "Adiantamento de clientes", no passivo. Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros e variação monetária, incidentes sobre as contas a receber de unidades concluídas, são apropriados ao resultado financeiro quando auferidos, obedecendo ao regime de competência. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e deduzidos das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, deduzidos das garantias reais. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil - INCC para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. Sobre este saldo (pós-chaves), de forma geral, incide juros de 12% ao ano, sendo a receita financeira apurada registrada no resultado como "Receita de incorporação". O valor justo das contas a receber de unidades concluídas é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. O valor justo das contas a receber de clientes relacionados com a comercialização de unidades não concluídas é ajustado a seu valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para concessão de desconto sobre o preço da tabela. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado, sendo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de 4% ao ano (2022 - 4% ao ano). Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9 - Contas a receber e ativos contratuais:** Em função da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia revisou sua metodologia de estimativa de perdas de crédito esperadas, que foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo da taxa de perda de crédito esperada de forma global por cliente, considerando sempre o prazo de título de cada cliente com o maior número de dias de atraso. Anteriormente, a Companhia provisionava 100% da diferença entre o saldo devedor do cliente e o valor de mercado da unidade, apenas para os clientes já em atraso. Para os mútuos financeiros, a Companhia avaliou a parcela recuperável dos saldos com o fluxo financeiro dos empreendimentos em garantia dos referidos mútuos. Para a parcela não recuperável pelos saldos dos empreendimentos estimou com base na avaliação de crédito dos devedores o risco de perda. **2.10 - Investimentos em controlada/ coligada:** Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. **2.11 - Propriedade para investimento (consolidado):** As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou depreciação do capital são registrados como propriedades de investimentos e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período no qual as mudanças ocorreram. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado. **2.12 - Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Computadores e periféricos - 5 anos; • Máquinas e equipamentos - 10 anos; • Equipamentos de telecomunicação - 5 anos; • Instalações - 10 anos; **2.13 - Ativos intangíveis (consolidado): Projetos de empreendimentos:** Os projetos de empreendimentos futuros, adquiridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Os projetos de empreendimentos têm vida útil definida e subsequentemente, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado de construção de empreendimento. Ágio**:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **Software:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.14 - Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. **Custos de empréstimos (consolidado):** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.15 - Imóveis a comercializar (consolidado):** Os imóveis prontos a comercializar estão demonstrados ao custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo compreende materiais, mão-de-obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de crédito imobiliário, incorridos durante o período de construção), de acordo com o O-CPC-01. Os encargos financeiros diretamente relacionados aos empreendimentos, correspondentes a contas a pagar por aquisição de terrenos e as operações de crédito imobiliário, bem como os encargos financeiros das demais operações de financiamento indiretamente relacionadas aos empreendimentos, incorridos durante o período de construção, são apropriados ao custo incorrido do empreendimento e refletido no resultado por ocasião da venda das unidades do empreendimento a que foram propriados. O valor líquido realizável é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos dos custos de execução e das despesas de vendas. Quando o custo de construção dos imóveis a comercializar, concluídos ou em construção, exceder o fluxo de caixa esperado de suas vendas, uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi identificado que o valor contábil excedeu o valor esperado das vendas. A recuperação do valor contábil de cada empreendimento imobiliário é revisada quando eventos ou mudanças nos cenários macroeconômicos indicarem riscos do valor contábil não ser recuperável, caso confirmado, uma provisão é contabilizada. Os terrenos estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos eventuais encargos financeiros gerados pelas suas correspondentes contas a pagar. As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo das unidades imobiliárias a serem entregues. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida o adiantamento de clientes no passivo, no momento da assinatura do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação, desde que tenha sido obtido o registro de incorporação imobiliária do futuro empreendimento. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos. **2.16 - Contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis (consolidado):** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e as contas a pagar por aquisição de imóveis são obrigações a pagar pela aquisição de terrenos para o desenvolvimento dos projetos de incorporação imobiliária, ambos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, sendo normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.17 - Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. **2.18 - Provisões:** São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. **Provisão para demandas judiciais**: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras e, portanto, as causas envolvendo ativos contingentes não são registradas no balanço patrimonial da Companhia. **Provisão para perdas esperadas em créditos**: A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para perdas, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. A Companhia efetua uma análise pormenorizada dos contratos com clientes em aberto para a constituição de provisão para perda esperada de crédito para todos os clientes, conforme premissas definidas. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado. **Provisão para pagamento de encargos contratuais por atraso de obra**: Conforme disposto em contrato, a Companhia adota a prática de provisionamento de encargos contratuais a pagar aos clientes elegíveis para empreendimentos com atraso de entrega superior a 180 dias, em linha com a respectiva cláusula contratual e base histórica de pagamentos. **Provisão para garantia**: A Companhia mantém provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, com base em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com Companhias terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados. **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**: Quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, por meio da comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia. **2.19 - Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos forem gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **a) Receita de aluguel:** Os locatários das unidades comerciais geralmente pagam um aluguel que corresponde ao maior número entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e um montante obtido através da aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário. Tanto o aluguel mínimo mensal quanto o complemento advindo do aluguel percentual sobre a receita do locatário são reconhecidos no resultado por competência. **b) Receita de cessão de direito de uso (consolidado):** Os valores de cessão de direito de uso são contabilizados como receitas diferidas, em uma conta de passivo chamada "rendas a apropriar", no momento de sua assinatura, sendo apropriado ao resultado de forma linear, com base no prazo do contrato de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir do início da locação. **c) Receita de estacionamento (consolidado):** Refere-se à receita com exploração de estacionamentos do Shopping Park Lagos S.A e Shopping Park Europeu S.A. **d) Apuração e apropriação do resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis (consolidado):** A Companhia adotou o CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 02/2018, de 12 de dezembro de 2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular para o Grupo. De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. **e) Unidades concluídas (consolidado):** Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento em que os riscos e benefícios, mais significativos inerentes à propriedade são transferidos aos clientes, independentemente do prazo e recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. **f) Unidades em construção (consolidado):** Nas vendas de unidades em construção, foram observados os seguintes procedimentos: O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado. É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida. Os montantes da receita de venda apurados, incluindo a atualização monetária do contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa média da NTN-B, a qual se encontra demonstrada na Nota 7, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IGP-M. A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC). Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado do exercício em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. **g) Operações de permutas (consolidado):** As permutas de terrenos, tendo por objeto a entrega de imóveis a construir, são apuradas com base no valor justo. O valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo, no momento em que as eventuais cláusulas resolutivas do instrumento particular ou contrato relacionado à referida transação, não produzam mais efeitos. O custo do terreno passa a integrar o custo do correspondente empreendimento de incorporação imobiliária. Os adiantamentos de clientes decorrentes das operações de permutas são apropriados ao resultado com base no POC. A parcela não apropriada é classificada no passivo circulante ou não circulante, levando em consideração o prazo previsto de conclusão do empreendimento. **h) Prestação de serviços (consolidado):** A Companhia controladora presta serviços de administração de obras para as suas controladas. A receita remanescente nas demonstrações financeiras consolidadas corresponde à parcela não eliminada na consolidação proporcional de sociedades controladas em conjunto. Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos no empreendimento. Consistem basicamente em quantias recebidas com relação à atividade de administração de construção para terceiros, administração técnica e administração de bens imóveis. **i) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.20 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Consolidado):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Na controladora, tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Nas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R$ 78.000, conforme facultado pela legislação tributária foi exercida a opção de tributação pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e societário (POC). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente se for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. Os empreendimentos que estão sendo construídos pelo regime do patrimônio de afetação com opção pelo RET - Regime Especial de Tributação tiveram suas provisões de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS constituídas sob alíquota única em 4 % sobre os valores recebidos. A legislação tributária, mais especificamente a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - SRF nº 84/79, entre outras, faculta às Companhias de construção civil e atividade imobiliária, a opção pela tributação das receitas de vendas a prazo, no momento do seu recebimento. Para se beneficiarem da postergação dos recolhimentos dos tributos, as Companhias utilizam o regime de caixa. Para tanto, a referida Instrução estabelece normas para apuração e tributação do lucro e obriga o controle das parcelas recebíveis e dos respectivos custos. A Companhia e suas controladas adotam esse regime especial para fins de apurar e recolher tais tributos. **2.21 - Benefícios a empregados (consolidado):** ***Participação nos lucros:*** O Estatuto Social da Companhia prevê que a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores e aos empregados uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do saldo remanescente do resultado do exercício, limitada a participação dos administradores à remuneração anual global que lhes tiver sido paga no período, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.22 - Mensuração de perdas de créditos esperadas (consolidado):** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro **2.23 - Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (consolidado):** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problema de recuperação de créditos" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro. **2.24 - Capital social (consolidado):** Está representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **2.25 - Resultado por ação (consolidado):** O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. **2.26 - Distribuição de dividendos (consolidado):** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos no fim do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. Os acionistas da Companhia deliberarão, em assembleia geral ordinária, sobre a proposta do seu Conselho de Administração de destinação do lucro líquido do exercício social anterior. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, os montantes relativos ao imposto de renda e a contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e Administradores no lucro da Companhia. O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e os acionistas da Companhia julgarem relevantes. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. Todos os acionistas, na data de declaração dos dividendos, têm direito ao recebimento de dividendos. **2.27- Reservas de lucros (consolidado):** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, todas as reservas de lucros forem utilizadas para absorver prejuízos acumulados, não sendo constituídas novas reservas nos exercícios subsequentes. **2.28 - Demonstração dos Valores Adicionados - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perdas com distratos e perdas estimadas nos créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no

continua >>>

GASTER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.512.581/0001-02

momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (perda na equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.29 - Adoção de novas normas e interpretações (consolidado):** No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir. • Definição de negócios (alterações ao IFRS 3); • Definição de materialidade (alterações ao IAS 1 e IAS 8); • Reforma da taxa de juros referenciais alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS7); • Alterações e referências à estrutura conceitual básica (várias normas); e • Concessões relacionadas à Covid-19 (alterações à IFRS 16). Novas Normas, alterações e interpretações às normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas): • IFRS 17 - Contratos de seguros; • Alterações ao IFRS 17 - Contratos de seguros (alterações ao IFRS 17 e IFRS 4); • Referências à Estrutura Conceitual; • Produtos antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16); • Contratos oneroso - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao IAS 37); • Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16e IAS41); • Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao IAS 1).

3 - Gestão de risco financeiro: 3.1 - Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas as expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo taxa de juros dos financiamentos de crédito imobiliário, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço determinados ativos avaliados ao valor justo), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia e suas controladas não tem como prática fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as sociedades controladas. *(i) Risco de mercado: a. Risco de taxa de juros:* O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações de taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado sem que a mesma oscilação ocorra no contas a receber e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco da volatilidade dessas taxas. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas, respectivamente, nas Notas 7 e 15. Sobre as contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota 8, incidem juros de 12% ao ano, apropriados "*pro rata temporis*". *b. Risco cambial:* A Companhia não possui ativos decorrentes de operações de empréstimos denominados em moeda estrangeira. A Companhia não possui dependência significativa de materiais importados em sua cadeia produtiva e não efetua vendas indexadas em moeda estrangeira. *c. Risco de fluxo de caixa:* Sobre o contas a receber de imóveis concluídos, conforme mencionado na Nota 7, incidem juros de 12% ao ano. As taxas de juros sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6. As taxas de juros sobre contas a pagar por aquisição de imóveis, empréstimos e financiamentos, cessão de recebíveis e debêntures estão mencionadas nas Notas 15 e 16, respectivamente. Adicionalmente, como mencionado na Nota 10', parcela dos saldos mantidos com partes relacionadas e com parceiros nos empreendimentos estão sujeitos a encargos financeiros. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os passivos sujeitos a taxas variáveis de juros são (i) crédito imobiliário, o qual está sujeito a variação da taxa referencial de juros, cujo risco de volatilidade é considerado como baixo pela administração; (ii) empréstimos e financiamentos, os quais estão parcialmente sujeitos a variação das taxas para Certificados de Depósito Interbancário (CDI) e para as quais existe um hedge natural nas aplicações financeiras, minimizando impactos relacionados com os riscos de volatilidade; e (iii) contas a pagar na aquisição de imóveis, o qual está sujeito a variação do INCC e IGP-M, para o qual existe um hedge natural no contas a receber de clientes de unidades em construção. Eventualmente, a Companhia também pode efetuar operações de swap de taxa de juros, a fim de proteger o risco de taxa de juros decorrente de empréstimos e financiamentos sujeitos a variação das taxas para Certificados de Depósito Interbancário (CDI). *d. Risco de crédito:* O risco de crédito é caracterizado pela inadimplência por parte dos clientes adquirentes de imóveis. Esse risco é avaliado como praticamente nulo durante o período de construção em face da garantia real de recuperação dos imóveis no caso de inadimplência. *e. Risco de liquidez:* O risco de liquidez é caracterizado pelo risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Os níveis de liquidez e as projeções de fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são revisados constantemente a fim de garantir que, quando necessário, a geração de caixa operacional seja complementada com captação prévia de recursos. Na captação de recursos a Companhia prioriza a contratação de financiamentos autoliquidáveis atrelados aos projetos, que permitem um melhor casamento entre os prazos de ativos e passivos. Adicionalmente, a companhia capta através de instrumentos de dívida corporativa para complementar suas necessidades de caixa. **3.2 - Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures. A Companhia inclui na estrutura de dívida liquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Companhia não possui metas de grau de alavancagem. **3.3 - Estimativa do valor justo:** Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e por aquisição de imóveis pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O mesmo pressuposto é válido para os passivos financeiros. A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. • Nível 2: O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estaria incluído no Nível 3. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • preços de mercados cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • o valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. • Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis). A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelos níveis 1 e 3, sendo a totalidade dos mesmos (mensurados pelo nível 2) de liquidez imediata.

4 - Instrumentos financeiros por categoria: Com exceção dos ativos financeiros ao valor justo, os demais ativos financeiros são classificados como "Empréstimos e recebíveis" e os passivos como "Outros passivos financeiros". **4.1 - Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras (Nota 6). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **4.2 - Empréstimos e financiamentos:** As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na Nota 16. O valor justo desses passivos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. **4.3 - Instrumentos financeiros derivativos - "Valor justo contra resultado":** A Companhia não possui contratos de swap em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **4.4. - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (consolidado):** As aplicações financeiras encontram-se sob garantia de operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. As aplicações financeiras são remuneradas entre 100% e 102% da taxa do CDI. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados, na demonstração do fluxo de caixa, em "Atividades de investimentos" como parte das variações do capital circulante. As variações dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas como "Receitas financeiras e Despesas financeiras" no resultado (Nota 31). **4.5 - Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** Estão representadas por recursos oriundos de financiamentos liberados por instituição financeira a promitentes compradores de empreendimentos em construção, os quais são disponibilizados à medida do progresso físico de execução dos correspondentes empreendimento.

5 - Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto.

6 - Caixa e equivalentes de caixa: Representado por valores mantidos em espécie, em conta corrente e em aplicação financeira.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	-	-	17.489	6.600
Aplicações financeiras	1	-	26.751	23.070
	1	-	44.240	29.670

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

7 - Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Alugueis a receber (a)	-	-	27.404	12.018
Cessão de direito de uso (b)	-	-	1.484	2.099
Estacionamento	-	-	451	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ©	-	-	(3.305)	(5.388)
Alienação de investimentos	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	-	-	1.587
Empreendimentos em construção	-	-	-	-
Receita de unidades vendidas em construção	-	-	32.534	290.181
(-) Receita a apropriar	-	-	(111.956)	(111.956)
(=) Receita apropriada	-	-	(53.388)	188.541
(+) Adiantamento de clientes	-	-	11.810	21.419
(-) Recebimentos acumulados	-	-	(112.241)	(112.241)
Contas a receber de unidades em construção	-	-	(100.431)	(90.822)
Empreendimentos concluídos	-	-	213.380	131.238
Total a receber de clientes	-	-	59.561	228.957
Ajuste a valor presente	-	-	-	(155)
Prestação de serviços a receber	-	-	-	6.386
(-) Provisão para distratos de contratos	-	-	-	(71.198)
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	-	-	(876)	(37.122)
Total de contas a receber	**-**	**-**	**58.685**	**126.868**
Circulante	-	-	57.692	113.173
Não circulante	-	-	993	13.695
	-	-	58.685	126.868

(a) Representa as contas a receber de aluguel de lojas e outros espaços comerciais nos shoppings. (b) Representa as contas a receber de lojistas referente à cessão de direito de uso (CDU) das lojas e outros espaços comerciais nos shoppings. (c) A Shopinvest constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na análise de valores inadimplidos de aluguel e CDU que estão sendo cobrados na esfera judicial. As contas a receber estão, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC até o Habite-se e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M, acrescido de juros de 12% ao ano, apropriados de forma "pro rata temporis" a partir da conclusão da construção e entrega da unidade vendida. Dessa forma, o Contas a Receber dos empreendimentos concluídos e o contas a receber apropriado dos empreendimentos em construção, deduzido do ajuste a valor presente, estão apresentados ao valor justo. O valor da provisão para créditos de realização duvidosa é revisado periodicamente. O critério de provisão leva em conta a diferença negativa individual entre o valor de mercado das unidades e o saldo total a receber dos clientes inadimplentes. As dívidas condominiais, as dívidas fiscais (IPTU) e as taxas de serviços são somadas ao saldo a receber dos respectivos clientes inadimplentes para essa apuração. O Contas a Receber individualmente impaired refere-se ao saldo de contas a receber de clientes dos contratos que preveem alienação fiduciária do bem negociado e cujo valor de mercado é maior do que os saldos vencidos. Consequentemente nenhuma provisão é requerida. O saldo do Contas a receber das unidades vendidas e em construção não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida dos valores já recebidos. Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade imobiliária residencial com foco no segmento econômico, a Companhia não possui individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada. A João Fortes tem como política interna acompanhar mensalmente a carteira de recebíveis e buscar realizar os distratos de unidades que estejam inadimplentes. Após os distratos, essas unidades são recolocadas à venda ao valor de mercado. Essa prática evita uma concentração de distratos no momento da entrega das chaves e o repasse da carteira a instituições financeiras cessionárias de crédito. O aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, é decorrente da queda no valor recuperável na revenda de unidades distratadas por inadimplência.

8 - Imóveis a comercializar: São representados por imóveis a serem vendidos e terrenos para futuras incorporações, assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento para compra de terrenos	-	-	9.586	9.066
Terrenos	-	-	10.904	107.908
Imóveis concluídos	-	-	441.831	332.201
Imóveis em construção	-	-	305.906	363.014
Provisão para distrato	-	-	60.453	102.957
Provisão para reavaliação de estoque	-	-	(185.307)	(213.432)
Encargos financeiros	-	-	175.033	197.351
Total	**-**	**-**	**818.404**	**899.065**
Circulante	-	-	731.144	792.994
Não circulante	-	-	87.260	106.071
	-	-	818.404	899.065

O valor contábil de um empreendimento é transferido para rubrica "Imóvel em construção" no momento em que o empreendimento é lançado. A parcela classificada no realizável a longo prazo corresponde a terrenos de empreendimentos previstos para serem lançados em período superior a 12 meses.

9 - Adiantamentos e despesas antecipadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Mútuo com lojistas (a)	-	-	1.476	260
Adiantamento para condomínios (b)	-	-	51	50
Comissão de vendas (c)	-	-	-	414
Outros	-	-	16.489	19.178
Total	**-**	**-**	**18.016**	**19.902**

(a) Os mútuos com lojistas representam valores repassados a título de empréstimo à alguns lojistas, com o intuito de financiar as obras e benfeitorias na fase de montagem das lojas. Os valores são cobrados dos lojistas em parcelas mensais, sendo atualizados monetariamente pelo mesmo índice dos contratos de aluguel. **(b)** Os adiantamentos para condomínio se referem aos aportes de recurso feitos pelo shopping, para cobrir a inadimplência de despesas condominiais de parte dos lojistas. **(c)** As comissões sobre vendas representam os custos para captação dos lojistas na fase pré-operacional. São apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de contrato de aluguel de cada loja, que em geral é de cinco anos.

10 - Transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, coligadas e acionistas. **10.1 - Contas a receber - partes relacionadas:**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
João Fortes Engenharia (I)	67.371	67.371	-	-
Ghisland Empreendimentos Imobiliários Ltda (II)	-	-	1.248	1.248
VR4 Empreendimentos e Participações Ltda (III)	-	-	7.111	10.598
LOG e PRINT (IV)	-	-	54.201	47.035
Gelub Investimentos	-	-	20.896	-
Demais partes relacionadas não consolidadas	-	-	-	(2.216)
Outras partes Relacionadas	-	-	30.642	-
Dividendos antecipados	-	-	-	993
Total	**67.371**	**67.371**	**114.097**	**57.658**
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	67.371	67.371	114.097	57.658

(I) A Gaster firmou contrato de empréstimo com a João Fortes Engenharia S.A., referente aporte de capital de recursos financeiros. (II) A Shopinvest firmou contrato de empréstimos referente a concessão de recursos para Ghisland Empreendimentos Imobiliários Ltda., com a finalidade de financiar a construção de um hipermercado anexo ao Shopping Park Europeu. (III) A SPI 33 Participações Ltda. firmou contrato de empréstimos referente a concessão de recursos para a VR4 Empreendimentos e Participações Ltda., com a finalidade de financiar a compra de parte do terreno onde o Shopping Park Sul está sendo construído. O direito de recebimento foi cedido à Shopinvest. (IV) A SPI33 firmou contratos de mútuo com a Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística Ltda, com o total de principal no montante R$ 7.063 dividido em dois contratos com vencimentos em até maio de 2021, com juros e correção monetária. Em 2021, novos mútuos foram feitos pela SPI 33 e também pela Shopinvest, totalizando R$ 20.290, com vencimentos em 2022. Todas as linhas de empréstimos são reajustadas pelo CDI + 4% a.a.

10.2 - Contrato de mútuo - partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
João Fortes Engenharia S.A.	3.190	3.192	-	-
CNR Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	-	7.195	-	7.197
Total	**3.190**	**10.387**	**-**	**7.197**

10.3 - Investimentos em controladas e coligadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Shopinvest Empreendimentos	506.112	469.156	-	-
Joao Fortes Engenharia	-	-	-	-
Investimentos diversos em empresas não consolidadas	-	-	-	823
	506.112	**469.156**	**-**	**823**

10.4 - Provisão para passivo a descoberto de controladas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
João Fortes Engenharia S.A.	573.678	534.200	-	-
Outros	-	-	4.077	3.299
Total	**573.678**	**534.200**	**4.077**	**3.299**

10.5 - Partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Antonio José de Almeida Carneiro	16.939	23.211	16.939	23.211
João Fortes Engenharia	-	-	-	-
MNR 6 Empreendimentos Imobiliários S/A	-	-	-	-
Shopinvest Empreendimentos	-	-	-	-
Demais Partes relacionadas não consolidadas	-	-	51.112	52.565
Mútuo com Acionistas	-	-	55.196	55.196
Dividendos a pagar	-	-	3.097	2.808
Outros	-	-	-	-
	16.939	**23.211**	**126.344**	**133.780**
Circulante	-	-	3.097	2.530
Não circulante	16.939	23.211	123.247	131.250
	16.939	**23.211**	**126.344**	**133.780**

A Gaster possui contas a pagar com o acionista Antônio José de Almeida Carneiro, onde são contabilizados os aportes financeiros a longo prazo, com o compromisso expresso de quitação, sem juros.

11 - Outras contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Tecnobre Comercio e Reapresentações	-	-	-	656
Total	**-**	**-**	**-**	**656**

12 - Propriedades para investimentos (consolidado):

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Shopinvest Park Lagos S.A.	-	-	235.200	208.980
Shopinvest Park Europeu S.A.	-	-	165.000	153.000
Shopinvest Park Sul S.A.	-	-	121.782	127.399
Outros	-	-	1.506	16.085
Total	**-**	**-**	**523.488**	**505.464**

A Shopinvest contratou Companhia especializada para elaborar os laudos de avaliação de suas propriedades para investimento a valor justo. A avaliadora aplicou a metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente. Para a elaboração dos laudos também foram considerados dados obtidos no mercado imobiliário local. Os valores dos empreendimentos decorrem de um conjunto particular de fatores, tais como o posicionamento dos empreendedores, o risco associado ao desempenho futuro do empreendimento, as próprias condições macroeconômicas do país e das regiões onde se localizam os shoppings. Foram avaliadas pelo método do valor justo as propriedades para investimento do Shopping Park Lagos S.A e do Shopping Park Europeu S.A. Fica mantida a avaliação do Shopping Park Sul S.A. pelo método do custo em função deste ativo encontrar-se em fase inicial de construção. O Shopping Park Sul S.A. permanecerá registrada pelo método de custo até que a Administração presuma que pode confiavelmente mensurar o valor justo desta propriedade para investimento enquanto em fase de construção ou até que o empreendimento esteja substancialmente concluído. A João Fortes mantém contrato de aluguel atípico, do tipo "built-to-suit", de 41 anos de prazo, com a Cencosud Brasil Comercial S.A., que se refere a construção de loja em terreno previamente determinado, com características específicas para locação. Com base nesse contrato de aluguel, a Companhia lavrou Instrumento Particular de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças junto à RB Capital Companhia de Securitização em 27 de julho de 2018 onde foram cedidos os créditos de 156 meses no valor nominal de R$36.008, sendo feito a cessão com taxa de desconto de 9,43045 % a.a. e o pagamento de R$1.496 de despesas para a realização da operação. A operação foi liquidada em 2 etapas, sendo a primeira liquidação realizada no dia 08 de agosto de 2018 no valor de R$15.299 e o valor residual da cessão R$4.201 foi liberado para a Companhia, quando as garantias foram registradas. A Companhia deu o próprio imóvel como garantia, no caso de inadimplemento da Cencosud, imóvel avaliado em R$36.008. Devido a isso, a cessão está classificada na conta de "Empréstimos e Financiamento" (Nota Explicativa nº 15), e está registrada pelo valor líquido recebido de R$10.758 em 31/12/2023 (R$14.304 em 31/12/2022). A receita decorrente do aluguel e os respectivos custos da operação, sendo estes correspondentes a amortização da dívida, são mensalmente apropriados de acordo com o prazo das parcelas cedidas. Em 31 de dezembro de 2023, o valor registrado na rubrica de propriedade para investimento de coligada, no montante era de R$15.626 (31/12/2022 de R$16.086), corresponde a fração do custo de construção da unidade relacionada ao contrato de aluguel, líquido da depreciação acumulada.

13 - Imobilizado:

Bem	Taxa anual de deprec. %	Saldo em 01/01/2023	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Instalações	10	2	-	-	(1)	**1**
Móveis e utensílios	10	2	-	-	(2)	**-**
Benfeitorias	20	18	-	(16)	(2)	**-**
Total		**22**	**-**	**(16)**	**(5)**	**1**

Consolidado

Bem	Taxa anual de deprec. %	Saldo em 01/01/2023	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Instalações	10	1.129	18	-	(316)	**831**
Móveis e utensílios	10	86	78	-	(164)	**-**
Benfeitorias	10	18	-	(16)	(2)	**-**
Equipamentos de informática	20	40	52	-	(17)	**75**
Máquinas e Equipamentos		14	16	-	(22)	**8**
Imóveis		-	10.086	-	(6.656)	**3.431**
Estande e apartamento decorado (a)		576	-	-	-	**576**
Direito de uso de propriedade (b)		505	-	-	(505)	**-**
Total		**2.368**	**10.250**	**(16)**	**(7.682)**	**4.921**

(a) Os gastos com a construção dos estandes de venda e do apartamento modelo são capitalizados apenas quando a expectativa de vida útil-econômica for superior a um ano e depreciados de acordo com o prazo de vida útil-econômica, que varia de acordo com cada empreendimento, e são baixados por ocasião do término da comercialização ou demolição. **(b)** O Direito de uso de propriedade é referente ao aluguel das salas da sede administrativa e do arquivo de documentos da Companhia, que possuem contrato com vigência de 5 anos.

14 - Intangível:

Descrição	Taxa anual de amort. %	Saldo em 01/01/2023	Adição	Amortização	Impairment	Saldo em 31/12/2023
Projetos de empreendimentos	-	18.618	-	-	-	18.618
Software	20	423	141	-112	-	452
Ágio	-	12.519	-	-	-	12.519
Total		**31.560**	**141**	**-112**	**-**	**31.589**

O intangível da João Fortes é composto, principalmente, das licenças de softwares e está contabilizado pelo custo de aquisição deduzido das amortizações. O consolidado é composto, principalmente, pelo valor justo dos projetos adquiridos quando da aquisição da Incorporadora Pinheiro Pereira (atual João Fortes Construtora Ltda.) em 26/01/2011. Os projetos de empreendimento são decorrentes da aquisição da IPP (R$59.408), de aquisições em etapas da SPE 5 de Julho (R$3.046) e da SPE Contemporanium (R$463). Os projetos têm vida útil definida e estão sendo amortizados de forma linear de acordo com período de construção. Entretanto, destaca-se que em 31/12/2023, há dois projetos de empreendimentos imobiliários totalizando o valor bruto de R$18.618, cujos custos intangíveis ainda não estão sendo amortizados, pois eles ainda não foram iniciados, devendo ser lançados futuramente.

15 - Debêntures: As debêntures serão amortizadas de acordo conforme prazos apresentados:

Data da Venda	Emissões	Principal	Remuneração anual	Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
13/11/2017	2ª	79.263	CDI + Juros 2,5 a.a	10/08/2026	109.483	94.513	109.483	94.513
16/03/2016	3ª	196.096	IPCA + Juros 0,095 a.a	10/08/2026	478.990	404.716	478.990	404.716
10/05/2019	4ª	149.000	CDI + Juros 1,00 a.a	10/08/2026	247.425	211.582	247.425	211.582
12/08/2021	5ª	134.720	IPCA + Juros 0,095 a.a	10/08/2026	197.524	166.406	197.524	166.406
28/05/2021	7ª	40.000	CDI + Juros 19,42 a.a	10/01/2024	-	-	19.197	36.632
				Total	**1.033.421**	**877.217**	**1.052.619**	**913.849**
				Não circulante	1.033.421	877.217	1.052.619	913.849
					1.033.421	**877.217**	**1.052.619**	**913.849**

16 - Empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimo nacional	-	-	6.281	2.550
Capital de giro	-	-	81.898	81.149
Cessão de recebíveis	-	-	11.377	15.172
Crédito imobiliário	-	-	422.112	409.447
	-	**-**	**521.668**	**508.318**
Circulante	-	-	424.802	495.012
Não circulante	-	-	96.866	13.306

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimo nacional	-	-	6.281	2.550
Capital de giro	-	-	81.898	81.149
Cessão de recebíveis	-	-	11.377	15.172
Crédito imobiliário	-	-	422.112	409.447
	-	**-**	**521.668**	**508.318**
Circulante	-	-	424.802	495.012
Não circulante	-	-	96.866	13.306

Os financiamentos imobiliários e de capital de giro estão garantidos por hipotecas e recebíveis dos respectivos imóveis. Os valores dos recebíveis estão demonstrados pelo valor faturado e não contemplam os ajustes do POC. A João Fortes possui contratos de empréstimos, com Covenants normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e de outros itens. Os Covenants são calculados com base nos indicadores abaixo, determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e em Rating independente da Fitch, sendo todos computados para a data base de 31 de dezembro de 2023: • Índices de EBIT ajustado (Earning Before Interest and Taxes). • Índices para Níveis máximos de endividamento. • Índices para Níveis mínimos de liquidez. • Rating independente da Fitch. Destaca-se que em 31/12/2022 a Companhia possuía 10 contratos com o Bancos Credit Suisse e 1 contrato com o Banco do Brasil, os quais os Covenants foram quebrados. Eventuais penalidades reclamadas pelo não pagamento a esses credores estão devidamente provisionados nessa data. A João Fortes seguiu a orientação da regra contábil definida no CPC 26 e mantém no passivo circulante, os saldos das operações afetadas pelo Covenant. Vale destacar que a Companhia está em tratativas com as instituições financeiras responsáveis por esta operação para negociação de um Waiver para o índice ultrapassado e para repactuar os compromissos para os exercícios futuros.

continua >>>

GASTER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.512.581/0001-02

17 - Contas a pagar por aquisição de imóveis:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Em unidades (permuta)	-	-	90.922	88.594
Em moeda corrente	-	-	3.600	5.000
	-	-	**94.522**	**93.594**
Circulante	-	-	72.886	74.286
Não circulante	-	-	21.636	19.308
	-	-	**94.522**	**93.594**

18 - Adiantamentos de clientes:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes de Incoporação imobiliária	-	-	13.578	21.419
Permuta por terrenos	-	-	139.161	139.161
Permuta por terrenos - apropriada	-	-	(139.161)	(139.161)
	-	-	-	2.782
	-	-	**13.578**	**21.419**
Circulante	-	-	13.578	21.419
Não circulante	-	-	-	-

Para as vendas de unidades não concluídas, a receita é reconhecida de acordo com o percentual de avanço físico-financeiro da obra durante todo o período de construção em conformidade com a orientação do CPC-04. Os recebimentos ocorridos antes do cronograma físico-financeiro por esta norma são registrados como adiantamentos de clientes.

19 - Tributos a recolher: A composição dos demais tributos e contribuições podem ser assim demonstrados:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRRF	-	-	3.516	2.520
Contribuições	1	1	6.106	3.168
ISS	-	-	3.934	3.912
IOF	-	-	15.155	12.023
INSS	-	-	1.146	3.362
PIS/COFINS	-	-	7.380	8.169
Outros impostos e contribuições a recolher	-	-	21.016	13.072
	1	**1**	**58.253**	**46.226**

20 - Provisão para garantia de obras:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Garantia de obras	-	-	880	1.753
Circulante	-	-	-	438
Não circulante	-	-	880	1.315

Alocada na João fortes Construtora, por ser ela a executora da construção na maioria dos empreendimentos. No caso de Companhia subcontratadas para execução dos serviços (responsabilidade e custos), os montantes não são significativos, e dessa forma, vêm sendo reconhecidos quando efetivamente incorridos. Como parte de acordo de saída da Companhia, os ex-controladores da Incorporadora Pinheiro Pereira S.A. (atual João Fortes Niterói) deram em garantia à Companhia, nove apartamentos no valor de R$ 4.811 para cobrir eventuais despesas de indenizações com os adquirentes do empreendimento Contemporanium, referente aos imóveis comercializados até 14 de outubro de 2011. Caso a Companhia incorra em alguma dívida proveniente do empreendimento Contemporanium, os ex-controladores possuem a opção de liquidar a dívida em dinheiro ou a Companhia terá a opção de exercer a garantia acima citada, até o limite da dívida.

21 - Provisão para rescisões a pagar (consolidado): Em 31 de dezembro de 2023, o saldo consolidado compreende R$ 237.663 (R$ 226.488 em 31 de dezembro de 2022), referente aos contratos de compromisso de compra e venda de imóveis distratados. Sendo assim, os empreendimentos em andamento que possuem probabilidade de distrato por parte dos compradores e suas consequências financeiras para todos os contratos com os clientes, bem como para os distratos já efetuados, os quais a João Fortes reconhece o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e baixas do contas a receber registrados, sendo os efeitos de ganho ou perda reconhecidos imediatamente no resultado. Nos distratos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido anteriormente no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração já mencionados acima. Portanto, a reversão do custo dos produtos vendidos aumenta os estoques de imóveis a comercializar.

22 - Outros passivos:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Valores reembolsáveis a clientes (a)	-	-	7.860	7.698
Créditos não identificados (b)	-	-	9.258	9.112
Outras contas a pagar (c)	-	-	8.311	10.944
	-	-	**25.429**	**27.754**
Circulante	-	-	24.291	24.291
Não circulante	-	-	1.138	3.463

Segue abaixo uma breve descrição da composição dos saldos de outros passivos: (a) Os valores reembolsáveis à clientes são compostos principalmente pelos adiantamentos efetuados pelos clientes para compor o fundo de decoração dos empreendimentos. (b) Saldo referente a créditos bancários não identificados pela controladora e suas controladas. (c) Decorrem principalmente de obrigações pela aquisição de participações de Companhias com antigas partes relacionadas e valores a pagar de condomínio de unidades disponíveis para venda.

23 - Renda a apropriar (consolidado): O montante de **R$ 960**, apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2023 (**R$ 1.228**, em 2022), refere-se aos valores dos contratos de cessão de direito de uso, contabilizados como receitas a apropriar, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração de cada loja.

24 - Imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízos fiscais de IPRJ	-	-	12.091	13.513
Bases negativas de CSLL	-	-	4.353	4.865
Diferenças temporárias:				
Contingências	-	-	25.363	37.332
Provisão para perdas em Investimentos permanentes	-	-	920	920
Provisão para perdas de estoques	-	-	63.005	72.567
Provisão para garantia de obras	-	-	299	596
Ativo	-	-	**106.031**	**129.793**
Lucro líquido diferido de incorporação de imóveis	-	-	95.367	118.417
Despesas diferidas (a)	-	-	59.742	67.311
Passivo	-	-	**155.109**	**185.728**
Imposto diferido líquido	-	-	**(49.078)**	**(55.935)**
Ativo Diferido PERT	-	-	-	127
Saldo Diferido Líquido	-	-	**(49.078)**	**(55.808)**

(a) As despesas diferidas são compostas por comissões de vendas, juros atribuídos aos estoques das investidas e despesas de empréstimos na controladora. O imposto de renda, a contribuição social, o RET, o PIS e a COFINS diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrente de diferenças temporárias entre a base fiscal, que basicamente determina o momento do recolhimento, conforme o recebimento (Instrução Normativa SRF nº 84/79) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, em conformidade com a Resolução nº 963/03 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Deliberação CVM 561/08 (CPC-O-01). A tributação da diferença entre o lucro auferido pelo regime de caixa e aquele apurado de acordo com o regime de competência, ocorre no prazo de recebimento das vendas realizadas e a conclusão das obras correspondentes. Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social a serem compensados com lucros tributáveis futuros não possuem prazos prescricionais, sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. A Companhia não constitui impostos diferidos ativos por conta da inexistência de projeção de lucros tributáveis. Cabe mencionar que todas as controladas da Companhia apresentam passivos fiscais diferidos líquidos dos ativos fiscais diferidos. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados à alíquota de 25% e 9%, respectivamente.

25 - Indenização a pagar (consolidado): Compreendem as multas por atrasos na entrega das obras, calculadas através do tempo de atraso em relação a data de entrega nos termos previamente acordados em contrato e os valores adicionais de indenizações, decorrentes do resultado desfavorável de processos contingentes cíveis e trabalhistas as quais a Companhia está envolvida através de decisões judiciais cujos saldos em 31/12/2023 são de **R$ 469.750** e **R$ 444.513** em 31/12/2022.

26 - Provisões para contingências: As provisões para contingências podem ser assim demonstradas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Cíveis	-	-	59.211	94.094
Trabalhistas	-	-	6.273	8.119
Tributárias	-	-	13.313	11.560
	-	-	**78.797**	**113.773**

(I) João Fortes: Os processos cíveis nos quais a Companhia e as suas sociedades controladas figuram no polo passivo estão relacionados, à revisão de cláusula contratual de reajustamento e juros sobre parcelas em cobrança, atraso de obra, rescisões, dentre outros. A Companhia depositou judicialmente, dadas as demandas processuais, valores para fazer face às contingências cíveis e trabalhistas. Em 31/12/2023, conforme avaliação da Administração, e de seus consultores jurídicos, as contingências com expectativa de perda possível, em razão da matéria fática envolvida e das contestações apresentadas nos referidos processos, pode assim ser demonstrada:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Cíveis	71.524	8.325	97.098	38.775
Trabalhistas	14.470	6.327	19.819	11.929
Tributárias	17.927	17.677	19.909	18.635
	103.921	**32.329**	**136.829**	**69.339**

(II) Shopinvest: O montante de R$ 4.199, apresentada nesta conta em 31 de dezembro de 2023 (R$ 3.971, em 31 de dezembro de 2022), refere-se às provisões para contingências, registradas, em sua maioria, com base nas expectativas de perda em ações cíveis movidas contra o Shopping Park Europeu S.A, alegando danos estruturais nas casas vizinhas à época da construção do empreendimento.

27 - Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R$ 1.638.853, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.343.948.431 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

28 - Receita líquida:

Demonstração da Receita liquida	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de aluguel	-	-	32.224	35.996
Receita de estacionamento	-	-	10.450	8.450
Receita de cessão de direito de uso	-	-	643	795
Incorporação de imóveis	-	-	-	229
Contrato de construção	-	-	-	-
Obras por administração	-	-	649	1.253
Comissão sobre planejamento e vendas	-	-	166	278
Outras receitas	-	-	2.305	986
Total da Receita Bruta	-	-	**46.438**	**47.987**
(-) Impostos Incidentes sobre vendas	-	-	(1.306)	(4.498)
(-) Vendas canceladas	-	-	(1.899)	(1.306)
Receita liquida	-	-	**43.233**	**42.183**

29 - Custo das vendas e serviços:

Custo dos Produtos Vendidos e dos ServiçosPrestados	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Incorporação de imóveis	-	-	-	-
Custo da Unidade Vendida	-	-	(103.718)	(17.625)
Custo financeiro das unidades vendidas	-	-	(21.833)	(7.044)
Custo de Manutenção	-	-	(1.104)	(1.322)
(Provisão) reversão para perda estimada de estoques	-	-	28.125	12.086
Total da Receita Bruta	-	-	**(98.531)**	**(13.905)**
Contrato de construção	-	-	-	(1.408)
Obras por administração	-	-	(1.137)	(2)
Receita liquida	-	-	**(99.668)**	**(15.315)**

30 - Despesas por natureza:

30.1 - Despesas comerciais:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Provisão das Perdas Estimadas de Créditos	-	-	-	(504)
Despesa com comercialização	-	-	1.576	(1.506)
Corretagem	-	-	(492)	(91)
Propaganda e Publicidade	-	-	(877)	(39)
Stands de vendas e apto decorados	-	-	(79)	(138)
Outras despesas de comercialização	-	-	(17.648)	(5.682)
	-	-	**(17.520)**	**(7.960)**

30.2 - Despesas gerais, administrativas:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Provisão (reversão) para contingências cíveis	-	-	34.935	-
Outras despesas pessoais	-	-	(8.906)	(13.939)
Impostos e taxas	(69)	(118)	(1.352)	(16.275)
Publicação	-	-	(88)	(68)
Serviços prestados	(170)	(136)	(12.646)	(25.234)
Depreciação e amortização	(22)	(22)	5.436	(7.122)
Despesa com condomínio	-	(478)	(2.318)	(6.241)
Provisões (reversão) para perda com contingência	-	-	-	5.761
Indenizações	-	-	(50.392)	(59.861)
Outras despesas administrativas	(574)	(26)	28.219	952
	(835)	**(780)**	**(7.112)**	**(122.027)**

30.3 - Outras receitas (despesas) operacionais:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de venda de imobilizado	-	-	-	
Reembolso de despesas	-	-	100	2.237
Outras receitas	-	-	44.656	15.022
	-	-	**44.757**	**17.259**

31 - Resultado financeiro:

Receitas financeiras	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	2.567	11.100
Variação monetária ativa	-	-	-	3.559
Ganho renda variável	-	-	-	-
Receita de juros	418	1.047	418	1.307
Outras receitas financeiras	-	-	1.650	526
	418	1.047	4.636	16.492
Despesas financeiras				
(-) Despesas alocadas aos empreendimentos (I)	-	-	-	-
Juros sobre empréstimos/ financiamentos	(156.307)	(130.990)	(153.925)	(136.603)
Perdas incorridas em mercado de renda variável	-	-	-	-
Variação monetária	-	-	(16.485)	(11.361)
Perdas com rescisões	-	-	(4.812)	(6.114)
Encargos moratórios	1	(2)	(8.871)	(14.022)
Despesas alocadas aos empreendimentos	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(2)	(88)	(4.423)	(4.778)
	(156.307)	(131.080)	(188.516)	(172.878)
Resultado financeiro líquido	**(155.889)**	**(130.033)**	**(183.880)**	**(156.386)**

I - As receitas de variação monetárias ativas sofreram aumento devido a variação positiva do IGP-M a qual são corrigidos os valores a receber.

32 - Prejuízo líquido por ação (Básico e Diluído): Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o prejuízo por ação para os exercícios de 2022 e de 2021. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em ações ordinárias. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básicos e diluídos por ação:

	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício	(159.251)	(212.044)
Quantidade ponderada de ações	466.808	466.808
Prejuízo por ação básico e diluído	(0,34115)	(0,45424)

33 - Cobertura de seguros (não auditado): A Shopinvest mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A João Fortes contrata seguros de riscos de engenharia e responsabilidade civil, sendo a cobertura contratada, como indicada a seguir, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame e/ ou revisão de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas/ revisadas pelos nossos auditores independentes.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Engenharia	37.050	145.500
Responsabilidade Civil	-	500
Incêndio e Empresarial	6.900	6.900
	43.950	**152.900**

34 - Investimentos financeiros: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **a) Composição dos saldos:** Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado:** • Caixa e equivalentes de caixa. Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos. • Tributos a recuperar; Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado. • Derivativos. A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período. **c) Risco de taxa de juros:** De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **d) Risco de taxa de câmbio:** O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira. **e) Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e sua investida não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

35 - Empreendimentos em Construção - informações e compromissos (consolidado): Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados e os adiantamentos recebidos na rubrica "Obrigações por compra de Imóveis e adiantamentos de clientes". A Companhia apresenta informações sobre os empreendimentos em construção em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. A João Fortes não possui nenhum empreendimento em construção sob cláusula resolutiva, sendo assim, as receitas e custos a incorrer até a conclusão desses empreendimentos podem ser assim demonstrados:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Rendas a apropriar de unidades vendidas	-	-	54.208	111.956
Custo orçado a apropriar de unidades vendidas	-	-	(42.054)	(84.222)
Custo orçado a apropriar de unidades em estoque	-	-	(166.832)	(132.839)
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas				
Empreendimentos em construção:				
(a) Receita de vendas contratadas	-	-	180.169	290.182
Receita de vendas apropriadas:				
Vendas apropriadas:	-	-	208.990	329.513
Distratos - receitas estornadas	-	-	(83.029)	(151.287)
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	-	-	**125.961**	**178.226**
Receita de vendas a apropriar (a+b) (a)	-	-	**125.961**	**111.956**
(ii) Receita de indenização por distratos	-	-	14.281	3.637
(iv) Provisão para distratos (passivo)				
Ajustes em receitas apropriadas	-	-	83.029	151.287
Ajustes em contas a receber de clientes	-	-	(36.795)	(71.058)
Receita indenização por distratos	-	-	(14.281)	(3.637)
Ajuste em adiantamento de clientes	-	-	3.845	5.841
(v) Custos orçados a apropriar de unidades vendidas				
Empreendimentos em construção:				
(a) Custo orçado das unidades	-	-	(140.531)	(226.845)
Custo incorrido das unidades:				
Custo de construção	-	-	(156.323)	(238.193)
Distratos - custos de construção	-	-	57.846	95.570
(b) Custo incorrido líquido	-	-	**(98.477)**	**(142.623)**
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b) (b)	-	-	**(42.054)**	**(84.222)**
(iii) Custos orçados a apropriar de unidades em estoque				
Empreendimentos em construção:				
Custo orçado das unidades	-	-	(450.874)	(357.200)
Custo incorrido das unidades	-	-	284.042	224.361
Custo orçado a apropriar	-	-	**(166.832)**	**(132.839)**

(i) Receitas de vendas a apropriar de unidades vendidas - Estão mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações contratuais e deduzidos de distratos, não considerando os efeitos de impostos incidentes e ajuste a valor presente e não contemplam os empreendimentos que estão sob restrição por cláusula suspensiva (período legal de 180 dias que a Companhia pode cancelar uma incorporação) e, portanto, não apropriada ao resultado. **(ii) Custos orçados a apropriar das unidades vendidas e em estoque -** Estas não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente às unidades imobiliárias vendidas à medida que são incorridas.

36 - Eventos subsequentes: **36.1. Efeitos contábeis da aprovação e homologação do PRJ:** Em 19 de janeiro de 2023, encerrou-se o prazo para escolha dos credores sobre recebimento do crédito, via ações da João Fortes, que serão emitidas através de processo de aumento de capital e com caixa da companhia em prazo de até 8 anos. Sendo assim, a administração da Companhia, projetou os efeitos que deverão ocorrer em suas contas do Balanço Patrimonial, após o processo societário necessário para emissão das ações, conforme demonstrado abaixo. **36.2. Decisão do STF - Desconstituição da coisa julgada**: No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise da Administração juntamente com seus assessores jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão. **36.3. Grupamento de ações:** Em 22 de fevereiro de 2023, foi realizado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 (cinco) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária, sem modificação do valor do capital social, passando a representação do capital social da Companhia das atuais 105.203.815 (cento e cinco milhões, duzentas e três mil, oitocentas e quinze) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal, para 21.040.763 (vinte e um milhões, quarenta mil e setecentas e sessenta e três) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal, conforme aprovado por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 19 de janeiro de 2023

Antonio José de Almeida Carneiro - Diretor Presidente

Domingues e Pinho Contadores Ltda. - CRC-RJ 001137/O-0

Marluci Azevedo Rodrigues - Contadora - CRC-RJ 059.203/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Gaster Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gaster Participações S.A. ("Companhia" ou "Gaster") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2023 (i) passivos a descoberto individual e consolidado nos montantes de **R$ 1.046.884 mil** e **R$ 1.280.439 mil**, respectivamente; passivo circulante superior ao ativo circulante consolidado de **R$ 73.830 mil**; e (iii) prejuízo do exercício individual e consolidado nos montantes de **R$ 159.252 mil** e **R$ 173.091 mil**, respectivamente. A Administração vem empregando esforços para cumprir as ações propostas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1.2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com o objetivo de readequar a estrutura de capital, equilibrando os passivos com os ativos disponíveis, tanto no curto quanto a longo prazo, em 27/04/2020 a João Fortes Engenharia S.A. entrou com pedido de Recuperação Judicial (RJ) que foi deferido no dia 11/05/2020. O referido plano foi votado e aprovado em assembleia geral de credores realizada em 06/05/2022 e homologado em juízo no dia 21/10/2022. A situação operacional e financeira da Companhia, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1.2.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Ênfase: **Reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle (consolidado):** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela João Fortes Engenharia S.A., para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **(i) Valor líquido realizável dos imóveis a comercializar ("impairment"):** Os imóveis concluídos são demonstrados pelo custo de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável, enquanto os imóveis em construção correspondem ao custo incorrido das unidades, conforme descrito na nota explicativa nº 2.15. O atual cenário econômico tem dificultado a realização dos estoques e, com isso, gerando a necessidade de redução dos preços dos imóveis, aumentando o risco dos estoques estarem demonstrados por valor superior ao seu valor realizável. Em função desse cenário, a Companhia avalia periodicamente o valor de realização dos imóveis com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perdas por redução ao seu valor líquido realizável. A determinação deste valor de estoques é documentada em avaliação que inclui a utilização de julgamentos e premissas pela Companhia, que considera basicamente o preço médio atualizado do metro quadrado na região e as últimas vendas de cada empreendimento. Qualquer mudança nessas premissas pode impactar de forma relevante os saldos desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o saldo do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Diante do exposto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chaves relacionados aos custos incorridos dos projetos imobiliários; • Aferição das apropriações dos custos incorridos dos imóveis, recalculando os registros de POC no resultado do exercício dos principais empreendimentos; • Análise da metodologia e premissas utilizadas pela Companhia no cálculo do valor líquido realizável dos imóveis em estoque e suas expectativas reais de realização; • Comparação entre a tabela de vendas, vendas reais recentes e os valores unitários das unidades, buscando constatar evidências de seus valores líquidos realizáveis; • Verificação do valor do preço do metro quadrado (m²) dos terrenos incorporáveis nas regiões onde eles estão localizados; e • Avaliação da adequação das divulgações feitas pela Administração nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações e registros apresentados nas demonstrações financeiras estão consis-

continua >>>

GASTER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 10.512.581/0001-02

tentes e adequadas, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **(ii) Provisões e passivos contingentes (consolidado):** A Companhia é parte passiva em processos de natureza cível, trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, que podem resultar em desembolsos significativos em caso de decisões lhe são desfavoráveis. A mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes requer julgamento profissional da Companhia e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação do risco desses processos e, consequentemente, da sua mensuração, esses podem resultar em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras, e por isso consideramos o assunto como significativo para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento dos controles internos existentes relacionados a identificação e acompanhamento dos processos jurídicos, especificamente quanto aos critérios metodológicos adotados para mensuração da estimativa de perdas e respectivo provisionamento e divulgação; • Obtenção da relação dos consultores legais para identificação da totalidade destes; • Análise da carta-resposta ao processo de confirmação externa (circularização) desses consultores legais quanto aos valores contingentes envolvidos, prognóstico de perda, dados e informações históricas para confrontar com os valores considerados pela Companhia; e • Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Administração em nota explicativa. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as informações e registros apresentados nas demonstrações financeiras estão consistentes e adequadas, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para avaliar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024.

GWM

GWM Auditores Independentes - CRC - RJ Nº 5.495

Gil Marques Mendes

CONTADOR - CRC - RJ Nº 39.363

AMERICAN BUREAU OF SHIPPING

CNPJ Nº 33.176.249/0001-01

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Srs. Acionistas: O American Bureau of Shipping por intermédio de seu Representante Legal para o Brasil e América do Sul, faz publicar o presente Balanço em cumprimento às determinações legais. RJ, 12/04/2024. Bruno Barbosa Batista. - Representante Legal.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

ATIVO	Notas Explicativas	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1	26.962.761,96	21.487.145,61
Contas a receber - clientes	2	19.775.426,69	29.028.245,96
Impostos a recuperar	3	6.287.885,87	8.140.618,14
Outros ativos circulantes	4	1.503.034,57	670.334,95
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		54.529.109,09	59.326.344,66
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos e cauções	5	10.007.735,33	8.822.182,62
Investimentos	6	21.382,93	21.382,93
Imobilizado	7	3.531.181,04	1.562.669,05
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		13.560.299,30	10.406.234,60
TOTAL ATIVO		**68.089.408,39**	**69.732.579,26**

PASSIVO	Notas Explicativas	2023	2022
CIRCULANTE			
Obrigações fiscais e sociais a recolher	8	4.051.332,23	3.885.503,83
Imposto de renda e contribuição social	9	0,00	347.266,44
Provisão de férias e encargos	10	6.112.120,59	5.313.691,56
Outras provisões a pagar	11	1.934.644,72	1.998.591,06
Outras contas a pagar	12	23.082.926,25	32.114.854,80
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		35.181.023,79	43.659.907,69
Provisão para contingências	13	9.512.784,05	6.575.323,99
Adiantamentos recebidos	14	470.118,61	0,00
TOTAL PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		9.982.902,66	6.575.323,99
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15		
Capital estrangeiro		3,31	3,31
Correção monetária		1.893.859,19	1.893.859,19
Outras Reservas		298.534,16	298.534,16
Reserva de lucros	16	20.733.085,28	17.304.950,92
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.925.481,94	19.497.347,58
TOTAL DO PASSIVO		**68.089.408,39**	**69.732.579,26**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

CONTEXTO OPERACIONAL: O American Bureau of Shipping é uma filial brasileira de empresa estrangeira autorizada a atuar no Brasil há mais de 70 anos, atendendo a clientes nacionais e estrangeiros de todos os continentes. Tem como objeto social a prestação de serviços de vistoria e certificação na indústria naval, atuando principalmente em vistoria de embarcações, plataformas, navios sonda, etc., realizando as mais diversas vistorias conforme normas próprias e regulamentos das instituições reguladoras internacionais e da autoridade marítima brasileira. Tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro, filiais nas cidades de São Paulo e Santos. Face à sua atividade, necessita de permanente treinamento de seu pessoal para atender às exigências dos padrões de qualidade e segurança estabelecidos a nível mundial. **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem os princípios de contabilidade emanados da legislação societária brasileira em conformidade e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. **Moeda funcional:** A moeda funcional da filial Brasileira é o Real e os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício. **Resumo das principais práticas contábeis: 1 - Caixa e equivalentes de caixa –** Representado por depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo e acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

Caixas e equivalentes de Caixa	31.12.2023	31.12.2022
Depósitos Bancários	100.000,72	100.718,06
Aplicações financeiras	26.862.761,24	21.386.427,55
Saldo	**26.962.761,96**	**21.487.145,61**

2 - Contas a receber de clientes – São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos, líquidas de provisão para devedores duvidosos, atualizados mensalmente com base na taxa de câmbio, quando decorrentes de vendas ao exterior e são realizados em condições normais de mercado, conforme demonstrado abaixo.

Contas a receber de clientes	31.12.2023	31.12.2022
Clientes Nacionais	19.409.455,63	17.370.018,60
Clientes Estrangeiros	18.212.900,53	21.024.227,71
Provisão Devedores Duvidosos	(17.846.929,47)	(9.366.000,35)
Saldo Líquido	**19.775.426,69**	**29.028.245,96**

Provisão para devedores duvidosos – Constituída sobre todos os créditos que envolvem riscos e em montante suficiente para a cobertura das perdas, considerada a experiência anterior. **3 – Impostos a recuperar –** representa o saldo de créditos tributários federais para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos a recuperar	31.12.2023	31.12.2022
PIS	1.019.204,30	1.019.204,30
IMPOSTO DE RENDA	3.390.106,83	4.695.818,95
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.724.020,16	2.270.223,92
INSS	154.554,58	155.370,97
Saldo	**6.287.885,87**	**8.140.618,14**

4 - Outros Ativos Circulantes – Estão classificados os adiantamentos de despesas efetuados pela empresa e demonstradas pelos seus valores de realização na data do balanço no período de curto prazo.

Outros Ativos Circulantes	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento empregados	800,00	800,00
Adiantamento de despesas	1.502.234,57	669.534,95
Saldo	**1.503.034,57**	**670.334,95**

5 - Depósitos e Cauções – Estão classificados neste grupo os depósitos utilizados como garantias e depósitos judiciais recursais trabalhistas e fiscais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital	Correção Monetária	Reserva para Aumento de Capital	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Lucros	Resultado do Período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3,31	1.893.859,19	219.752,02	78.782,14	8.687.160,09	0,00	10.879.556,75
Lucro do exercício						8.269.973,70	8.269.973,70
Lucro a destinar do exercício					8.269.973,70	(8.269.973,70)	0,00
Ajustes exercicio anterior					347.817,13		347.817,13
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3,31	1.893.859,19	219.752,02	78.782,14	17.304.950,92	0,00	19.497.347,58
Lucro do exercício						3.428.134,36	3.428.134,36
Lucro a destinar do exercício					3.428.134,36	(3.428.134,36)	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3,31	1.893.859,19	219.752,02	78.782,14	20.733.085,28	0,00	22.925.481,94

DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO - DVA – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Demonstrativo do Valor Adicionado	2023	2022
1 - RECEITAS	**140.253.138,15**	**131.544.843,16**
Vendas de serviços	146.943.458,32	132.571.087,46
Provisão p/créditos duvidosos	(8.540.348,89)	(1.935.550,07)
Outras receitas	1.850.028,72	909.305,77
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**31.423.813,63**	**25.968.252,21**
Custos serviços vendidos	21.058.650,68	17.555.230,41
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	10.365.162,95	8.413.021,80
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**108.829.324,52**	**105.576.590,95**
4 - RETENÇÕES	**643.852,57**	**529.267,84**
Depreciação, amortização e exaustão	643.852,57	529.267,84
5 - VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**108.185.471,95**	**105.047.323,11**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	**4.928.400,98**	**5.925.752,25**
Receitas financeiras	4.928.400,98	5.925.752,25
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	**113.113.872,93**	**110.973.075,36**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**113.113.872,93**	**110.973.075,36**
Pessoal e encargos	**62.792.884,69**	**58.393.124,63**
Remuneração direta	47.208.807,69	44.074.898,76
Benefícios	11.925.040,21	10.903.166,41
FGTS	3.659.036,79	3.415.059,46
Impostos, taxas e Contribuições	**40.440.466,02**	**37.467.591,66**
Federais	32.251.413,15	28.641.624,12
Estaduais	1.550,06	1.466,28
Municipais	7.840.764,06	6.851.299,71
Provisão para contingências	346.738,75	1.973.201,55
Remuneração de capitais de terceiros	**6.452.387,86**	**6.842.385,37**
Despesas Financeiras	6.452.387,86	6.842.385,37
Remuneração de capitais próprios	**3.428.134,36**	**8.269.973,70**
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	**3.428.134,36**	**8.269.973,70**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**157.525.286,49**	**140.959.095,54**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
(-) Impostos Incidentes s/Serviços	(17.569.601,07)	(15.455.804,24)
(-) Serviços Cancelados e Abatimentos	(10.581.828,17)	(8.388.008,08)
Receita Líquida de serviços	**129.373.857,25**	**117.115.283,22**
Custo dos serviços prestados	(65.265.902,17)	(62.040.291,99)
Lucro bruto	**64.107.955,08**	**55.074.991,23**
Receitas e (despesas) operacionais		
Com vendas	(8.587.987,64)	(1.950.420,16)
Gerais e administrativas	(36.977.469,31)	(30.050.159,35)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(7.505.069,86)	(7.565.584,76)
Resultado antes da receita e despesa financeira	**11.037.428,27**	**15.508.826,96**
Receitas (despesas) financeiras	(1.523.986,88)	(916.633,12)
Resultado antes da tributação sobre lucro	**9.513.441,39**	**14.592.193,84**
Imposto de renda	(4.468.137,52)	(4.642.338,34)
Contribuição social	(1.617.169,51)	(1.679.881,80)
Lucro líquido do exercício	**3.428.134,36**	**8.269.973,70**

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado nas operações	**7.784.730,79**	**13.055.810,29**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.428.134,36	8.269.973,70
Provisão para Contingências	3.712.743,86	3.908.751,62
Depreciação e amortização	643.852,57	529.267,84
Ajustes e Exercícios Anteriores	0,00	347.817,13
Variações nos ativos e passivos	**303.250,12**	**(20.918.689,36)**
(Aumento) Redução contas a receber	9.252.819,27	(11.317.677,93)
(Aumento) Redução impostos a recuperar	1.852.732,27	138.576,79
(Aumento) Redução depósitos e cauções	(1.185.552,71)	(1.399.259,36)
(Aumento) Redução outros ativos circulantes	(832.699,62)	(57.244,87)
Aumento (Redução) impostos e contribuições	165.828,40	245.597,09
Aumento (Redução) IRPJ e CSLL a recolher	(347.266,44)	347.266,44
Aumento (Redução) provisões de férias e encargos	798.429,03	212.589,11
Aumento (Redução) outros passivos circulantes	(9.401.040,08)	(9.088.536,63)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**8.087.980,91**	**(7.862.879,07)**
Fluxo de caixa das atividades investimentos		
Aquisição ativo imobilizado	(2.612.364,56)	(761.090,41)
Caixa líquido proveniente das atividades investimentos	**(2.612.364,56)**	**(761.090,41)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa:	**5.475.616,35**	**(8.623.969,48)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21.487.145,61	30.111.115,09
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	26.962.761,96	21.487.145,61

Depósitos e cauções	31.12.2023	31.12.2022
Ações Judiciais Trabalhistas	543.464,76	543.464,76
Ações Judiciais Fiscais	9.460.512,77	8.274.960,06
Outras Garantias	3.757,80	3.757,80
Saldo	**10.007.735,33**	**8.822.182,62**

6 - Investimentos – Estão apresentados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. **7 - Imobilizado –** Demonstrado ao custo de aquisição (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995) e deduzido de depreciações calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas usuais para cada tipo de bem, de acordo com a sua vida útil econômica dos bens.

	Saldo em 31.12.2023			Saldo em 31.12.2022		
	Custo	Depreciação	Liquido	Custo	Depreciação	Liquido
Imóveis - Escritórios	596.582,00	596.582,00	0,00	596.582,00	596.582,00	0,00
Móveis e utensílios	992.635,03	926.123,78	66.511,25	982.535,03	906.708,92	75.826,11
Equipamentos de Informática	9.020.765,88	5.829.465,85	3.191.300,03	6.617.058,48	5.213.638,67	1.403.419,81
Veículos	134.957,51	134.957,51	0,00	134.957,51	134.957,51	0,00
Linha Telefônica	19.860,00	0,00	19.860,00	19.860,00	0,00	19.860,00
Benfeitorias de imóveis	2.154.986,73	1.901.476,97	253.509,76	1.956.429,57	1.892.866,44	63.563,13
SALDO	**12.919.787,15**	**9.388.606,11**	**3.531.181,04**	**10.307.422,59**	**8.744.753,54**	**1.562.669,05**

Passivos – São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos, quando aplicáveis.
8 – Obrigações fiscais e sociais a recolher

Obrigações fiscais e sociais a recolher	31.12.2023	31.12.2022
Impostos sobre faturamento a recolher	1.244.485,91	1.300.134,97
Impostos retidos a recolher	1.374.149,65	1.297.198,14
INSS	1.048.657,33	944.932,49
FGTS	384.039,34	343.238,23
Saldo	**4.051.332,23**	**3.885.503,83**

9 - Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucros – A tributação sobre os lucros compreende o imposto de renda e a contribuição social apurados pelo regime de Lucro Real e reconhecidos pelo regime de competência. O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, enquanto a contribuição social é apurada pela alíquota de 9% também sobre o lucro tributável.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucros	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de Renda	0,00	268.358,41
Contribuição Social sobre lucro	0,00	8.908,03
Saldo	**0,00**	**347.266,44**

10 – Provisão de férias e encargos – A provisão para férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência com base nos direitos adquiridos proporcionalmente pelos empregados, acrescido dos respectivos encargos e baixados conforme o pagamento até a data do balanço

Provisão de férias e encargos	31.12.2023	31.12.2022
Provisão de Férias	4.534.220,11	3.927.379,51
Provisão INSS sobre Férias	1.215.170,99	1.072.174,61
Provisão FGTS sobre Férias	362.729,49	314.137,44
Saldo	**6.112.120,59**	**5.313.691,56**

11 – Outras Provisões a pagar – A provisão para bônus é constituída para fazer face a pagamentos de gratificação a funcionários, no ano subsequente, cujo valor representa a melhor estimativa do desembolso exigido para a sua liquidação, cujo montante a ser pago só é definido e conhecido quando do pagamento.

Outras provisões a pagar	31.12.2023	31.12.2022
Bônus Funcionários e Gerentes	1.422.532,95	1.469.552,26
Encargos	512.111,77	529.038,80
Valor provisionado	**1.934.644,72**	**1.998.591,06**

12 – Outras Contas a pagar (Circulante) – Representa o valor de despesas pagas pela sua Matriz estrangeira a serem reembolsadas pela sua filial brasileira atualizados mensalmente com base na taxa de câmbio (PTAX). **13 – Provisão para contingências –** Os passivos contingentes são constituídos de valores de possíveis obrigações relativas a eventos trabalhistas e fiscais passados, que dependem de evento futuro e sem qualquer controle que possa ser exercido pela administração da sociedade e foram quantificados com base nas expectativas de êxito das correspondentes ações.

Provisão para contingências	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	91.309,33	904.536,67
Fiscais	4.196.162,36	3.940.732,94
Depósitos judiciais	5.225.312,36	1.730.054,38
Valor provisionado	**9.512.784,05**	**6.575.323,99**

14 – Adiantamentos recebidos – Representam o saldo dos adiantamentos recebidos referentes aos termos de cooperação técnica firmados com a empresa Petróleo Brasileiro S/A a título de repasse para serem utilizados na aplicação dos projetos firmados. **15 - Patrimônio Líquido –** Constituído pelo capital original investido e de suas atualizações monetárias de acordo com os índices oficias até 1995. As empresas brasileiras, bem como as filiais brasileiras de empresas estrangeiras, devem registrar o seu capital estrangeiro investido diretamente e o reinvestimento dos lucros no Banco Central do Brasil, para que o capital possa ser repatriado e os dividendos serem remetidos para o exterior. O American Bureau of Shipping em 31 de dezembro de 2023 tem registrado como capital estrangeiro o montante de US$ 984,468.68.**16 – Reserva de Lucros –** Demonstrado na Mutação do Patrimônio líquido com saldo constituído pelos lucros acumulados de anos anteriores, lucro do ano corrente e ajustes de anos anteriores conforme demonstrado abaixo:

Patrimonio Liquido - Reserva de Lucros	31.12.2023
Reserva de Lucros em 31 de dezembro de 2022	17.304.950,92
Lucro líquido do período	3.428.134,36
Saldo	**20.733.085,28**

Bruno Barbosa Batista - Representante Legal - CPF 323.670.628-70 // **Leonardo Freitas Dutra -** Contador **-** CRC RJ 093.516/O-6 - CPF 080.214.427-60

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444

GRUPO SENDAS

SENDAS IMOB S.A.

CNPJ nº 31.911.548/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação e deliberação de V.Sªs., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Ficamos ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São João de Meriti - RJ, 22 de fevereiro de 2024. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais mil)

ATIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		64.822	100.227
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.422	78.350
Créditos	5	5.723	9.740
Impostos a recuperar	6	3.596	10.451
Valores a receber	7	639	862
Outros direitos realizáveis		442	824
NÃO CIRCULANTE		407.618	736.220
Realizável a longo prazo		2.806	4.459
Valores a receber	7	-	1.317
Impostos a recuperar	6	1.315	562
Depósitos e cauções		1.491	2.580
Investimentos		401.882	729.956
Em coligadas	8b	74.642	226.906
Propriedades para investimento	9	327.240	503.050
Imobilizado	10	2.508	1.527
Intangível	11	422	278
TOTAL		472.440	836.447

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		60.471	55.213
Fornecedores		621	540
Financiamentos	13.1	13.630	12.748
Impostos e contribuições		2.618	2.248
Impostos e contribuições - parcelamento		14.055	13.078
Imposto de renda		-	835
Contribuição social		-	306
Provisão para férias e outras		2.606	2.134
Dividendos a pagar	14	21.785	18.166
Outras contas a pagar		5.156	5.158
NÃO CIRCULANTE		197.166	336.503
Financiamentos	13.1	17.377	26.653
Provisão de tributos diferidos	15	89.395	102.865
Provisão para passivos contingentes	16	36.455	140.481
Impostos e contribuições - parcelamento	17	51.321	60.737
Indenizações a terceiros		-	46
Outras contas a pagar		2.618	5.721
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		214.803	444.731
Capital social realizado	18a	34.790	150.000
Reservas de lucros	18b	72.343	145.010
Dividendo adicional proposto	18c	215	11.534
Ajustes de avaliação patrimonial	18d	107.455	138.187
TOTAL		472.440	836.447

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais mil, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO	19	67.116	83.733
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		8.850	11.184
Despesas gerais e administrativas	20	50.639	(38.629)
Depreciações e amortizações		(566)	(516)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	21	(37.831)	27.820
Ganho por avaliação patrimonial líquida		-	10.328
Resultado de equivalência patrimonial		(3.392)	12.181
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		75.966	94.917
RESULTADO FINANCEIRO	22	4.959	4.388
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA ONTRIBUIÇÃO SOCIAL		80.925	99.305
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	7.675	(24.000)
CORRENTE		(5.795)	(24.674)
DIFERIDO		13.470	674
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		88.600	75.305
QUANTIDADE DE AÇÕES		107.290.128	146.390.927
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		0,83	0,51

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais mil)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	88.600	75.305
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	88.600	75.305

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais mil)

	2023	2022
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	88.600	75.305
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa por:		
Depreciações e amortizações	566	516
(Reversão) e constituição de provisões	(104.904)	(5.478)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.470)	(674)
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.795	24.674
Ajustes por equivalência patrimonial	3.392	(12.181)
Ganho por equivalência patrimonial não operacional	(1.790)	2.338
Avaliação patrimonial de propriedades para investimentos	-	(10.328)
Alienação/baixa de imobilizado e investimentos	45.069	(30.557)
Variações monetárias e juros	10.263	8.970
Resultado líquido do exercício ajustado	33.521	52.585
Ajustes de valores pelas variações dos ativos operacionais		
Diminuição (aumento) em clientes	4.462	2.539
Aumento em outros valores a receber	1.741	(244)
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar	6.810	(5.638)
Diminuição de depósitos e cauções	1.089	14.931
(Aumento) diminuição em outros ativos operacionais	1.084	(634)
Ajustes de valores pelas variações dos passivos operacionais		
Aumento em fornecedores	81	228
Diminuição de impostos, contribuições e encargos sociais a pagar	(20.812)	(29.384)
Aumento em outros passivos operacionais	152	47
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	28.128	34.430
Atividades de Investimento		
Acréscimo em propriedades para investimento	(156)	(11.962)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.720)	(89)
Pagamento pela compra de imobilizado e investimento	(1.746)	(4.201)
Recebimento pela venda de investimento e imobilizado	1.058	36.201
Aquisição de 20% de unidade no Shopping Del Rey	(2.744)	10.766
Dividendos recebidos antecipadamente	5.726	12.615
Operação com coligada	2	(14.973)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(8.580)	28.357
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(29.701)	(24.970)
Captação de empréstimo bancário	-	20.000
Pagamento de empréstimo bancário	(13.775)	(5.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(43.476)	(10.852)
(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(23.928)	51.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	78.350	26.415
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	54.422	78.350

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais mil)

	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para investimentos e manutenção de capital de giro	Reservas de Lucros: Reserva para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros: Total	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**110.622**	**12.619**	**85.659**	**39.378**	**137.656**	**-**	**139.314**	**-**	**387.592**
Realização de reserva de ajuste por avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(1.127)	1.127	-
Aumento de capital aprovado pela AGO/E de 29/07/2022	39.378	-	-	(39.378)	(39.378)	-	-	-	-
Reversão de reserva p/plano de investimento (nota 18, b.2)	-	-	(85.659)	-	(85.659)	-	-	85.659	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	75.305	75.305
Reserva legal (nota 18,b.1)	-	3.765	-	-	3.765	-	-	(3.765)	-
Dividendos a pagar (nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	(18.166)	(18.166)
Deliberação para dividendo adicional proposto (nota 17,c)	-	-	-	-	-	11.534	-	(11.534)	-
Constituição de reserva para plano de investimento (nota 18, b.2)	-	-	128.626	-	128.626	-	-	(128.626)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**150.000**	**16.384**	**128.626**	**-**	**145.010**	**11.534**	**138.187**	**-**	**444.731**
Realização da reserva de reavaliação por demolição de edificações	-	-	-	-	-	-	(2.673)	-	(2.673)
Realização da mais valia por demolição de edificações	-	-	-	-	-	-	(12.008)	-	(12.008)
Realização de reserva de ajuste por avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(170)	(170)
Realização de reserva de reavaliação por integralização em Sendas Comércio Exterior	-	-	-	-	-	-	(1.138)	-	(1.138)
Realização de menos valia por integralização em Sendas Comércio Exterior	-	-	-	-	-	-	15.988	-	15.988
Cisão parcial com incorporação das parcelas cindidas por CL RJ 021 Empreendimentos e Participações S/A, de acordo com o Protocolo e Justificativa, e aprovação pela AGE realizada em 31 de maio de 2023, conforme descrito abaixo e na nota 1:									
a) Capital Social	(115.210)	-	-	-	-	-	-	-	(115.210)
b) Reserva Legal	-	(9.426)	-	-	(9.426)	-	-	-	(9.426)
c) Reserva para Plano de Investimento	-	-	(128.383)	-	(128.383)	-	-	-	(128.383)
d) Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	(30.901)	-	(30.901)
e) Lucros Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(1.288)	(1.288)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	88.600	88.600
Dividendos a pagar - aprovado pela AGO de 31/05/2023 (nota 14)	-	-	-	-	-	(11.534)	-	-	(11.534)
Dividendos a pagar (nota 14)	-	-	-	-	-	-	-	(21.785)	(21.785)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	215	-	(215)	-
Constituição de reserva para investimentos e manutenção de capital de giro (nota 18, b.2)	-	-	35.142	-	35.142	-	-	(35.142)	-
Constituição de reserva para futuro aumento de capital (nota 18,b3)	-	-	-	30.000	30.000	-	-	(30.000)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**34.790**	**6.958**	**35.385**	**30.000**	**72.343**	**215**	**107.455**	**-**	**214.803**

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em Reais mil, exceto quantidade de ações)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: Em AGE de 31 de maio de 2023 os acionistas presentes deliberaram pela Cisão Parcial da Companhia, como consta no "Protocolo e Justificativa de Cisão Parcial com Incorporação", aprovando o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, que apurou o valor do patrimônio líquido contábil da parcela cindida em R$285.209, a partir do balanço patrimonial de 30 de abril de 2023, que serviu de base para a realização do Protocolo e Justificativa. Aprovou-se, em função da cisão parcial , a redução das seguintes contas: a) Capital em R$115.210; b) Reserva Legal em R$9.426; c) Reserva para Plano de Investimento em R$128.383; d) Ajuste de Avaliação Patrimonial em R$30.901; e e) Lucros Acumulados em R$1.288. Em AGO/E de 29 julho de 2022 os acionistas presentes deliberaram pela alteração do Estatuto Social da Companhia, alterando a atividade exercida para atividade imobiliária, especialmente a gestão e administração de propriedade imobiliária e a locação de bens imóveis próprios; e em consequência, a denominação social da Companhia passou de SENDAS S/A para SENDAS IMOB S/A, para contemplar referida atividade.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis nºs 6.404/76 e 11.638/07 e pronunciamentos técnicos de órgãos regulamentadores. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria para divulgação em 22 de fevereiro de 2024.
3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS: Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:
a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É estimada com base em análise dos níveis atuais de inadimplência dos devedores, com o objetivo de absorver eventuais perdas na realização dos créditos a receber de clientes, e está constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia. **b) Ajuste a valor presente de ativos:** Os ativos monetários não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente foi calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas associadas a esses ativos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. **c) Investimentos:** Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por avaliação pelo método de equivalência patrimonial quanto à participação em coligadas. **d) Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento, são representadas por terrenos e edificações para locação, mantidos para auferir rendimento de aluguel, e que o valor justo de propriedades para investimento deve refletir os lucros de rendas provenientes desses aluguéis. No ano de 2022 algumas propriedades para investimento foram avaliadas a valor justo, com ganho por avaliação patrimonial líquida de R$10.329. **e) Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, e reduzido por depreciações acumuladas, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, calculadas pelo método linear com base nas seguintes taxas ao ano: edificações 3,57% a 4,35%; móveis, máquinas e instalações 10%; veículos 20%; e computadores e periféricos 20%. **f) Intangível:** Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado por amortizações acumuladas, quando aplicável, calculadas pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e de recuperação econômica, fixado por espécie de bens. **g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço estão classificados como ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base pro rata temporis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Descrição	2023	2022
Caixa e bancos	113	111
Aplicações de liquidez imediata	54.309	78.239
TOTAL	54.422	78.350

5. CRÉDITOS:

Descrição	2023	2022
Títulos em cobrança	30	150
Aluguéis a receber	5.693	10.035
Provisão para perdas	-	(445)
TOTAL	5.723	9.740

6. IMPOSTOS A RECUPERAR:

	2023	2022
Circulante		
PIS e COFINS a compensar - inconstitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei 9.718/98 - decisão judicial	2.982	6.368
IRRF a compensar	497	163
Antecipação de CSLL	117	-
PIS - Lei 12.865/2013 - código 3835	-	3.920
TOTAL	3.596	10.451
Não Circulante		
IRRF a compensar	783	562
IRPJ a restituir	333	-
CSLL a restituir	199	-
TOTAL	1.315	562

7. VALORES A RECEBER:

	2023	2022
Circulante		
Ressarcimento de despesas	639	862
TOTAL	639	862
Não Circulante		
Gerdau Aços Longos	-	1.317
TOTAL	-	1.317

8. INVESTIMENTOS - EM COLIGADAS:

Empresas	Lahig Holding S/A 31/12/22	Pallazo RJ Participações Ltda 31/12/23	Pallazo RJ Participações Ltda 31/12/22	PLD Dutra RJ Emp. Imobiliários Ltda 31/12/2023	PLD Dutra RJ Emp. Imobiliários Ltda 31/12/22	PLD Dutra RJ II Emp. Imobiliários Ltda 31/12/23	PLD Dutra RJ II Emp. Imobiliários Ltda 31/12/22
a - Dados das coligadas							
Capital social - R$ mil	25.825	14.680	14.680	-	462.220	279.438	279.438
Quantidade de ações/quotas - mil	3.156	14.680	14.680	-	462.220	279.438	279.438
Patrimônio líquido - R$ mil	3	12.589	12.589	-	475.384	290.020	109.668
b - Dados da investidora							
Quantidade de ações/quotas possuídas - mil	745	7.193	7.193	-	149.637	65.983	65.983
Percentual de participação	23,62%	49%	49%	-	32,63%	23,61%	23,61%
Valor do investimento - R$ mil	-	6.168	6.168	-	154.798	68.474	65.940
Equivalência patrimonial - R$ mil	(5)	(100)	(139)	4.795	12.341	(8.087)	(16)

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO:

	2023	2022
Saldo inicial	503.050	486.396
Ganho ao valor do ajuste (nota 3,d)	-	10.328
Integralização para investimento em coligada	(130.563)	-
Adição	156	11.963
Baixa	(45.403)	(5.637)
Saldo final	327.240	503.050

O valor das propriedades para investimento, mantidos para fins de renda de aluguel de longo prazo e/ou valorização de capital, poderá ser ajustado anualmente pelo valor justo.

10. IMOBILIZADO:

DESCRIÇÃO	2023 Custo Original	2023 Reavaliação e ajuste avaliação patrimonial	2023 Custo Avaliado	2023 Depreciação original	2023 Valor líquido em 31/12/23	2022 Valor líquido em 31/12/22
Instalações	241	-	241	(220)	21	25
Móveis, máq. e equipamentos	543	-	543	(343)	200	185
Veículos	3.033	-	3.033	(1.481)	1.552	516
Outras imobilizações	2.204	-	2.204	(1.469)	735	801
TOTAL	6.021	-	6.021	(3.513)	2.508	1.527

11. INTANGÍVEL:

DESCRIÇÃO	Custo Original	Amortização	Valor líquido em 31/12/23	Valor líquido em 31/12/22
Marcas e Patentes	36	-	36	36
Software	2.656	(2.270)	386	242
TOTAL	2.692	(2.270)	422	278

12. RECUPERABILIDADE DE ATIVOS: De acordo com a NBC TG 01 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Com base em comunicado técnico emitido pela Diretoria Imobiliária, manteve as mesmas condições estabelecidas no exercício anterior, entendendo não ter identificado Imobilizados que necessitem de provisão para redução de seu valor de recuperação, com a manutenção dos seus valores residuais e da vida útil dos ativos.

13. FINANCIAMENTOS:
Financiamentos em 31 de dezembro de 2023 montam R$31.007 (R$13.630 a curto prazo e R$17.377 a longo prazo) e em 2022 R$39.401 (R$12.748 a curto prazo e R$26.653 a longo prazo). Os encargos financeiros para 2023 e 2022 são taxas médias do CDI e juros de 2,8% a.a..
Vencimento anual da parcela registrada como longo prazo em 31 de dezembro de 2023:

	R$ mil
2025	11.498
2026	5.454
2027	425

As garantias dos financiamentos são aval de acionistas e cessão fiduciária de direitos creditórios.

13.1. Passivos decorrentes de atividades de financiamento - NBC TG03: Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento da Companhia no decorrer dos exercícios de 2023 e 2022:

Atividades de Financiamento	Saldo em 31/12/2022	Captação	Pagamento	Transferência	Juros	Variação Monetária	Saldo em 31/12/2023
Financiamento CP	12.748	-	(13.775)	14.657	-	-	13.630
Financiamento LP	26.653	-	-	(14.657)	1.052	4.329	17.377
TOTAIS	39.401	-	(13.775)	-	1.052	4.329	31.007

Atividades de Financiamento	Saldo em 31/12/2021	Captação	Pagamento	Transferência	Juros	Variação Monetária	Saldo em 31/12/2022
Financiamento CP	5.507	-	(5.882)	13.123	-	-	12.748
Financiamento LP	14.233	20.000	-	(13.123)	1.154	4.389	26.653
TOTAIS	19.740	20.000	(5.882)	-	1.154	4.389	39.401

14. DIVIDENDOS A PAGAR: De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas gozam do direito de receber dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. No exercício de 2023 foi destinado o montante de R$21.810 (2022 R$18.166), a título de dividendos, assim determinado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	88.600	75.305
(-) Reserva legal (5%)	-	(3.765)
(+) Realização de AAP	(170)	1.127
(+) Ajuste em lucros acumulados pela cisão parcial	(1.288)	-
Base de cálculo para dividendos	87.142	72.667
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	21.785	18.166

Os dividendos a pagar correspondem a R$203,04 (R$124,09 em 2022) por lote de mil ações do capital social final.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS:

	2023	2022
Passivo exigível a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação	3.214	5.178
Imposto de renda e contribuição social sobre avaliação por valor justo de propriedades para investimento	86.181	97.687
TOTAL	89.395	102.865

Reconciliação da alíquota efetiva combinada aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%):

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.925	99.305
Débito de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(27.515)	(33.764)
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	(1.153)	4.142
Crédito sobre reversão de provisões para contingências	35.947	2.705
Itens permanentes	396	2.917
TOTAL	7.675	(24.000)

16. PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES: A Companhia é parte em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base em pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento. **TRABALHISTAS -** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era ré em poucos processos trabalhistas. Baseadas no histórico de pagamento da Companhia foram constituídas provisões no valor de R$135 (R$962 em 2022). Na opinião da Administração e dos assessores jurídicos, este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte dos processos trabalhistas ajuizados contra a Companhia refere-se a temas comumente alegados no segmento, tais como pedidos de horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias, danos morais e estéticos. **CÍVEIS -** Em 31 de dezembro de 2023 a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão no montante de R$9.043 (R$8.717 em 2022). As ações cíveis da Companhia envolvem basicamente pedidos de indenizações por parte de clientes por acidentes em loja e constrangimento de segurança. **FISCAIS -** Em 31 de dezembro de 2023 a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão no montante de R$27.277 (R$130.802 em 2022). As ações fiscais da Companhia envolvem basicamente discussões relacionadas à IRPJ, COFINS e PIS. Estes processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmites os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTO - NÃO CIRCULANTE
Representam parcelamentos de tributos federais com base na Lei 12.865/13 e IRPJ e CSLL. Os vencimentos anuais das parcelas registradas em longo prazo em 31 de dezembro são demonstrados como:

2023		2022	
2025	13.522	2024	13.034
2026	13.522	2025	12.552
2027	13.385	2026	12.552
2028	10.892	2027	12.430
		2028	10.169
TOTAL	51.321	TOTAL	60.737

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social realizado - Em AGE de 31 de maio de 2023, nota 1, os acionistas decidiram pela redução do capital social da Companhia para R$34.790 (R$150.000 em 2022). O capital está composto de 107.290.128 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País. **b) Reservas de lucros - b.1) Reserva legal -** Em 31 de dezembro de 2023 a Administração da Companhia não constituiu reserva legal sobre o lucro líquido, em virtude do saldo ultrapassar o limite legal de 20% do capital social. Em AGE de 31 de maio

Continua

Continuação

GRUPO SENDAS

SENDAS IMOB S.A.

CNPJ nº 31.911.548/0001-17

de 2023, com a cisão parcial com incorporação, os acionistas decidiram pela redução da reserva legal, conforme consta na nota 1, ficando com o montante de R$6.958. **b.2) Reserva para investimentos e manutenção de capital de giro -** Em AGE de 31 de maio de 2023 os acionistas, com a cisão parcial com incorporação, decidiram pela redução da reserva para plano de investimento, conforme consta na nota 1. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Sociedade decidiu pela constituição de Reserva para de investimento e manutenção de capital de giro, no montante de R$35.142. **b.3) Reserva para futuro aumento de capital -** Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Sociedade decidiu pela destinação de R$30.000, para aumento de capital, a ser submetida a Assembléia Geral. **c) Dividendo adicional proposto -** Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Sociedade decidiu pela constituição de Dividendo Adicional Proposto, no montante de R$215, que será mantido até deliberação definitiva a ser estabelecida pelos acionistas em Assembléia Geral, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.398/12 e com a Revisão NBC 19. **d) Ajuste de avaliação patrimonial -** A Companhia registrava em 31 de dezembro de 2023 R$6.240 (2022 R$ 10.051) de ajustes de avaliação patrimonial de edificações. Esse ajuste de avaliação é realizado de acordo com a depreciação, a alienação ou demolição dos ativos reavaliados. Em 31 de dezembro de 2023 registrava R$101.215 (2022 R$128.136). Em AGE de 31 de maio de 2023 os acionistas decidiram pela redução da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R$30.901, conforme consta na nota 1. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo registrado era de R$128.136 de avaliação por valor justo de Propriedades para Investimento e de imóveis no Imobilizado. O valor dessa mais-valia foi registrado, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos. O valor justo foi estimado, por peritos especializados e independentes, conforme nota 3, "d" e "e".

19. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO: A receita líquida de locação para os exercícios possui a seguinte composição:

	2023	2022
Receita de locação	73.674	92.178
Outras receitas	190	-
(-) Tributos incidentes	(6.748)	(8.445)
Receita líquida	67.116	83.733

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

	2023	2022
Despesas com pessoal e encargos	(27.981)	(19.705)
Impostos e taxas	(1.993)	(2.346)
Serviços profissionais	(16.143)	(12.739)
Custas e despesas legais	(698)	(842)
Indenizações a terceiros	(1.159)	(833)
Provisões (reversões de provisões)	104.904	5.478
Outras despesas	(6.291)	(7.642)
TOTAL	50.639	(38.629)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS:

	2023	2022
Outras despesas operacionais	(488)	(1.503)
Multas e moras fiscais indedutíveis	(50)	(25)
Outras despesas	(438)	(1.478)
Outras (despesas) receitas operacionais	(37.343)	29.323
Recuperação de créditos baixados como perda	547	894
Lucro na venda de ativo imob. e investimento	333	30.557
Baixa por demolição de propriedade para investimento	(45.404)	-
Indenização por dano patrimonial	5.084	-
Ganho (perda) não operacional por equiv. patrimonial	1.790	(2.338)
Outras receitas	307	210
TOTAL	(37.831)	27.820

22. RESULTADO FINANCEIRO:

	2023	2022
Despesas Financeiras	(10.869)	(10.831)
Variações passivas	(9.739)	(9.096)
Outras despesas financeiras	(1.130)	(1.735)
Receitas Financeiras	15.828	15.219
Variações ativas	3.919	3.213
Receitas sobre aplicações financeiras	10.699	10.635
Outras receitas financeiras	1.210	1.371
TOTAL	4.959	4.388

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender as suas necessidades de gerenciamento de capital circulante líquido. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e estabelecimentos de sistemas de controles internos. Os instrumentos financeiros registrados contabilmente encontram-se a valor de mercado.

24. COBERTURA DE SEGUROS: Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados pelos seguintes valores:

Tipo de seguro	Cobertura	Limites máximos de indenização em 31 de dezembro de 2023
Bens/interesses	Incêndio, raio, explosão/implosão	variando entre 20.000 e 42.590
	Danos elétricos - curto circuito	300
	Vidros/anunc/letreiros/antenas/espelhos/mármores	100
	Desmoronamento/tremor de terra	300
	Tumultos/greves/lockout	300
	Alagamento/inundação	100
	Vendaval até fumaça, exceto bens ar livre	400
	Equipamentos eletrônicos	400
	Tumultos/greves/ lockout - atos dolosos	300
	Equipamentos eletrônicos portáteis	400
Responsabilidade civil geral	Operações - estabelecimentos comerciais e industriais	10.000

25. CONTINGÊNCIAS:

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião dos assessores legais, entende que não há contingências passíveis de provisionamento. As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e à eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável. Como a legislação é frequentemente sujeita a interpretações, não é possível assegurar a aprovação final desses impostos e contribuições.

DIRETORIA

Arthur Antonio Sendas Filho - Diretor Presidente
Nelson Antonio Sendas - Diretor Vice-Presidente
Nildo Pires Alves - Diretor
Rufino de Almeida Pizarro Neto - Diretor
Genivalda Albuquerque de Paula - Diretora
Deodato Doriel da Conceição Maia
Contador - CRC-RJ 50.714/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da SENDAS IMOB S.A. - São João de Meriti - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da SENDAS IMOB S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SENDAS IMOB S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião : Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, bem como das constatações de auditoria, inclusive sobre controles internos, que foram esclarecidos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de março de 2024.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS 003688/O-2 F-RJ
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RJ

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO GONÇALO – REGIONAL DE ALCÂNTARA
RUA OSÓRIO COSTA, S/Nº, 3º ANDAR, COLUBANDÊ, SÃO GONÇALO – RJ - C.E.P.: 24744-680
Tel.: (21) 2702-9319 / Ramal: 9318 - E-mail: alc02vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO JUDICIAL NA FORMA ELETRÔNICA (ON-LINE), COM PRAZO DE 05 DIAS PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S), EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE EXECUÇÃO proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MARTE PARQUE RESIDENCIAL SOLAR DO ALCÂNTARA em face de MARCO ANTÔNIO BARREIROS, nos autos do PROCESSO Nº 0008075-15.2007.8.19.0087, NA FORMA ABAIXO: O(A) Doutor(a) **CARLOS EDUARDO IGLESIAS DINIZ - Juiz Titular** da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital de Alienação em Leilão Judicial na forma eletrônica, com prazo de 05 (cinco) dias, a todos os interessados e em especial ao(s) Executado(s), que será realizado o público leilão eletrônico pelo Leiloeiro Público **SERGIO LUIS REPRESAS CARDOSO**, matriculado na JUCERJA sob o nº 150, com escritório na Rua Dom Gerardo, 63, Sala 711, Centro, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20090-030; Telefones: (21) 99315-4063, (21) 99670-6366, (21) 98577-7550, onde: O **Primeiro Leilão** para venda por valor igual ou superior a avaliação será no dia **13/05/2024 às 12h**, e não havendo lances no primeiro leilão, o **Segundo Leilão** para venda pela melhor oferta será no dia **06/06/2024 às 12h,** onde o lanço inicial será por valor igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da avaliação, sendo certo que os lances serão realizados exclusivamente através do portal do site do leiloeiro: www.sergiorepresasleiloes.com.br, e as propostas para arrematação de forma parcelada serão recebidas exclusivamente através do e-mail sergiorepresas@gmail.com. Cientes os interessados que não havendo expediente forense na data designada, o leilão será automaticamente reagendado e realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. **DO(S) BEM(NS) OBJETO DO LEILÃO:** Conforme estimativa de Avaliação no index. 128/136: **APARTAMENTO Nº 1503, DO BLOCO 06, DO EDIFÍCIO SITUADO A RUA DOUTOR ALFREDO BACKER, N° 579, ALCÂNTARA, SÃO GONÇALO, RJ. MATRICULADO NO CARTÓRIO DO 4° OFÍCIO DE SÃO GONÇALO DO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS SOB O Nº 15.813 E NA PREFEITURA SOB O Nº 94558000. MEDINDO 60m² DE ÁREA EDIFICADA E FRAÇÃO IDEAL DE 9681/10.000.000 DO TERRENO E DEMAIS PARTES COMUNS DO EMPREENDIMENTO, COM VAGAS DE ESTACIONAMENTO VINCULADOS AO CONDOMÍNIO.** DAS CONFRONTAÇÕES E DIVISAS: Constituído pelo terreno que mede em seu todo: A) 382,65 m de frente para a Rua Doutor Alfredo Backer; B) 295,90 m nos fundos confrontando com a atual Rede Ferroviária Federal S/A, antiga estrada de Ferro Leopoldina; C) 75,50 m do lado direito, confrontando com propriedade de Manoel Pereira Ninho; D) 213,85 m do lado esquerdo, confrontando com o rio Alcântara, que por sua vez se confronta com o terreno de outro proprietário. Todo o terreno descrito tem a área de 41.448,50 m². Passa nesse terreno anexado a faixa da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. **DO VALOR DA AVALIAÇÃO**: Assim, foi apresentado a estimativa de avaliação do imóvel objeto de leilão em 24/09/2018 no valor de R$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), correspondentes a 43.717,17417 UFIR, que atualizadas nesta data, perfaz o valor de **R$ 198.357,93 (Cento e noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos). DOS DÉBITOS SOBRE O IMÓVEL:** Cientes os interessados que conforme Certidão atualizada em 11/04/2024 constam débitos de IPTU no valor total aproximado de R$ 14.530,61 (Quatorze mil, quinhentos e trinta reais e sessenta e um centavos). Que conforme certidão de 25/04/2024 constam Débitos de FUNESBOM cuja soma dos exercícios em aberto perfazem o valor aproximado de R$ 620,41 (Seiscentos e vinte reais e quarenta e um centavos). Que conforme planilha atualizada em 25/04/2024, constam débitos de condomínio no valor de R$ 564.369,28 (Quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos). Cientes os interessados que todos os débitos acima apresentados, deverão ser atualizados até data do ato do leilão. **OBSERVAÇÕES NA MATRÍCULA DO IMÓVEL PERANTE O RGI:** Cientes os interessados do seguinte: Que consta no AV-15 consta Retrocessão de Crédito Hipotecário em favor de Economia Crédito Imobiliário S/A - ECONOMISA. Que no R-16 consta penhora deste processo. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO PROCESSO:** Ciente os interessados do seguinte: Citação do Réu no index. 29/30. Sentença no index. 43, inclusive decretando à revelia do Réu. Deferida penhora de imóvel descrito no id. 100 (id. 106). Mandado de penhora cumprido, com intimação de devedor (id. 113/114). RGI do imóvel penhorado (id. 120/123). Despacho no index. 116 para que o autor apresente três avaliações para que a média sirva como avaliação. Avaliação do bem apresentada no id. 128/136. Intimação de credor hipotecário (id. 143). Termo de penhora (id. 162). Comprovação de averbação da penhora e indicação de leiloeiro (id. 168/169). **DOS LANCES ELETRÔNICO (ONLINE): 1.** Serão realizados de acordo com as datas e horários previstos no presente edital, sendo certo que os horários considerados neste edital serão sempre o fuso horário de Brasília/DF; **2.** Os interessados em participar do leilão na modalidade Eletrônica (Online), deverão efetuar o cadastro e ofertar seus lances online exclusivamente através do site do Leiloeiro Público Oficial, pelo seguinte sítio eletrônico: ***www.sergiorepresasleiloes.com.br;*** **3.** Os interessados deverão se cadastrar previamente no site ***www.sergiorepresasleiloes.com.br***, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data do evento e de modo absolutamente gratuito, ficando o interessado responsável civil e criminalmente pelas informações lançadas no preenchimento do aludido cadastro, oportunidade em que preencherá os dados pessoais, anexará os documentos requeridos e aceitará as condições de participação previstas neste Edital e no Termo de Compromisso constante do sítio eletrônico; **4.** Somente serão confirmados os cadastros pela internet, após o obrigatório envio das cópias dos documentos a seguir transcritos: a) se pessoa física: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência, enviar uma foto de rosto (selfie) segurando o documento de identidade aberto (frente e verso), e se for casado(a), anexar ainda a Certidão de Casamento e Carteira de Identidade e CPF do Cônjuge; b) se pessoa jurídica: CNPJ, contrato social (até a última alteração) ou Declaração de Firma Individual, RG, CPF e enviar uma foto de rosto (selfie) segurando o documento de identidade aberto (frente e verso) do representante legal ou do preposto da pessoa jurídica respectiva, bem como procuração com poderes para atuar no leilão destes autos, e demais documentos que se fizerem necessários. **5.** A aprovação do cadastro será confirmada através do e-mail informado pelo usuário, tornando-se indispensável mantê-lo válido e regularmente atualizado. **6.** Os Lances Online serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato da emissão pelo participante. Assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, o Leiloeiro não se responsabiliza por lances ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do lote. **7.** Demais informações serão prestadas na ocasião do pregão suprindo, assim, qualquer omissão porventura existente neste Edital. **DAS ADVERTÊNCIAS: 1 -** Ficam intimadas as partes através deste Edital, caso não o sejam pelo Senhor Oficial de Justiça (art. 889 do CPC). **2 –** Se Houver: O credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, os promitentes vendedores, promitentes compradores, os usufrutuários, o coproprietário de bem indivisível, bem como o próprio Executado, que não foram intimados pessoalmente, ficam neste ato intimados da realização dos respectivos leilões (art. 889 do CPC). **3 –** As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", sendo que as áreas mencionadas nos Editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização. **4 -** Compete ao interessado na arrematação, a verificação do estado de conservação dos bens, bem como, em se tratando de bens imóveis de eventuais restrições para construção, averbadas ou não na matrícula ou para construções futuras. **5.** Havendo arrematação do bem, o preço da arrematação deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil S.A., podendo ainda, ser a mesma enviada pelo leiloeiro ao arrematante. **5.1**. O arrematante pagará diretamente ao Sr. Leiloeiro o valor de sua comissão, bem como as despesas realizadas para a realização do Leilão, através de depósito bancário (DOC ou TED) em sua conta corrente ou na conta de seu Preposto indicado, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas do término do Leilão. **5.2.** A conta corrente para a realização do depósito será informada pelo Sr. Leiloeiro ao arrematante através e-mail ou através de contato telefônico. **5.3.** Decorrido o prazo sem que o(s) arrematantes(s) tenha(m) realizado o(s) depósito(s), tal informação será encaminhada ao Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **5.4 -** Se o arrematante não honrar com o pagamento referido no prazo mencionado, configurar-se-á a desistência da arrematação, ficando impedido de participar de novos leilões judiciais (art. 897 do CPC), aplicando-se lhe multa, o qual se reverterá em favor do credor, e responderá ainda, pelas despesas processuais respectivas, bem como pela comissão e despesas do leiloeiro. **6 - Assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação considerar-se-á perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado. (art. 903 do CPC). 7 -** Violência ou fraude em arrematação judicial - Art. 358 do Código Penal. Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena – detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. **8 –** Na forma do § 1º do Art. 843 do CPC, tratando-se de bem indivisível, é reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado, se houver, a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. **9.** os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **10.** Não havendo expediente forense na data designada, o leilão será reagendado no site e realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. **DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO: 1. À Vista:** Feito o leilão, o valor apurado será depositado imediatamente e colocado à disposição do Juízo, sujeito as penas da lei, na forma do artigo 892 do CPC. **2.** O valor da comissão do leiloeiro deverá, no caso de arrematação, ser pago imediatamente e diretamente a ele pelo arrematante. **2.1.** O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento), que será devido nos casos de arrematação ou adjudicação, o qual não está incluso no montante do lance. **2.2.** Será devido ao Leiloeiro o reembolso integral das despesas adiantadas para a realização do leilão, que serão deduzidas do produto da arrematação, ou no caso de arrematação pelo exequente na forma do artigo 892, §2º e §3º, do CPC, fica o exequente ciente que deverá depositar imediatamente na conta corrente do Leiloeiro o valor da comissão e despesas realizadas no leilão. **3.** Outrossim, na hipótese de sustação do leilão por remissão da dívida ou por acordo entre as partes, será devida a comissão ao Leiloeiro, na forma do Art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ nº 236 de 13 de julho de 2016, com reembolso integral das despesas adiantadas para sua realização. **4.** Caso haja interessados em participar do leilão através de oferecimento de lances para pagamento parcelado, poderá apresentar ao Leiloeiro a proposta de aquisição do bem, sempre antes do início de cada leilão, por escrito, através do e-mail sergiorepresas@gmail.com, na forma do Art. 895 do CPC e seguintes, e não havendo lances on-line para pagamento a vista, a proposta parcelada de maior valor, com maior valor de entrada e menor quantidade de parcelas será declarada como lance vencedor, devendo o arrematante no prazo de até 24 horas efetuar o pagamento referente ao valor da entrada mediante guia judicial, sendo certo, que o início do pagamento das parcelas para quitação do saldo remanescente, será após trinta dias o pagamento do valor da entrada, em parcelas mensais e sucessivas, devidamente corrigidas, depositando-as em conta-judicial à disposição do Juízo deste processo (CPC, art. 895, § 1º, 2º), sendo certo, que o próprio imóvel servirá como garantia na forma de hipoteca judicial (CPC, art. 895, § 1º). **5**. Ciente os interessados que a proposta de pagamento do lance à vista SEMPRE prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado (art. 895, inciso II, § 7º, do CPC). **6. O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional (exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação). 7.** Cientes os interessados que ficam sob encargo dos respectivos arrematantes todos os ônus inerentes à transferência da propriedade em seu favor, e ainda, que partir da data da arrematação todas as despesas, em especial os tributos, as cotas condominiais e as despesas com segurança do imóvel (quando existentes) passarão a ser de inteira responsabilidade do respectivo arrematante. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo. Registre-se que, sendo o executado revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. O edital se encontra disponibilizado e publicado no site do leiloeiro e nos autos deste processo. São Gonçalo, 29 de abril de 2024. E eu, Mauricio Gomes Pinheiro - Mat. 01-19019 - Titular de Cartório, o fiz datilografar e subscrevo. (ass.) **Doutor(a) CARLOS EDUARDO IGLESIAS DINIZ - Juiz Titular**.

IBF - Indústria Brasileira de Filmes S.A.

CNPJ 33.255.787/0001-91

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das MPL e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, documentos estes que revelam a situação Econômico-Financeira da Cia. em 31/12/23.

Balanço Patrimonial dos Exercícios findos em 31/12/23 e 2022

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	8.365.713,52	11.542.581,52
Contas a receber	58.393.357,52	80.550.191,10
Estoques	72.505.218,91	103.706.060,79
Impostos a recuperar	5.512.507,51	25.796.757,81
Adiantamentos	6.276.942,29	11.881.562,23
	151.053.739,75	233.477.153,45
NÃO CIRCULANTE		
Depositos Judiciais	7.621.829,71	7.557.882,19
Partes relacionadas	0,00	1.850.945,00
Contas a receber	1.012.151,42	1.012.151,42
Impostos a recuperar	194.342,55	88.947,02
Impostos diferidos	6.575.622,73	6.575.622,73
	15.403.946,41	17.085.548,36
Intangível	1.072.894,94	1.218.510,82
Investimentos	10.313.047,75	37.205,08
Imobilizado	87.949.026,01	92.105.931,92
	99.334.968,70	93.361.647,82
TOTAL DO ATIVO	**265.792.654,86**	**343.924.349,63**
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores nacionais	10.091.615,33	14.867.892,79
Fornecedores no exterior	14.109.765,02	41.494.803,02
Empréstimos e financiamentos	3.891.608,05	5.914.952,09
Adiantamento sobre contratos de cambio	45.984.973,39	55.511.742,38
Adiantamento sobre contratos de exportação	8.080.315,58	10.732.318,40
Impostos e taxas a recolher	4.593.479,34	1.487.584,59
Salários e comissões a pagar	4.348.137,46	4.886.967,56
Dividendos a pagar	4.368.131,94	2.378.088,88
Outras Contas a Pagar	2.637.952,27	1.834.184,83
	98.105.978,38	139.108.534,54
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.904.020,02	5.556.054,46
Partes relacionadas	33.844.278,52	56.513.460,83
Obrigações tributárias	138.167,13	138.167,13
Impostos diferidos	10.336.195,74	11.033.203,22
	46.222.661,41	73.240.885,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	81.377.854,00	81.377.854,00
Reserva de capital	517.008,34	517.008,34
Reservas de lucro	19.504.772,63	28.262.672,48
Ajuste de avaliação patrimonial	20.064.380,10	21.417.394,63
	121.464.015,07	131.574.929,45
TOTAL DO PASSIVO	**265.792.654,86**	**343.924.349,63**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31/12/23 e 2022 (Valores em reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para expansão de Investimentos	Lucros (Prejuízo)	Total
Saldo em 31/12/2021	**69.377.854,00**	**517.008,34**	**22.788.477,51**	**5.900.270,31**	**55.857.052,64**	**0,00**	**154.440.662,80**
Aumento de Capital	12.000.000,00				(12.000.000,00)		-
Lucro líquido do exercício						9.512.355,53	9.512.355,53
Destinação do lucro:							-
Formação de reserva legal				475.617,78		(475.617,78)	-
Formação de reserva para expansão de investimento					6.658.648,87	(6.658.648,87)	-
Distribuição de dividendos					(30.000.000,00)	(2.378.088,88)	(32.378.088,88)
Realização do custo atribuido do ativo imobilizado			(1.371.082,93)		1.371.082,93	-	-
Saldo em 31/12/2022	**81.377.854,00**	**517.008,34**	**21.417.394,58**	**6.375.888,09**	**21.886.784,44**	**0,00**	**131.574.929,45**
Aumento de Capital	-						-
Lucro líquido do exercício						8.379.128,68	8.379.128,68
Destinação do lucro:							-
Formação de reserva legal				418.956,43		(418.956,43)	-
Formação de reserva para expansão de investimento					5.970.129,19	(5.970.129,19)	-
Distribuição de dividendos					(16.500.000,00)	(1.990.043,06)	(18.490.043,06)
Realização do custo atribuido do ativo imobilizado			(697.007,48)		697.007,48		-
Saldo em 31/12/2023	**81.377.854,00**	**517.008,34**	**20.720.387,10**	**6.794.844,52**	**12.053.921,11**	**0,00**	**121.464.015,07**

Demonstração do Resultado em 31/12/23 e 2022 (Expresso em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Bruta		
Vendas no mercado interno	266.131.436,57	314.849.896,16
Vendas no mercado externo	49.718.168,27	59.022.744,13
Venda de serviço	1.095.429,29	1.145.201,07
	316.945.034,13	375.017.841,36
Deduções da Receita Bruta		
Impostos sobre vendas	(57.536.525,63)	(70.793.288,60)
Vendas canceladas	(4.851.824,19)	(4.980.789,15)
	(62.388.349,82)	(75.774.077,75)
Receita Operacional Líquida	**254.556.684,31**	**299.243.763,61**
Custo dos produtos vendidos	(194.056.630,93)	(229.537.377,71)
Lucro Bruto	**60.500.053,38**	**69.706.385,90**
Despesas gerais e administrativas	(25.203.882,88)	(23.941.734,37)
Despesas com vendas	(36.130.465,12)	(43.420.251,79)
Depreciação	(2.808.797,60)	(3.227.146,30)
Resultado financeiro	8.266.464,37	6.776.981,79
Outras receitas, líquidas	5.415.212,35	6.015.666,90
Total	(50.461.468,88)	(57.796.483,77)
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**10.038.584,50**	**11.909.902,13**
Provisão para impostos correntes	(2.989.511,99)	(3.120.862,05)
Provisão para impostos diferidos	1.330.056,17	723.315,45
Lucro (Prejuízo) do Exercício, Após Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.379.128,68**	**9.512.355,53**
Resultado Financeiro	(8.266.464,37)	(6.776.981,79)
Depreciação Fabril	5.881.820,34	5.852.800,30
Depreciação Administrativa e Vendas	2.808.797,60	3.227.146,30
Provisão IRPJ/CSSL	1.659.455,82	2.397.546,60
EBITDA	**10.462.738,07**	**14.212.866,94**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/23 e 2022 (Expresso em Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8.379.128,68	9.512.355,53
Ajustes ao lucro líquido:		
Depreciação	8.690.617,94	9.079.946,60
Perda cambial	(5.562.489,22)	(5.630.931,31)
Despesas de juros	3.586.806,40	2.066.552,32
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.011.907,91	3.314.378,73
Provisões diversas	850.000,00	50.000,00
	16.955.971,71	18.392.301,87
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber	1.751.943,05	(10.187.422,28)
Estoques	30.350.841,88	(33.269.739,54)
Impostos a recuperar	20.607.152,89	14.097.292,64
Depósitos Judiciais	(63.947,52)	(418.458,33)
Imposto de renda diferido	-	910.505,33
Outras contas a receber	5.604.619,94	(3.106.147,19)
	58.250.610,24	(31.973.969,37)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(31.000.063,55)	14.400.863,00
Impostos e contribuições a pagar	3.105.894,75	(1.345.391,55)
Salários e comissões a pagar	(538.830,10)	315.410,19
Imposto de renda diferido	(697.007,48)	(706.315,45)
Outras contas a pagar	187.718,83	52.726,64
	(28.942.287,55)	12.717.292,83
Caixa proveniente das atividades operacionais	**46.264.294,40**	**(864.374,67)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) venda de ativo imobilizado	(4.862.618,88)	(3.497.127,39)
(Aquisição) de intangíveis	46.224,61	(63.126,11)
	(4.816.394,27)	(3.560.253,50)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento (liquidação) de ACC	(10.748.292,29)	4.667.904,39
Recebimento (liquidação) de empréstimos e financiamentos	(5.675.378,48)	(5.879.653,02)
Partes relacionadas	(28.201.097,36)	5.707.410,18
	(44.624.768,13)	**4.495.661,55**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(3.176.868,00)	71.033,38
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	11.542.581,52	11.471.548,14
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	8.365.713,52	11.542.581,52
	(3.176.868,00)	71.033,38

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

1) CONTEXTO OPERACIONAL: A IBF – Indústria Brasileira de Filmes S.A. ("Companhia") tem por atividade preponderante a fabricação de chapas de alumínio e a industrialização e/ou comercialização de materiais gráficos, pré-impressão digital, filmes, equipamentos e software para imagens médicas e produtos químicos correlatos, com sua unidade fabril localizada em Duque de Caxias – Rio de Janeiro. **2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. **3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos a curto prazo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que equivalem ao seu valor justo. **b) Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadoria e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são reconhecidas pelo valor faturado, registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidas de variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para crédito de liquidação duvidosa para cobrir eventuais perdas na sua realização. **c) Estoques**: Foram avaliados ao custo médio de produção ou aquisição que não excede ao seu valor de mercado. **d) Imposto de renda diferido ativo não circulante:** foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia. **e) Imobilizado**: em linha com a nova metodologia contábil, a empresa apurou o valor justo e revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado. **f) Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetária ou cambial incorridos. **g) Impostos diferidos passivo:** Incluem os efeitos do reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias, que são compostas, pela depreciação apurada sobre o custo atribuído, e que não são dedutíveis do lucro real e da base de cálculo da contribuição social. **h) Partes relacionadas**: Refere-se a valores devidos aos acionistas por lucros distribuídos e reinvestidos na sociedade. **i) Apuração do resultado, receitas e despesas:** Foram reconhecidas pelo regime de competência. **4) CAPITAL SOCIAL:** O capital social é de R$81.377.854,00 (Oitenta e um milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais), totalmente integralizado e dividido em 81.377.854 (Oitenta e um milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais) ações ordinárias nominativas, no valor nominal e unitário de R$1,00 (um real). **5) COBERTURA DE SEGUROS:** Os bens do ativo imobilizado, sujeitos a risco, estão cobertos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, inclusive lucros cessantes. Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2023

Luiz Nei Arias - Presidente - CPF 628.323.527-15
Bruna Silveira do Rozário - Contadora - CPF 097.342.407-90
CRC/RJ 111.031/O-0

TRÊS MORROS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 10.217.407/0001-29

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	(3.a)	101	107	1.173	2.638
Contas a receber de clientes		-	-	736	736
Dividendos a receber		-	-	21.158	21.369
Créditos tributários	(3.b)	5	2	180	102
		106	109	23.247	24.845
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Créditos com partes relacionadas	(3.d)	686	686	1.794	1.794
Depósitos judiciais		3	3	72	72
		689	689	1.866	1.866
Investimentos	(3.c/4)	848.577	764.496	1.030.046	923.613
		849.266	765.185	1.031.912	925.479
Total do ativo		849.372	765.294	1.055.159	950.324
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		-	-	6	6
Impostos e contribuições sociais		3	4	70	85
Outros débitos		-	-	196	196
		3	4	272	287
Não circulante					
Débitos com partes relacionadas	(3.d)	686	686	-	-
		686	686	-	-
Patrimônio líquido	(5)				
Capital social		387.941	387.941	387.941	387.941
Reserva de capital		4.664	4.664	4.664	4.664
Reservas de lucros		653.017	568.868	653.017	568.869
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(196.921)	(196.921)	(196.921)	(196.921)
Outros resultados abrangentes		(18)	51	(18)	51
		848.683	764.603	848.683	764.604
Participação de acionistas não controladores		-	-	206.204	185.433
		848.683	764.603	1.054.887	950.037
Total do passivo		849.372	765.294	1.055.159	950.324

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimento	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2022	387.941	4.664	42.704	464.008	6	(196.129)	-	703.194	170.262	873.456
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	104.305	104.305	-	104.305
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa - investida	-	-	-	-	-	(792)	-	(792)	-	(792)
Destinação do resultado do exercício:								-		
Reserva legal	-	-	5.215	-	-	-	(5.215)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(42.148)	(42.148)	-	(42.148)
Reserva para investimento	-	-	-	56.942	-	-	(56.942)	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores de controlada direta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	45	-	-	45	-	45
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	15.171	15.171
Saldos em 31 de dezembro de 2022	387.941	4.664	47.919	520.950	51	(196.921)	-	764.604	185.433	950.037
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	115.443	115.443	-	115.443
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa - investida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do resultado do exercício:										
Reserva legal	-	-	5.772	-	-	-	(5.772)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(31.294)	(31.294)	-	(31.294)
Reserva para investimento	-	-	-	78.377	-	-	(78.377)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(69)	-	-	(69)	-	(69)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	20.771	20.771
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	387.941	4.664	53.691	599.327	(18)	(196.921)	-	848.684	206.204	1.054.887

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas		(8)	(15)	(29)	(33)
Resultado financeiro, líquido		6	14	140	266
Resultado de equivalência patrimonial	(3.c/4)	115.445	104.308	143.851	129.879
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		115.443	104.307	143.962	130.112
Imposto de renda e contribuição social		-	(2)	-	(2)
Lucro líquido antes da participação minoritária		115.443	104.305	143.962	130.110
Participação de acionistas não controladores		-	-	(28.519)	(25.805)
Lucro líquido do exercício		115.443	104.305	115.443	104.305

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	115.443	104.305
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:		
- Outros resultados abrangentes	(69)	45
Resultado abrangente do exercício	115.374	104.350

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	115.443	104.305	115.443	104.305
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:	(115.445)	(104.308)	(123.080)	(114.708)
Equivalência patrimonial	(115.445)	(104.308)	(143.851)	(129.879)
Resultado de participações minoritárias	-	-	20.771	15.171
Variações nos ativos e passivos operacionais	(3)	12	118	19.077
Créditos tributários	(3)	12	(78)	16
Dividendos a receber	-	-	211	18.396
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	-	-	613
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	(5)	9	(7.519)	8.674
Reserva para investimento (Impacto Investida)				
Investimentos	31.362	42.895	37.416	35.095
Ajuste de exercícios anteriores de controlada direta	-	-	-	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	31.362	42.895	37.416	35.095
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Dividendos distribuídos	(31.294)	(42.148)	(31.294)	(42.148)
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa - investida	-	(792)	-	(792)
Aumento de capital social	-	-	-	-
Redução reserva investimento	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(69)	45	(69)	45
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(31.363)	(42.895)	(31.363)	(42.895)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(6)	9	(1.465)	875
Demonstração do redução no caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	107	98	2.638	1.763
No fim do exercício	101	107	1.173	2.638
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(6)	9	(1.465)	875

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A Três Morros Participações S.A., é uma holding de capital fechado, que tem por objeto social a participação em empreendimentos e/ou outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, especialmente na área de concessão de serviços públicos. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras consolidadas da empresa Três Morros Participações S.A. inclui a seguinte Companhia, classificada para efeito de consolidação, como segue:

Empresa	Participação	Classificação
Developer S.A.	80,19%	Controlada

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma das contas de ativo, passivo, receitas e despesas. Segundo a sua natureza, com as seguintes eliminações: i) Das participações nos balanços, reservas e resultados mantidos entre elas; ii) Dos saldos de partes relacionadas, adiantamento para futuro aumento de capital e outras integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados. **3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **b. Créditos tributários:** Os saldos de créditos tributários referem-se basicamente a impostos federais e serão utilizados em compensações de débitos tributários federais da Companhia nos seus vencimentos. **c. Investimentos:** Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As demonstrações financeiras das sociedades controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **d. Créditos e Débitos com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações. **e. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nas demonstrações financeiras de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes a serem contabilizados. **f. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB. **4 – Investimentos (Controladora):**

	Participação	2023	2022
Developer S.A.	80,19%	848.577	764.495

5 - Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, está representado por 78.479.551 ações (78.479.551 em 31 de dezembro de 2022), sendo 39.204.774 (39.204.774 em 31 de dezembro de 2022) ordinárias e 39.274.777 (39.274.777 em 31 de dezembro de 2022) preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei Societária, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral. **Reservas de lucros: Reserva legal** - Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **Reserva para investimento** - Constituída por até 75% do lucro líquido do exercício social e tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, podendo ter destinação diferente por decisão da Assembleia. **Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da companhia referem-se à variação do valor contábil dos seus bens substancialmente inferior ao valor justo em seus saldos iniciais. A administração considera que os valores de mercado refletem a liquidez e a capacidade de geração de seus bens. Em virtude da recompra de ações próprias para tesouraria ocorrido em sociedade investida indiretamente foi registrado em rubrica do Patrimônio Líquido um ajuste do investimento para refletir o efeito desta operação. **Outros resultados abrangentes -** Resultado de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente a passivo atuarial, líquido de impostos, vindo da participação acionária que a companhia possui na SAAB (Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.), através da participação acionária da controlada direta Developer S.A. **6 - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. **7 - Eventos subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

DIRETORIA: Genilson Silva Melo; Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro
CONTADOR: Marco Adriano Rizo de Farias - CRC RJ 110497/O-2

SERRA CONCESSÕES S.A.

CNPJ: 03.541.393/0001-39

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(3.a)	293	291
Dividendos a receber		1	1
Créditos tributários	(3.b)	34	24
		328	316
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		20	20
Outros créditos		388	388
		408	408
Investimentos	(3.c/4)	11.266	29.315
		11.674	29.723
Total do ativo		12.002	30.039
Passivo	**Notas**	**2023**	**2022**
Circulante			
Impostos e contribruições sociais		21	23
Outros déditos		1	1
		22	24
Patrimônio líquido	(5)		
Capital social		15.104	23.000
Reservas de lucros		-	6.758
Prejuizo / lucros acumulados		(3.381)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		257	257
		11.980	30.015
Total do passivo		12.002	30.039

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Investimento	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	23.000	4.600	4.032	257	-	31.889
Lucro líquido do período	-	-	-	-	6.884	6.884
Destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(8.758)	(8.758)
Reserva para investimento	-	-	(1.874)	-	1.874	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.000	4.600	2.158	257	-	30.015
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(7.981)	(7.981)
Destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	(4.600)		-	4.600	-
Dividendos distribuídos	-	-	(2.158)	-		(2.158)
Reserva para investimento	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	(7.896)	-	-	-	-	(7.896)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15.104	-	-	257	(3.381)	11.980

Demonstrações dos Resultados - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(5)	(18)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.c/4)	(7.995)	6.861
Financeiras, líquidas		22	48
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(7.978)	6.891
Imposto de renda e contribuição social		(3)	(7)
Prejuizo líquido do exercício		(7.981)	6.884

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	(7.981)	6.884
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Equivalência patrimonial	7.995	(6.861)
Lucro líquido ajustado	14	23
Variações nos ativos e passivos	(12)	60
Créditos tributários	(10)	58
Depósitos judiciais	-	-
Impostos e contribuições sociais	(2)	2
Outros débitos	-	-
Caixas líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	2	83
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Investimentos	10.054	8.757
Caixas líquido gerado nas atividades de investimentos	10.054	8.757
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Redução de capital	(7.896)	-
Dividendos distribuídos	(2.158)	(8.758)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(10.054)	(8.758)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2	82
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	291	209
No fim do exercício	293	291
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2	82

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A Serra Concessões S.A. tem por objeto social a participação em empreendimentos e/ou outras sociedades comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista, especialmente na área de concessão de serviços públicos, bem como prestar serviços de consultoria e auxiliares, nas mesmas áreas. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2023 e 2022, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade pró-rata *temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **b. Créditos tributários:** Os saldos de créditos tributários referem-se basicamente a impostos federais e serão utilizados em compensações de débitos tributários federais da Companhia nos seus vencimentos. **c. Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia, no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das coligadas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As demonstrações financeiras das sociedades coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **d. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** Registrados pelos seus valores de custo ou de realização, incluindo ganhos ou perdas, quando aplicável. **e . Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nas demonstrações financeiras de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

4 - Investimentos:

Empresa	Participação	2023	2022
Concessionária Rio-Teresópolis S.A.	21,35%	11.266	29.315

5 - Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está representado por 5.244.006 ações, sendo 2.622.102 ordinárias e 2.621.904 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. **Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei Societária, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral. **Reservas de lucros: Reserva legal** - Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **Reserva para investimento -** Constituída por até 75% do lucro líquido do exercício social e tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, podendo ter destinação diferente por decisão da Assembleia. **6 - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **7 - Eventos subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

DIRETORIA: Genilson Silva Melo; Silvia Côrtes de Lacerda Ribeiro
CONTADOR: Marco Adriano Rizo de Farias - CRC RJ 110497/O-9

Azulão I Geração de Energia S.A.

CNPJ: 45.655.695/0001-88

A nova redação do art. 289, I e II, da Lei nº 6.404/76 cria uma forma especial para a publicação das demonstrações financeiras resumidas em jornais impressos, possibilitando que a companhia publique de maneira desagregada os valores dos grupos de contas individualmente relevantes e de maneira agregada valores de grupos de conta individualmente pouco relevantes.
Para evitar quaisquer dúvidas dos leitores das demonstrações financeiras resumidas, destacamos os seguintes avisos:
1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
2) As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://ri.eneva.com.br/informacoes-financeiras/informacoes-sobre-controladas/
b) https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda. em 26 de abril de 2024, sem modificações.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (não auditado)
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(1.478)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro	**(1.478)**	**-**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(159)	-
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	**(1.637)**	**-**
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro		
Diferido	101	-
Prejuízo líquido do exercício	**(1.536)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (não auditado)
Prezuízo antes dos tributos sobre o lucro	**(1.637)**	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos nas atividades operacionais	(38)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos	(190.855)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados nas atividades de financiamentos	593.123	**-**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**402.230**	-
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**-**	-
No fim do exercício	402.230	**-**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**402.230**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial
Em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)

	Nota	2023	2022 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		402.230	-
Despesas antecipadas		173	-
Impostos a recuperar		7	-
		402.410	**-**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		101	-
		101	-
Imobilizado	4	**247.556**	**55.098**
Total do Ativo		**650.067**	**55.098**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		5	-
Outros impostos a recolher		79	-
		84	**-**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	5	373.577	**-**
Operacões comerciais com partes relacionadas		3.160	**-**
		376.737	**-**
Total do Passivo		**376.821**	**-**
Patrimônio líquido	6		
Capital social		256.506	12.586
Adiantamento para futuro aumento de capital		18.276	42.512
Prejuízos Acumulados		(1.536)	-
Total do patrimônio líquido		**273.246**	**55.098**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**650.067**	**55.098**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)

	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	**(1.536)**	**-**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(1.536)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *em 31/12/2023 e 2022 (em milhares de reais)*

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição da companhia em 07/11/2022 (não auditado)	**1**	**-**	**-**	**1**
Transações com acionistas:				
Aumento de capital	12.585	-	-	12.585
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	42.512	-	42.512
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**12.586**	**42.512**	-	**55.098**
Transações com acionistas:				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	219.684	-	**219.684**
Aumento de capital	243.920	(243.920)	-	**-**
Prejuízo do exercício	-	-	(1.536)	**(1.536)**
Saldo em 31/12/2023	**256.506**	**18.276**	**(1.536)**	**273.246**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Azulão I Geração de Energia S.A. ("Companhia" ou "Azulão I') é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede no munícipio do Rio de Janeiro. Foi constituída em 07/11/2022, sob a denominação de Parnaíba VII Geração de Energia S.A., com o objetivo de geração e distribuição de energia elétrica, comércio atacadista de geração de energia elétrica, extração de petróleo e gás natural e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas. Em 30/09/2022, foi aprovada pelos administradores da Companhia a alteração da denominação social de Parnaíba VII Geração de Energia S.A. para "Azulão I Geração de Energia S.A." A substituição objetivou maior transparência para as informações e/ou demonstrações contábeis. Em 21/12/2023, a Companhia assinou dois contratos de financiamentos por meio do repasse de recursos de fundos destinados ao desenvolvimento regional da Amazônia, conforme termos e condições abaixo: (i) **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA:** Atuando o Banco do Brasil S.A. na qualidade de financiador, no valor de R$ 625.968 ao custo de IPCA + 3,2137% a.a., prazo de vigência de 17 anos, incluídos 4 anos de carência de principal e juros, com vencimento final em 01/01/2041. A Companhia ainda não realizou desembolsos relacionados a este contrato; e (ii) **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO:** Atuando o Banco da Amazônia S.A. na qualidade de financiador, no valor de R$ 400.000 ao custo de IPCA + 4,3385% a.a., prazo de vigência de 17 anos, incluídos 4 anos de carência de principal e juros, com vencimento final em 15/01/2041. As contratações foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 13/12/2023 e têm como objetivo contribuir para a construção da UTE Azulão I, no âmbito do projeto Azulão 950MW. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31/12/2023 e 2022, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos". A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26/04/2024. **Declaração de relevância:** Aplicamos a Orientação Técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. **Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia e arredondada para milhares. **Mudanças nas práticas contábeis e divulgações de normas emitidas pelo CPC e IASB: (i) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:** O IASB e CPC emitiram revisões às normas existentes aplicáveis a partir de 01/01/2023. Outras normas também entraram em vigor a partir de 1º/01/2023, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. **(ii) Alterações em pronunciamentos contábeis a partir de 2024:** Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2024. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos críticos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e seus resultados são reconhecidos prospectivamente.

Estimativa	Nota Explicativa
Vida útil do ativo imobilizado	4
Teste de redução ao valor recuperável - Avaliação de impairment	**4**

4. Imobilizado: Prática contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos a partir do seu início de operação.
4.1. Composição dos saldos

	2023 Imobilizado em curso	2023 Total
Custo		
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**55.098**	**55.098**
Adições	13.277	**13.277**
Adiantamento a fornecedor	179.181	**179.181**
Saldo em 31/12/2023	**247.556**	**247.556**
Depreciação		
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**-**	**-**
Adições	-	**-**
Saldo em 31/12/2023	**-**	**-**

	2023 Imobilizado em curso	2023 Total
Valor contábil		
Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**55.098**	**55.098**
Saldo em 31/12/2023	**247.556**	**247.556**

Avaliação de *impairment*: A Companhia realizou a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável (impairment) do seu ativo imobilizado, conforme estabelecido pelos normativos contábeis, não tendo sido identificado nenhum indicativo para esses ativos. **5. Empréstimos e Financiamentos: Prática contábil:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos e financiamentos é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos. **Depósitos vinculados a empréstimos e financiamentos:** A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos atendem aos seguintes critérios: • não estão condicionados a eventos futuros; e • são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência. Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos e financiamentos a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Credor	Moeda	Taxas de Juros	Taxas Efetivas*	Vencimento	2023 Custo de Captação a Apropriar	2023 Principal	2023 Juros	2023 Total	2022 (não auditado) Custo de Captação a Apropriar	2022 (não auditado) Principal	2022 (não auditado) Juros	2022 (não auditado) Total
BASA	R$	IPCA + 3,28 %	7,88%	15/01/2041	(2.500)	400.000	138	397.638	-	-	-	-
					(2.500)	**400.000**	**138**	**397.638**	**-**	**-**	**-**	**-**
				Depósitos vinculados	-	(24.061)	-	(24.061)	-	-	-	-
					(2.500)	**375.939**	**138**	**373.577**	**-**	**-**	**-**	**-**
				Circulante	-	-	-	**-**	-	-	-	**-**
				Não circulante	-	-	-	**373.577**	-	-	-	**-**

** Cálculo das taxas efetivas leva em consideração indexadores acumulados nos últimos 12 meses: IPCA a 4,68%.*

Abaixo é demonstrado a movimentação dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante):

Saldo em 31/12/2022 (não auditado)	**-**
(+) Captações	400.000
(+) Juros incorridos	138
(+/-) Custo de captação	(2.500)
(+/-) Depósitos vinculados	(24.061)
Saldo em 31/12/2023	**373.577**

Covenants não financeiros: Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido: **(i)** Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente; **(ii)** Direito dos credores de executar inspeções e visitas das instalações; **(iii)** Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas; **(iv)** Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações; **(v)** Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações; **(vi)** Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios; e **(vii)** Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores. Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem garantias em forma de fianças bancárias. **6. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31/12/2023 e 2022, o capital social da Companhia é, respectivamente, de R$256.506 e R$12.585. A Companhia possui ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado em 31/12/2023 é composto por 256.506.140 ações autorizadas.
Abaixo o quadro societário da Companhia:

Acionista	2023 Quantidade	2023 %	2022 (não auditado) Quantidade	2022 (não auditado) %
Eneva S.A.	256.271.538	99,91%	12.572.643	99,90%
Eneva Participações S.A.	234.602	0,09%	12.585	0,10%
Total	**256.506.140**	**100%**	**12.585.228**	100%

Em 2023, foram aprovados em AGEs (nas datas 24/05/2023, 15/07/2023 e 11/12/2023) o aumento de capital no montante de R$243.920 total, decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital (sendo R$219.684 relativos a aportes do ano de 2023 e R$24.237 de aportes de anos anteriores), detidos pela acionistas Eneva S.A. e Eneva Participações S.A. de forma irrevogável e irretratável. **Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC):** O AFAC, é o aporte de capital realizado pelo sócio na Companhia, sem que esse aporte seja contabilizado no contrato social. Em 2023, os acionistas Eneva S.A e Eneva Participações S.A. aportaram um montante de R$219.684, de forma irrevogável e irretratável, integralizado posteriormente como capital social.

Diretoria: Lino Lopes Cançado - Diretor Presidente;
Marcelo Campos Habibe - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;
Contador: Bruno Campelo de Azevedo - CRC-RJ 106648/O-9.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL FAMILIA AHMAD

CNPJ: 09.203.953/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Prezados Senhores, A diretoria da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL FAMILIA AHMAD, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 25 de abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
Circulante	**2.186.795,18**	**1.396.166,76**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.668.659,99	860.787,12
Caixa	-	-
Banco C/Movimento		
Recursos sem Restrição	6.042,55	5.358,63
Aplicações Financeiras		
Recursos sem Restrição	1.662.617,44	855.428,49
Créditos a Receber	**518.135,19**	**535.379,64**
Mensalidades de Terceiros	496.046,72	515.590,64
Adiantamentos	14.645,85	12.346,38
Impostos a Recuperar	7.442,62	7.442,62
Adiantamentos a Terceiros	-	-
Não Circulante	**60.371,35**	**20.989,07**
Realizável a Longo Prazo	60.371,35	20.989,07
Imobilizado	**60.371,35**	**20.989,07**
Bens sem restrição	373.474,38	330.403,66
(-) Depreciação Ac.	(313.103,03)	(309.414,59)
Intangível	-	-
TOTAL DO ATIVO	**2.247.166,53**	**1.417.155,83**

PASSIVO	2023	2022
Circulante	**606.686,76**	**494.727,02**
Fornecedores de bens e serviços	82.930,09	11.939,76
Salários e Ordenados a Pagar	281.433,92	233.997,94
Obrigações com Empregados	-	-
Obrigações Tributárias	-	-
Impostos Retidos s/ Serviços	-	23,87
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Adiantamento a Terceiros	242.322,75	248.765,45
Patrimônio Social	**1.640.479,77**	**922.428,81**
Superávit ou Déficit Acumulado	922.428,81	700.655,95
Superávit ou Déficit do Exercicio	718.050,96	221.772,86
TOTAL DO PASSIVO	**2.247.166,53**	**1.417.155,83**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos Finais em 31.12.2021	-	**700.655,95**	**700.655,95**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		221.772,86	221.772,86
Ajustes de exercicios anteriores			
Saldos Finais em 31.12.2022	-	**922.428,81**	**922.428,81**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		718.050,96	718.050,96
Ajustes de exercicios anteriores			
Saldos Finais em 31.12.2023	-	**1.640.479,77**	**1.640.479,77**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**6.545.281,32**	**5.391.897,62**
Receitas Operacionais	6.545.281,32	**5.391.897,62**
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		
Outras Receitas e Outras Despesas	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**1.481.057,01**	**1.019.252,30**
Materiais, Energia, serviços de terc. e outros	1.481.057,01	1.019.252,30
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**5.064.224,31**	**4.372.645,32**
RETENÇÕES	**3.688,44**	**4.128,27**
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.688,44	4.128,27
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**5.060.535,87**	**4.368.517,05**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**116.416,79**	**65.218,65**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	116.416,79	65.218,65
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**5.176.952,66**	**4.433.735,70**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**5.176.952,66**	**4.433.735,70**
Pessoal e Encargos	2.424.829,26	2.299.593,59
Despesas com Pessoal	2.424.829,26	2.299.593,59
Encargos Sociais		
Remuneração de capitais de terceiros	1.921.800,36	1.799.113,01
Juros	-	-
Aluguéis	590.073,67	534.558,06
Outros	1.331.726,69	1.264.554,95
Impostos, taxas e contribuições	112.272,08	113.256,24
Impostos, taxas e contribuições	112.272,08	113.256,24
Remunetação do Capital Próprio	-	-
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**718.050,96**	**221.772,86**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**6.661.698,11**	**5.457.116,27**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	6.545.281,32	5.391.897,62
Mensalidades	11.668.273,92	10.786.795,23
(-) Gratuidades	(5.122.992,60)	(5.394.897,61)
Bolsas de Estudos	5.122.992,60	5.394.897,61
Outras Receitas	-	-
Outros Recursos Recebidos	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(1.315.025,52)**	**(1.297.943,75)**
Com Programas (Atividades)		
Educação	(1.315.025,52)	(1.297.943,75)
Salários	(1.201.461,08)	(1.199.500,56)
Encargos Sociais	(113.564,44)	(98.443,19)
Provisões Trabalhistas		
RESULTADO BRUTO	**5.230.255,80**	**4.093.953,87**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.625.712,49)**	**(3.909.098,93)**
Salários	(1.029.993,50)	(898.579,35)
Encargos Sociais	(79.810,24)	(103.070,49)
Serviços Prestados - PJ	(600.830,83)	(507.348,71)
Comunicação	(139.192,95)	(43.173,93)
Aluguéis	(590.073,67)	(534.558,06)
Manutenção	(284.158,24)	(157.908,20)
Projetos e Serviços	(454.972,84)	(310.821,46)
Impostos e Taxas	(112.272,08)	(113.256,24)
Depreciação e Amortização	(3.688,44)	(4.128,27)
Descontos concedidos	(1.328.817,55)	
Outras Despesas	(1.902,15)	(1.236.254,22)
Resultado Financeiro	**718.050,96**	**221.772,86**
Receitas Financeiras	116.416,79	65.218,65
Despesas Financeiras	(2.909,14)	(28.300,73)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**718.050,96**	**221.772,86**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2023	2022
SUPERÁVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO	**718.050,96**	**221.772,86**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERIODO	**718.050,96**	**221.772,86**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	-	-
Superávit (Déficit) do Período	718.050,96	221.772,86
Ajustes por:	-	-
(+) Depreciação	3688,44	4.128,27
(+) Amortização	-	-
(+) PCLD	-	-
(-) Ajuste de Exercicios anteriores	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**721.739,40**	**225.901,13**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**17.244,45**	**(21.963,60)**
Mensalidades de Terceiros	19.543,92	(13.815,26)
Adiantamentos a Empregados	-	(1.163,71)
Adiantamentos a Fornecedores	(2299,47)	(1.259,28)
Titulos e Creditos	-	-
Tributos a Recuperar	-	(5.725,35)
Despesas Antecipadas	-	-
Outros Valores a Receber	-	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circ.	**111.959,74**	**43.799,42**
Fornecedores de bens e serviços	70.990,33	6.609,76
Obrigações com Empregados	47.435,98	28.296,59
Obrigações Tributárias	(23,87)	12,77
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	-	-
Provisão de férias e encargos	-	-
Outras Obrigações a Pagar	(6.442,70)	8.880,30
Caixa Líquido Gerado pelas Ativ. Operacionais	**718.050,96**	**247.736,95**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	-'	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(43.070,72)	(4.114,25)
Caixa Líquido Cons. pelas Ativ. de Investimento	**(43.070,72)**	**(4.114,25)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Caixa Líq. Consumido pelas Ativ. de Financiamento	-	-
Aumento Líq. de Caixa e Equiv. de Caixa	**807.872,87**	**243.622,70**
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Período	**860.787,12**	**617.164,42**
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período	**1.668.659,99**	**860.787,12**
Saldo Final	**807.872,87**	**243.622,70**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL FAMILIA AHMAD, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) Organizar, manter e desenvolver a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e do ensino no Brasil; c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) Realizar ou participar de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidade educacionais, culturais e sociais. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos Patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo. Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. c) Patrimônio Social - Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Bancos conta movimento	6.042,55	5.358.63
Aplicações financeiras	1.662.617,44	855.436,44
	1.668.659,99	**860.795,07**

5. MENSALIDADES A RECEBER - 1) Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023.
Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	496.046,72	515.590,64
Líquido a receber	**496.046,72**	**515.590,64**

6. ADIANTAMENTOS/TRIBUTOS A RECUPERAR - São compostos por valores adiantados a funcionários a título de férias, adiantamento a Autônomo e fornecedores. Tributos retidos a recuperar, que estão assim demonstrados:

	2023	2022
Adiantamento de Férias	14.645,85	11.087,10
Adiantamento de 13º salario	0,00	0,00
Adiantamento de Fornecedores	0,00	1.259,28
Tributos à recuperar	7.442,62	7.442,62
	22.088,47	**32.533,45**

7.PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	82.930,09	11.939,76
Obrigações trabalhistas	281.433,92	233.997,94
Obrigações fiscais	0,00	23,87
Empréstimos/Financiamentos	242.322,75	248.765,45
	606.686,76	**494.727,02**

8.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. 9.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023 E 2022. Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2022 se encontra assim detalhado.

	2023	2022
INSS SAT	19.755,42	17.077,46
INSS PATRONAL	395.107,77	341.549,14
INSS TERCEIROS	88.899,26	76.848,56
	503.762,45	**435.475,16**

10. GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	6.545.281,32	5.391.897,62
Bolsas de estudos a alunos	-	-
Total das assistências sociais e educacionais	(5.122992,60)	(2.655.338,40)
Percentual de Aplicação	78,27%	49,25%

11. CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO - A entidade possui a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS sob o nº 23123.001309/2011-97 renovado e deferido conforme Portaria 1249 de 17 de novembro de 2021 publicado no Diário Oficial da União

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: Associação Educacional Família Ahmad. Opinião Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Família Ahmad, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Família Ahmad em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Educacional Família Ahmad. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** 1 - A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. 2 - Foi apresentado alvará de entidade filantrópica emitidos pelos órgãos competentes com validade até 27/07/2023 e a Entidade se beneficiou do INSS patronal no montante de R$ 503.762,45 em 2022 foi de R$ 435.475,16. Sendo que esses valores foram lançados no balanço como contas de compensações. 3 - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores. Outros Assuntos **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor** A administração da Associação Educacional Família Ahmad. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimentos obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Família Ahmad. continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Família Ahmad. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Família Ahmad. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Família Ahmad. •Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. •Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pelo governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 24 de abril de 2024. **Francisco J. Moraes Cirino - CRC - 1SP 192.297/0-8 - Responsável Técnico**

DIRETORIA

Aline Aparecida Almeida Ahmad - PRESIDENTE
CPF: 305.234.198-72

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Vale propõe R$ 127 bi para cobrir prejuízos em Mariana

A Vale esclareceu nesta segunda-feira, em fato relevante, proposta de acordo relacionado ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. "A Vale, Samarco, BHP Brasil e Vale - companhias envolvidas em uma mediação liderada pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com os Governos Federal e Estaduais e outras entidades públicas - querem a liquidação definitiva das obrigações previstas no Termo de Transação, na demanda judicial do Ministério Público Federal e em outras ações judiciais de entidades governamentais relacionadas ao rompimento da barragem da Samarco", destacou a nota.

Como parte das negociações, a Samarco Mineração, Vale e BHP Billiton Brasil apresentaram ao TRF uma proposta de acordo indicativa e não vinculante, um documento que define as obrigações e inclui valores já investidos em remediação e compensação, obrigações de desempenho futuro e pagamentos em dinheiro durante um período de tempo.

De acordo com a Vale, todos os valores e pagamentos estão associados a termos e condições específicos estabelecidos no documento legal. "A proposta pretende fornecer uma resolução mutuamente benéfica para todas as partes, especialmente para as pessoas, comunidades e meio ambiente impactados, ao mesmo tempo que cria definitividade e segurança jurídica para as companhias. O acordo proposto estabelecerá esforços para uma reparação definitiva dos danos, proporcionando a pacificação social", destacou o fato relevante.

A Vale confirma que o valor financeiro da proposta, considerando obrigações passadas e futuras, totaliza R$ 127 bilhões, incluindo R$ 37 bilhões em valores já investidos em remediação e compensação até o momento, um pagamento em dinheiro de R$ 72 bilhões pagável ao longo de determinado período ao Governo Federal, aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e aos municípios, e R$ 18 bilhões em obrigações de fazer, ressaltou o fato relevante assinado por Gustavo Duarte Pimenta, Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores da mineradora.

Os valores da proposta são de 100%, o que inclui uma contribuição de 50% da BHP Brasil e da Vale como devedores secundários, caso a Samarco não possa financiar como devedor primário. "A reparação é uma prioridade para Samarco, Vale e BHP e até março de 2024 cerca de R$ 37 bilhões foram gastos em remediação e indenização, incluindo aproximadamente R$ 17 bilhões pagos a mais de 430 mil pessoas. Aproximadamente 85% dos casos de reassentamento para comunidades impactadas pelo rompimento da barragem da Samarco foram concluídos", concluiu a nota.

SUL CONCESSÕES RODOVIÁRIAS S.A.

CNPJ: 14.932.563/0001-22

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(3.a)	663	643
Créditos tributários		92	66
		755	709
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos, cauções e retenções		-	-
		-	-
Total do ativo		755	709

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Tributos e obrigações sociais		4	15
Débitos com partes relacionadas	(3.c)	-	-
		4	15
Não circulante			
Débitos com partes relacionadas	(3.d)	6.292	9.348
		6.292	9.348
Patrimônio líquido	(5)		
Capital social		43.628	43.628
Reservas de lucros		-	-
Prejuízos acumulados		(49.169)	(52.282)
		(5.541)	(8.654)
Total do passivo		755	709

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

Receitas (despesas) operacionais	Notas	2023	2022
Gerais e administrativas		(5)	(6)
Resultado de equivalência patrimonial		3.056	14.301
Financeiras, líquidas		66	256
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		3.117	14.551
Imposto de renda e contribuição social		(16)	(34)
Lucro do exercício		3.101	14.517

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Investimento	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01/01/2022	28.000	-	-	(66.799)	(38.799)
Aumento de capital	15.628	-	-	-	15.628
Lucro do período	-	-	-	14.517	14.517
Compensação de prejuízos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	43.628	-	-	(52.282)	(8.654)
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucro do período	-	-	-	3.101	3.101
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.628	-	-	(49.169)	(5.541)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	2023	2022
Lucro do exercício	3.101	14.517
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:		
Equivalência patrimonial	-	-
Lucro líquido ajustado	3.101	14.517
Variações nos ativos e passivos	(3.093)	(33.005)
Créditos tributários	(26)	(64)
Tributos e obrigações sociais	(11)	(11)
Débitos com partes relacionadas	(3.056)	(32.930)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	8	(18.488)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	-	-
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital social	-	15.628
Ajuste de exercícios anteriores	12	-
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	12	15.628
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	20	(2.860)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	643	3.503
No fim do exercício	663	643
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	20	(2.860)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A Sul Concessões Rodoviáras S.A. tem por objeto social o propósito específico de participação no capital social das Rodovias Integradas do Paraná S.A. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2023 e 2022, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **b. Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das coligadas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Em 2021 o investimento na coligada Rodovias Integradas do Paraná registrou prejuízo por despesas de operações descontinuadas, por assunção de obrigações de construção que refletiram na baixa integral do valor do investimento na contabilidade, necessitando ainda na abertura em rubrica do passivo não circulante no valor do excedente ao saldo do investimento conforme orienta o CPC 18 (R2). O percentual do resultado obtido em 2023 pela empresa Rodovias Integradas do Paraná, amortizará o valor alocado em conta do passivo até que esse saldo seja absorvido integralmente. As demonstrações financeiras das sociedades coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **c. Débitos com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações. **d. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** Registrados pelos seus valores de custo ou de realização, incluindo ganhos ou perdas, quando aplicável. **e. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nas demonstrações financeiras de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

4 - Investimentos:	Participação %	2022	2021
Rodovias Integradas do Paraná S.A.	24,08%	-	-

5 - Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, está representado por 85.987.635 ações sendo 52.419.298 ordinárias e 33.568.337 preferenciais (em 2022, 85.987.635 ações sendo 52.419.298 ordinárias e 33.568.337 preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal. **Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, apurado na forma da Lei Societária, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral. **Reservas de lucros: Reserva legal** - Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **Reserva para investimento -** Constituída por até 75% do lucro líquido do exercício social e tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, podendo ter destinação diferente por decisão da Assembleia. Em 31 de dezembro de 2023, as reservas de lucros não foram constituídas devido à Companhia ter apresentado saldo de prejuízos acumulados. Os prejuízos apresentados, foram compensados com o lucro do período, conforme preconiza o artigo 189 da Lei 6.404/76. **Prejuízos Acumulados –** O prejuízo registrado em 2023 foi abatido pelo lucro do período para absorver parte desse impacto, embora não tenha sido suficiente para sua amortização integral, o que deixou o saldo de seu Patrimônio Líquido negativo. **6 - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **7 - Eventos subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Contador - Marco Adriano Rizo de Farias - CRC RJ 110497/O-9

ASSOCIAÇÃO UNIÃO BENEFICENTE DAS IRMÃS DE SÃO VICENTE DE PAULO DE GYSEGEM

Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP 04110.020
CNPJ/MF sob. nº 61.000.683/0001-71

Relatório da Diretoria

Senhores (as) A Diretoria da Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, submete à apreciação as Demonstrações Contábeis Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Balanço Patrimonial (Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**33.981.619**	**21.109.408**
Caixa e Equivalentes de Caixa	04 (a)	**18.753.336**	**11.750.220**
Caixa	04 (a1)	63.104	71.362
Bancos Conta Movimento(s/restrição)	04 (a1)	1.477.021	2.243.975
Bancos Conta Movimento(c/restrição)	04 (a2)	129.052	1.199
Bancos Conta Aplicações c/prazo(s/restr.)	04 (a1)/(b)	14.629.083	8.497.391
Bancos Conta Aplicações c/prazo(c/restr.)	04 (a2)/(b)	2.455.076	936.292
Clientes e Outros Recebiveis		**2.463.312**	**2.396.404**
Anuidades à Receber	04 (c)	4.530.359	4.050.158
Cursos Extra Curriculares/Mat. Didático	04 (c)	1.961.290	1.606.509
(-) PECLD	04 (d)	(4.028.338)	(3.260.263)
Estoques		**278.353**	**318.065**
Estoques	04 (e)	278.353	318.065
Convênio e Subvenções	04 (f)	**7.552.386**	**2.496.111**
Convênios e Subvenções	12	7.552.386	2.496.111
Outros Ativos Circulantes	04 (f)	**4.934.233**	**4.148.608**
Outros Valores e Bens - Contratos / Alugueis		4.168.427	3.118.141
Impostos a Recuperar		97.298	102.002
Despesas Antecipadas		188.488	518.080
Adiantamentos		480.020	410.386
Não - Circulante		**284.627.055**	**290.698.080**
Realizável a Longo Prazo	04 (g)	**5.740.199**	**5.680.431**
Aluguéis		191.362	174.080
Depósitos Judiciais		5.445.468	5.483.348
Contratos		103.369	23.003
Investimentos	06	**2.968.899**	**3.385.038**
Propriedades para Investimento - Terrenos		2.417.762	2.417.762
Propriedades para Investimento - Edificações		1.428.690	2.062.900
(-) Depreciação Investimento		(877.553)	(1.095.624)
Imobilizado	04 (h) / 07	**275.917.958**	**281.632.612**
Bens em Uso		**275.917.958**	**281.632.612**
Imóveis		323.651.330	318.561.716
Máquinas e Equipamentos		3.409.270	3.290.144
Móveis e Utensílios		10.074.705	9.881.103
Veículos		1.160.386	1.160.386
Biblioteca		1.701.596	1.701.596
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		32.493	199.959
Imóveis em Comodato		-	6.342.410
Computadores em Comodato		310.277	310.277
(-) Depreciação Acumulada		(64.324.902)	(59.519.051)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros		(11.086)	(63.916)
(-) Impairment		(86.112)	(232.013)
Intangível	8	-	-
Direitos Autorais		-	3.882.344
(-) Amortização Acumulada		-	(3.882.344)
Total do Ativo		**318.608.675**	**311.807.488**
Contas Extra Patrimoniais		**26.129.940**	**25.857.354**
Bolsas de Estudo LC 187/21- 100%	28	1.168.686	1.232.438
Bolsas de Estudo LC 187/21- 50%	28	656.243	554.906
Bolsa - LC 187/21 - Tempo Integral 100%	28	7.492.166	6.500.856
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.	28	89.526	98.250
Gratuidades de Assistência Social	28	11.773.075	12.507.287
Bolsa Convenção Coletiva		4.950.245	4.963.617

Passivo	Nota	2023	2022
		33.133.450	**27.893.976**
Circulante	04 (i)	**33.133.450**	**27.893.976**
Obrigações Trabalhistas		3.258.929	3.532.462
Provisões Trabalhistas	04 (k)	4.254.382	3.567.731
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher		7.051.393	7.067.364
Convênio e Subvenções	12	7.488.455	2.530.229
Fornecedores		332.149	546.621
Outras Obrigações a Pagar contratos / Alugueis		4.773.830	4.470.160
Receitas Antecipadas	9	5.974.311	6.179.409
Não - Circulante	04 (l)	**850.979**	**753.330**
Provisão para Contingência	14	250.375	250.375
Alugueis		191.362	174.080
Contratos		98.965	18.599
Computadores em Comodato		310.277	310.277
Patrimônio Líquido	10	**284.624.246**	**283.160.183**
Patrimônio Social		102.492.861	107.360.622
Ajuste de Avaliação Patrimonial Imóveis		180.359.527	182.619.220
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis		307.795	364.280
Ajustes Valor Presente - Imóveis		-	862.867
Resultado Exercicíos Anteriores	11	619.264	14.578
Superavit/ Deficit do Exercício	04 (m)	844.800	(8.061.384)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**318.608.675**	**311.807.488**
Contas Extra Patrimoniais		**26.129.940**	**25.857.354**
Bolsas de Estudo LC 187/21- 100%	28	1.168.686	1.232.438
Bolsas de Estudo LC 187/21- 50%	28	656.243	554.906
Bolsa - LC 187/21 - Tempo Integral 100%	28	7.492.166	6.500.856
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.	28	89.526	98.250
Gratuidades de Assistência Social	28	11.773.075	12.507.287
Bolsa Convenção Coletiva		4.950.245	4.963.617

Demonstração do Resultado do Período (Em Reais)

Receita Bruta Serviços (Atividades Fins)	Nota	2023	2022
1 - Receita Bruta Prestação Serviço de Educação:		**63.938.128**	**59.976.495**
(+) Anuidades Escolares	15	64.466.884	60.882.064
(+) Bolsas de Estudo LC 187/21	15/28	9.317.095	8.288.200
(+) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva	15	4.950.245	4.963.617
(-) Deduções s/ Anuidades		(528.756)	(905.569)
(-) Bolsas de Estudo LC 187/21 - 100%		(1.168.686)	(1.232.438)
(-) Bolsas de Estudo LC 187/21 - 50%		(656.243)	(554.906)
(-) Bolsas de Estudo Convenção Coletiva		(4.950.245)	(4.963.617)
(-) Bolsa LC 187/21 - Tempo Integral 100%		(7.492.166)	(6.500.856)
Outras Receitas		**7.882.680**	**8.438.409**
(+) Atividades Extra Curriculares	15	2.463.473	2.478.931
(+) Outras Receitas Educacionais (serviços de secretaria e outros)	15	2.511.085	2.211.868
(+) Subvenções	15	73.104	55.615
(+) Donativos e Contribuições	15/ 18	165.295	86.504
(+) Receita com eventos	15	69.263	64.021
(+) Alugueis	15	54.752	-
(+) Receitas Recuperação/ Reversão	15	1.071.492	1.715.661
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) /15	1.227.000	1.192.800
(+) Receitas Financeiras	15	247.215	633.009
2 - Receita Bruta Prestação de Serviços de Assistência Social		**7.617.544**	**8.180.184**
(+) Contribuições I.L.P.I - (Estatuto do Idoso)	15	895.419	862.479
(+) Subvenção Governamental de Assistência Social	15	2.971.146	2.467.019
(+) Donativos e Contribuições	15/ 18	2.019.601	2.255.374
(+) Receita com eventos	15	188.309	486.425
(+) Receitas Recuperação/ Reversão	15	211.239	179.392
(+) Trabalho Voluntario	4 (n) / 15	1.063.047	1.873.122
(+) Receitas Financeiras	15	268.783	56.373
3 - Receitas de Atividade Meio		**3.809.066**	**3.496.861**
(+) Material Pedagógigo	15	5.615.465	5.484.125
(+) Mercadorias/Produtos	15	1.044.695	1.116.491
(+) Prestação de serviço - impressões	15	184.039	200.194
(-) CMV		(3.162.108)	(3.290.809)
(-) ICMS		(33.084)	(39.232)
(-) Devolução Material Pedagógico		(95)	(109.628)
(-) Cancelamento de Venda		-	(245)
(+) Receita com eventos	15	91	-
(+) Receitas Recuperação/ Reversão	15	44.168	74.784
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 15	18.000	7.200
(+) Donativos e Contribuições	15/ 18	17.500	9.713
(+) Receitas Financeiras	15	80.395	44.269
4 - Receitas Institucionais		**6.258.677**	**1.642.500**
(+) Donativos e Contribuições	15/ 18	3.786	1
(+) Receita com eventos	15	560.944	468.881
(+) Alugueis	15	466.781	-
(+) Receitas Recuperação/ Reversão	15	65.031	84.049
(+) Trabalho Voluntário	4 (n) / 15	600.000	480.000
(+) Receitas Financeiras	15	837.134	253.472
(+) Receitas Ativo Imobilizado	15	3.725.000	356.097
Receita Bruta		**89.506.095**	**81.734.449**
1- Despesas Área Educacional		**(71.021.824)**	**(71.387.030)**
(-) Despesas com Pessoal		(48.616.774)	(48.614.067)
(-) Manutenção - contratos Manutenção / Conservação/Reparos/Veiculos		(1.177.523)	(1.077.239)
(-) Depreciação/Amortização		(3.777.061)	(3.805.731)
(-) Material de Consumo		(2.582.872)	(2.525.359)
(-) PECLD		(836.099)	(380.482)
(-) Despesas Financeiras		(5.249.483)	(6.778.825)
(-) Despesas c/ Subvenção		(73.104)	(55.615)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(1.227.000)	(1.192.800)
(-) Programa de Apoio ao Aluno Bolsista		(89.526)	(98.250)
(-) Despesas administrativas		(4.222.009)	(4.107.779)
(-) Despesas Impostos, Taxas e Contribuiçoes		(127.335)	(201.693)
(-) Despesas Serviços de Terceiros PJ/PF		(3.043.039)	(2.549.191)
2 - Despesas de Assistência Social		**(14.888.663)**	**(14.976.981)**
(-) Despesas com Pessoal		(5.729.554)	(5.574.379)
(-) Manutenção - contratos Manutenção / Conservação/Reparos/Veiculos		(269.198)	(347.745)
(-) Depreciação/Amortização		(810.248)	(782.630)
(-) Material de Consumo		(1.336.632)	(1.405.528)
(-) Despesas Financeiras		(22.665)	(26.655)
(-) Despesas c/ Subvenção		(2.904.349)	(2.469.693)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(1.063.047)	(1.873.122)
(-) Despesas administrativas		(1.084.790)	(945.293)
(-) Despesas Impostos, Taxas e Contribuiçoes		(34.248)	(47.720)
(-) Despesas Serviços de Terceiros PJ/PF		(1.631.745)	(1.500.723)
(-) Despesas Doaçoes		(2.188)	(3.491)
3 - Despesas de Atividades Meio		**(1.701.280)**	**(1.945.136)**
(-) Despesas com Pessoal		(838.561)	(999.820)
(-) Manutenção		(52.026)	(56.169)
(-) Depreciação/Amortização		(44.560)	(67.134)
(-) Material de Consumo		(273.940)	(257.456)
(-) Despesas Financeiras		(87.024)	(95.852)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(18.000)	(7.200)
(-) Despesas administrativas		(209.187)	(232.640)
(-) Despesas Impostos, Taxas e Contribuiçoes		(4.784)	(3.919)
(-) Despesas Serviços de Terceiros PJ/PF		(173.198)	(224.946)
4 - Despesas Atividades Institucionais		**(1.049.528)**	**(1.486.685)**
(-) Despesas com Pessoal		(3.314.260)	(2.456.919)
(-) Rateio Pessoal		3.727.410	2.799.519
(-) Manutenção		(299.272)	(244.674)
(-) Depreciação		(844.472)	(981.291)
(-) Material de Consumo		(1.550)	(2.265)
(-) Despesas Financeiras		(30.276)	(1.763)
(-) Despesas administrativas		(1.139.016)	(980.536)
(-) Rateio administrativas		1.982.601	1.964.984
(-) Despesas Impostos, Taxas e Contribuiçoes		(276.317)	(152.601)
(-) Despesas Serviços de Terceiros PJ/PF		(254.376)	(951.139)
(-) Trabalho Voluntário	4 (n)	(600.000)	(480.000)
Total das Despesas		**(88.661.295)**	**(89.795.832)**
Superavit/Deficit Educacional		798.984	(2.972.127)
Deficit Assistencial		(7.271.119)	(6.796.797)
Superavit Atividades Meio		2.107.786	1.551.725
Superavit Institucionais		5.209.149	155.815
Superavit/Deficit do Exercicio	04 (m)	**844.800**	(8.061.384)

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Fluxo de Caixa das Atividades	2023	2022
1 - Atividades Operacionais		
Superavit/ Déficit do Exercício	844.800	(8.061.384)
Depreciação	5.468.342	5.628.789
Amortização	7.998	7.998
PECLD	907.675	402.958
Provisão para Contigência	691.697	197.233
Perdas Diversas / Mensalidades / Apostilas	159.255	109.932
Provisões não Desembolsadas (férias, 1/3 e encargos)	3.452.601	2.087.081
Resultado Exercício Anterior	619.264	14.578
Apoio ao Aluno Bolsista	89.526	-
Receitas não Embolsadas (Recuperação de Créditos, Reversões)	(1.379.312)	(2.053.883)
Superávit/Defict do Exercício Ajustado	**10.861.846**	**(1.666.698)**
Atividades Operacionais		
Diminuição /Aumento Contas Ativo		
Anuidades a Receber	(834.982)	(919.297)
Adiantamentos Diversos	(69.634)	15.400
Estoques	39.712	105.792
Despesas Antecipadas	329.592	471.384
Valores a Recuperar	4.704	2.466
Outros Ativos	(6.217.827)	(3.872.220)
Depositos Judiciais	37.881	53.993
Diminuição /Aumento Contas Passivo		
Obrigações Trabalhistas	413.118	1.177.597
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	(15.971)	212.260
Fornecedores a Pagar	(214.472)	29.879
Outras Obrigações a Pagar	5.261.896	3.963.456
Receitas Antecipadas (Anuidades Escolares)	(205.098)	(788.650)
Alugueis / Contratos a Longo Prazo	97.688	(192.558)
Total Geração Operacional de Caixa	**(1.373.393)**	**259.503**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Baixas de Depreciação	(271.609)	(520.588)
Baixas de amortização	(52.830)	(20.128)
Adições a Imóveis em Comodato	-	(862.867)
Adições a Móveis e Utensílios	312.727	(16.776)
Adições Benf.andamento em Imóveis	50.057	-
Baixa em imobilizado	(1.889.470)	2.070.644
Baixas em Investimento	(634.210)	-
Total das Atividades de Investimentos	**(2.485.336)**	**650.284**
3 - Das Atividades de Financiamentos		
(+) Empréstimo obtido	-	-
(+) Doações Patrimoniais	-	-
Doações Incorporadas ao Patrimônio	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	-	-
(1+2+3) Variação das Disponibilidades	**7.003.116**	**(756.911)**
Saldo Inicial das Disponibilidades em 01/01/2022	**11.750.220**	**12.507.131**
Variação Ocorrida no Período	**7.003.116**	**(756.911)**
Disponibilidade no Final do Ano	**18.753.336**	**11.750.220**

Demonstrações do Valor Adicionado (D.V.A.)

	2023	%	2022	%
Receitas	**97.376.619**		**89.678.619**	
Receitas de Atividades Área Educacional	64.466.884		60.882.064	
Bolsas de EstudosLC 187/21	9.317.095		8.288.200	
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	4.950.245		4.963.617	
Receitas de Atividade Meio	6.844.199		6.800.810	
Devolução Material Pedagógico/ Anuidades	(528.851)		(238.660)	
Receitas Contribuições (Estatuto do Idoso)	895.419		862.479	
Receitas Patrimoniais	3.725.000		356.097	
Outras Receitas	7.706.628		7.764.011	
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(16.661.851)**		**(16.999.132)**	
CMV	(3.162.108)		(3.290.809)	
Custos de Manutenção das Atividades	(13.499.743)		(13.708.323)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-		-	
Valor Adicionado Bruto	**80.714.768**		**72.679.486**	
Depreciações / Amortizações	(5.476.340)		(5.636.787)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**75.238.428**		**67.042.699**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**6.683.960**		**5.861.350**	
Doações / Subvenções	5.250.432		4.874.227	
Receitas Financeiras	1.433.528		987.123	
Valor Adicionado Total a Distribuir	**81.922.387**	**%**	**72.904.049**	**%**
Distribuição do Valor Adicionado				
Colaboradores	54.771.738	66,86	54.845.666	75,23
Bolsas de Estudos LC 187/21	9.317.095	11,37	8.288.200	11,37
Bolsas de Estudos (Convenção Coletiva)	4.950.245	6,04	4.963.617	6,81
Gratuidade Assistência Social	11.773.075	14,37	12.507.287	17,16
Apoio Aluno Bolsista	89.526	0,11	98.250	0,13
Governo	175.908	0,21	262.412	0,36
Superavit/ Deficit do Exercício	844.800	1,03	(8.061.384)	(11,06)
Valor Adicionado Total Distribuído	**81.922.387**	100,00	**72.904.049**	100,00

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

Contas Especificações	Patrimônio Social	Superavit / Deficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultado Ex.Anterior	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**117.155.403**	**(11.378.278)**	**184.692.525**	**(125.528)**	**290.344.122**
Transferido p/ Patrimônio	(11.378.278)	11.378.278	-	125.528	125.528
Resultado Exercício Anterior	(125.528)	-	-	14.578	(110.950)
Déficit /Superavit de 2022	-	(8.061.384)	-	-	(8.061.384)
Ajuste do Valor Presente Imoveis	-	-	862.867	-	862.867
Ajuste Patrimonial Imóveis	1.634.028	-	(1.634.028)	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	74.997	-	(74.997)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**107.360.622**	**(8.061.384)**	**183.846.366**	**14.578**	**283.160.183**
Transferido p/ Patrimonio	(8.061.384)	8.061.384	-	(14.578)	(14.578)
Resultado Exercício Anterior	14.578	-	-	619.264	633.842
Déficit/ Superavit de 2023	-	844.800	-	-	844.800
Ajuste Patrimonial Imóveis	3.122.560	-	(3.122.560)	-	-
Ajuste do Valor Presente Imoveis	-	-	-	-	-
Ajuste Patrimonial de Móveis	56.485	-	(56.485)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102.492.860**	**844.800**	**180.667.322**	**619.264**	**284.624.246**

Balanço Segregado (Em Reais)

Ativo	Notas Explicativas	2023 Educação	2023 Assist. Social	2023 Institu-cional	2023 Atividade Meio	2023 Total	2022 Educação	2022 Assist. Social	2022 Institu-cional	2022 Atividade Meio	2022 Total
Circulante	04 (J)	**11.253.483**	**8.166.854**	**10.456.254**	**4.105.028**	**33.981.619**	**8.966.856**	**3.260.085**	**3.197.827**	**3.188.528**	**21.109.408**
Caixa e Equivalentes de Caixa	04 (A)	**4.436.594**	**3.647.964**	**10.120.602**	**548.177**	**18.753.336**	**5.697.603**	**2.961.641**	**2.648.553**	**442.422**	**11.750.220**
Caixa	04 (a1)	32.440	7.485	13.982	9.197	63.104	47.717	8.915	7.452	7.278	71.362
Bancos Conta Movimento (s/restrição)	04 (a1)	1.347.065	90.826	622	38.508	1.477.021	1.756.796	71.184	622	415.373	2.243.975
Bancos Conta Movimento (c/restrição)	04 (a2)	167	128.885	-	-	129.052	491	708	-	-	1.199
Bancos Conta Aplicações C/Prazo (s/restr.)	04 (a1)/(b)	3.056.922	2.916.448	8.155.241	500.471	14.629.083	3.892.599	1.944.542	2.640.479	19.771	8.497.391
Bancos Conta Aplicações C/Prazo (c/restr.)	04 (a2)/(b)	-	504.320	1.950.756	-	2.455.076	-	936.292	-	-	936.292
Clientes e Outros Recebiveis		**2.257.400**	**53.020**	**-**	**152.891**	**2.463.312**	**1.756.198**	**42.089**	**-**	**402.990**	**2.201.277**
Anuidades à Receber	04 (c)	4.477.339	53.020	-	-	4.530.359	4.008.069	42.089	-	-	4.050.158
Cursos Extra Curriculares/ Mat.Didático	04 (c)	1.532.784	-	-	428.506	1.961.290	799.088	-	-	612.294	1.411.382
(-) PECLD	04 (d)	(3.752.723)	-	-	(275.615)	(4.028.338)	(3.050.959)	-	-	(209.304)	(3.260.263)
Estoques		**-**	**-**	**-**	**278.353**	**278.353**	**-**	**-**	**-**	**318.065**	**318.065**
Estoques	04 (e)	-	-	-	278.353	278.353	-	-	-	318.065	318.065
Convênio e Subvenções	04 (f)	**3.452.850**	**4.099.536**	**-**	**-**	**7.552.386**	**-**	**2.496.111**	**-**	**-**	**2.496.111**
Convênio e Subvenções	12	3.452.850	4.099.536	-	-	7.552.386	-	2.496.111	-	-	2.496.111
Outros Ativos Circulantes	04 (F)	**1.106.639**	**366.334**	**335.652**	**3.125.607**	**4.934.233**	**1.513.056**	**256.354**	**549.274**	**2.025.051**	**4.343.735**
Outros Valores e Bens-Contratos e Alugueis		555.100	289.177	258.839	3.065.311	4.168.427	679.667	185.379	476.764	1.971.458	3.313.267
Impostos a Recuperar		10.802	2.144	51.456	32.897	97.298	8.347	4.162	56.124	33.368	102.002
Despesas Antecipadas		162.681	9.541	11.984	4.282	188.488	494.497	9.157	11.793	2.633	518.080
Adiantamentos		378.056	65.473	13.373	23.118	480.020	330.545	57.656	4.593	17.592	410.386
Não - Circulante		**191.728.570**	**49.389.302**	**43.358.739**	**150.443**	**284.627.055**	**195.421.601**	**49.533.092**	**45.625.703**	**117.685**	**290.698.080**
Realizável a Longo Prazo	04 (G)	**163.160**	**27.346**	**5.488.460**	**61.233**	**5.740.199**	**209.988**	**7.676**	**5.462.767**	**-**	**5.680.431**
Aluguéis		97.462	-	93.900	-	191.362	127.480	-	46.600	-	174.080
Depósitos Judiciais		46.122	5.890	5.390.155	3.300	5.445.468	65.696	5.890	5.411.763	-	5.483.348
Contratos		19.575	21.456	4.404	57.934	103.369	16.813	1.786	4.404	-	23.003
Investimentos	06	**-**	**-**	**2.968.899**	**-**	**2.968.899**	**-**	**-**	**3.385.038**	**-**	**3.385.038**
Propriedades para Investimento - Terrenos		-	-	2.417.762	-	2.417.762	-	-	2.417.762	-	2.417.762
Propriedades para Investimento - Edificações		-	-	1.428.690	-	1.428.690	-	-	2.062.900	-	2.062.900
(-) Depreciação Investimento - Edificações		-	-	(877.553)	-	(877.553)	-	-	(1.095.624)	-	(1.095.624)
Imobilizado	04 (h)/07	**191.565.410**	**49.361.956**	**34.901.381**	**89.210**	**275.917.958**	**195.211.613**	**49.525.416**	**36.777.898**	**117.685**	**281.632.612**
Bens em Uso		**191.565.410**	**49.361.956**	**34.901.381**	**89.210**	**275.917.958**	**195.211.613**	**49.525.416**	**36.777.898**	**117.685**	**281.632.612**
Imóveis		223.260.543	56.796.895	43.593.893	-	323.651.330	223.260.543	56.160.220	39.140.953	-	318.561.716
Móveis e Utensílios		7.328.065	1.317.881	1.050.975	377.785	10.074.705	7.180.502	1.277.663	1.047.303	375.636	9.881.103
Máquinas e Equipamentos		2.094.579	775.536	218.123	321.032	3.409.270	2.084.939	665.493	218.681	321.032	3.290.144
Veículos		534.501	301.472	214.207	110.205	1.160.386	534.501	301.472	214.207	110.205	1.160.386
Biblioteca		1.701.596	-	-	-	1.701.596	1.701.596	-	-	-	1.701.596
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		-	-	-	32.493	32.493	167.466	-	-	32.493	199.959
Imóveis em Comodato		-	-	-	-	-	-	-	6.342.410	-	6.342.410
Computadores em Comodato		310.277	-	-	-	310.277	310.277	-	-	-	310.277
(-) Depreciação Acumulada		(43.578.039)	(9.829.827)	(10.175.817)	(741.219)	(64.324.902)	(39.822.612)	(8.812.824)	(10.185.656)	(697.959)	(59.519.051)
(-) Amortização Imóveis de Terceiros		-	-	-	(11.086)	(11.086)	(54.129)	-	-	(9.787)	(63.916)
(-) Impairment		(86.112)	-	-	-	(86.112)	(151.469)	(66.608)	-	(13.935)	(232.013)
Intangível		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Direitos Autorais		-	-	-	-	-	-	-	-	3.882.344	3.882.344
(-) Amortização Acumulada		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.882.344)	(3.882.344)
Total do Ativo		**202.982.053**	**57.556.156**	**53.814.993**	**4.255.471**	**318.608.674**	**204.388.457**	**52.793.177**	**48.823.529**	**3.306.214**	**311.807.488**
Contas Extra Patrimoniais	28	**14.356.865**	**11.773.075**	**-**	**-**	**26.129.940**	**13.350.067**	**12.507.287**	**-**	**-**	**25.857.354**
Bolsas de Estudo LC 187/21- 100%		1.168.686	-	-	-	1.168.686	1.232.438	-	-	-	1.232.438
Bolsas de Estudo - LC 187/21 - 50%		656.243	-	-	-	656.243	554.906	-	-	-	554.906
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.		89.526	-	-	-	89.526	98.250	-	-	-	98.250
Bolsa LC 187/21- Tempo Integral 100%		7.492.166	-	-	-	7.492.166	6.500.856	-	-	-	6.500.856
Gratuidades de Assistência Social		-	11.773.075	-	-	11.773.075	-	12.507.287	-	-	12.507.287
Bolsa Convenção Coletiva		4.950.245	-	-	-	4.950.245	4.963.617	-	-	-	4.963.617
Passivo		**17.430.203**	**6.282.736**	**6.902.711**	**3.368.779**	**33.984.428**	**14.924.252**	**5.293.128**	**6.116.027**	**2.313.899**	**28.647.305**
Circulante	04 (i)	**16.752.514**	**6.261.280**	**6.808.811**	**3.310.845**	**33.133.450**	**14.219.308**	**5.291.342**	**6.069.427**	**2.313.899**	**27.893.976**
Obrigações Trabalhistas		2.749.049	365.047	115.365	29.469	3.258.929	3.036.480	371.338	110.546	14.097	3.532.462
Provisões Trabalhistas	04 (k)	2.557.994	651.044	966.564	78.780	4.254.382	2.596.913	636.453	240.924	93.441	3.567.731
Obrigações Fiscais e Sociais a Rec		1.477.792	139.281	5.411.080	23.240	7.051.393	1.457.385	175.144	5.411.516	23.320	7.067.364
Convênio e Subvenção	12	3.250.828	4.237.628	-	-	7.488.455	2.423	2.527.806	-	-	2.530.229
Fornecedores		212.900	50.875	56.636	11.737	332.149	373.863	125.903	25.933	20.923	546.621
Outras Obrigações a Pagar Contratos e Alugueis		623.584	816.500	259.165	3.074.580	4.773.830	763.764	1.435.315	280.508	1.990.573	4.470.160
Receitas Antecipadas	9	5.880.367	905	-	93.039	5.974.311	5.988.480	19.383	-	171.546	6.179.409
Não - Circulante		**677.689**	**21.456**	**93.900**	**57.934**	**850.979**	**704.944**	**1.786**	**46.600**	**-**	**753.330**
Realizável a Longo Prazo	04 (i)	**677.689**	**21.456**	**93.900**	**57.934**	**850.979**	**704.944**	**1.786**	**46.600**	**-**	**753.330**
Provisão para Contingência	14	250.375	-	-	-	250.375	250.375	-	-	-	250.375
Alugueis a Pagar		97.462	-	93.900	-	191.362	127.480	-	46.600	-	174.080
Contratos a Pagar		19.575	21.456	-	57.934	98.965	16.813	1.786	-	-	18.599
Computadores em Comodato		310.277	-	-	-	310.277	310.277	-	-	-	310.277
Patrimônio Líquido	10	**194.873.244**	**43.107.769**	**43.568.340**	**3.074.893**	**284.624.246**	**197.833.271**	**42.234.638**	**40.373.643**	**2.718.630**	**283.160.183**
Patrimônio Social		71.093.179	14.860.479	14.151.026	867.679	100.972.363	77.232.163	13.720.983	15.271.946	1.135.530	107.360.622
Ajustes de Avaliação Patrimonial Imóveis		122.893.100	35.084.793	23.039.264	-	181.017.157	123.632.029	35.298.791	23.688.401	-	182.619.220
Ajuste Valor Presente Imoveis		-	-	862.867	-	862.867	-	-	862.867	-	862.867
Ajustes de Avaliação Patrimonial Móveis		-	-	307.795	-	307.795	-	5.463	355.043	3.774	364.280
Resultado Exercicíos Anteriores	11	87.981	433.616	(1.761)	99.428	619.264	(58.794)	6.198	39.572	27.601	14.578
Superavit/ Deficit do Exercício	04 (m)	798.984	(7.271.119)	5.209.149	2.107.786	844.800	(2.972.127)	(6.796.797)	155.815	1.551.725	(8.061.384)
Total do Passivo		**212.303.448**	**49.369.049**	**50.377.150**	**6.443.672**	**318.608.675**	**212.757.523**	**47.527.766**	**46.489.670**	**5.032.529**	**311.807.487**
Contas Extra Patrimoniais	28	**14.356.865**	**11.773.075**	**-**	**-**	**26.129.940**	**13.350.067**	**12.507.287**	**-**	**-**	**25.857.354**
Bolsas de Estudo LC 187/21- 100%		1.168.686	-	-	-	1.168.686	1.232.438	-	-	-	1.232.438
Bolsas de Estudo LC 187/21 - 50%		656.243	-	-	-	656.243	554.906	-	-	-	554.906
Bolsa LC 187/21 - Tempo Integral 100%		7.492.166	-	-	-	7.492.166	6.500.856	-	-	-	6.500.856
Apoio Aluno Bolsista-Benefícios Complem.		89.526	-	-	-	89.526	98.250	-	-	-	98.250
Gratuidades de Assistência Social		-	11.773.075	-	-	11.773.075	-	12.507.287	-	-	12.507.287
Bolsa Convenção Coletiva		4.950.245	-	-	-	4.950.245	4.963.617	-	-	-	4.963.617

Notas Explicativas Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022

Nota 01 - Contexto Operacional: A **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem,** com sede na cidade de São Paulo, à Rua Dona Inácia Uchoa, 96, Vila Mariana, CEP: 04110-020, inscrita no CNPJ/MF. sob n° 61.000.683/0001-71, pessoa jurídica de direito privado, do tipo **Associação** , sem fins lucrativos, de natureza religiosa, caráter confessional, educacional, beneficente e de assistência social, com atividade preponderante na área da EDUCAÇÃO. Considerada de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto n° 60.914 de 30/06/1967, de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto n° 40.028 de 30/04/1962 e de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto n° 10.629 de 28/08/1973. **Registrada** no Conselho Municipal de Educação nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Pindamonhangaba e Rio de Janeiro; no Conselho Estadual de Educação de São Paulo; no Conselho Municipal de Assistência Social, nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba e Campo Grande; no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba e Campo grande e no Conselho Municipal do Idoso na cidade de Jundiaí- SP. Possui **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS),** renovado pela Portaria do MEC/MDS/MS N° 652 de 09/05/2022 publicado no dia 10/05/2022 página 78, no Diário Oficial da União, exarada nos autos do processo n° 23000.023380/2015-41 que certificou a entidade pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018 e com protocolos de renovação 23000.040097/2018-26 de 11/12/2018, 23000.034110/2021-11 de 21/12/2021 e 23000.035954/2022-52 de 16/12/2022 que estão em análise. Tem por finalidade a educação, o ensino, a cultura, e a assistência social como instrumento de defesa, proteção e promoção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Conforme artigo 8° de seu Estatuto Social, para atendimento de suas finalidades, a ASSOCIAÇÃO envida esforços, dentro de suas possibilidades e especialidades no sentido de: I - Oferecer e desenvolver a educação básica constituída pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE na forma do art. 214 da Constituição Federal; II - Oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social tendo como meio, o ensino, a assistência social, educação religiosa, e formação humana integral; III - Promover atividades culturais; IV Promover atividades de promoção social através da educação, de atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, inclusive com a promoção de cursos, encontros, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; V - Promover ações de Proteção Social, Básica e Especial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VI - Desenvolver atividades de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através de prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção básica e especial, para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social; VII - Promover assistência, amparo e defesa das crianças, dos adolescentes, dos jovens e dos idosos em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; VIII - Promover ações de proteção à família, à infância, à adolescência; IX - Amparar e assistir pessoas socialmente excluídas e/ou em situação de vulnerabilidade e risco social e econômico; X - Realizar atividades meio com a finalidade de geração de recursos e rendas que garantam a sua sustentabilidade, tais como, locação de bens móveis e imóveis, promoção de cursos, palestras, eventos, venda de artigos recebidos em doação, comercialização de bens e serviços, incluindo a comercialização de livros, serviços gráficos, atividades de editora de livros, atividades de cantina, atividades educacionais, de cultura, lazer, esporte, dentre outras atividades geradoras de recursos. **A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, é composta pelas seguintes unidades**: 1) Editora Vicentinos; 2) Colégio João e Raphaela Passalacqua; 3) Centro de Convivência São Vicente de Paulo; 4) Colégio São Vicente de Paulo; 5) Colégio Santo Antônio de Lisboa; 6) Núcleo de Formação e Promoção São Vicente de Paulo; 7) Lar Nossa Senhora das Graças; 8) Colégio São Vicente de Paulo Jundiaí Unidade 2; 9) Educandário São Vicente de Paulo Casa Pia Cônego Tobias; 10) Ingredientes ABCD; 11) Ingredientes ABCD Unidade 2; 12) Núcleo de Convivência Madre Maria Hubert; 13) Colégio São Vicente de Paulo Penha; 14) Núcleo Infantil Nossa Senhora dos Pobres; 15) Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima; 16) Sede Administrativa. **Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, especialmente Resolução nº. 1.374/11 que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. A Autorização para a conclusão desta demonstração contábeis pela diretoria foi realizada em 20 de março de 2024. **Nota 03 - Formalidade da Escrituração Contábil Resolução 1.330/11 (NBC TG 2000):** A Associação utiliza o Processo eletrônico de escrituração uniforme de seus atos e fatos administrativos. Os registros contábeis contêm números de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são **transcritas no "Diário da Entidade**. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica - **contábil ou aceitas pelos usos e costumes.** A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **Nota 04 - Principais Práticas Contábeis Adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são: 4.1) Declaração de conformidade A emissão das demonstrações foi autorizada pela Assembleia Geral realizada em 25 de março de 2024. **4.2) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4.3) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do único ambiente econômico **no qual a Entidade atua (moeda funcional).** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda oficial do país sem os centavos. **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**: **a.1) Caixa e Equivalentes de Caixa (s/restrição):** Conforme determina a Resolução do CFC N° 1.296/10 (NBC TG 03) Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC N° 1.376/11 (NBC TG 26). Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	**16.169.208**	**10.812.728**
Caixa	63.104	71.362
Bancos Conta Movimento (s/Restrição)	1.477.021	2.243.975
Bancos Conta Aplicações C/Prazo (s/restrição)	14.629.083	8.497.391

a.2) Equivalentes de Caixa (c/restrição): Referem-se a recursos recebidos de subvenções e não dispendidos em 2023; e a valores pertencentes aos usuários (idosos) abrigados no Lar Nossa Senhora das Graças (**Instituição de Longa Permanência para Idosos**). Também consta valores bloqueados judicialmente em conta corrente referente a processos em andamento. Este numerário possui controle individualizado.

	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	**2.584.128**	**937.491**
Bancos Conta Movimento (c/Restrição)	129.052	1.199
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	2.455.076	936.292

b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

	2023	2022
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (s/restrição)	14.629.083	8.497.391
Bancos Conta Aplicações c/Prazo (c/restrição)	2.455.076	936.292

c) Ativos circulantes Contas a receber de clientes: Refere-se ao montante a receber de clientes (alunos) e de usuários conforme Estatuto do Idoso, vencidos até a data do balanço.

	2023	2022
Anuidades a Receber	4.530.359	4.050.158
Cursos Extra Curriculares / Material Didático	1.961.290	1.606.509

d) Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD): Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (média de inadimplência dos últimos três anos), e assim atendendo a Resolução CFC Nº 1409/12 Parecer de Orientação da CVM 21/90.

	2023	2022
(-) PECLD	(4.028.338)	(3.260.263)

e) Estoques Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16): Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos (material pedagógico) da filial "Editora Vicentinos e mercadorias e produtos das filiais **"Ingredientes ABCD" e**" Ingredientes ABCD - Unidade 31 de dezembro de 2023.

	2023	2022
Estoques	278.353	318.065

f) Outros Ativos Circulantes: Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas, convênios e subvenções não recebidas, impostos a recuperar, despesas antecipadas, adiantamento a funcionários, e outros valores a receber das atividades sustentáveis, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal.

	2023	2021
Outros Ativos Circulantes	**12.486.619**	**6.644.720**
Outros Valores e Bens (Contratos/Aluguéis)	4.168.427	3.118.141
Convênios e Subvenções	7.552.386	2.496.111
Impostos a Recuperar	97.298	102.002
Despesas Antecipadas	188.488	518.080
Adiantamentos	480.020	410.386

g) Realizável a Longo Prazo: Este grupo está composto por valores a receber e recuperar. Consiste em valores cujo vencimento ultrapassa o exercício subsequente. O montante de R$ 5.334.026 lançado em Deposito Judicial refere-se ao PIS folha de pagamento.

	2023	2022
Realizável a Longo Prazo	**5.740.199**	**5.680.431**
Aluguéis	191.362	174.080
Depósitos Judiciais	5.445.468	5.483.348
Contratos	103.369	23.003

h) Imobilizado (Ativo não Circulante): Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido a depreciação, e leva em consideração a vida útil e a utilização dos bens (Resolução CFC nº 1.177/09 NBC TG 27), as contas de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, veículos foram consideradas a valor presente desde o ano de 2013:

	2023	2022
Imobilizado	**275.917.958**	**281.632.612**
Imóveis	323.651.331	318.561.717
Móveis e Utensílios	10.074.705	9.881.103
Máquinas e Equipamentos	3.409.270	3.290.144
Veículos	1.160.386	1.160.386
Biblioteca	1.701.596	1.701.596
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	32.493	199.959
Imóveis em Comodato	-	6.342.410
Computadores em Comodato	310.277	310.277
(-) Depreciação Acumulada	(64.324.902)	(59.519.051)
(-) Amortização Imóvel de Terceiros	(11.086)	(63.916)
(-) Impairment	(86.112)	(232.013)

i) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis. Quando aplicável, são registrados com os encargos incorridos até a data do balanço patrimonial com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais e empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

	2023	2022
Circulante	33.133.450	27.893.976
Obrigações Trabalhistas	3.258.929	3.532.462
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	7.051.394	7.067.364
Fornecedores	332.149	546.621
Outras Obrigações a Pagar (contratos / aluguéis)	4.773.830	4.470.160
Convênio e Subvenções	7.488.455	2.530.229
Provisões Trabalhistas	4.254.382	3.567.731
Receitas Antecipadas	5.974.311	6.179.409
Não Circulante	**850.979**	**753.330**
Provisão para Contingência	250.375	250.374
Aluguéis	191.362	174.080
Contratos	98.965	18.599
Computadores em Comodato	310.277	310.277

j) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. **k) Provisão de Férias, 13º Salário, Encargos e Contingências:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido, foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço. Os valores referem-se a férias acrescidos de terço constitucional, encargos e provisão de contingências.

	2023	2022
Provisões Trabalhistas	4.254.382	3.567.731

l) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **m) Apuração do Resultado (Superávit/ Déficit do Exercício):** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. O Superávit do exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

	2023	2022
Resultado do Exercício	**844.800**	**(8.061.384)**
Superávit/ Déficit do Exercício	844.800	(8.061.384)

n) Trabalho voluntário: Em atendimento a NBC TG 2002, o trabalho voluntário de acordo com a Lei 9.608/98, foi contabilizado em contas de resultado mesmo não havendo desembolso financeiro para custeá-lo, o referido valor e contabilizado em Receita e Despesa, tornando nulo seu efeito no resultado do Exercício. O trabalho voluntário foi realizado pelas associadas em todas as unidades, juntamente com outros voluntários esporádicos.

	2023	2022
Trabalho Voluntário	2.908.047	3.553.122

Nota 05 - Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, Ativos e Passivos sujeitos a essas premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Devedores Duvidosos, Provisão para Contingências de Ativos e Passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e a premissas anualmente. **Nota 06 - Ativo Não Circulante Investimentos:** Conforme determinação da Resolução do CFC N° 1.178/09 (NBC TG 28) Propriedades para Investimentos, este grupo está composto por bens (terrenos e imóveis) mantidos pela Entidade para auferir renda, e estes são registrados pelo valor de aquisição ou custo de construção e desde 2012 pelo custo atribuído nas contas de terrenos e edificações. A Entidade adotou o critério de mensuração pelo método do custo da NBC TG 27 Ativo Imobilizado.

Descrição do Bem	Valor Bruto Contábil 2022	Adições	Baixas	Valor Bruto Contábil 2023	Deprec. Acum.	Valor Líquido Contábil
Terrenos	2.417.762	-	-	2.417.762	-	2.417.762
Edificações	2.062.900	-	(634.210)	1.428.690	(877.553)	551.137
Total Investimentos	**4.480.662**	**-**	**(634.210)**	**3.846.452**	**(877.553)**	**2.968.899**

Nota 07 - Ativo não Circulante (Imobilizado): Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção. A partir de 2013 pelo custo atribuído, deduzidos da depreciação e do impairment do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado **são periodicamente avaliados** para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação, as quais foram consideradas adequadas, com a finalidade de atender a Lei N° 11.638/07. Deliberação CVM N° 583/2009, Deliberação CVM N° 644/2010, Resolução do CFC N° 1.177/2009 (NBC TG 27) e Resolução do CFC N° 1.330/10 (NBC TG 04) e ITG 10. A reavaliação dos imóveis (terrenos e edificações) foi efetuada em outubro de 2012, e a dos móveis e utensílios foi efetuada em junho de 2013 pela empresa Stima Engenharia LTDA CNPJ/MF 06.932.665/0001-10, utilizando o método do comparativo direto, ou seja, efetuado pesquisa sobre valores de venda e locação mensal de terrenos comparáveis e situados na mesma região geoeconômica dos terrenos avaliados, bem como dos móveis e utensílios, apropriando as taxas de depreciação de acordo com a vida útil de cada item individualizado.

Quadro Demonstrativo do Imobilizado Em 31/12/2023

Descrição do Bem	Valor Bruto Contábil em 2022	Entradas	Saídas e Transferencias	Valor Bruto Contábil em 2022	Deprec. Amortiz. Acumul.	Impairment	Valor Líquido Contábil
Terrenos	190.998.238	3.493.000	(1.075.000)	193.416.238	-	-	193.416.238
Edificações	127.268.357	3.778.741	(862.063)	130.185.035	(50.025.073)	-	80.159.962
Móveis e Utensílios + Máquinas e Equipamentos	13.171.247	334.826	(22.099)	13.483.974	(11.464.354)	(86.112)	1.933.508
Veículos	1.160.386	-	-	1.160.386	(1.133.879)	-	26.507
Biblioteca	1.701.596	-	-	1.701.596	(1.701.596)	-	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	199.959	-	(167.466)	32.493	(11.086)	-	21.407
Benfeitoria Andamento Imoveis	295.123	50.057	(295.121)	50.059	-	-	50.059
Terrenos em Comodato	3.493.000	-	(3.493.000)	-	-	-	-
Edificações em Comodato	2.849.410	-	(2.849.410)	-	-	-	-
Computadores em Comodato	310.277	-	-	310.277	-	-	310.277
Total Imobilizado	341.447.593	7.656.624	(8.764.159)	340.340.058	(64.335.988)	(86.112)	275.917.958

Nota 08 - Intangível - Ativo não Circulante: Os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, originando o valor líquido contábil. O valor de recuperação dos bens e direitos do intangível **são periodicamente avaliados** para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de amortização, conforme Lei N° 11.638/07, Deliberação CVM N° 583/2009, Deliberação CVM N° 644/2010, Resolução do CFC N° 1.177/2009 (NBC TG 01) e Resolução do CFC N° 1.330/10 (NBC TG 04) e (ITG 10). Este valor se refere a Direitos Autorias, e no ano de 2023 foi baixado por não ser recuperável no mercado.

Quadro Demonstrativo do Intangível em 31/12/2023

Descrição do Bem	Valor Bruto Contábil em 2022	Adições	Baixas	Valor Bruto Contábil em 2023	Amortização	Valor Líquido Contábil em 2023
Direitos Autorais	3.882.344	-	3.882.344	-	-	-
Total do Intangível	**3.882.344**	**-**	**3.882.344**	**-**	**(3.882.344)**	**-**

Nota 09 - Receitas Antecipadas: As receitas antecipadas estão lançadas no Passivo Circulante, na qual engloba as receitas das anuidades escolares do exercício de 2024. Estas receitas possuem obrigação de devolução por parte da Entidade. Elas serão alocadas nas contas de resultado do exercício de 2024 pelo regime de competência.

	2023	2022
Receitas Antecipadas	5.974.311	6.179.409

Nota 10 - Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

	2023	2022
Patrimônio Social	102.492.860	107.360.622
Ajustes Patrimoniais	180.667.322	183.846.367
Resultado Exercício Anterior	619.264	14.578
Superávit/ Déficit do Exercício	844.800	(8.061.384)
Patrimônio Líquido	**284.624.246**	**283.160.183**

Nota 11 - Resultado dos Exercícios Anteriores: Em atendimento a Resolução CFC 1.179/09 que aprova a NBC TG 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, foram lançadas nesta conta valores referentes a Receitas e Despesas dos anos anteriores, que não foram reconhecidos no referido período, como: reembolso de anuidades e pequenas despesas a débito e reversão de PECLD, reversão Impairment, e Donativos.

	2023	2022
Resultado Exercício Anterior	619.264	14.578

Nota 12 - Subvenções e/ou Convênios Públicos - Resolução CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07) e ITG 2002: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização das subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade CFC que aprovou a NBC TG 07 Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC N° 1409/12 que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

continua➤

continuação

Concedente	Convênio			Exercicio	Valor Contrato	Valor Recebido	Valor Realizado
Prefeitura do Municipio de Laranjal Paulista	Termo de Fomento- Transferência de Recursos Financeiros			**2022**	72.119	72.119	72.119
				2023	264.720	264.720	264.720
	Termo de Fomento 14/2023 - Emenda Parlamentar			**2023**	152.679	152.679	23.456
Prefeitura do Municipio de Jundiai	Termo de Fomento Convenio 01/21 - COMDIPI			**2022**	113.558	-	70.414
				2023		-	-
	Termo de Colaboração 06/2021			**2022**	2.250.000	2.250.000	2.249.775
				2023	2.517.253	2.517.253	2.530.656
	Termo de Colaboração 01/2022			**2022**	100.000	57.067	48.455
				2023		42.933	39.867
	Termo de Colaboração 05/2022			**2022**	68.750	41.095	29.158
				2023		27.655	36.687
Prefeitura do Municipio do Rio de Janeiro	PNAE	-	programa Nacional	**2022**	57.994	57.994	55.615
		de Alimentação	Escolar	**2023**	73.432	73.432	73.104
	Total Geral			**2022**		2.478.275	2.525.536
	Total Geral			**2023**		3.078.672	2.968.490

Nota 13 - Parceria Entidades Privadas: São recursos recebidos de Parceria com Entidades Públicas. No ano de 2023 recebemos do Fundo Nacional de Solidariedade da CNBB, através da aprovação de projeto conforme Edital /2023. Os valores foram contabilizados de acordo com a NBC TG 07 e ITG 2002. Os valores foram realizados em conta de resultado R$ 6.821 e Ativo Imobilizado R$ 66.797.

Concedente CNBB				
Filial	**Exercicio**	**Valor Contrato**	**Valor Recebido**	**Valor Realizado**
Núcleo de Promoção Formação São Vicente de Paulo	2023	13.618	13.618	13.618
Lar Nossa Senhora das Graças		30.000	30.000	30.000
Centro Comunitário Nossa Senhora de Fatima		30.000	30.000	30.000
Total Geral		**73.618**	**73.618**	**73.618**

Nota 14 - Provisão Para Contingências (Resolução CFC Nº 1.180/09 NBC TG 25): Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documentos recebidos da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (trabalhistas e/ou tributários e/ou cível), a respectiva provisão para contingência foi considerada pela probabilidade de perdas de alguns processos que estão em andamento. No fechamento do balanço existe a provável perda em processos no montante de R$ 250.375, os quais foram contabilizadas devida a possibilidade de pagamento.

Contingências	**2023**	**2022**
Educação	250.375	250.375

Nota 15 - Receitas (Resolução NBC TG 47): Em atendimento a Resolução NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (educação), conforme art. 71 do Estatuto Social, e em atendimento ao Art. 24 do decreto 11.791/2023, são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Segue abaixo os montantes de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

Receitas	**2023**	**2022**
Anuidades Escolares	64.466.884	60.882.064
Material Pedagógico/ Mercadorias /Impressão	6.844.199	6.800.810
Subvenções Municipais Assistência Social	2.971.146	2.467.019
Donativos e Contribuições	2.206.182	2.351.592
Outras Receitas Educacionais	2.511.085	2.211.868
Receita com Eventos	818.607	1.019.327
Aluguéis	521.533	-
Receitas Recuperação/ Reversão	1.391.930	2.053.886
Atividades Extras Curriculares	2.463.473	2.478.931
Rendimentos Financeiros	1.433.527	987.123
Subvenções Municipais Educacionais	73.104	55.615
Receitas Ativo Imobilizado	3.725.000	356.097
Contribuições Estatuto do Idoso	895.419	862.479
Trabalho Voluntário	2.908.047	3.553.122
Bolsa de Estudo (LC 187/21)	9.317.095	8.288.200
Bolsa de Estudo Convenção Coletiva	4.950.246	4.963.618
Total das Receitas	**107.497.477**	**99.331.750**

Nota 16 - Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC): A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC N° 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC N°. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO. Abaixo as atividades de investimentos.

Das Atividades de Investimentos	**2023**	**2022**
Baixas de Depreciação	(271.609)	(520.588)
Baixas Amortização	(52.830)	(20.128)
Adições a Móveis e Utensílios	312.727	(16.776)
Baixa em Imobilizado	(1.889.470)	2.070.644
Adição Benf. Andamento em Imóveis	50.057	-
Baixas em Investimento	(634.210)	-
Adições Imóveis em Comodato	-	(862.867)
Total das Atividades de Investimentos	**(2.485.336)**	**650.284**

Nota 17 - Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros de veículos em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **Nota 18 - Doações e Contribuições Recebidas:** Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 71, item VII e VIII, conforme demonstrativo:

Donativos	**2023**	**2022**
Doações de Pessoas Físicas	1.170.134	1.559.889
Doações de Pessoas Jurídicas	295.304	77.797
Donativos em Espécie	740.744	713.906
Total das Doações	**2.206.182**	**2.351.592**

Nota 19 - Imunidade Tributária: A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "c" seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. **Nota 20 - Característica da Imunidade:** A **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem** é uma entidade sem fins lucrativos, de natureza religiosa, caráter confessional, educacional, beneficente e de assistência social com atividade preponderante na área da EDUCAÇÃO. No atendimento de suas finalidades institucionais, a ASSOCIAÇÃO em sua ação de assistência social educacional, concede Gratuidades Educacionais e outras na forma da Lei, objetivando a promoção de seus usuários e destinatários, da coletividade e do bem comum. As atividades de assistência social foram realizadas de forma 100% gratuitas a seus usuários, respeitadas as condições do Estatuto do Idoso. As gratuidades de educação atenderam todos os requisitos da Lei Complementar 187/21. **Nota 21 - Requisitos para Imunidade Tributária:** A Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem, atende todos os requisitos da imunidade tributária, os quais podem ser observados em seu Estatuto Social e nos livros Diário e Razão: a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo17, parágrafo único do Estatuto Social); b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 72 do Estatuto Social); c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 78 do Estatuto Social). **Nota 22 - Imunidade Tributária:** A entidade é imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei Nº 9.532/97 e LC 187/21 e regulamentada pelo Decreto Federal 11.791/2023, nos seguintes percentuais: **Contribuições Sociais Usufruídas:** • 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais; • RAT/SAT (1%); • TERCEIROS (4,5% - Educação, 5,8%- Assistência Social); • COFINS (3%). Em 2015 foram contabilizadas em contas de resultado, e em virtude da Resolução 1.409/12 item 9B em 2016 deixaram de ser contabilizadas pois não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, não sendo mais consideradas como contas de resultado. (*texto incluído pela* ITG 2002 (R1)). Demonstramos apenas os valores apurados no exercício de 2022 e 2023.

Contribuições	**2023**	**2022**
Imunidade Usufruída Cota Patronal	11.949.837	11.966.803
Imunidade Usufruída COFINS	2.229.148	2.098.005
Total	**14.178.985**	**14.064.808**

Nota 23 - Requisitos para Manutenção da Imunidade Tributária: A **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem**, é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Imunidade Tributária determinada no art 3° da LC 187/21, cumpri os seguintes requisitos ESTATUTÁRIOS: • não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (artigo17, parágrafo único do Estatuto Social); • aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; • não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (artigo 72 do Estatuto Social); • atende o princípio da universalidade do atendimento, onde **não** direciona suas atividades exclusivamente para suas associadas; (art. 11 do Estatuto Social); tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art.89 e 90 do Estatuto Social); • consta em seu Estatuto Social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei N° 8.742/93 (LOAS) e Decreto N° 6.308/07 (art.07 do Estatuto Social); **Operacionais e Contábeis:** • possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • mantêm sua escrituração contábil regular que registra as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; • cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade. **Nota 24 - Segregação Contábil por Área de Atuação (Art. 6 da Lei Complementar 187/2021 e Decreto 11.791/2023):** A entidade apresenta sua escrituração contábil segregada por área de atuação, de modo a evidenciar seu patrimônio, as suas receitas, os custos e as despesas de cada área de atuação, conforme demonstrativo.

Nota 25 - Obrigações da Educação para Fins de CEBAS: A prestação de Serviços Educacionais desenvolvidos pela Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem são nas modalidades de: Berçário, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em atendimento ao artigo 18 da LC 187/21 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal. **Nota 26 - Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais:** Em atendimento LC 187/21 Art 20, a instituição concedeu 1 bolsa integral para cada 5 alunos pagantes. As Bolsas LC 187/21 tempo integral 100% equivalem a 1,4 (um inteiro e quatro décimos), do valor da bolsa de estudo integral, portanto, as 499 bolsas equivalem a 699 bolsas concedidas.

Educação Básica	**2023**	**2022**
Alunos Matriculados	3.436	3.650
Alunos Pagantes	2.692	2.657
Alunos Necessários (relação 1X5)	539	531
Bolsas de Estudo LC 187/21- (100%)	41	49
Bolsas de Estudo LC -187/21 - (50%)	49	45
Bolsas Integrais (convenção coletiva)	204	227
Bolsas LC 187/21 Tempo integral 100%	499	508
Alunos oriundos de Convênio Público	213	209

Nota 27 - da Concessão dos Recursos em Assistência Educacional - Educação Básica: A entidade, em conformidade com a LC 187/21 ofereceu bolsas educacionais para alunos hipossuficientes, na forma da Lei. Aos alunos matriculados da educação infantil ao 3º ano do ensino médio, foram contemplados com bolsas de 100%. A entidade não cobrou custeio do material didático. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda: • A bolsa de estudo integral 100% - foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não excedeu o valor de 1 1/2 (um e meio) salário-mínimo. • A bolsa de estudo parcial - 50% - foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não excedeu o valor de 3 (três) salários-mínimos. • A bolsa Tempo Integral 100% - foi concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não excedeu o valor de 1 1/2 (um e meio) salário--mínimo. Conforme artigo 20 da LC 187/21, para fim de CEBAS, cada bolsa de estudo integral concedida a aluno matriculado na educação básica em tempo integral equivalerá a 1,4 (um inteiro e quatro décimos) do valor da bolsa de estudo integral. **Nota 28 - Demonstrativo da Composição de Gratuidade sobre Receita Educação Básica**

Educação Básica	**2023**	**2022**
Bolsas de Estudo LC 187/21- (100%)	1.168.686	1.232.438
Bolsas de Estudo LC -187/21 - (50%)	656.243	554.906
Bolsas LC 187/21 Tempo integral 100%	7.492.166	6.500.856
Total de Bolsa de Estudo - LC 187/21	**9.317.095**	**8.288.200**
Apoio a Alunos Bolsistas Benefícios Complementares	89.526	98.250
Total de Apoio a Aluno Bolsista	**89.526**	**98.250**
Gratuidades de Assistência Social	11.773.075	12.507.287
Total de Gratuidades de Assistência Social	**11.773.075**	**12.507.287**

Nota 29 - Obrigações da Área Assistência Social para Fins de CEBAS: Conforme determinação a Lei complementar 187/2021 a Entidade procedeu o recadastramento no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A Entidade de Assistência Social já efetuou o recadastramento no Conselho Municipal de Assistência Social nas cidades de São Paulo, Jundiaí, Laranjal Paulista, Pindamonhangaba, e Campo Grande Mato Grosso do Sul, conforme determina a Resolução CNAS N° 16/2010, este procedimento é o reconhecimento público das ações realizadas pela Entidade no âmbito da Política de Assistência Social. Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade são atividades de proteção social na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto N° 6.308/07, Resolução do CNAS N° 109/09 e Resolução CNAS N° 16/10, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por elas, regulamentada. A Entidade possui vínculo à rede SUAS e para isso teve como requisitos: 1. prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação; 2. quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; 3. demonstrar potencial para integrar-se à rede socioassistencial, ofertando o mínimo de sessenta por cento da sua capacidade ao SUAS; e 4. disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social CRAS, realizado nos municípios de São Paulo, Jundiaí e Laranjal Paulista. **Nota 30 - Formalização dos Programas de Assistência Social:** A Entidade no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais formaliza para cada programa um plano com: os objetivos, origem de recursos, infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS N° 109/09 e Decreto N° 6.308/07); com público-alvo, capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do programa. **Nota 31 - Tipificação das Ações Assistenciais, Custos Envolvidos e Forma de Contabilização:** A entidade em atendimento a Resolução do CNAS n° 109/09 e Decreto n° 6.308/07 tipificou suas atividades, executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionados com o desenvolvimento (objetivos institucionais) aos usuários em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. A Entidade em atendimento a Resolução CNAS n° 16/10 e Lei complementar 187/2021 na realização de suas atividades de assistência social, demonstra os resultados qualitativos e quantitativos de cada ação social:

Serviço Assitencial	Resultado das Ações Assitenciais	Unidade	Público - Alvo	Ano	Usuarios Atendidos	Gratuidades Concedidas
Serviço de Convivência e Fortalecimento Vínculos	• **Fortalecimento da** convivência familiar, comunitária e social; • **Acolhimento das** demandas diante das necessidades dos usuários e possibilidades; • **Efetivação dos direitos** socioassistenciais e prevenção de risco e vulnerabilidade social; • **Diminuição de situações** de violação de direitos e riscos de vulnerabilidade social; • **Diminuição da evasão** escolar, da ociosidade e da exploração do trabalho infantil, bem como da drogadição; • **Ambiente** acolhedor com oferta de serviços; • **Reconhecimento das** potencialidades e ampliação do universo informacional, cultural e artístico; • **Elevação da autoestima,** descoberta de talentos e potencialidades; • Convívio em grupo; • Acesso as atividades de Lazer e Esporte.	Núcleo de Promoção e Formação São Vicente de Paulo (Laranjal Paulista-SP)	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	**2023**	442 ano	2.754.234
				2022	300 ano	3.163.344
		Núcleo de Convivência Madre Maria Hubert (Campo Grande-MS)	Crianças e adolescentes de 06 a 15 anos	**2023**	71 ano	336.242
				2022	0	40.441
		Centro Comunitário Nossa Senhora de Fatima (Jardim Gaivotas-SP)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos e 11 meses	**2023**	195 ano	1.702.932
				2022	160 ano	1.817.693
Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua	• **Redução das violações** dos direitos socioassistenciais; • **Melhora na** autopromoção, respeito e responsabilidade; • **Proteção social a** famílias e indivíduos; • Fortalecimento do convívio social e comunitário; • **Minimização de danos** por violência e abusos; • Preservação de sua identidade e história de vida; • Acesso a alimentação adequada; • **Orientação,** encaminhamentos e acompanhamentos para obtenção de documentos pessoais, consultas médicas e aquisição de medicamentos e óculos • **Exercício da Cidadania;** • Redução e prevenção de situações de isolamento social.	Centro de Conveniência São Vicente de Paulo - (Bairro Campos Elísios - SP)	Adultos em situação de rua	**2023**	650 ano	2.609.679
				2022	753 ano	2.790.130
Instituição de Longa Permanência para Idosos	• **Efetivação dos direitos** socioassistenciais; • **Redução da violação de** direitos; • **Prevenção de risco e** vulnerabilidade social; • **Aumento da autoestima** e do autocuidado; • **Acolhimento institucional** com condições de higiene, acessibilidade, habitabilidade, segurança e conforto e local de referência; • **Preservação da história** de vida preservada; • Alimentação nutricional; • **Espaço de Convivência,** com direito a espaços reservados; • **Acesso a serviços** socioassistenciais e demais serviços públicos; • **Melhora do convívio** familiar, social e comunitário; • **Vivências pautadas ao** respeito a si próprio e aos outros; • **Acesso a atividades, de** acordo com suas necessidades, interesses e possibilidades; • **Desenvolvimento das** capacidades e ampliação do universo cultural e informacional • **Desenvolvimento** do protagonismo e da autonomia; • **Melhora na qualidade de** vida; • Rompimento do Ciclo de Violência.	Lar Nossa Senhora das Graças (Jundiaí - SP)	Idosos de 60 anos ou mais	**2023**	82 ano	4.369.987
				2022	81 ano	4.695.679

Nota 32 - Demonstrativo dos Valores Aplicados em Gratuidades em Assistência Social	**2023**	**2022**
Gratuidades de Assistência Social	11.773.075	12.507.287
Total de Gratuidades de Assistencia Social	**11.773.075**	**12.507.287**

Estas notas explicativas referem-se as demonstrações contábeis findas em 31/12/2023. São Paulo, 31 dezembro de 2023.

Helena Ghiraldi - Diretora Presidenta - CPF 860.722.508-15 | **Isabel da Conceição** - Tesoureira - CPF 854.619.388-68 | **Neide do Carmo Calandrin Ferreira dos Santos** - CPF 108.146.018-04 - CRC 1SP 182.379/0-1

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores da **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstração de valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **da Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 do **Associação União Beneficente das Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegem** apresentadas para fins de comparação, foram auditadas p o r outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas em 28 de março de 2023. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2024. **SGS Auditores Independentes** - CRC 2 SP 020 277/0; **Presley José Godoy - Contador** - CRC 1 SP 185.052/0-5.

d.gr

DREAMERS GROUP PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ 45.437.257/0001-43

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sª as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023. A Cia em 2023 seu crescimento em investimentos, participando em novas companhias, aumentando o investimento em novos negócios, adptando-se a realidade econômica e mantendo a saúde financeira da Cia. A DIRETORIA agradece a todos os colaboradores, fornecedores e clientes pela parceria que resultou na performance do exercício. **Dreamers Group Participações S.A - Grupo Dreamers**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	428	546
Outras contas a receber		1.287.000	-
Impostos a recuperar		12.786	1.649
Total do Circulante		**1.300.214**	**2.194**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo		-	-
Adiantamentos		-	1
Total do realizável a longo prazo		-	1
Investimentos	4	44.996.907	44.015.297
Total do Não Circulante		**44.996.907**	**44.015.298**
Total do Ativo		**46.297.121**	**44.017.493**

Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2023**	**2022 (Não auditado)**
Circulante			
Fornecedores		149.752	-
Obrigação com acionistas		-	1.718.670
Adiantamentos		-	12.000
Total do Circulante		**149.752**	**1.730.670**
Não Circulante			
Adiantamentos		1.439.900	-
Total do Não Circulante		**1.439.900**	-
Patrimônio Líquido			
Capital social		1.146.617	1.146.617
Reserva de lucros	5	39.900.562	39.900.562
Dividendos propostos		(2.079.757)	(3.551.327)
Lucros acumulados		5.740.046,75	4.790.969
		44.707.470	**42.286.822**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**46.297.121**	**44.017.493**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Dividendos Propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-
Aporte de Capital	1.146.617	-	-	-	-	-	1.146.617
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	4.790.969	4.790.969
Outros resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-
Total de resultado abrangente, líquidos de impostos	**1.146.617**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.790.969**	**5.937.586**
Constituição da reserva legal	-	-	-	39.900.562	-	-	39.900.562
Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(3.551.327)	-	(3.551.327)
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.146.617**	**-**	**-**	**39.900.562**	**(3.551.327)**	**4.790.969**	**42.286.822**
Lucro do exercício	-			-	-	3.893.670	3.893.670
Outros resultado abrangente	--	-	-	-	-	-	-
Total de resultado abrangente, líquidos de impostos	1.146.617	-	-	39.900.562	(3.551.327)	8.684.639	46.180.492
Aumento ou diminuição de capital	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Retenção de Lucros		-	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	1.471.570	(2.944.592)	(1.473.022)
Constituição da reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.146.617**	**-**	**-**	**39.900.562**	**(2.079.757)**	**5.740.047**	**44.707.470**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nota 1: A **DREAMERS GROUP** é uma holding "pura" fundada em 24/02/2022 e conta com escritório no Rio de Janeiro-RJ. **Nota 2:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. **Nota 3:** Foram considerados como caixa ou equivalente de caixa as disponibilidades e os instrumentos financeiros altamente líquidos, sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **Nota 4: Investimentos;** Os investimentos se relevantes são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição corrigido e deduzido das depreciações e amortizações que são calculadas pelo método linear.

	2023
Controladas	44.996.907
	44.996.907

Nota 5: Capita Social: O capital social da sociedade totalmente subscrito e integralizado é composto por 2.136.611 com valor de R$ 0,54 cada, sendo 1.955.383 ações ordinárias nominativas e 181.228 preferenciais.

Demonstrações do resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

	Nota	**2023**	**2022**
Receita líquida de vendas		-	-
Custo dos produtos vendidos		(4.961)	(16.079)
Lucro bruto		**(4.961)**	**(16.079)**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com pessoal		(107.992)	-
Gerais e administrativas		(14.424)	(2.009)
Despesa com depreciação		-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		4.023.752	4.810.775
Resultado antes do resultado financeiro		**3.896.375**	**4.792.687**
Receitas financeiras		12	197
Despesas financeiras		(2.717)	(1.915)
Resultado financeiro líquido		**(2.705)**	**(1.718)**
Lucro antes do IR e Contribuição Social		**3.893.670**	**4.790.969**
IR e contribuição social correntes		-	-
IR e contribuição social diferidos		-	-
Lucro ou prejuízo do exercício	2	**3.893.670**	**4.790.969**
Resultado por ação:			
Resultado por ação - básico (em R$)		3.245	3.992
Resultado por ação - diluído (em R$)		**1.991**	**2.449**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em MR$)

Fluxo de caixa da atividade operacional	**2023**	**2022**
Lucro ou Prejuízo do exercício	3.893.670	4.790.969
Ajustes para reconciliar o lucro ou prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(4.023.752)	(4.809.057)
(Despesas) receitas operacionais		
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(393.862)	-
	(523.944)	**(18.088)**
Variação de ativos e passivos:		
(Aumento) Redução nos impostos a recuperar	(11.137)	(1.649)
(Aumento) Redução nos demais ativos circulantes	(1.287.000)	-
(Redução) Aumento em fornecedores	149.752	-
(Redução) Aumento em outras contas a pagar	(1.730.670)	1.718.670
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(3.403.000)**	**1.698.933**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Pagamento na aquisição de empresa	-	(44.015.297)
Outros	(981.609)	(362)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(981.609)**	**(44.015.659)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	12.000
Financiamento com empresas ligadas, líquido	1.439.900	-
Aumento (Redução) de capital de não controladores em controlada	-	38.753.945
Pagamento de dividendos	2.944.592	3.551.327
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**4.384.492**	**42.317.272**
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(117)	546
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	546	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	428	546
Aumento/(redução) líquido de caixa	**(117)**	**546**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LIONEL CHULAM - Diretor - CPF: 341.356.697-00
CARLOS PIERRE GOMES DE OLIVEIRA
Contabilista - CRC 095.508/O-3

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Estados e municípios receberam dinheiro dos royalties

Foram concluídas nesta segunda-feira as etapas da operacionalização da distribuição de royalties pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), relativos à produção de fevereiro de 2024, para os contratos de concessão e de cessão onerosa. Não há data estabelecida para o pagamento dos valores referentes dos royalties. Os royalties incidem sobre o valor da produção do campo e são recolhidos mensalmente pelas empresas concessionárias até o último dia do mês seguinte em que ocorreu a produção.

O valor repassado diretamente aos estados foi de R$ 799, 6 milhões, enquanto os municípios receberam R$ 970,6 milhões. Em termos de número de beneficiários, os repasses foram feitos a 964 municípios e 11 estados. Além desses entes federativos, do total apurado pela agência, há parcelas de royalties que foram destinadas à União e ao Fundo Especial, de acordo com a legislação vigente.

Distribuição de royalties

A ANP é responsável por calcular, apurar e distribuir os royalties aos entes beneficiários (União, Estados e Municípios). Os royalties são distribuídos aos beneficiários segundo diversos critérios estabelecidos na Lei nº 7.990/1989, Decreto nº 1/1991 (distribuição da parcela de 5% dos Royalties), Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998 (distribuição da parcela acima de 5% dos Royalties).

Os valores detalhados de royalties por beneficiário, incluindo os dados históricos, estão disponíveis na página Royalties (https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties). Os dados relativos ao mês corrente estão sendo consolidados e serão publicados em breve na mesma página. Com relação aos royalties dos contratos de partilha, relativos à produção de fevereiro de 2024, os recursos estarão disponíveis aos beneficiários assim que todas as etapas operacionais necessárias estiverem concluídas.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL JUNDIAÍ

CNPJ – 26.453.559/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Prezados Senhores, A diretoria da Associação Educacional Jundiaí apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 22 de abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
Circulante	**1.478.167,87**	**1.143.581,39**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**12.151,36**	**10.394,66**
Caixa		
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	12.151,36	10.394,66
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	-	-
Créditos a Receber	**1.466.016,51**	**1.133.186,73**
Mensalidades de Terceiros	488.306,77	479.465,32
Adiantamentos a Funcionários	16.885,87	10.909,87
Adiantamentos Diversos	796.692,20	641.383,60
Tributos e Encargos a Compensar	1.210,54	1.427,94
Bloqueio Judicial	162.921,13	0,00
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	**2.032.222,79**	**2.042.463,03**
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	-	-
Depósitos Diversos	-	-
Valores a Receber	-	-
Consoricios	321.023,40	328.029,40
Investimentos Temporários	1.692.668,81	1.692.668,81
Imobilizado	**18.530,58**	**21.764,82**
Bens Com Restrição		
Bens Moveis	33.841,86	33.841,86
(-) Depreciação Acumulada	(15.311,28)	(12.077,04)
TOTAL DO ATIVO	**3.510.390,66**	**3.186.044,42**

PASSIVO	2023	2022
Circulante	**9.564.863,45**	**7.959.880,74**
Fornecedores de bens e serviços	211.875,75	215.308,89
Obrigações Trabalhistas e Previd.	3.958.042,96	3.376.055,02
Obrigações Tributárias	729.708,62	430.853,98
Empréstimos e Financiamentos	226.560,18	271.543,25
Outras Contas a Pagar	4.438.675,94	3.666.119,60
Não Circulante	**3.729.260,26**	**3.538.289,56**
Empréstimos e Financiamentos	3.386.630,24	3.386.630,24
Parcelamento de Tributos	342.630,02	151.659,32
Patrimônio Social	**(9.783.733,05)**	**(8.312.125,88)**
Superávit ou Déficit Acumulado	(8.312.125,88)	(7.221.540,68)
Superávit ou Déficit do Exercicio	(1.471.607,17)	(1.090.585,20)
TOTAL DO PASSIVO	**3.510.390,66**	**3.186.044,42**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos Finais em 31.12.2021	-	**(7.221.540,68)**	**(7.221.540,68)**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		(1.090.585,20)	(1.090.585,20)
Saldos Finais em 31.12.2022	-	**(8.312.125,88)**	**(8.312.125,88)**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		(1.471.607,17)	(1.471.607,17)
Saldos Finais em 31.12.2023	-	**(9.783.733,05)**	**(9.783.733,05)**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**7.271.013,62**	**7.287.342,51**
Receitas Operacionais	5.861.019,63	6.381.642,96
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		
Outras Receitas e Outras Despesas	1.409.993,99	905.699,55
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**1.466.954,02**	**1.527.054,37**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	1.466.954,02	1.527.054,37
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**5.804.059,60**	**5.760.288,14**
RETENÇÕES	**3.234,24**	**3.684,24**
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.234,24	3.684,24
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**5.800.825,36**	**5.756.603,90**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**-**	**131,61**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	-	131,61
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**5.800.825,36**	**5.756.735,51**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**5.800.825,36**	**7.625.698,92**
Empregados	**5.691.683,24**	**5.372.863,88**
Salários e Encargos	5.691.683,24	5.372.863,88
Tributos	**312.481,65**	**130.844,30**
Federais	195.220,30	3.210,66
Municipais	117.261,35	127.633,64
Financiadores	**1.268.267,64**	**1.343.612,53**
Juros	412.916,92	565.234,32
Aluguéis	855.350,72	778.378,21
Superávit Retidos/Défict do Exercício	**(1.471.607,17)**	**778.378,21**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**7.155.738,45**	**7.159.840,48**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	**7.725.851,55**	**8.556.740,36**
Programa (Atividades) de Educação	-	-
Receitas de Serviços Prestados	5.863.005,81	6.381.642,96
Gratuidades/Bolsas	1.980.107,09	2.175.097,40
Rendimentos Financeiros	-	-
Impostos Sobre Serviços ISS	(117.261,35)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.073.400,20)**	**(3.914.610,62)**
Com Programas (Atividades)	-	-
Educação	-	-
Despesas c/ pessoal (docente)	(2.503.287,10)	(2.517.710,74)
(-) Gratuidades Concedidas	(1.980.107,09)	(2.175.097,40)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	1.409.993,99	778.197,52
RESULTADO BRUTO	**4.652.451,35**	**4.642.129,74**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(5.891.402,51)**	**(5.163.796,38)**
Salários	(2.791.663,46)	(2.604.934,19)
Encargos Sociais	(396.732,68)	(250.218,95)
Serviços Prestados - PJ	(685.734,20)	(838.388,93)
Comunicação	(159.303,32)	(28.476,74)
Aluguéis	(855.350,72)	(778.378,21)
Manutenção	(247.132,92)	(221.644,89)
Alimentação	(374.783,58)	(266.771,66)
Impostos e Taxas	(195.220,30)	(3.210,66)
Depreciação e Amortização	(3.234,24)	(3.684,24)
Outras Despesas	(182.247,09)	(168.087,91)
Resultado Financeiro	**(232.656,01)**	**(568.918,56)**
Receitas Financeiras	-	-
Despesas Financeiras	(232.656,01)	(568.918,56)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**(1.471.607,17)**	**(1.090.585,20)**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	**2023**	**2022**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(1.471.607,17)	(1.090.585,20)
Ajustes por:		
(+) Depreciação	3.234,24	3.684,24
(+) Provisão para Devedores Duvidosos	-	-
(+) Ajustes de exercícios anteriores	-	-
(+) Perda de Variação Cambial	-	-
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**(1.468.372,93)**	**(1.086.900,96)**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**(325.823,78)**	**(49.888,27)**
Resgate de Aplicações Financeiras	-	-
Mensalidades de Terceiros	(8.841,45)	57.908,79
Títulos e Créditos	7.006,00	-
Adiantamentos	(323.988,33)	14.310,63
Despesas Antecipadas	-	(217,40)
Tributos a Recuperar	-	-
Outros Valores a Receber	-	(121.890,29)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**1.840.936,48**	**1.638.931,48**
Fornecedores de bens e serviços	(3.433,14)	151.240,24
Obrigações com Empregados	581.987,94	982.298,83
Obrigações Fiscais	298.854,64	197.356,06
Outras Contas a Pagar	-	-
Mensalidades de Terceiros	-	-
Outras Obrigações a Pagar	772.556,34	156.377,03
Parcelamento de Impostos	190.970,70	151.659,32
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**46.739,77**	**502.142,25**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	**-**	**-**
Aplicações Financeiras	-	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**-**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	**-**	**-**
Empréstimos	-	-
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos	(44.983,07)	(491.861,38)
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-	-
Caixa Líq. Consumido pelas Ativ. de Financiamento	**(44.983,07)**	**(491.861,38)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.756,70**	**10.280,87**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**10.394,66**	**113,79**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**12.151,36**	**10.394,66**
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.756,70**	**10.280,87**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL JUNDIAÍ, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; b) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; c) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; d) o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício -** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. **b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo -** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c) Patrimônio Social -** Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -** O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Bancos conta movimento	12.151,36	10.394,66
	12.151,36	**10.394,66**

5. MENSALIDADES A RECEBER - 1)Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023. Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	488.306,77	479.465,32
Líquido a receber	**488.306,77**	**479.465,32**

6. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, empréstimos/financiamentos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	211.875,75	215.308,89
Obrigações trabalhistas	3.958.042,96	3.376.055,02
Obrigações fiscais	729.708,62	430.853,98
Empréstimos e Financiamentos	226.560,18	271.543,25
Outras Contas a Pagar	4.438.675,94	3.666.119,60
Adiantamentos	200.000,00	200.000,00
	9.764.863,45	**7.959.880,74**

7.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. **8.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023.** Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhado.

	2023	2022
INSS SAT	48.383,74	46.567,27
INSS PATRONAL	967.675,15	862.823,44
INSS TERCEIROS	217.726,91	197.304,99
	1.233.785,80	**1.106.695,70**

9.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	5.863.005,81	6.381.642,96
Total das assistências sociais e educacionais Educação	(1.980.107,09)	(1.127.946,60)
Percentual de Aplicação	33,77%	17,67%

10. CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTENCIA SOCIAL – CEBAS - A entidade possui a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS sob o nº 23123.001307/2011-06 deferido conforme Portaria 234 de 16 de julho de 2020 publicado no Diário Oficial da União e está em processo de renovação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.Aos Associados da:Associação Educacional Jundiaí Opinião Com Ressalva. Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Jundiaí, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Jundiaí. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**Opinião com Ressalvas** A Entidade vem apresentando contastes prejuízos desde a sua abertura. A Empresa vem fazendo negociações financeiras, realizando e obtendo empréstimos de outras entidades o que desvia do seu objetivo social estabelecido. Vale ressaltar que tais transações estão ocorrendo sem a devida documentação de suporte. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Educacional Jundiaí, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.**Ênfase** 1-A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. 2-Foi apresentado certificação de entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) emitida pelo órgão competente em 16/07/2020 com validade de três anos. A Entidade se beneficiou das quotas do INSS nos valores de R$ 1.233.785,80, em 2022 foi de R$ 1.106.695,70. Estes valores foram lançados no balaço apenas como contas de compensações. 3-A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores.Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor. A administração da Associação Educacional Jundiaí é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Jundiaí continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Jundiaí ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Jundiaí são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Jundiaí;•Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.•Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.•Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.São Paulo (SP), 22 de abril de 2024.**Francisco J. Moraes Cirino CRC - 1SP 192.297/0-8 -Responsável Técnico**

DIRETORIA

Wladmir Alfredo Pesciotto Filho
PRESIDENTE
CPF: 178.867.398-09

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

LITORÂNEA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 40.352.775/0001-40

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às determinações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(3.a)	384	83
Contas a receber de clientes	(3.b)	256	465
Créditos tributários	(3.c)	32	32
Outros créditos		11	11
		683	591
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	(3.e)	(38)	153
Depósitos, cauções e retenções	(3.d/4)	(38)	(38)
		(76)	115
Investimentos	(5)	2.000	2.000
		1.924	2.115
Total do ativo		2.607	2.706

	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		18	123
Impostos e contribuições sociais		2	10
Débitos com partes relacionadas	(3.e)	149	110
		169	243
Não circulante			
Débitos com partes relacionadas	(3.e)	169	169
		169	169
Patrimônio líquido	(6)		
Capital social		13.597	13.487
Ajuste de avaliação patrimonial		1.148	1.148
Prejuízos acumulados		(12.476)	(12.341)
		2.269	2.294
Total do passivo		2.607	2.706

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2022	13.215	1.308	(12.183)	2.340
Aumento de capital social	272	-	-	272
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(160)	-	(160)
Prejuízo do exercício	-	-	(158)	(158)
Saldos em 31/12/2022	13.487	1.148	(12.341)	2.294
Aumento de capital social	110	-	-	110
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(135)	(135)
Saldos em 31/12/2023	13.597	1.148	(12.476)	2.269

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	31.12.2023	31.12.2022
Receita bruta	-	730
Impostos e contribuições	-	(67)
Receita líquida	-	663
Custo bruto	-	-
Resultado bruto	-	663
Receitas (despesas) operacionais	(135)	(821)
Gerais e administrativas	(137)	(822)
Financeiras, líquidas	2	1
Prejuízo no exercício	(135)	(158)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício	(135)	(158)
Variações nos ativos e passivos	326	700
Créditos tributários	-	-
Créditos com partes relacionadas	191	(179)
Outros ativos	209	1.464
Fornecedores	(105)	8
Impostos e contribuições sociais	(8)	1
Débitos com partes relacionadas	39	(594)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	191	542
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital social	110	865
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(805)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	110	60
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	301	602
Demonstração do redução no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	56	9
No fim do exercício	384	56
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	328	47

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a construção de imóveis, a execução de obras de engenharia, bem como a realização de loteamentos e os negócios de incorporação imobiliária. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2023 e 2022, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15/04/2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023. **3 – Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. **b. Contas a receber de clientes:** A Companhia, no exercício findo em 31/12/2023, avaliou não haver necessidade de registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A referida provisão é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. **c. Créditos tributários:** Os saldos de créditos tributários referem-se basicamente a impostos federais e serão utilizados em compensações de débitos tributários federais da Companhia nos seus vencimentos. **d. Depósito judiciais, cauções e retenções:** A Companhia é parte envolvida em processos, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As previsões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus consultores legais com baixo risco de perdas, para as quais não há provisão constituída. **e. Créditos e Débitos com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações. **f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante):** Registrados pelos seus valores de custo ou de realização, incluindo ganhos ou perdas, quando aplicável. **g. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "Impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nas demonstrações financeiras de 2023 e 2022 não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

4 - Investimentos:	**2023**	**2022**
Propriedades para Investimento	2.000	2.000
	2.000	2.000

5 – Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2023, subscrito e integralizado, é de R$ 13.596.731,07 (R$ 13.486.742,79 em 31/12/2022), dividido em 53.609 ações (51.155 em 31/12/2022) ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da companhia referem-se à variação do valor contábil dos seus investimentos substancialmente inferior ao valor justo em seus saldos iniciais. A administração considera que os valores de mercado refletem a liquidez e a capacidade de geração de seus bens. **6 – Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31/12/2023 e 2022, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **7 – Eventos subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Diretoria: Genilson Silva Melo; Silvia Côrtes de Lacerda Ribeiro
Contador: Marco Adriano Rizo de Farias - CRC RJ 110497/O-9

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Atletas brasileiros falando francês nas Olimpíadas

Pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos, uma delegação brasileira está se preparando linguisticamente no idioma do país anfitrião. Em uma parceria inédita entre a Aliança Francesa e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), foi desenvolvido um curso de francês exclusivamente voltado para atletas, membros da delegação brasileira e todos os interessados em aprender o idioma, visando facilitar a comunicação na língua francesa.

Além de beneficiar os atletas, o projeto também tem um caráter inclusivo e educacional. Com o objetivo de impactar 2.000 pessoas das escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro, incluindo alunos e professores, a iniciativa resulta de um acordo entre a Aliança Francesa e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A mecânica é simples: o mesmo curso que o Time Brasil estará recebendo, ficará disponível para comercialização, através da aliancafrancesaonline.com.br. A cada curso vendido, um aluno ou professor da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro receberá uma bolsa integralmente gratuita da Aliança com duração de 1 ano.

A parceria faz com que, 100 anos após os últimos Jogos em Paris, a delegação brasileira retorne à França preparada para agradecer por suas conquistas no idioma dos moradores locais, demonstrando, mais uma vez, toda capacidade diplomática e simpatia que tanto representam o povo brasileiro.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ARGUMENTO

CNPJ – 10.436.872/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Prezados Senhores, A diretoria da **Associação Educacional Argumento** apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 19 de abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
Circulante	**4.147.781,64**	**3.877.843,94**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.546.410,17**	**1.613.038,81**
Caixa	65.399,26	9.669,46
Banco C/Movimento		
Recursos sem Restrição	5.201,98	3.642,45
Aplicações Financeiras		
Recursos sem Restrição	1.475.808,93	1.599.726,90
Créditos a Receber	**2.601.371,47**	**2.264.805,13**
Mensalidades de Terceiros	2.591.864,58	1.942.044,71
Tributos a Recuperar	5.760,42	5.760,42
Adiantamentos	3.746,47	317.000,00
Não Circulante	**383.350,54**	**306.574,51**
Realizável a Longo Prazo	-	-
Imobilizado	383.350,54	306.574,51
Bens sem Restrição	903.261,49	723.777,54
(-) Depreciação Acumulada	(519.910,95)	(417.203,03)
TOTAL DO ATIVO	**4.531.132,18**	**4.184.418,45**

PASSIVO	2023	2022
Circulante	**1.325.054,97**	**1.176.309,25**
Fornecedores de bens e serviços	65.363,34	58.644,21
Obrigações com Pessoal	499.295,20	435.546,29
Encargos com Pessoal	690.000,36	663.352,92
Obrigações Tribubárias	22.049,68	18.765,83
Outras Obrigações	48.346,39	-
Empréstimos	-	-
Patrimônio Social	**3.206.077,21**	**3.008.109,20**
Superávit ou Déficit Acumulado	3.008.109,20	2.835.811,86
Superávit ou Déficit do Exercicio	197.968,01	172.297,34
TOTAL DO PASSIVO	**4.531.132,18**	**4.184.418,45**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patri mônio
Saldos Finais em 31.12.2021	-	**2.835.811,86**	**2.835.811,86**
Movimentação do Período			
Deficit/Superativ do Periodo		172.297,34	172.297,34
Saldos Finais em 31.12.2022	-	**3.008.109,20**	**3.008.109,20**
Movimentação do Período			
Deficit/Superativ do Periodo		197.968,01	197.968,01
Saldos Finais em 31.12.2023	-	**3.206.077,21**	**3.206.077,21**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**16.060.095,84**	**14.913.216,42**
Receitas Operacionais	16.060.095,84	14.913.216,42
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa		
Outras Receitas e Outras Despesas		
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**4.744.966,58**	**4.620.870,57**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	4.744.966,58	4.620.870,57
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**11.315.129,26**	**10.292.345,85**
RETENÇÕES	**102.707,92**	**97.107,52**
Depreciação, Amortização e Exaustão	102.707,92	97.107,52
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**11.212.421,34**	**10.195.238,33**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**101.856,48**	**168.214,56**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	101.176,63	168.214,56
Outras Receitas	679,85	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**11.314.277,82**	**10.363.452,89**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**11.314.277,82**	**10.363.452,89**
Pessoal e Encargos	9.698.662,13	8.916.023,16
Despesas com Pessoal	8.932.694,94	8.916.023,16
Encargos Sociais	765.967,19	
Remuneração de capitais de terceiros	1.278.162,57	1.142.470,63
Juros	-	-
Aluguéis	1.237.897,85	1.119.333,49
Outros	40.264,72	23.137,14
Impostos, taxas e contribuições	139.485,11	132.661,76
Impostos, taxas e contribuições	139.485,11	132.661,76
Remunetação do Capital Próprio	-	-
Juros e aluguéis		
Juros sobre capital próprio e dividendos		
Superavit/Déficit do Exercício	197.968,01	172.297,34

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**16.161.952,32**	**15.081.430,98**
RECEITAS OPERACIONAIS	-	-
Sem Restrição	**21.283.900,54**	**24.035.136,08**
Programa (Atividades) de Educação	-	-
Receitas de Serviços Prestados	16.060.095,84	14.913.216,42
Gratuidades/Bolsas	5.223.804,70	9.121.919,66
Rendimentos Financeiros	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(12.191.336,15)**	**(14.760.714,94)**
Com Programas (Atividades)	-	-
Educação	-	-
Despesas c/ pessoal (docente)	(6.967.531,45)	(5.642.002,24)
(-) Gratuidades Concedidas	(5.223.804,70)	(9.121.919,66)
Outras Receitas Operacionais	-	3.206,96
RESULTADO BRUTO	**9.194.420,87**	**9.274.421,14**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(9.058.044,62)**	**(9.243.994,26)**
Salários	(2.498.809,43)	(3.061.510,29)
Encargos Sociais	(232.321,25)	(212.510,63)
Serviços Prestados - PJ	(961.552,62)	(824.120,28)
Depreciação e Amortização	(102.707,92)	(97.107,52)
Comunicação	(230.934,62)	(57.378,98)
Aluguéis	(1.237.897,85)	(1.119.333,49)
Manutenção	(424.758,85)	(383.587,07)
Materiais Didaticos	(961.034,40)	(1.117.466,57)
Cessão de Direitos	(1.162.743,21)	(1.636.004,01)
Impostos e Taxas	(139.485,11)	(132.661,76)
Outras Despesas	(1.105.799,36)	(602.313,66)
Outras despesas/receitas operacionais	-	-
Resultado Financeiro	**61.591,76**	**141.870,46**
Receitas Financeiras	101.856,48	165.007,60
Despesas Financeiras	(40.264,72)	(23.137,14)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**197.968,01**	**172.297,34**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	**197.968,01**	**172.297,34**
Ajustes por:		
(+) Depreciação	102.707,92	70.628,93
(+) Provisão para Devedores Duvidosos	-	-
(+) Ajustes de exercícios anteriores	-	-
(+) Perda de Variação Cambial	-	-
(-) Ganho na Venda de Bens do Imobilizado		
Superávit (Déficit) Ajustado	300.675,93	242.926,27
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**(336.566,34)**	**(703.478,98)**
Mensalidades de Terceiros	(649.819,87)	(386.478,98)
Demais Contas a Receber	-	-
Títulos e Créditos	-	-
Fornecedores de bens e serviços	-	-
Despesas Antecipadas	-	-
Tributos a Recuperar	-	-
Despesas Antecipadas	-	-
Outros Valores a Receber	313.253,53	(317.000,00)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**148.745,72**	**109.567,71**
Fornecedores de bens e serviços	6.719,13	34.107,02
Obrigações com Empregados	90.396,35	119.875,12
Provisões de Férias e Encargos	-	-
Obrigações Fiscais	3.283,85	7.273,64
Outras Contas a Pagar	48.346,39	
Mensalidades de Terceiros		
Emprestimos a Terceiros	-	(51.688,07)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**112.855,31**	**(350.985,00)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações Financeiras		
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(179.483,95)	(111.413,55)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	**(179.483,95)**	**(111.413,55)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos		
Outros Recebimentos por Financiamentos		
Pagamentos de Empréstimos		
Pagamentos de Arrendamento Mercantil		
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Financ.	-	-
Aumento Líquido de Caixa e Equiv. de Caixa	**(66.628,64)**	**(462.398,55)**
Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Período	**1.613.038,81**	**2.075.437,36**
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período	**1.546.410,17**	**1.613.038,81**
AUMENTO/DIMINUIÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(66.628,64)**	**(462.398,55)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ARGUMENTO, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; b) a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; c) o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; d) o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - **a) Apuração do superávit/déficit do exercício** Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo - Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. c) Patrimônio Social - Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. d) Empréstimos - Empréstimos obtidos para manutenção do capital de giro, junto a Served Serviços Educacionais Ltda, prestadora de serviços do colégio. Quitado em 2023. 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Caixas	65.399,26	9.669,46
Bancos conta movimento	5.201,98	3.642,45
Aplicações financeiras	1.475.808,93	1.599.726,90
	1.546.410,17	1.613.038,81

5. MENSALIDADES A RECEBER - 1) Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023. Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	2.591.864,58	1.942.044,71
Líquido a receber	**2.591.864,58**	**1.942.044,71**

6. ADIANTAMENTOS - São compostos por valores adiantado a fornecedores de bens e serviço

	2.023	2.022
Adiantamento a Fornecedores	3.746,47	317.000,00
Total	3.746,47	317.000,00

7. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, trabalhistas, impostos, empréstimos/financiamentos, contribuições sociais clientes que está assim demonstrado:

	2.023	2.022
Fornecedores	65.363,34	58.644,21
Obrigações Trabalhistas	1.189.295,56	1.098.899,21
Obrigações Tributárias	22.049,68	18.765,83
Outras Obrigações	48.346,39	0,00
Total	1.325.054,97	1.176.309,25

7.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. 8.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2023 E 2022. - Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhado.

	2023	2.022
INSS SAT	81.870,42	71.087,54
INSS PATRONAL	1.637.408,25	1.421.750,89
INSS TERCEIROS	368.416,86	319.863,95
	2.087.695,53	1.812.702,38

9.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2022	2022
Total das receitas	16.060.095,84	14.913.216,42
Total das assistências sociais e educacionais	(5.223.804,70)	(4.316.027,27)
Percentual de Aplicação	32,52%	28,94%

10. CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTENCIA SOCIAL - CEBAS - A entidade possui a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS sob o nº 23123.001307/2011-06 deferido conforme Portaria 828 de 28 de novembro de 2018 publicado no Diário Oficial da União e está em processo de renovação em analise junto ao CEBAS/MEC.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: Associação Educacional Argumento Opinião Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Argumento, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Argumento, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Educacional Argumento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatórios do sistema de informática. - Ativo Imobilizado – NBC-TG 27 – Não foram feitas Avaliações do Ativo imobilizado em cumprimento as normas e boas práticas Contábeis. - A Entidade apresentou certificação de entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) emitida pelo órgão competente em dez de 2018 com validade de três anos. Sendo que foi solicitado a renovação e ainda está em análise. A entidade se beneficiou da imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS no valor de R$ 2.087.695,53em 2022 foi de R$ 1.812.702,38, Sendo que esses valores foram lançados no balanço apenas como contas de compensações. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor** A administração da Associação Educacional Argumento é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimentos obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Argumento continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Argumento ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Argumento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. •Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Argumento; • Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pelo governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 19 de abril de 2024.Francisco J. Moraes Cirino - CRC - 1SP 192.297/0-8 - Responsável Técnico

DIRETORIA

Ciro Braga - PRESIDENTE
CPF: 320.860.248-00

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Arrecadação dos seguros de pessoa cresce 17,8% no 1º bimestre

Nos dois primeiros meses de 2024 foram arrecadados R$ 11,2 bilhões em prêmios, aponta o relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), com base nos dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep). O resultado representa o crescimento de 17,8%, quando comparado ao mesmo bimestre de 2023, informou a Fenaprevi nesta segunda-feira.

O montante dos prêmios por ramo mostra que 47% correspondem aos seguros de Vida (modalidades Individuais e Coletivo), seguidos por 28% em seguro Prestamista e de 13% em Acidentes Pessoais.

Ainda na análise por produto, os seguros com o maior crescimento foram o Funeral (38,5%), Vida Individual (32,6%) e Acidentes Pessoais (26,1%), na mesma base de comparação. No acumulado dos últimos 12 meses (terminados em fevereiro de 2024) foram arrecadados R$ 65,2 bilhões, com variação de 8,6% no mesmo intervalo de 2023.

O relatório da Fenaprevi também destaca que foram transferidos R$ 2,4 bilhões em benefícios à população segurada (sinistros pagos), alta de 4,4% em relação ao mesmo bimestre do ano passado. Desse montante, 55% foram em seguros de Vida, 17% Prestamista e 12% em Acidentes Pessoais.

Pagamento de sinistros

As coberturas com os maiores crescimentos no pagamento de sinistros na comparação bimestral com o ano passado foram o Educacional, seguido pelo Funeral e o Vida Individual, com resultado respectivamente 477%, 19,4% e 19% superior. Já nos últimos 12 meses, o setor pagou aos segurados R$ 15,2 bilhões em benefícios, expansão de 5,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

3021 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 12.139.983/0001-20

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às determinações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(3.a)	58	96
Créditos Tributários		29	28
		87	124
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	(3.b)	198	198
		198	198
Investimentos	(3.c/4)	28.894	26.291
		29.092	26.489
Total do ativo		29.179	26.613
Passivo	**Notas**	**2023**	**2022**
Circulante			
Fornecedores		2	2
Débitos com partes relacionadas	(3.b)	4	4
Obrigações Tributárias		6	9
		12	15
Patrimônio líquido	(5)		
Capital social		19.999	19.999
Reservas de lucros		9.168	6.599
Prejuízos acumulados		-	-
		29.167	26.598
Total do passivo		29.179	26.613

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como acionista e/ou quotista. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2023 e 2022, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **3 - Resumo das principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. **b. Créditos e Débitos com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações. **c. Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia, no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das coligadas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As demonstrações financeiras das sociedades coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **4 - Investimentos**

Empresas	Participações	2023	2022
LQ292 Empreendimento Imobiliário Ltda.	90,00%	2.211	2325
PL 61 Empreendimento Imobiliário Ltda.	70,00%	743	1.070
Alba Empreendimento Imobiliário Ltda.	90,00%	249	407
Oceânico Res. Empreend. Imobiliario Ltda.	90,00%	2.936	4.147
Praia Linda Res. Empreend. Imobiliario Ltda.	90,00%	22.755	18.341
		28.894	26.290

5 - Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, subscrito e integralizado, é de R$ 19.999.192,01 (R$ 19.999.192,01 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 20.005.167 ações (20.005.167 em 31 de dezembro de 2022) ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **6 - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **7 - Eventos subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(5)	(11)
Financeiras, líquidas		1	36
Resultado de equivalência patrimonial	(3.c/4)	7.195	4.263
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		7.191	4.288
Imposto de renda e contribuição social		-	(8)
Lucro do exercício		7.191	4.280

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Investimento	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022	19.999	592	11.252	-	31.843
Aumento de capital social		-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	4.280	4.280
Destinação do resultado do exercicio:					
Reserva legal	-	214	(9.525)	(214)	(9.525)
Reserva para investimento	-	-	4.066	(4.066)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	19.999	806	5.793	-	26.598
Aumento de capital social	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	7.191	7.191
Destinação do resultado do exercicio:					
Reserva legal	-	360	-	(360)	-
Dividendos distribuidos			(4.622)		(4.622)
Reserva para investimento	-	6.831	-	(6.831)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	19.999	7.997	1.171	-	29.167

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro do exercício	7.191	4.280
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:	(7.195)	(4.263)
Equivalência patrimonial	(7.195)	(4.263)
Variações nos ativos e passivos operacionais	(4)	(6.012)
Fornecedores	-	2
Créditos com partes relacionadas	(1)	(28)
Débitos com partes relacionadas	-	(5.981)
Obrigações Tributárias	(3)	(5)
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	(8)	(5.995)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Investimentos	4.592	9.539
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimentos	4.592	9.539
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital social	-	-
Dividendos distribuidos	(4.622)	(9.525)
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	(4.622)	(9.525)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(38)	(5.981)
Demonstração da redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	96	6.077
No fim do exercício	58	96
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	(38)	(5.981)

Diretoria
João Pedro Backheuser; Eduardo Backheuser

Contador
Marco Adriano Rizo de Farias
CRC RJ 110497/O-9

Como potencializar o uso do WhatsApp

Dicas de buscas para empresas

Não é novidade que o WhatsApp impulsiona grande parte da vida social brasileira. A plataforma também é o principal canal de comunicação para 86% das empresas. Pesquisa recente mostrou que o WhatsApp Business pode acelerar o atendimento em até 225% e aumentar as vendas em até 27%. Os clientes também o preferem, com 75% dos entrevistados dizendo que gostariam de se comunicar com as marcas da mesma forma que conversam com amigos e familiares, por meio de mensagens de texto e voz.

No entanto, como o WhatsApp está sempre oferecendo diversos novos recursos que vão além de apenas 'dar oi' aos seus clientes, os especialistas em comércio conversacional da Gupshup decidiram compartilhar cinco conselhos para empresas que buscam ir além e transformar ainda mais conversa em conversão, potencializando sua oferta no WhatsApp.

Anúncios Clique

A Taxa de Cliques (CTR) para anúncios convencionais geralmente fica em torno de 0,5-2%. E disso, estima-se que cerca de 9-12% dos leads se convertam na página de destino. Mas e se você pudesse capturar 70% dos leads que clicam no seu anúncio?

Ao usar o recurso de Anúncios Clique para o WhatsApp para capturar leads diretamente de seus próprios anúncios, você pode aumentar significativamente as chances de conversão para valores na casa de dois dígitos altos.

Este novo recurso permite que você guie os usuários de um anúncio para uma conversa no WhatsApp apenas clicando em um link. Isso não apenas faz com que seus clientes interajam com seu negócio em um ambiente familiar de maneira amigável e conversacional, mas também dá à sua empresa a chance de recomendar seus produtos e serviços de forma mais pessoal e interativa, enquanto conhece informações-chave sobre seu público-alvo.

Envolvimento personalizado

Você iniciou a conversa com o cliente, agora quer levar isso à conversão. O WhatsApp Flows é um novo tipo de UX (experiência do usuário) que ajuda as marcas a projetarem experiências ricas e personalizadas no aplicativo. Não apenas você pode interagir com seus clientes de maneira personalizada e conversacional, mas o WhatsApp Flows permite oferecer experiências únicas e relevantes que podem resolver suas consultas e solicitações muito mais rapidamente, aumentando as conversões em até 2,9 vezes!

Com essa nova tecnologia, as marcas podem construir formulários escaláveis e personalizáveis para diversas funções, como atendimento ao cliente e feedback, agendamento de consultas, oferta de cotações, renovações de assinaturas e muito mais! Isso não apenas aumenta as conversões, mas também a retenção de clientes, pois os usuários se encontram rapidamente interagindo com as marcas em um padrão estruturado, assim como em um aplicativo, mas dentro do simples fluxo de uma conversa no WhatsApp.

Reengajar efetivamente

Além de ser uma ótima ferramenta para apresentar sua empresa a novos clientes, o WhatsApp é a plataforma perfeita para abordar clientes existentes, clientes ocasionais ou talvez aqueles que pareciam prestes a comprar algo, mas por qualquer motivo não concluíram a transação. Com sua taxa de abertura de mensagens de 98%, o WhatsApp é uma opção muito menos complicada do que um e-mail de acompanhamento e, ainda assim, é menos intrusivo do que uma ligação telefônica ou até mesmo SMS. Devido à sua natureza conversacional, uma simples mensagem enviada via WhatsApp manterá muito mais potenciais clientes interessados e responsivos.

Além disso, o 'Clique para WhatsApp' também é uma maneira testada e comprovada de aumentar o reengajamento. Adicionar uma opção de Clique para WhatsApp como parte de uma mensagem personalizada para clientes que deixaram itens em carrinhos de compras abandonados pode ajudá-los a retornar a sua jornada de compra com rapidez e facilidade, enquanto as empresas podem usar anúncios de Clique para WhatsApp combinados com ofertas personalizadas, descontos exclusivos ou promoções por tempo limitado para usuários que mostraram interesse em seus produtos ou serviços. E, quando se trata de retenção de clientes, as marcas podem enviar atualizações de pedidos, suporte pós-compra e reunir feedback por meio de conversas no WhatsApp, promovendo a fidelidade e os negócios repetidos.

Opções de compra

Aproveitar as capacidades do WhatsApp para permitir compras no aplicativo e transações de ponta a ponta. Use o catálogo para permitir que os clientes explorem produtos e concluam compras de forma transparente sem sair do aplicativo.

Agora também pode enviar catálogos de produtos diretamente para os clientes, com imagens em miniatura, texto e botões, simplificando e personalizando ainda mais o processo de compra.

Recursos de autenticação

Fraude é um grande problema no Brasil. 71% dos compradores já foram vítimas de algum tipo de fraude online e 78% deles já abandonaram um carrinho, alegando problemas com segurança como o principal motivo. O WhatsApp possui alguns recursos ultra-seguros incorporados para garantir segurança em cada etapa da conversa. No entanto, sempre há novos recursos com os quais as empresas devem estar atualizadas para oferecer aos clientes a experiência mais segura e compatível possível. Dois ótimos novos recursos que garantem segurança contínua são a capacidade de enviar OTPs (One Time Passwords) via WhatsApp para autenticação de dois fatores e um botão de 'copiar código' para quando enviar um código de segurança como parte deste processo, ou até mesmo apenas um cupom de desconto, que pode ser copiado e colado em uma etapa posterior com o toque de um botão. Ao usar esses novos recursos de segurança, você não apenas oferece aos seus clientes tranquilidade, mas também mantém sua reputação de marca como uma empresa na vanguarda da inovação, segurança e confiabilidade.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL HENRIQUE I

CNPJ. 29.329.055/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Prezados Senhores,A diretoria da **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL HENRIQUE I**, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.São Paulo, 26 de abril de 2024. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
Circulante	**2.937.671,62**	**2.128.286,13**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.168.272,95**	**414.157,37**
Caixa	205.934,50	111.298,89
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	20,00	11.514,96
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição	962.318,45	291.343,52
Créditos a Receber	**1.769.398,67**	**1.714.128,76**
Mensalidades de Terceiros	902.618,21	201.972,12
Adiantamentos a Terceiros	858.625,30	1.504.001,48
Impostos a Recuperar	8.155,16	8.155,16
Consorcio	-	-
Não Circulante	**3.469.396,99**	**2.631.871,21**
Realizável a Longo Prazo	3.350.966,82	2.594.385,61
Adiantamento Colegio Henrique I	3.350.966,82	2.594.385,61
Imobilizado	**118.430,17**	**37.485,60**
Bens sem restrição	132.129,08	43.367,27
(-) Depreciação Ac.	(13.698,91)	(5.881,67)
TOTAL DO ATIVO	**6.407.068,61**	**4.760.157,34**

PASSIVO	2023	2022
Circulante	**4.790.273,77**	**2.747.127,04**
Fornecedores de bens e serviços	94.830,66	91.679,90
Salários e Ordenados a Pagar	**212.591,51**	**211.476,37**
Obrigações com Empregados	300.965,30	335.871,83
Obrigações Tributárias	17.289,10	17.009,47
Impostos Retidos s/ Serviços	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	4.164.597,20	2.091.089,47
Não Circulante	**122.302,48**	**142.475,59**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	67.858,15	67.858,15
Obrigações Tributárias Parcelamentos	54.444,33	74.617,44
Patrimônio Social	**1.494.492,36**	**1.870.554,71**
Superávit ou Déficit Acumulado	1.870.554,71	2.152.546,53
Superávit ou Déficit do Exercicio	(376.062,35)	(281.991,82)
TOTAL DO PASSIVO	**6.407.068,61**	**4.760.157,34**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos Finais em 31.12.2021	**2.152.546,53**	**2.152.546,53**
Movimentação do Período		
Superávit/Déficit do Período	(281.991,82)	(281.991,82)
Ajustes de exercicios anteriores		
Saldos Finais em 31.12.2022	**1.870.554,71**	**1.870.554,71**
Movimentação do Período		
Superávit/Déficit do Período	(376.062,35)	(376.062,35)
Ajustes de exercicios anteriores		
Saldos Finais em 31.12.2023	**1.494.492,36**	**1.494.492,36**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
RECEITAS	**8.610.029,48**	**7.092.842,05**
Receitas Operacionais	8.610.029,48	7.092.842,05
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outras Receitas e Outras Despesas	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**2.971.742,49**	**2.280.325,19**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	2.971.742,49	2.280.325,19
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**5.638.286,99**	**4.812.516,86**
RETENÇÕES	**7.817,24**	**4.550,70**
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.817,24	4.550,70
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**5.630.469,75**	**4.807.966,16**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**96.871,95**	**203.816,20**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	1.170,82	5.961,86
Outras Receitas	95.701,13	197.854,34
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**5.727.341,70**	**5.011.782,36**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**5.727.341,70**	**5.011.782,36**
Pessoal e Encargos	**4.653.910,05**	**4.167.368,66**
Despesas com Pessoal	4.314.783,04	3.877.860,26
Encargos Sociais	339.127,01	289.508,40
Remuneração de capitais de terceiros	**1.266.545,32**	**1.014.635,94**
Juros	-	-
Aluguéis	1.087.219,56	862.376,42
Outros	179.325,76	152.259,52
Impostos, taxas e contribuições	**182.948,68**	**111.769,58**
Impostos, taxas e contribuições	182.948,68	111.769,58
Remunetação do Capital Próprio	-	-
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**(376.062,35)**	**(281.991,82)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**8.706.901,43**	**7.202.989,76**
RECEITAS OPERACIONAIS		
Sem Restrição	10.538.953,12	10.919.476,55
Programa (Atividades) de Educação	-	-
Receitas de Serviços Prestados	8.610.029,48	7.092.842,05
Gratuidades/Bolsas	1.928.923,64	3.826.634,50
Rendimentos Financeiros	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.872.163,42)**	**(6.322.814,31)**
Com Programas (Atividades)	-	-
Educação	-	-
Despesas c/ pessoal (docente)	(2.944.410,60)	(2.496.179,81)
(-) Gratuidades Concedidas	(1.928.923,64)	(3.826.634,50)
Outras Receitas Operacionais	1.170,82	-
RESULTADO BRUTO	**5.666.789,70**	**4.596.662,24**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(5.959.227,42)**	**(4.930.210,74)**
Salários	(1.582.383,11)	(1.529.425,88)
Encargos Sociais	(127.116,34)	(141.762,97)
Serviços Prestados - PJ	(859.759,92)	(872.391,77)
Comunicação	(158.827,61)	(12.446,71)
Aluguéis	(1.087.219,56)	(862.376,42)
Manutenção de Imoveis	(301.543,73)	(122.891,22)
Materiais Didaticos	(1.279.152,49)	(688.200,67)
Impostos e Taxas	(182.948,68)	(111.769,58)
Depreciação e Amortização	(7.817,24)	(4.550,70)
Outras Despesas	(372.458,74)	(584.394,82)
Outras despesas/receitas operacionais	-	-
Resultado Financeiro	**(83.624,63)**	**51.556,68**
Receitas Financeiras	95.701,13	110.147,71
Despesas Financeiras	(179.325,76)	(58.591,03)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**(376.062,35)**	**(281.991,82)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
SUPERÁVIT/DEFICIT LIQUIDO DO EXERCICIO	**(376.062,35)**	**(281.991,82)**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERIODO	**(376.062,35)**	**(281.991,82)**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(376.062,35)	(281.991,82)
Ajustes por:		
(+) Depreciação	7.817,24	4.550,70
(+) Amortização	-	-
(+) PCLD	-	-
(-) Ajuste de Exercicios anteriores	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	**(368.245,11)**	**(277.441,12)**
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	**(811.851,12)**	**(1.015.364,44)**
Mensalidades de Terceiros	(700.646,09)	15.902,72
Adiantamentos a Empregados	-	10.387,21
Adiantamentos a Fornecedores	-	2.950,00
Titulos e Creditos	-	21.439,79
Tributos a Recuperar		
Outros Creditos	645.376,18	
Emprestimos a Receber	(756.581,21)	(1.066.044,16)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	**2.022.973,62**	**1.695.268,57**
Fornecedores de bens e serviços	3.150,76	83.711,82
Obrigações com Empregados	(33.791,39)	101.588,73
Obrigações Tributárias	(20.352,00)	141.336,00
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	(34.394,39)	170.075,50
Adiantamento de Clientes	1.756.332,28	1.573.516,73
Outras Obrigações a Pagar	352.028,36	(374.960,21)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**842.877,39**	**402.463,01**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(88.761,81)	(8.186,98)
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Investimento	**(88.761,81)**	**(8.186,98)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos	-	-
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	-
Pagamentos de Empréstimos	-	-
Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Financiamento	-	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**754.115,58**	**394.276,03**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**414.157,37**	**19.881,34**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**1.168.272,95**	**414.157,37**
Saldo Final	**754.115,58**	**394.276,03**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL HENRIQUE I, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) Organizar, manter e desenvolver a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e do ensino no Brasil; c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) Realizar ou participar de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidade educacionais, culturais e sociais. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do superávit/déficit do exercício - Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos Patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo. Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. c) Patrimônio Social - Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Caixa	205.934,50	111.298,89
Bancos conta movimento	20,00	11.514,96
Aplicações financeiras	962.318,45	291.343,52
	1.168.272,95	**414.157,37**

5. MENSALIDADES A RECEBER - 1) Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2022. Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	902.618,21	201.972,12
Líquido a receber	**902.618,21**	**201.972,12**

6. Empréstimo / Conta corrente - São compostos por valores de adiantamento a empresas que serão quitadas em 2023.

	2023	2022
Colégio Henrique I	93.928,26	800.226,23
Assoc Henrique I Filial	639.091,97	287.063,61
Colégio São Lucas	125.605,07	416.711,64
	858.625,30	**1.504.001,48**

7. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	94.830,66	91.679,90
Obrigações trabalhistas	513.556,81	547.348,20
Obrigações fiscais	17.289,10	17.009,47
Outras Obrigações	699.067,08	347.038,72
	1.324.743,65	**1.003.076,29**

8. EMPRESTIMO E FINANCIAMENTO - São compostos por Empréstimos bancários, (Capital de giro) que foram parcelados e que serão quitados até o final do exercício seguinte e estão assim demonstrados:

	2023	2022
Empréstimos Bancários	135.681,11	170.075,50
	135.681,11	**170.075,50**

9.PASSIVO NÃO CIRCULANTE – EMPRESTIMO/PARCELAMENTO LONGO PRAZO - São compostos por Empréstimos bancários, (Capital de giro) que foram parcelados e parcelamentos que serão quitados até o final dos exercícios seguintes e estão assim demonstrados:

	2023	2022
Empréstimos Bancários	67.858,15	67.858,15
Parcelamentos	54.444,33	74.617,44
	122.302,48	**142.475,59**

10.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. 11.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2022. - Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2022 se encontra assim detalhado.

	2023	2022
INSS SAT	38.284,95	35.635,61
INSS PATRONAL	765.699,12	712.714,38
INSS TERCEIROS	172.282,29	160.360,63
	976.266,36	**908.710,62**

12.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	8.610.029,48	7.092.842,05
Bolsas de estudos a alunos		
Total das assistências sociais e educacionais	(1.532.649,76)	(3.445.974,62)
Percentual de Aplicação	17,80%	48,58%

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: ASSOCIACAO EDUCACIONAL HENRIQUE I Opinião Com Ressalva - Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Henrique I, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Henrique I. Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião com Ressalvas A Empresa vem fazendo negociações financeiras, fazendo e pegando empréstimos, a outras entidades, fugindo assim do seu objetivo social. Sendo que estas transações não possuem nenhum documento de suporte. Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Educacional Henrique I, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase 1 - A Associação não efetuou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado, conforme determina o item 17.14 da NBC TG 1001 – Seção de Ativo Imobilizado. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados. 2 - A Entidade deu entrada no pedido de alvará de entidade filantrópica em janeiro de 2021, e se beneficiou do INSS patronal no montante de R$ 976.266,36 em 2022 foi de R$ 908.710,62. Sendo que esses valores foram lançados no balanço como contas de compensações. 3 - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor A administração da Associação Educacional Henrique I é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nossos conhecimentos obtidos na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Henrique I continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Henrique I ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Henrique I são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Henrique I; Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), 25 de abril de 2024. **Francisco J. Moraes Cirino - CRC - 1SP 192.297/0-8 Responsável Técnico**

DIRETORIA

Paulo Henrique Rogel
PRESIDENTE - CPF: 129.340.408-01

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Planos de saúde coletivos terão aumento significativo

Os planos de saúde coletivos terão reajuste de dois dígitos pelo terceiro ano consecutivo, conforme o mais recente relatório da XP. Entre dezembro e fevereiro, o aumento estimado desses produtos foi de 15%. O acréscimo vem reafirmar a crise financeira do setor, enfatizada especialmente nos anos pós-pandemia.

Em 2023, a alta média nos preços de planos coletivos foi de 14,38%, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O que acarretou nessa precificação, como explicou a XP, reside no montante que a escalada das despesas assistenciais passou a representar na receita de seguradoras, operadoras e cooperativas de saúde, a chamada "taxa de sinistralidade" – basicamente, a relação entre as despesas com a utilização dos serviços e a receita que a operadora recebeu pelo contrato.

A taxa de sinistralidade é o principal fator para que sejam reajustados os valores entre operadoras e empresas. Ela alcançou 87,9% no ano passado, recuando dos 89,2% de 2022. Para se ter uma ideia, só em 2022 o prejuízo foi de R$ 11,5 bilhões, segundo a ANS. Tal cenário reflete em outros agentes dessa cadeia, como os hospitais e os próprios clientes das operadoras. Na prática, a cada R$ 100 da receita vinda das mensalidades, as operadoras gastaram R$ 88 em despesas com serviços médicos.

A ANS só define o reajuste dos planos vendidos diretamente a uma pessoa ou família. Em 2023, a agência aumentou a mensalidade em 9,6%. Já os planos coletivos, que representam 70% do setor, são vendidos para empresas ou a determinadas categorias (a exemplo de advogados, médicos e servidores). Nesses casos, quem decide o índice é a operadora em acordo com a empresa ou entidade.

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PROFº GUY JOSÉ LEITE

CNPJ: 09.296.007/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - A diretoria da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL Prof. GUY JOSE LEITE apresenta a V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa e respectivas Notas Explicativas, assim como o Relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento às disposições legais, estatutárias. Permaneceremos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários. São Paulo, 24 de Abril de 2024. **À Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2023	2022
Circulante	**6.452.773,91**	**9.907.312,35**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**60.290,59**	**-**
Caixa	-	-
Banco C/Movimento	296,07	-
Aplicações Financeiras	59.994,52	-
Créditos a Receber	6.392.483,32	9.907.312,35
Mensalidades de Terceiros	643.906,90	176.949,05
Tributos a Recuperar	192,25	192,25
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Empréstimos a Terceiros	5.748.384,17	9.730.171,05
Não Circulante	**690.657,19**	**543.620,96**
Realizável a Longo Prazo	684.251,50	536.643,15
Depósitos Judiciais	22.384,87	16.786,80
Consórcios	661.866,63	519.856,35
Imobilizado	6.405,69	6.977,81
Bens	38.162,94	36.363,94
(-) Depreciação Acumulada	(31.757,25)	(29.386,13)
TOTAL DO ATIVO	**7.143.431,10**	**10.450.933,31**

PASSIVO	2023	2022
Circulante	**422.170,18**	**832.803,05**
Fornecedores de bens e serviços	68.870,30	49.330,67
Contas a Pagar	-	-
Obrigações com Empregados	80.305,54	502.171,03
Obrigações Tributárias	-	-
Impostos Retidos s/ Serviço	1.994,34	1.323,30
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	271.000,00	279.978,05
Não Circulante	**150.827,57**	**1.925.945,42**
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	150.827,57	1.925.945,42
Patrimônio Social	**6.570.433,35**	**7.692.184,84**
Superávit ou Déficit Acumulado	7.692.184,84	6.740.987,62
Superávit ou Déficit do Exercicio	(1.121.751,49)	951.197,22
TOTAL DO PASSIVO	**7.143.431,10**	**10.450.933,31**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimonio Social	Superávit/ Déficit AC	Total do Patrimônio
Saldos em 31.12.2020	**-**	**6.740.987,62**	**6.740.987,62**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		951.197,22	951.197,22
Ajuste ao Resultado			
Saldos em 31.12.2021	**-**	**7.692.184,84**	**7.692.184,84**
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Período		(1.121.751,49)	(1.121.751,49)
Ajuste ao Resultado 1			-
Saldos em 31.12.2022	**-**	**6.570.433,35**	**6.570.433,35**

DVA - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em Reais	2023	2022
RECEITAS	**7.920.455,66**	**7.440.122,12**
Receitas Operacionais	3.139.384,33	5.822.975,35
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outras Receitas e Outras Despesas	4.781.071,33	1.617.146,77
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**1.307.509,22**	**1.406.188,12**
Materiais, Energia, serviços de terceiros e outros	1.307.509,22	1.406.188,12
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-
Outros	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**6.612.946,44**	**6.033.934,00**
RETENÇÕES	**2.371,12**	**2.962,84**
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.371,12	2.962,84
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	**6.610.575,32**	**6.030.971,16**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**1.132,32**	**4.924,65**
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Receitas Financeiras	1.132,32	4.924,65
Outras Receitas	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	**6.611.707,64**	**6.035.895,81**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**6.611.707,64**	**6.035.895,81**
Pessoal e Encargos	6.364.781,09	4.557.835,16
Despesas com Pessoal	6.364.781,09	4.557.835,16
Encargos Sociais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	1.206.285,12	436.711,87
Juros	-	-
Aluguéis	22.720,61	28.631,65
Outros	1.183.564,51	408.080,22
Impostos, taxas e contribuições	162.392,92	90.151,56
Impostos, taxas e contribuições	162.392,92	90.151,56
Remunetação do Capital Próprio	0,00	0,00
Juros e aluguéis	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-
Superavit/Déficit do Exercício	**(1.121.751,49)**	**951.197,22**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
RECEITAS	**7.921.587,98**	**7.445.046,77**
RECEITAS OPERACIONAIS	**7.920.455,66**	**7.440.122,12**
Sem Restrição	7.920.455,66	7.440.122,12
Mensalidades	3.139.384,33	5.822.975,35
Outras Receitas	4.781.071,33	1.617.146,77
Bolsas	2.986.318,96	-
Outros Programas (Atividades)	-	-
Gratuidades	-	-
Trabalho Voluntário	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.070.002,31)**	**(1.910.848,30)**
Com Programas (Atividades)		
Salários	(2.949.644,58)	(1.779.874,65)
Encargos Sociais	(120.357,73)	(130.973,65)
RESULTADO BRUTO	**4.850.453,35**	**5.529.273,82**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.789.772,65)**	**(4.174.921,03)**
Salários	(3.070.642,94)	(2.419.544,99)
Encargos Sociais	(224.135,84)	(227.441,87)
Serviços Prestados - PJ	(616.007,81)	(632.122,46)
Comunicação	(109.682,25)	(175.037,48)
Aluguéis	(22.720,61)	(28.631,65)
Manutenção	(284.589,47)	(324.257,53)
Impostos e Taxas	(162.392,92)	(90.151,56)
Outras Despesas	(297.229,69)	(274.770,65)
Depreciação e Amortização	(2.371,12)	(2.962,84)
Resultado Financeiro	**(1.182.432,19)**	**(403.155,57)**
Receitas Financeiras	1.132,32	4.924,65
Despesas Financeiras	(1.183.564,51)	(408.080,22)
Recuperação de Despesas	-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO	**(1.121.751,49)**	**951.197,22**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	2023	2022
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	**(1.121.751,49)**	**951.197,22**
Outros Componentes do Resultado Abrangente		
. Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda		
. Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente		
Total		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCICIO	**(1.121.751,49)**	**951.197,22**

DFC - DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

Método Indireto	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(1.121.751,49)	951.197,22
Ajustes por:		
(+) Depreciação	2.371,12	2.962,84
(+) Amortização	-	-
(+) PCLD	-	-
(-) Ajustes de Exercícios anteriores	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	(1.119.380,37)	954.160,06
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	3.367.220,68	(1.063.466,30)
Mensalidades de Terceiros	(466.957,85)	20.301,98
Atendimentos Realizados	-	-
Adiantamentos a Empregados	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Despesas Antecipadas		
Tributos a Recuperar	-	675,12
Títulos e Créditos	(142.010,28)	(58.506,25)
Empréstimos Realizados	3.981.786,88	(1.014.950,35)
Outros Valores a Receber	(5.598,07)	(10.986,80)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	(2.185.750,72)	(25.251,97)
Fornecedores de bens e serviços	19.539,63	31.385,86
Obrigações com Empregados	(421.865,49)	56.737,01
Obrigações Tributárias	671,04	511,83
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	(2.055.095,90)	(111.851,66)
Outras Obrigações a Pagar	-	(2.035,01)
Demais Contas a Pagar	271.000,00	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**62.089,59**	**(134.558,21)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	**-**	**-**
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	-	-
Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	-	-
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(1.799,00)	-
Aplicações Financeiras	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Investimento	**(1.799,00)**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	113.815,36
Recebimentos de Empréstimos	-	-
Outros Recebimentos por Financiamentos	-	113.815,36
Pagamentos de Empréstimos	-	-
Caixa Líquido Consumido pelas Ativ. de Financiamento	**-**	**113.815,36**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**60.290,59**	**(20.742,85)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**60.290,59**	**20.742,85**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**-**	**-**
Aumento/Diminuição de Caixa e Equivalentes de Caixa	**60.290,59**	**(20.742,85)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL PROFESSOR GUY, é uma associação civil, entidade de fins ideais, de finalidade não econômica, nos moldes do que estabelece o Código Civil Brasileiro, em seus artigos 53 a 61. A Associação tem por finalidades sociais: a) Organizar, manter e desenvolver a educação e a instrução, em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação respectiva; b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura, da pesquisa científica, da tecnologia e do ensino no Brasil; c) Contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira, inspirada nos princípios, morais, cívicos e democráticos; d) Realizar ou participar de congressos, seminários, conferências, excursões e reuniões com finalidade educacionais, culturais e sociais. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da NBC ITG 2002 – ENTIDADES SEM FINS DE LUCROS, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -** a) Apuração do superávit/déficit do exercício Apuração do superávit/déficit do exercício - As receitas operacionais decorrentes das mensalidades e as despesas operacionais são reconhecidas em regime de competência de exercícios. As despesas com bolsas de estudos e descontos concedidos a alunos, doações e contribuições e as receitas com subvenções e auxílios, são reconhecidas quando dos efetivos pagamentos ou recebimentos; os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. A Entidade na medida do possível vem adotando medidas necessárias, como redução de custo para reverter sua situação financeira. **b) Ativos circulantes e passivos circulantes e a longo prazo -** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos. **c) Patrimônio Social** Composto pelos superávits e déficits obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social. **d) Empréstimos -** Empréstimos obtidos para manutenção do capital de giro, com incidência de taxas de juros de mercado, junto a Instituição financeira credora para pagamento em 36 parcelas do saldo devedor, e que no próximo exercício de 2022 serão quitadas. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA -** O Caixa e os Equivalentes de Caixa estão assim apresentadas:

	2023	2022
Bancos conta movimento	296,07	0,00
Aplicações financeiras	59.994,52	0,00
	60.290,59	**0,00**

5. MENSALIDADES A RECEBER - 1) Composta por créditos gerados no decorrer dos exercícios e não quitadas até 31/12/2023, foram feitas algumas baixas com base nos relatórios mantidos pela entidade. Os valores estão assim demonstrados:

	2023	2022
Mensalidades a receber	643.906,90	176.949,05
Líquido a receber	**643.906,90**	**176.949,05**

6. EMPRESTIMO A RECEBER - Composta por empréstimos a Alvorada Locações e Vendas de Artigos Escolar a ser quitada no decorrer dos exercícios seguintes

	2023	2022
Empréstimo a Receber	5.748.384,17	9.730.171,05
Líquido a receber	**5.748.384,17**	**9.730.171,05**

7. Outros Créditos - Composta por depósitos judiciais, Consórcios e Título de Capitalização a serem quitados em exercícios futuros.

	2023	2022
Depósitos Judiciais	22.384,87	16.786,80
Consórcios	551.866,63	514.856,35
Título de Capitalização	110.000,00	5.000,00
	684.251,50	**536.643,15**

8. PASSIVO CIRCULANTE - São compostos por valores de obrigações a fornecedores, cartão de crédito, trabalhistas, impostos, empréstimos/financiamentos, contribuições sociais e creditos antecipados por clientes que está assim demonstrado:

	2023	2022
Fornecedores	68.870,30	49.330,67
Obrigações trabalhistas	80.305,54	502.704,70
Obrigações tributárias	1.994,34	1.323,30
Empréstimos/Financiamentos	0,00	279.978,27
	151.170,18	**833.336,94**

7.INSS COTA PATRONAL - De conformidade com a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto Lei nº 3.039 de 28 de abril de 1999, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, passaram a ser obrigadas a recolher mensalmente a cota patronal do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), calculada com base na isenção a ser usufruída, correspondente entre a relação existente do valor efetivo total das vagas cedidas, integral e gratuitamente e a receita bruta total apurada mensalmente. **8.IMUNIDADE USUFRUÍDA COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS EM 2022 E 2021.** Para fim único e exclusivo de publicação informamos o seguinte: O benefício usufruído pela Entidade em função do gozo de sua imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS, cujos montantes em 31 de dezembro de 2023 se encontra assim detalhados.

	2023	2022
INSS SAT	37.451,54	37.008,71
INSS PATRONAL	749.030,73	740.173,89
INSS TERCEIROS	168.531,92	166.539,12
	955.014,19	**943.721,72**

9.GRATUIDADES - Valores em Gratuidades concedidas, em atendimento a lei 12.868/2014 e decreto nº 8.242/2014.

	2023	2022
Total das receitas	**3.139.384,33**	**5.822.975,35**
Bolsas de estudos a alunos	2.455.414,96	0,00
Total das assistências sociais e educacionais		
Percentual de Aplicação	78.21%	0,00%

10. CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTENCIA SOCIAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO - A entidade possui a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação – CEBAS sob o nº 23123.001311/2011-66 deferido conforme Portaria 452 de 7 de outubro de 2019 publicado no Diário Oficial da União e está em processo de renovação.

DIRETORIA

Guy José Leite
PRESIDENTE
CPF: 194.270.188-87

Renata Soares Macedo - Contadora
CRC 1SP-299.611/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Associados da: Associação Educacional Professor Guy José Leite. Opinião
Examinamos as demonstrações Contábeis da Associação Educacional Professor Guy José Leite, que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Educacional Professor Guy José Leite, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade. **Base para Opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Educacional Professor Guy José Leite, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** - 1 – A Associação possuía em 31/12/2023 Empréstimos a terceiros no montante de R$ 5.748.384,17. Que não possui nenhum documento de suporte 2 - Foi apresentado certificação de entidades beneficentes de assistência social (CEBAS) emitida pelo órgão competente, publicado no Diário Oficial em 08/10/2019 com validade de três anos. A Entidade se beneficiou da imunidade constitucional, que corresponde à cota patronal do INSS no montante de R$ 955.014,19 e em 2022 foi de R$ 943.721,72, sendo que esses valores foram lançados no balanço apenas como contas de compensações. 3 - A Entidade apresentou um resumo onde atende os critérios das gratuidades de acordo com a lei 12.101/2009. No entanto não foram apresentados relatório do sistema de informática que comprovem tais valores. **Outros Assuntos -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação Educacional Professor Guy José Leite. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do Auditor** A administração da Associação Educacional Professor Guy José Leite. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ade ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente, com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimentos obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as praticas contábeis adotadas pelo Brasil e no pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação Educacional Professor Guy José Leite. continuar operando, divulgado, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação Educacional Professor Guy José Leite. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação Educacional Professor Guy José Leite. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um ato nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada a suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstancias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação Educacional Professor Guy José Leite. • Avaliamos a adequação das politicas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras pode levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo (SP), **26 de Abril de 2024. Francisco J. Moraes Cirino - CRC - 1SP 192.297/0-8 - Responsável Técnico**

Brasil completa 100 anos do feriado de 1º de Maio

Há cem anos o Dia do Trabalho tornou-se feriado no Brasil. A data de 1º de Maio já era celebrada no país desde a década de 1910, mas, em 26 de setembro de 1924, o então presidente Artur Bernardes publicou o decreto nº 4.859, criando o feriado nacional em homenagem aos "mártires do trabalho".

Desde então, o país avançou muito nas pautas trabalhistas, especialmente na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Hoje, o Brasil não está entre os 50 países com mais acidentes de trabalho no mundo, mas algumas atividades apresentam alta nos indicadores nos últimos anos, entre elas as operações logísticas.

Atualmente, mais de 1 milhão de pessoas sofrem acidentes de trabalho a cada dia, em algum lugar do planeta. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorreram 402 milhões de acidentes não fatais em 2022 e 2,9 milhões de trabalhadores morreram naquele ano, em decorrência de acidentes ou doenças ocupacionais. No total, os acidentes de trabalho geram uma perda global de US$ 4 bilhões por ano, aproximadamente.

Entre os 50 países com maior número de acidentes, em termos proporcionais (para cada 100 mil trabalhadores), há 10 representantes da América Latina, sendo três deles entre os líderes: Costa Rica (1ª colocada no ranking da OIT); Colômbia (5ª posição); Argentina (10ª). Já entre os 50 países com mais acidentes fatais (a cada 10 mil ocorrências), nove são da América Latina, com destaque para Porto Rico (2º colocado); Panamá (12º) e Peru (15º).

Brasil

Embora o Brasil não figure nessas listas, as estatísticas evidenciam um grande volume de acidentes em operações em logísticas. Segundo o Ministério Público do Trabalho no Brasil, máquinas e equipamentos são os principais causadores de acidentes de trabalho no país, respondendo por 15% do total em 10 anos (entre 2012 e 2022). Somente este grupo respondeu por 780.000 ocorrências no período – uma média superior a 200 acidentes por dia.

Já o Ministério da Saúde do Brasil informa que acidentes com máquinas e equipamentos resultaram em amputações e outras lesões gravíssimas com uma frequência 15 vezes maior do que as demais causas, gerando três vezes mais acidentes fatais que a média geral.

Por esse motivo, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou, em abril, a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho 2024, com o tema Segurança em Máquinas e Equipamentos. "Se é verdade que máquinas e equipamentos estão provocando, na escala de acidentes, a maioria deles, alguma coisa está errada lá nas plantas (industriais). Se a gente não atacar esse processo, não há campanha nem sensibilização que resolva se o equipamento está inadequado", disse o ministro Luiz Marinho, no lançamento da campanha, que continua até dezembro.

Entre os profissionais que mais se acidentam com máquinas estão os operadores de empilhadeiras, com cerca de 200 afastamentos por mês, ao longo de 10 anos. Já os profissionais que atuam na armazenagem e movimentação de cargas foram vítimas de 250 acidentes a cada mês.

Para completar, entre 2012 e 2022, ocorreram 27.500 acidentes com empilhadeiras no Brasil, uma média de 7,5 a cada dia. "O risco nessas operações pode ser reduzido em 80% ou até eliminado com um processo de mapeamento dos pontos críticos, seguido de segregação do fluxo de pessoas e máquinas, e complementado por tecnologias de segurança, como sensores de movimentação, sistemas de alerta sonoros e visuais e câmeras embarcadas", explica Afonso Moreira, diretor da AHM Solution, empresa especializada em soluções de segurança e produtividade na logística.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
CNPJ/MF nº 09.114.805/0001-30 - NIRE 333.0031011-8
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 25 de abril de 2024, às 14:00 horas, por meio de sala virtual organizada pela OceanPact Serviços Marítimos S.A. ("Companhia"), de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). **2. PRESENÇAS:** Presentes acionistas titulares de ações ordinárias representativas de 75,06% (setenta e cinco vírgula zero seis por cento) do capital social votante na Assembleia Geral Ordinária e 75,92% (setenta e cinco vírgula noventa e dois por cento) do capital social votante na Assembleia Geral Extraordinária, por meio do envio de boletins de voto a distância e da participação por meio de sala virtual, nos termos do parágrafo único do art. 127 da Lei das S.A. e do artigo 47 da Resolução CVM nº 81/22. Presentes, ainda, nos termos do §1º do art. 134 da Lei das S.A., membros da administração da Companhia; o Sr. Diego Wailer da Silva, representante dos auditores independentes da Companhia; bem como, nos termos do §2º, II, do art. 31-B da Resolução CVM nº 23/21, o Sr. Marcus Vinícius Dias Severini, Coordenador do Comitê de Auditoria e Compliance. **3. CONVOCAÇÃO:** O Edital de Convocação foi publicado no jornal Monitor Mercantil na página 22 da edição de 26 de março, na página 34 da edição de 27 de março e na página 14 da edição de 28 de março. **4. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES:** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos documentos previstos no artigo 133 da Lei das S.A., foram publicadas em 7 de março de 2024 no jornal Monitor Mercantil, nas páginas 9 a 16. Tais documentos, assim como todos os demais pertinentes às matérias da ordem do dia, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). **5. MESA:** Nos termos da Cláusula 11 do Estatuto Social da Companhia, os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foram presididos pelo Sr. Luis Antonio Gomes Araujo, que convidou o Sr. João Siqueira para secretariá-lo. **6. ORDEM DO DIA:** I. Em Assembleia Geral Ordinária:(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) fixar o número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato; (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; e (iv) fixar o montante global da remuneração anual dos administradores; e II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) aditar o Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia; (ii) alterar a Cláusula 20 do Estatuto Social da Companhia; (iii) alterar a Cláusula 41, alíneas "b" e "c", do Estatuto Social da Companhia; (iv) alterar a Cláusula 44, §2º, alíneas "a" e "b", do Estatuto Social da Companhia; e (v) consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações decorrentes das deliberações previstas nos itens (ii), (iii) e (iv) acima. **7. LEITURA DE DOCUMENTOS:** Dispensada a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das S.A. pelos acionistas presentes. O mapa sintético consolidado de votação à distância foi projetado e lido, na forma do §4º do artigo 48 da Resolução CVM nº 81. **8. DELIBERAÇÕES:** Tendo sido aprovadas a lavratura da ata sob a forma de sumário e a sua publicação com a omissão de eventuais assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizado pelo artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A., os acionistas deliberaram, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata: I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar, por unanimidade de votos, registradas as abstenções recebidas pela mesa, inclusive aquelas dos legalmente impedidos, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria e Compliance da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aprovar, por unanimidade de votos, a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato em 6 (seis) membros efetivos, sem membros suplentes; (iii) Não tendo havido requerimento de adoção do procedimento de voto múltiplo por acionistas que representassem, em conjunto, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, **eleger**, para o Conselho de Administração da Companhia a chapa composta pelos seguintes membros: a) **Ana Maria Siqueira Dantas**, brasileira, casada, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 04673768-0, emitida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 879.733.087-68, com endereço profissional na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), CEP: 20241- 180, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido aprovada, ainda, a sua caracterização como conselheira independente nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, do item 3.1.8 da Política de Indicação da Companhia, do Anexo K da Resolução CVM nº 80, e do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia; b) **Fabio Schvartsman**, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade nº 4.144.579-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 940.563.318-04, com escritório na Rua da Glória nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11ºpavimento), Glória, CEP: 20.241-180, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo sido aprovada, ainda, a sua caracterização como conselheiro independente nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, do item 3.1.8 da Política de Indicação da Companhia, do Anexo K da Resolução CVM nº 80 e do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia; c) **Luis Antonio Gomes Araujo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da identidade nº 4423424, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 741.945.267-91, residente na Rua de Dom Pedro V, nº 223, entrada 5, apt. 7B, 4150-603, Porto, Portugal, tendo sido aprovada, ainda, a sua caracterização como conselheiro independente nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, do item 3.1.8 da Política de Indicação da Companhia, do Anexo K da Resolução CVM nº 80 e do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia; d) **Luis Claudio Rapparini Soares**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade n° 861038550 CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n° 817.519.907-53, com escritório na Rua da Glória nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11ºpavimento), Glória, CEP: 20.241-180, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, tendo sido aprovada, ainda, a sua caracterização como conselheiro independente nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado da B3, do item 3.1.8 da Política de Indicação da Companhia, do Anexo K da Resolução CVM nº 80 e do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia; e) **Flavio Nogueira Pinheiro de Andrade**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, engenheiro naval, portador da carteira de identidade nº 200098349-9, emitida pelo CREA-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 805.926.197-53, com endereço comercial na Rua da Glória, nº 122, salas 801 e 802 (10º Pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), CEP: 20241-180, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e f) **Felipe Nogueira Pinheiro de Andrade**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 04397453-4, emitida pelo Detran-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 887.989.097-20, com escritório na Rua da Glória nº 122, salas 801 e 802 (10º pavimento) e salas 901 e 902 (11º pavimento), Glória, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20.241-180. Os conselheiros de administração ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse e declarações de desimpedimento lavrados em livro próprio, nos termos da Lei das S.A. e do Anexo K da Resolução CVM nº 80, tendo os membros independentes apresentado declarações de que preenchem os requisitos previstos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado e no art. 6º do Anexo K da Resolução CVM nº 80, as quais ficarão arquivadas na sede da Companhia, e permanecerão em seus cargos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025, nos termos do Estatuto Social. Com relação ao Sr. Luis Antonio Gomes Araujo, que possui residência no exterior, sua posse fica sujeita, ainda, à constituição de representante residente no país, para as finalidades do art. 146, §2º da Lei das S.A. (iv) Aprovar, por unanimidade de votos, a fixação do montante global da remuneração anual para os administradores no exercício social de 2024 no valor de até R$ 27.902.950,22 (vinte e sete milhões, novecentos e dois mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos). Registrou-se, ainda, não ter havido solicitação de instalação do Conselho Fiscal por acionistas representando, no mínimo, 2% (dois por cento) do capital social da Companhia. II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar, por maioria de votos, o aditamento ao Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia, aprovado em 7 de dezembro de 2020, nos termos da Proposta da Administração, a fim de que passe a também admitir a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia; (ii) Aprovar, por unanimidade de votos, a alteração da Cláusula 20 do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, de modo a incluir expressamente previsão sobre a possibilidade de os empregados participarem dos lucros e resultados da Companhia; (iii) Aprovar, por unanimidade de votos, a alteração da Cláusula 41, alíneas "b" e "c", do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, de modo a ajustar a referência à regulamentação aplicável; (iv) Aprovar, por unanimidade de votos, a alteração da Cláusula 44, alíneas "a" e "b", do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta da Administração, de modo que o dividendo obrigatório passe a ser de 25% do lucro líquido ajustado; e (v) Aprovar, por unanimidade de votos, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a redação constante do **Anexo II** à presente ata, de forma a refletir as alterações decorrentes das deliberações previstas nos itens **(ii)**, **(iii)** e **(iv)** acima. **9. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos desta Assembleia, tendo sido lavrada a presente ata, que, após projetada e lida, foi aprovada pelos presentes, os quais são considerados dela subscritores, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os signatários da presente ata abaixo indicados certificam a participação dos acionistas que constam da Lista de Presença e que a Assembleia atendeu aos requisitos legais e regulamentares para sua realização de forma digital, em especial o disposto na Instrução Normativa DREI nº 81/2020. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. **Luis Antonio Gomes Araujo** - Presidente. **João Siqueira** - Secretário. Jucerja nº 6208326 em 29/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CONCREMAT engenharia e tecnologia | Uma empresa do grupo / A company of 中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

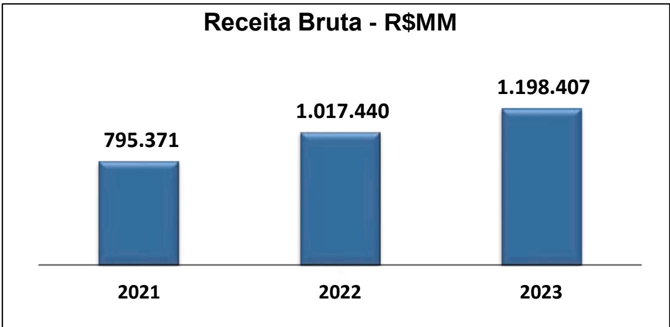
CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ 33.146.648/0001-20

www.concremat.com.br

Srs. Acionistas, a Administração da CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S.A. ("Sociedade") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras da Sociedade, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do comitê de auditoria e riscos, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 – Perfil da Sociedade e descrição dos negócios: A Concremat atua no segmento de infraestrutura, prestando serviços de engenharia consultiva, ensaios tecnológicos, serviços técnicos ambientais, e EPC (*Engineering, Procurement and Construction* ou Engenharia, Aquisição e Construção). A Sociedade está organizada em duas Áreas de Negócios (AN): (i) Engenharia & Meio Ambiente e (ii) EPC. A área de negócios Engenharia & Meio Ambiente está organizada em 4 Unidades de Negócio (UN): (i) Estudos e Projetos, Meio Ambiente e Gestão de Integridade de Ativos e O&M; (ii) Logística, Saneamento e Edificações; (iii) Indústria e Mineração, Petróleo e Gás, Energia; e (iv) Internacional. Na área de Negócios de Engenharia & Meio Ambiente, a Sociedade presta serviços de consultoria em planejamento e implantação de empreendimentos de infraestrutura, industriais e prediais incluindo atividades de estudos, planos, inspeções, gestão de O&M, projetos de engenharia, supervisão e gerenciamento para clientes públicos e privados; assessora e desenvolve as iniciativas de engenharia e construção de seus clientes em todas as fases, desde estudos de viabilidade até a fase de entrega do empreendimento; presta serviços de ensaios tecnológicos de materiais de construção, controle de qualidade e instrumentação, avaliação técnica e monitoramento de estrutura e inspeção da fabricação de equipamentos; atua em avaliações socioambientais, estudos ambientais, licenciamento ambiental, execução de programas socioambientais, gerenciamento e monitoramento ambiental, apoiando os investidores e operadores em implantações de projetos responsáveis, atenuando os impactos socioambientais dos empreendimentos. A área de negócios EPC, possui foco no setor de logística, com ênfase em portos, dutos, rodovias, pontes, ferrovias, desenvolvimento urbano e saneamento. Neste setor, A Sociedade dispõe das competências críticas de engenharia, planejamento, suprimentos, construção e integração, ofertando aos seus clientes a possibilidade de realizar todas as etapas de seus empreendimentos através de um único contrato. **2 – Desempenho operacional e econômico:** Em 2023 a organização teve três principais prioridades: i) preservar a segurança e saúde de seus 2.317 empregados, ii) retomar a lucratividade da empresa através de um plano comercial e operacional bem planejado e executado, e iii) assegurar recursos às iniciativas prioritárias do portfólio de inovação e sustentabilidade. A empresa ampliou seu nível de digitalização e tecnologia em seus processos e atividades, sendo este um motor importante de criação de valor para os próximos anos. Como consequência disto, a organização conseguiu manter a trajetória de crescimento da receita, mesmo diante de um contexto econômico impactado por pressões inflacionárias, aumento das taxas de juros e crescimento econômico a taxas menores que as esperadas, principalmente no segmento de infraestrutura. O crescimento da receita bruta foi de 17,8%, alcançando R$ 1.198 bilhão, obtido principalmente pelo incremento das receitas na Unidade de Negócio Internacional em 138%.



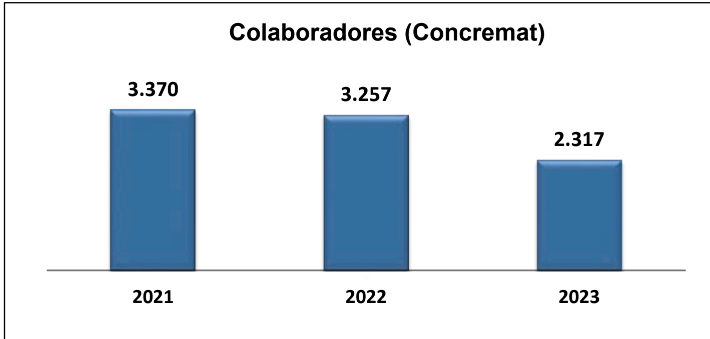
As unidades de negócios da Concremat tiveram um desempenho positivo, como se pode observar abaixo: Unidade de Negócios Estudos e Projetos, Meio Ambiente, Gestão de Integridade de Ativos e O&M: A Unidade possui (4) quatro lideranças operacionais e comerciais, além dos núcleos que congregam os profissionais responsáveis pela produção técnica dos diversos contratos/clientes. O ano de 2023 foi bastante desafiador e muito positivo em termos de conquistas técnicas, materializadas através de novos contratos e clientes em diferentes setores de atuação, promovendo aprendizados e permitindo que a Unidade atingisse importantes resultados como vendas de R$144 milhões, e receitas no montante de R$97 milhões, com margem bruta de 5,3%. O ano foi marcado também por bons avanços tecnológicos, com a utilização de ferramentas para a orçamentação em 5D extraída do modelo BIM, processamento de dados geográficos em nuvem e registro digital de inspeções (SIGA OAE – sistema inovador desenvolvido internamente), além do uso de novas tecnologias acopladas a drones. Foram desenvolvidos também Projetos estruturantes com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS – ONU), em atendimento a padrões do Banco Mundial (IFC, GRID). **Unidade Logística, Saneamento e Edificações:** A unidade de negócios Logística, Edificações e Saneamento apresentou resultados expressivos em 2023, com todas as metas quantitativas sendo superadas. Operacionalmente foi um marco histórico: dentro do ano tivemos uma evolução da receita entre janeiro e dezembro de 2023, com um incremento de mais de 34% de receita. Conseguimos também, além de crescer, mantermos as margens operacionais. Esse robusto resultado vem através do conjunto das seis lideranças que compõem essa unidade, todas as quais performaram de forma vigorosa. No que tange a vendas, a unidade de negócios ampliou sua presença no mercado e em clientes estratégicos. Em especial, fomos reconhecidos pelo Grupo Ecorodovias como destaque na premiação de fornecedores na categoria "Gerenciamento", na 2ª edição do prêmio Melhores Fornecedores do Grupo Ecorodovias 2023. Ocorreram também progressos na capacitação estratégica de times, com a realização de fóruns técnicos para compartilhamento de cases e disseminação de conhecimento. Consolidamos em 2023 a implantação do e.volutive, estando todos os nossos projetos aderentes às suas metodologias, processos, ferramentas e digitalização. Destacamos ainda que, em 2023, a unidade de negócios se acreditou na IS0 17020, credenciando-se assim para a prestação de serviços com um novo produto para nos apresentarmos no mercado. **Unidade Indústria e Mineração, P&G e Energia:** a UN apresentou resultados robustos em 2023 com todas as suas diretorias cumprindo suas metas. As vendas foram de R$ 710 milhões e receitas de R$ 373 milhões. A Indústria e Mineração teve uma participação importante, alcançando ganhos significativos através de sua atuação em grandes projetos nos segmentos de Minério de Ferro e Metais Básicos. A P&G ampliou a sua liderança como fornecedora de serviços de Engenharia e Gerenciamento no segmento de Distribuição de Gás Natural e conquistou contratos importantes no segmento de Distribuição de Combustíveis. **Unidade Internacional:** em 2023 a Concremat iniciou suas atividades em Guatemala e Colômbia, ampliando sua presença para oito (8) países da América Latina & Caribe (Bolívia, Paraguai, El Salvador, Peru, República Dominicana, Nicaragua, Guatemala e Colômbia). A UN Internacional aumentou em 11% o funil de prospecções em comparação com o ano anterior de 2022, fechando o ano de 2023 com R$ 1,17 Bi, concorrendo em 13 países da América Latina. A UN Internacional fechou o ano 2023 com total de novas vendas por R$ 132,19 milhões, se consolidando como uma das principais áreas estratégicas de crescimento da empresa nos próximos anos. A UN Internacional até o ano de 2023 acumulou 40 contratos, vendas por R$ 469,2 milhões, e R$ 348,3 milhões em receitas. **Unidade EPC:** em 2023 o principal projeto em operação foi a construção do Terminal de Regaseificação de São Paulo, já em sua fase final de comissionamento e pré-operação. Este é um projeto de muita complexidade e que possui três frentes de construção: Citygate (estação de gás), Jetty (obras marítimas) e Gasoduto. Em paralelo, a área de EPC em conjunto com a área de Desenvolvimento de Negócios vêm prospectando diversos projetos, com um pipeline de 20 projetos e desenvolvendo estudos de engenharia associados, sendo o principal deles a Ponte Salvador Itaparica, investimento de sua controladora CCCC – China Comunications Construction Company, em um Contrato de PPP para construção e operação da Ponte Salvador Itaparica. Para além dos resultados de nossas Unidades de Negócio, o crescimento da receita está associado ao seu sólido e recorrente backlog, que no ano de 2023 alcançou o valor de R$ 1,2 bilhão, um crescimento importante de 17,8% em relação ao ano de 2022, com destaque para a área Internacional que cresceu 138%. A Área de Desenvolvimento de Negócios focou em ampliar o pipeline de oportunidades para as áreas de Engenharia e EPC de médio e longo prazo, com a projeção e incremento de investimentos em infraestrutura no Brasil em segmentos como logística (Rodovias, Ferrovias e Portos), Saneamento, Mineração, Óleo e Gás, Energia e Portos. Destaque para ampliação dos serviços na área Internacional, América Central, principalmente, além da ampliação dos serviços de estudos, projetos, gerenciamento, supervisão de obras, estudos e serviços ambientais para empreendimentos em todo o território nacional, principalmente nos segmentos de logística, saneamento e recursos hídricos, energia e P&G. O pipeline total de oportunidades identificadas nas áreas de Engenharia e Internacional fechou em 2023 com R$ R$ 3,05 bilhões. O resultado da Concremat em 2023 deve ser analisado separando suas duas áreas de negócio – Engenharia e EPC. A área de EPC apresentou um prejuízo centrado em um único projeto de alta complexidade técnica e geológica, enquanto a área de Engenharia teve um resultado positivo, com um lucro operacional de R$ 73.4 milhões e margem operacional de 8,3%. Suas Unidades de Negócios de Engenharia e Internacional, como visto acima, vêm performando de forma positiva e consistente, com geração de caixa positiva.

	Consolidado 2023	Engenharia 2023	EPC 2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**1.198.407**	**889.565**	**308.842**
Dedução de receita	(141.327)	(118.935)	(22.392)
RECEITA LÍQUIDA	**1.057.080**	**770.630**	**286.450**
Custo dos Serviços Prestados	(1.013.372)	(637.179)	(376.193)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	**43.708**	**133.451**	**(89.743)**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(69.610)**	**(60.045)**	**(9.565)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(25.902)**	**73.406**	**(99.308)**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(21.342)**	**(9.281)**	**(12.061)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**(47.244)**	**64.125**	**(111.369)**

3 – Principais indicadores de liquidez e endividamento: A Concremat terminou o ano com R$ 28,3 milhões de caixa e com linhas de financiamento com prazos longos e com condições de mercado, em termos de garantia e custos, demonstrando a solidez do seu balanço e acesso a linhas de crédito com os principais bancos que atuam no Brasil. Abaixo os principais indicadores de liquidez e endividamento da Controladora que comprovam a sólida situação financeira da Sociedade

Indicadores	**2023**	**2022**
Liquidez Corrente	1,06	1,03
Liquidez Geral	1,09	1,32
Endividamento Total	0,66	0,52
Índice de Endividamento	1,94	1,07

4 – Recursos humanos: Durante o ano de 2023, a estratégia de Recursos Humanos da Concremat focou em intensificar ações de desenvolvimento, avaliar performance e mapear talentos, realizar processos seletivos estratégicos de novos talentos e manter rotinas de remuneração e benefícios.



Panorama treinamento: O ano foi marcado por treinamento mensais com temáticas voltadas para o desenvolvimento de competências comportamentais, com destaque para o mês de novembro, no qual obteve maior visualização e participação de colaboradores nos treinamentos. Além disso, a Desenvolvimento Organizacional (DO) estabeleceu parcerias com as diversas áreas do corporativo e da Engenharia para ministração de treinamentos e compartilhamento de boas práticas. Fechamos o ano com 242 treinamentos disponíveis no catálogo virtual do ID Concremat. Ao todo, no ano, foram realizadas 36.041 horas de aprendizado e obtivemos 23.811 conclusões de cursos e 3.242 colaboradores treinados em pelo menos 1 curso. Em relação ao número de acessos à plataforma de treinamento, obtivemos 31.135 acessos totais à plataforma de treinamento dos quais 10.618 foram acessos únicos. Em 2023 relançamos o Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL, com o objetivo de desenvolver e/ou ampliar habilidades de gestão de pessoas e competências comportamentais necessárias para a função de liderança na Concremat. Foram realizados 5 módulos com os temas Assédio Moral e Sexual; Accountability; Feedback – ampliando performance e resultados; Autoconhecimento e Inteligência Emocional, que contaram com 536 participações entre coordenadores, gerentes e diretores. Com o foco em autocuidado e equilíbrio pessoal, o programa "Você Importa", destinado a todos os colaboradores, abordou esse ano temáticas: Ser Mãe é Padecer no Paraíso (Dia das Mães), Como Você está se Sentindo de Verdade? (Setembro Amarelo) e Gerenciando o Estresse e Ansiedade. **Ciclo de Avaliação de Desempenho:** Durante o ano de 2023, foram realizadas as seguintes etapas do Ciclo de Avaliação de Desempenho 2023/2024: contratação das metas no sistema, comitê do mapeamento de talentos e lançamento dos resultados obtidos no sistema da Avaliação de Desempenho. Sobre a etapa do comitê, que visa realizar conversas bianuais entre RH e Líder para avaliação dos liderados sobre performance, desenvolvimento, possibilidades de carreira e criticidade dos cargos, realizamos o processo com a área de negócio da Engenharia, Administração Central e Diretoria Executiva Comercial, totalizando, até dezembro de 2023, 87% dos gestores convocados para o processo (59 gestores) e 81% dos colaboradores discutidos (288 colaboradores). O processo continuará no início de 2024 até a sua conclusão para identificação dos colaboradores mapeados como alto desempenho/potencial, posições chave e sucessores. Pesquisa de Clima Específica: Ao longo do ano de 2023, realizamos 03 Pesquisas de Clima Específica para os colaboradores das áreas de DNIT/SE – UN Logística, Edificações e Saneamento (10 convocados /7 respondentes); Gerência de Tecnologia, Marca e Comunidades (41 convocados /36 respondentes) e Laboratório Concremat (20 convocados / 16 respondentes). Foram 71 colaboradores convocados no total dos quais 59 responderam à pesquisa (83% de adesão). Além disso, foram realizados 36 acolhimentos psicológicos sob demanda, sendo 8 atendimentos da área corporativa e 28 atendimentos das unidades de negócio. **Remuneração e benefícios:** No ano de 2023, alcançamos significativos avanços em nossos reajustes anuais (conforme quadro abaixo), tanto no plano de saúde quanto no dental, por meio da parceria com nossa corretora, MDS. Destaco, em particular, o sucesso da transição do plano de saúde do contrato de Brumadinho para a Amil, resultando em uma economia mensal de R$ 115.000,00. Também promovemos três transmissões ao vivo, abordando temas essenciais como o Outubro Rosa, Novembro Azul e a conscientização sobre a utilização responsável do plano de saúde, enfatizando sua importância para a estabilidade financeira do contrato. Outro marco importante foi a realização da primeira corrida de rua com os colaboradores da Concremat, intitulada "Concremat no Corre", com o objetivo de incentivar um estilo de vida saudável e a prática de atividades esportivas. Como forma de demonstrar nosso apoio e cuidado às futuras mamães de nossa empresa, implementamos um brinde para as gestantes inscritas em nosso programa de acompanhamento à gestante, oferecendo uma linda mochila multifuncional para as colaboradoras e dependentes participantes inscritas no programa de acompanhamento a Gestante. **Recrutamento e Seleção:** Foram trabalhadas 435 vagas estratégicas em 2023, sendo 411 para atender as Unidades de Negócio e 24 para atender a Administração Central. **5 – Governança Corporativa:** Em 2023 o Programa de Compliance teve como destaque a revisão do conteúdo do treinamento anual aplicado aos colaboradores, fortalecendo a disseminação e divulgação de Políticas inerentes aos riscos do negócio. Consolidamos ainda a importância do programa e possibilidade de utilização do Canal de Denúncias terceirizado através de ações de comunicação que fortaleceram a postura ética esperada dos colaboradores em todas as nossas relações. A efetividade dos controles internos continua sendo sustentada por profissionais treinados, processos bem definidos e implementados e tecnologia compatível com as necessidades dos negócios. O ERP SAP e o sistema de due diligence de terceiros, operado por empresa externa especializada, reforçam essa efetividade, assim como a realização de background check completo de colaboradores e candidatos para posições estratégicas da Companhia. A gestão de riscos é realizada a partir do monitoramento dos processos críticos, sendo desenvolvidos planos de ação para os desvios que possam impactar no alcance da estratégia da empresa. A existência, a efetividade e a execução dos controles que assegurem níveis aceitáveis de riscos nos processos são certificadas pelo Comitê de Auditoria e Risco e pelo Comitê de Ética, ambos ligados diretamente ao Conselho de Administração. Os Comitês possuem o propósito de proporcionar um padrão de segurança adequado quanto à condução dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos e código de conduta.

6 – Sustentabilidade, Segurança, Saúde e Responsabilidade Socioambiental: O Comitê de Sustentabilidade/ESG, responsável por definir e gerir as iniciativas prioritárias de sustentabilidade, manteve o foco na implantação de conceitos de sustentabilidade nos produtos e serviços do portfólio da Concremat, e na adoção de práticas, processos e rotinas sustentáveis em todas as áreas da empresa. Destaca-se em 2023 a atuação junto a clientes em projetos estruturantes com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS – ONU), em empreendimentos de geração solar e em atendimento a padrões do Banco Mundial (IFC, GRID). As atribuições do comitê de sustentabilidade/ESG incluem subsidiar a alta direção na tomada de decisões para melhores práticas de sustentabilidade; estimular iniciativas que promovam a gestão integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais; analisar, propor e deliberar sobre estratégias e planos de ações de sustentabilidade; propor e acompanhar a aplicação de mecanismos e instrumentos efetivos de implementação e monitoramento das ações de sustentabilidade/ESG da empresa. Como metodologia de monitoramento das expectativas dos Clientes e controle dos desvios relacionados, a Concremat estabeleceu a Pesquisa de Satisfação. Em 2023 a Taxa de Satisfação obteve um resultado de 89%, cinco pontos acima da meta. Além disso, para atendimento aos requisitos de mercado, legais e internos, a Concremat manteve as certificações: ABNT NBR ISO 9001:2015, ABNT NBR ISO 14001:2015, ABNT ISO 45001:2018 e ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017– Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração. Em 2023 a Concremat passou pela acreditação da Cgcre na norma ABNT NBR ISO/IEC 17020:2017 e está acreditada para atuar como Organismo de Inspeção de Empreendimento de Infraestrutura de Obras de Ferrovias e Saneamento. O Comitê de QSMS priorizou ações voltadas para o fortalecimento da cultura de segurança com a divulgação e desdobramento das 10 Regras de Segurança da Concremat em campanhas e treinamentos. Importante destacar três eventos: A SIPAT, cujo tema foi "Salve o Dia! Cuide do meio ambiente, cuide do outro e cuide de si", a Semana do Meio Ambiente que trouxe o tema "Soluções para a poluição plástica" e a Semana da Qualidade, que teve como tema a "Qualidade se faz junto". Juntos os três eventos tiveram 1.461 participantes nas lives e 10.700 acessos a vídeos e artigos.

7 – Perspectivas para 2024: A Concremat entra em 2024 com uma boa qualidade de contratos em carteira na Área de Negócios Engenharia e com uma forte perspectiva de crescimento da Área de Negócios EPC, que conta com oportunidades importantes em fase avançada de negociação, principalmente com o projeto da Ponte Salvador Itaparica. Em 2024, além de manter o foco no crescimento de suas áreas de negócio, onde a robustez técnica e solidez financeira do seu acionista controlador CCCC – China Comunications Construction Company permanece sendo um diferencial, a Sociedade pretende firmar uma estrutura organizacional mais ágil, eficiente e integrada com seus Acionistas (CCCC Beijing) ampliando sua agenda de novos negócios com o incremento da parceria com as empresas do grupo, inovação, transformação digital e ASG, que são pilares fundamentais para o crescimento contínuo e Sustentável da CCCC/Concremat, e buscando gerar mais oportunidades para todos os colaboradores da Concremat Brasil e suas subsidiárias, independente de sexo, cor, etnia, idade, orientação sexual, origem social, capacidade física ou mental, tornando-se uma organização ainda mais diversa, equitária e inclusiva.

8 – Declaração do Comitê de Auditoria e Riscos: O Comitê de Auditoria e Riscos, no exercício de suas atribuições de supervisão e acompanhamento da auditoria interna e da auditoria independente, considerando a abrangência dos trabalhos realizados, baseado na análise do Relatório da Administração no exame das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 na análise e entendimento quanto à clareza e conteúdo das notas explicativas, bem como no aumento dos serviços de Auditória Interna com foco na Unidade Internacional visando maior licitude dos processos internos de acordo com as normas de Compliance da organização, suportado ainda pelos esclarecimentos em reunião com os auditores independentes, não identificou nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e a integridade das informações a serem divulgadas, recomendando ao Conselho de Administração a aprovação e a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	18.918	18.260	28.300	21.525
Clientes	(5)	166.438	127.729	216.842	156.128
Outras contas a receber		902	2.446	902	2.446
Impostos a compensar	(6)	22.472	8.660	38.217	23.720
Adiantamentos	(7)	10.978	15.990	26.507	19.973
Dividendos a receber	(8)	9.814	–	–	–
Outros créditos	(9)	76.497	69.882	82.702	76.292
Total do Ativo Circulante		**306.019**	**242.967**	**393.470**	**300.084**
NÃO CIRCULANTE					
Clientes	(5)	25.424	25.087	25.424	25.087
Outras contas a receber		94	–	94	–
Partes relacionadas	(10)	10.021	7.935	11	–
Depósitos judiciais	(20)	37.591	36.399	37.591	36.399
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15)	92.754	66.182	93.425	66.853
Outros créditos		5.661	6.609	6.222	7.492
Investimentos	(11)	171.147	166.487	137.099	137.099
Imobilizado	(12)	11.556	13.198	15.303	14.006
Intangível	(12)	1.366	2.335	1.366	2.367
Total do Ativo Não Circulante		**355.614**	**324.232**	**316.535**	**289.303**
TOTAL DO ATIVO		**661.633**	**567.199**	**710.005**	**589.387**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2023	2022	2023	2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	(13)	75.871	59.632	90.895	68.911
Empréstimos e financiamentos	(14)	43.715	52.695	43.715	52.695
Contas a pagar		762	862	3.268	967
Obrigações tributárias	(16)	31.756	24.086	45.072	28.963
Salários e encargos socias a pagar	(17)	61.968	68.588	97.997	69.253
Parcelamento de tributos	(18)	16.852	99	17.849	99
Programa de participação nos lucros		–	1.500	–	1.500
Adiantamentos recebidos de clientes	(19)	58.352	29.044	70.187	30.382
Total do Passivo Circulante		**289.276**	**236.506**	**368.983**	**252.770**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	(14)	20.105	30.140	20.105	30.140
Provisão de contingências	(20)	17.106	16.608	17.106	16.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(15)	6.447	5.929	6.447	5.929
Partes relacionadas	(10)	49.585	817	1.355	1.332
Provisão para investimentos	(11)	2.198	1.369	–	–
Parcelamento de tributos	(18)	50.358	335	54.018	335
Outros débitos		1.206	1.040	4.524	2.497
Total do Passivo não Circulante		**147.005**	**56.238**	**103.555**	**56.841**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(22)				
Capital Social	(22.1)	233.722	233.722	233.722	233.722
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.3)	(19.218)	(6.139)	(19.218)	(6.139)
Reserva de capital	(22.4)	13.198	13.198	13.198	13.198
Adiantamento para futuro aumento de capital	(22.2)	50.518	50.518	50.518	50.518
Prejuízo acumulado		(52.868)	(16.844)	(52.868)	(16.844)
Total dos acionistas controladores		225.352	274.455	225.352	274.455
Participação de acionistas não controladores		–	–	12.115	5.321
Total do Patrimônio Líquido		**225.352**	**274.455**	**237.467**	**279.776**
TOTAL DO PASSIVO		**661.633**	**567.199**	**710.005**	**589.387**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO-EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil)

	Capital Social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros: Reserva legal	Reserva de Lucros: Reserva de expansão	Adto. para futuro aumento de capital	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total da participação dos acionistas controladores	Total da participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**233.722**	**65.990**	**(3.446)**	**403**	**8.078**	**–**	**–**	**304.747**	**3.463**	**308.210**
Realização de reserva de reavaliação	–	–	(266)	–	–	–	266	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	(2.427)	–	–	–	–	(2.427)	(360)	(2.787)
Adto. para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	50.518	–	50.518	–	50.518
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(78.383)	(78.383)	2.218	(76.165)
Compensação do prejuízo do exercício	–	(52.792)	–	(403)	(8.078)	–	61.273	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2022	**233.722**	**13.198**	**(6.139)**	**–**	**–**	**50.518**	**(16.844)**	**274.455**	**5.321**	**279.776**
Realização de reserva de reavaliação	–	–	(264)	–	–	–	264	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	(12.815)	–	–	–	–	(12.815)	(3.172)	(15.987)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(36.288)	(36.288)	9.966	(26.322)
Em 31 de dezembro de 2023	**233.722**	**13.198**	**(19.218)**	**–**	**–**	**50.518**	**(52.868)**	**225.352**	**12.115**	**237.467**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

www.concremat.com.br

CONCREMAT engenharia e tecnologia | Uma empresa do grupo / A company of 中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

CONCREMAT engenharia e tecnologia

Uma empresa do grupo
A company of
中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ 33.146.648/0001-20

www.concremat.com.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022. (Em reais mil)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**872.565**	**960.545**	**1.198.407**	**1.017.440**
Dedução de receita		(91.889)	(108.397)	(141.327)	(116.471)
RECEITA LÍQUIDA	(23)	**780.676**	**852.148**	**1.057.080**	**900.969**
Custo dos Serviços Prestados	(24)	(797.168)	(887.510)	(1.013.372)	(923.671)
LUCRO BRUTO		**(16.492)**	**(35.362)**	**43.708**	**(22.702)**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Honorários da diretoria		(11.694)	(13.599)	(12.402)	(13.599)
Despesas com pessoal	(24.1)	(32.475)	(37.598)	(36.295)	(37.904)
Despesas gerais e serviços	(24.2)	(27.983)	(22.217)	(34.164)	(24.575)
Despesas de depreciação e amortização		(1.628)	(1.777)	(1.813)	(1.777)
Resultado de equivalência patrimonial		32.102	6.846	–	–
Outras receitas operacionais		15.058	479	15.064	479
		(26.620)	**(67.866)**	**(69.610)**	**(77.376)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(43.112)**	**(103.228)**	**(25.902)**	**(100.078)**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		4.312	7.652	6.568	7.970
Despesas financeiras		(23.463)	(23.115)	(27.910)	(24.346)
Resultado Financeiro Líquido	(25)	**(19.151)**	**(15.463)**	**(21.342)**	**(16.376)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**(62.263)**	**(118.691)**	**(47.244)**	**(116.454)**
Imposto de renda sobre o lucro corrente		–	–	(3.709)	(12)
Contribuição social sobre o lucro corrente		–	–	(1.344)	(7)
Imposto de renda sobre o lucro diferido		19.093	29.615	19.093	29.615
Contribuição social sobre o lucro diferido		6.882	10.693	6.882	10.693
Imposto de renda e contribuição social	(21)	**25.975**	**40.308**	**20.922**	**40.289**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**(36.288)**	**(78.383)**	**(26.322)**	**(76.165)**
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos:					
Acionistas controladores		–	–	(36.288)	(78.383)
Acionistas não controladores		–	–	9.966	2.218
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		**(36.288)**	**(78.383)**	**(26.322)**	**(76.165)**
Lucro Líquido (Prejuízo) por ação–Básico e Diluído (em R$)	(26)	(1,45)	(3,14)	(1,05)	(3,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022. (Em reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro Líquido / (Prejuízo) do exercício	**(36.288)**	**(78.383)**	**(26.322)**	**(76.165)**
Outros Resultados Abrangentes				
Ajustes acumulados de conversão	(12.815)	(2.427)	(15.987)	(2.787)
Resultado abrangente total	**(49.103)**	**(80.810)**	**(42.309)**	**(78.952)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Das atividades operacionais:				
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	**(36.288)**	**(78.383)**	**(26.323)**	**(76.165)**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas				
. Depreciação e amortização	4.406	5.080	5.083	5.248
. Baixa líquida do imobilizado	111	203	111	203
. Resultado de equivalência patrimonial	(32.102)	(6.846)	–	–
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	(25.974)	(40.308)	(25.974)	(40.308)
. Provisão (reversão) para perdas esperadas	(702)	(18)	(702)	(18)
. Provisão (reversão) de contingências	720	–	720	–
. Variação cambial s/transação com partes relacionadas	647	750	–	–
. Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos	11.959	9.232	11.959	9.232
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício ajustado	**(77.223)**	**(110.290)**	**(35.126)**	**(101.808)**
(Aumento) Redução nos ativos operacionais				
. Clientes	(36.894)	44.849	(58.898)	38.796
. Impostos a compensar	(13.812)	(5.301)	(14.497)	(7.627)
. Dividendos a receber	(9.693)	8	–	–
. Adiantamentos a fornecedores e empregados	5.012	(12.162)	(6.533)	(14.574)
. Outros créditos	(5.787)	(57.615)	(5.134)	(64.564)
. Depósitos e cauções	(1.192)	(1.616)	(1.192)	(1.616)
. Transação com partes relacionadas	46.034	(626)	6	122
Aumento (Redução) nos passivos operacionais				
. Fornecedores	16.239	29.266	21.984	32.438
. Contas a pagar	(101)	(228)	2.300	450
. Impostos e contribuições a recolher	7.670	3.572	16.109	5.547
. Adiantamentos de clientes	29.308	27.146	39.805	27.934
. Salários e encargos sociais a pagar	(6.619)	7.707	28.745	8.262
. Outras obrigações	(290)	51.189	(14.264)	49.994
. Parcelamento de tributos	66.777	284	71.434	284
. Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(10.232)	(7.805)	(10.232)	(7.805)
. Participação nos lucros a pagar	(1.500)	(1.300)	(1.500)	(1.300)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**7.697**	**(32.922)**	**33.007**	**(35.467)**
Das atividades de investimentos:				
. Aquisição (baixa) de investimentos	15.610	710	–	(881)
. Aquisição (baixa) de imobilizado	(1.923)	(4.156)	(5.434)	(4.414)
. Aquisição (baixa) de intangível	17	(1.142)	(55)	(1.146)
	13.704	**(4.588)**	**(5.489)**	**(6.441)**
Das atividades de financiamentos:				
. Captação de empréstimos e financiamentos	30.695	59.356	30.695	59.356
. Amortização de empréstimos e financiamentos pagos	(51.438)	(15.948)	(51.438)	(15.948)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(20.743)**	**43.408**	**(20.743)**	**43.408**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**658**	**5.898**	**6.775**	**1.500**
DISPONIBILIDADES				
Saldo inicial	18.260	12.362	21.525	20.025
Saldo final	18.918	18.260	28.300	21.525
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**658**	**5.898**	**6.775**	**1.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em reais mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL: A Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. (“Sociedade” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, tendo por objeto a prestação de serviços de consultoria na área de arquitetura, meio ambiente, engenharia civil, elétrica e mecânica, incluindo a elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, anteprojetos, projetos básicos, e projetos executivos; execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil; o controle de qualidade de projetos; a fiscalização e supervisão de obras; o gerenciamento de obras e empreendimentos; a realização de ensaios, testes e análise de materiais e produtos, inclusive inspeção e controle de qualidade; a execução de serviços de topografia, sondagens e congêneres; a execução de obras e serviços de escoramento, contenção e estabilização de encostas; a execução de obras e serviços de recuperação ou reforço estrutural de edificações, pontes e congêneres; a prestação de serviços de assessoria, gerenciamento, fiscalização, consultoria, planejamento e capacitação nas áreas social e ambiental; a operação e manutenção de empreendimentos privados e públicos em geral, consultoria empresarial, podendo participar de outras sociedades ao interesse de seus objetivos, possuindo as seguintes controladas diretas e indiretas: **a. Concremat International Inc**–A subsidiária está situada em Belize, e atua na administração de obras realizadas fora do Brasil; **b. Consórcio Concremat Proyecto Treinta**–Este consórcio foi constituído e organizado em conformidade com as Leis da República Dominicana, para a prestação de serviço de consultoria, gerenciamento e fiscalização da Construção do Projeto Hidroelétrico Palomino; **c. Concremat Dominicana Inc**–A empresa está situada na República Dominicana e atua no gerenciamento de obras; **d. Concremat Moçambique Ltda**–A empresa está situada em Moçambique e atua na prestação de serviços na área de arquitetura, meio ambiente, engenharia civil, elétrica e mecânica. As atividades realizadas pela Controlada foram encerradas, e o processo de encerramento das atividades operacionais e legais conforme legislação local, encontram-se em andamento; **e. Consórcio SMG–**Sociedade constituída em conformidade com as Leis da República Dominicana, para a prestação de serviços de arquitetura e engenharia, e consultoria técnica. Atualmente é responsável pela supervisão da construção da barragem de Monte Grande, destinado ao controle de inundações, irrigação e fornecimento de água, além de geração de energia, pesca e turismo; **f. Consórcio Concremat–CIA**–Em 12 de agosto de 2016, foi constituído o Consórcio Concremat – CIA, situado no distrito de Assunção – Paraguai. O mesmo é responsável pela supervisão das obras de engenharia civil de vias secundárias no Paraguai, e conta com o financiamento do BID; **g. Consórcio Tecnoamérica–**Sociedade comercial constituída e organizada em conformidade com as Leis da República Dominicana para prover serviços de consultoria e supervisão técnica de obra civil do Projeto Teleférico de Santo Domingo; **h. Concremat Sucursal Bolívia** – A sucursal foi criada em 2017 para atender às operações da Sociedade no país boliviano com plena atuação na prestação de serviços na área de arquitetura e engenharia. **i. Concremat Sucursal Paraguai** – A sucursal foi criada em 2018 para atender às operações da Sociedade no país paraguaio com plena atuação na prestação de serviços na área de arquitetura e engenharia. **j. Rota Nordeste EPC Associados Engenharia SPE Ltda–**A empresa está situada no Estado do Maranhão–Brasil e tem como foco a realização de obras portuárias, marítimas, fluviais, e a prestação de serviços na área de engenharia, administração de obras e a construção de obras de arte especiais. Suas atividades tiveram início em 2018, e hoje é a responsável pela construção do Porto de São Luis – Maranhão. **k. Concremat Sucursal El Salvador–**A sucursal foi criada em 2020 para atender às operações da Sociedade no país salvadorenho com plena atuação na prestação de serviços na área de arquitetura, meio ambiente e engenharia. **l. Concremat Engenharia e Serviços S.A.–**O objeto específico desta sociedade é a prestação de serviços de consultoria e engenharia civil, elétrica e mecânica, estudos e execução de obras em geral. **m. Concremat Sucursal Peru–**A sucursal foi criada em 2021 para atender às operações da Sociedade no país peruano com plena atuação na prestação de serviços na área de arquitetura, meio ambiente e engenharia e consultoria técnica. **n. Concremat Sucursal Rep. Dominicana–**A sucursal foi criada em 2021 para atender às operações da Sociedade no país dominicano com plena atuação na prestação de serviços na área de arquitetura, meio ambiente e engenharia e consultoria técnica. **o. Consórcio CMAT – VIALIA**–Sociedade constituída em conformidade com as Leis da República Dominicana, para a prestação de serviços de engenharia, e consultoria técnica. Atualmente é responsável pela supervisão das obras de construção das vias de acesso, área polidesportiva e instalações de redes elétricas junto a (URBE) La Unidad Ejecutora para La Readecuacíon de Barrios y Entornos. **p. Consórcio CMAT ITC**–Sociedade constituída em conformidade com as Leis da República Dominicana, para a prestação de serviços de engenharia, e consultoria técnica. Atualmente é responsável pela supervisão do projeto e construção das obras de infraestrutura hidro sanitária do projeto turístico “Cabo Rojo”. **q. Consórcio Monotel SDC**–Sociedade constituída em conformidade com as Leis da República Dominicana, para a prestação de serviços de engenharia, e consultoria técnica. Atualmente é responsável pela supervisão técnica da construção de obras civis e instalação de equipamentos para o comissionamento do “Monotrilho” de Santiago de Los Caballeros. **r. Consórcio Vielca–Concremat**–Sociedade constituída em conformidade com as Leis da República de Nicarágua, para a prestação de serviços de engenharia e consultoria técnica. **s. APCA Vielca Concremat–**Sociedade constituída em conformidade com as Leis da Guatemala, para a prestação de serviços de engenharia, consultoria técnica, e outros. **t. Concremat Sucursal Equador–**A sucursal foi criada em 2023 para atender às operações da Sociedade no país equatoriano com plena atuação na prestação de serviços na área de arquitetura, meio ambiente e engenharia. **Continuidade operacional:** Em 2023, o ativo circulante excedeu o passivo circulante, consolidado, em R$ 24,5 milhões (R$ 47,3 milhões em 2022), bem como obteve prejuízo líquido anual de R$ 26,3 milhões e possui prejuízos acumulados de R$ 52,9 milhões. O prejuízo da empresa está totalmente associado ao projeto de construção do Terminal de Regaseificação de São Paulo – “TRSP” que está sendo concluído na metade de 2024. A Concremat gera lucro na sua operação principal de Engenharia e no final de 2023 a empresa alcançou o valor de R$ 1,2 bilhão de backlog, um crescimento importante de 17,8% em relação ao ano de 2022, com destaque para a área Internacional que cresceu 138%. Para o ano de 2024 a Concremat deu início a um plano conciso e estruturado para atingimento de melhores resultados, com envolvimento de todas as áreas operacionais e áreas corporativas. O plano foi estruturado em pilares focados em governança e monitoramento envolvendo: Otimização de SG&A (despesas operacionais), foco de vendas em segmentos com melhor receita, monitoramento mais robusto dos contratos e otimização de custos financeiros com o envolvimento de Comitês financeiros e Áreas de Negócios com medidas de maior controle como por exemplo a implantação de sistemas e controles avançados.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são de responsabilidade da Administração da Sociedade e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas através da emissão de Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Em 29 de abril de 2023, a Administração da Sociedade autorizou a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **2.1 Critérios de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas instruções normativas e deliberações do CFC, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas Controladas, conforme a seguir:

	Percentual de Participação (%)			
	2023		2022	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Concremat International Inc	100	-	100	-
Consórcio Concremat Proyecto Treinta	70	-	70	-
Concremat Moçambique	2,5	97,5	2,5	97,5
Concremat Dominicana Inc	-	100	-	100
Consórcio SMG	70	-	70	-
Consórcio Concremat–CIA	55	-	55	-
Consórcio Tecnoamérica	70	-	70	-
Concremat Sucursal Bolívia	100	-	100	-
Concremat Sucursal Paraguai	100	-	100	-
Rota Nordeste	70	-	70	-
Concremat Sucursal El Salvador	100	-	100	-
Concremat Eng. e Serviços (Tecpar Engenharia)	99,99	-	99,99	-
Concremat Sucursal Peru	100	-	100	-
Concremat Sucursal Rep. Dominicana	100	-	100	-
Consórcio CMAT VIALIA	60	-	60	-
Consórcio CMAT ITC	60	-	60	-
Consórcio Monotel SDC	70	-	70	-
Consórcio Vielca–Concremat	50	-	50	-
APCA Vielca Concremat	50	-	-	-
Concremat Sucursal Equador	100	-	-	-

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e elaboradas de forma consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e no resultado das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, decorrentes de operações entre as Sociedades. Foram destacadas as participações dos acionistas não controladores. São consideradas controladas todas as entidades nas quais a Sociedade tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que a metade da participação com direito a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Sociedade controla outra entidade. As Controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Concremat. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS PELA SOCIEDADE: a. Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é formada por saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. As aplicações estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda retido na fonte–IRRF auferidos até a data de encerramento anual na modalidade *pro-rata temporis*. **c. Contas a Receber:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, acrescidos das variações monetárias e cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A Sociedade aplica o registro da provisão para perda esperada sobre seus títulos a receber e direitos (receitas) a faturar, de onde é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas conforme políticas próprias e comuns aplicadas. **d. Investimento:** Os investimentos da Sociedade em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Sociedade em suas controladas. É determinado em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, calcula-se o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e se reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora. ***(i) Participação de acionistas não-controladores:*** A Sociedade elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação numa subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(ii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações inter-company, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Sociedade na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **e. Imobilizado:** Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável (impearment) acumuladas, quando houver. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **f. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Um ativo intangível pode ser baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas com a alienação versus o valor contábil do ativo, são reconhecidos ao resultado quando o respectivo ativo é baixado. **Revisão da vida útil e análise de recuperabilidade (impairment) dos ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade, obedecendo aos preceitos da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07.** Considerando a expectativa econômica de utilização do imobilizado e do intangível da Sociedade, abaixo são apresentados os fatores internos que levaram a Sociedade a manter a mesma vida útil para o exercício de 2023, e da não aplicação do teste de recuperabilidade: (i) Não houve mudança tecnológica significativa nas operações da Sociedade; (ii) Não ocorreu mudança significativa nas expectativas de uso, em termos de vida útil econômica, do imobilizado e do intangível da Sociedade; (iii) Não houve alteração de valor de mercado significativa, além do tempo ou uso normal de tais, conforme fontes externas de informações; (iv) Não foi verificado evidências de obsolescência ou danos físicos dos itens, corroborando com relatórios internos disponibilizados que indicam o desempenho econômico esperado de um ativo. **g. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **h. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **i. Passivos contingentes:** São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa 18 e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **j. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços. A receita é reconhecida quando da prestação de serviços, os quais são medidos com bases mensais. Assim, a sociedade entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente. **k. Moeda Estrangeira:** ***(i) Transações e saldos em moeda estrangeira:*** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade–R$ (reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”. ***(ii) Moeda de apresentação e conversão das demonstrações financeiras:*** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que correspondem à moeda de apresentação da Sociedade. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos das controladas no exterior, cuja moeda funcional é a moeda local dos respectivos países onde operam, são convertidas para reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa de câmbio vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido. **Novas normas aplicadas até 31.12.2022:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às práticas contábeis adotadas no Brasil e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 .

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado–Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos–Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e dos resultados da Companhia, ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas

www.concremat.com.br

CONCREMAT engenharia e tecnologia
Uma empresa do grupo
A company of
中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

CONCREMAT engenharia e tecnologia | Uma empresa do grupo / A company of 中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ 33.146.648/0001-20

www.concremat.com.br

e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e Bancos	7.555	394	16.937	3.659
Aplicações Financeiras	11.363	17.866	11.363	17.866
	18.918	**18.260**	**28.300**	**21.525**

Em 31 de dezembro de 2023, as aplicações financeiras foram remuneradas por taxa média de 98% da variação do certificado de depósito interbancário – CDI, tendo em sua carteira principalmente aplicações em CDB renda fixa compromissada e CDB resgate automático. Os saldos consistem em aplicações de liquidez imediata, rapidamente conversíveis em Reais, tendo como objetivo principal honrar os compromissos de curto prazo, sujeitos à baixo risco.

5 CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes faturados–Públicos	47.116	38.062	59.424	46.202
Clientes faturados–Privados	74.273	27.706	91.563	63.988
Clientes não faturados–Públicos	46.313	41.919	57.094	38.055
Clientes não faturados–Privados	42.996	64.666	53.005	52.488
Outros clientes	1.087	1.087	1.103	1.106
	211.785	**173.440**	**262.189**	**201.839**
(-) Provisão para perdas esperadas	(11.222)	(11.864)	(11.222)	(11.864)
(-) Impairment sobre direitos	(9.365)	(9.424)	(9.365)	(9.424)
(-) Ajuste a valor presente	664	664	664	664
	(19.923)	**(20.624)**	**(19.923)**	**(20.624)**
Circulante	166.438	127.729	216.842	156.128
Não Ciculante	25.424	25.087	25.424	25.087
	191.862	**152.816**	**242.266**	**181.215**

A composição do vencimento é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	73.998	7.762	91.610	58.314
Vencidos até 90 dias	78.667	93.766	97.389	81.182
Vencidos de 91 a 180 dias	8.176	9.331	10.122	5.818
Vencidos de 181 a 365 dias	2.170	9.971	2.686	9.824
Vencidos há mais de 365 dias	48.774	52.610	60.382	46.701
	211.785	**173.440**	**262.189**	**201.839**

Os valores vencidos a mais de 365 dias são compostos em sua maioria por contratos com órgãos públicos, cujo ciclo de pagamento em atendimento ao seu compliance, percorre mais de um exercício. A Sociedade ingressou contra a Polícia Militar do Estado de São Paulo uma ação de cobrança visando a condenação do réu nos créditos contratuais inadimplidos referentes à prestação de Serviços Técnicos Especializados no Gerenciamento das obras de construção do prédio do Curso de Formação de Oficiais (CFO), reforma do Hospital da Polícia Militar, construção do prédio CPA/M-3 e 5º BPM/I e execução de obras civis no Centro de Processamento de Dados da PM destinadas à instalação dos equipamentos do sistema entroncado de telecomunicações, conforme Contrato nº 059/32/90. Esta ação deu origem ao precatório de nº 09419/2012 contra a Fazenda do Estado de São Paulo. Seu valor líquido de realização é de R$7,1MM .

6 IMPOSTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRRF e CSLL retido na fonte **(a)**	17.558	3.446	17.744	3.446
PIS E COFINS **(b)**	1.878	959	1.884	964
INSS **(c)**	375	327	376	327
ISS **(d)**	196	558	2.374	600
IRPJ/CSLL **(e)**	859	164	5.948	5.596
Impostos controladas exterior **(f)**	–	–	2.899	7.918
Outros **(g)**	1.606	3.206	6.992	4.869
	22.472	**8.660**	**38.217**	**23.720**

(a) Imposto de Renda retido na fonte sobre serviços faturados e aplicação financeira e CSLL retido na fonte sobre serviços faturados; (b) Crédito de Pis e Cofins sobre aquisições e retidos sobre faturamento; (c) INSS retido sobre faturamento; (d) ISS retido sobre faturamento; (e) Saldo Negativo de IRPJ e CSLL anos anteriores e recuperar; (f) Impostos no exterior (empresas controladas); (g) Crédito de impostos, impostos a recuperar e outros

7 ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a empregados **(a)**	1.745	718	2.836	1.661
Adiantamento a fornecedores **(b)**	9.233	15.272	23.671	18.312
	10.978	**15.990**	**26.507**	**19.973**

(a) Referem-se aos valores pagos para colaboradores da Sociedade na forma de adiantamento de salários, viagens e similares. (b) Referem-se aos valores pagos para prestadores de serviço. Neste exercício o projeto de construção do Terminal de Regaseificação de São Paulo fez com que o montante em 2023 tenha tido um aumento relevante, cujo abaixo podemos demonstrar alguns saldos.

Adiantamentos "controladora"	
Drilltec Serv. de Perfuração	4.001
Blue Water Logistcis	1.090
Shibata Fender	900
Hansa Meyer	478
Outros	4.509
	10.978

8 DIVIDENDOS A RECEBER: Valor a receber no montante de R$9,7 milhões da Controladora Concremat Engenharia e Serviços S.A.

9 OUTROS CRÉDITOS: Composto basicamente por saldos a receber decorrente da participação da Sociedade em Consórcios operantes no Brasil e no exterior, tais como: Brasil–Consórcio GTR3 e Consórcio Água para Baixada. Exterior – Paraguai – Consórcio Cialpa Concremat Crema e Consórcio Concremat Cialpa "Ecatef". Nesta rubrica também está registrado o underbilling do Contrato de Construção do Terminal de Regaseificação de São Paulo no montante de R$58,7 milhões.

10 PARTES RELACIONADAS: Os saldos e as transações entre a Sociedade, suas controladas e demais empresas sob o mesmo grupo econômico são eliminados na consolidação quando aglutinam os balanços entre si. Na Controladora, são divulgados os saldos a receber cuja origem se norteia pela celebração de contratos de mútuo sem vencimento, mas remuneradas a uma taxa fixada previamente.

	Ativo não circulante e (Pasivo não circulante)			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
MRV Empreendimentos e Participações S.A. **(1)**	6	6	6	6
Concremat Participações S.A. **(1)**	5	5	5	5
Concremat Dominicana Inc	3.333	3.592	–	–
Concremat Sucursal Paraguai	1.002	1.127	–	–
Concremat Sucursal Bolívia	1.792	371	–	–
Concremat Sucursal El Salvador	333	9	–	(11)
Concremat Sucursal Peru	1.027	656	–	–
Concremat Internacional Inc.	791	852	–	–
Concremat Sucursal Equador	203	–	–	–
Rota Nordeste EPC Associados Engenharia SPE Ltda.	1.529	1.317	–	–
Concremat Engenharia e Serviços	(48.827)	–	–	–
Outros	(758)	(817)	(1.355)	(1.332)
	(39.564)	**7.118**	**(1.344)**	**(1.332)**

(1) Saldos remanescentes após a venda da Concremat para a CCCC – China Communications Construction Company

11 INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA INVESTIMENTOS

	Investimentos e (Provisão para investimentos)		Resultado de Equivalência			
	2023	2022	2023	%	2022	%
Concremat International Inc	4.617	5.031	(54)	100	(57)	100
Concremat Moçambique	(2)	(1)	–	2,5	–	2,5
Concremat Sucursal Bolívia	3.099	11.482	(958)	100	3.169	100
Consócio Concremat Tecnoamerica	56	62	(2)	70	–	70
Consórcio Concremat Proyecto Treinta	(78)	(84)	–	70	–	70
Consórcio SMG	4.666	8.534	1.357	70	3.369	70
Concremat Sucursal Paraguai	2.369	578	1.838	100	(457)	100
Concremat Eng. e Serviços (Tecpar Engenharia)	1.560	140	11.122	99,99	68	99,99
Consórcio Concremat–CIA	501	533	–	55	(3)	55
Concremat Sucursal Rep. Dominicana	(595)	(107)	(495)	100	(668)	100
Concremat Sucursal El Salvador	(553)	383	(259)	100	779	100
Concremat Sucursal Peru	769	1.200	(382)	100	(48)	100
Concremat Sucursal Equador	(141)	–	(225)	100	–	–
Rota Nordeste EPC–SPE	(830)	(595)	(234)	70	(270)	70
Consórcio CMAT VIALIA	1.291	1.178	253	60	1.193	60
Consórcio CMAT ITC	112	(87)	162	60	(95)	60
Consórcio Monotel SDC	13.653	(493)	18.846	70	(514)	70
Consórcio Vielca–Concremat	356	265	131	50	380	50
APCA Vielca Concremat	1.000	–	1.002	50	–	–
Ágio s/investimento	137.099	137.099	–		–	
	168.949	**165.118**	**32.102**		**6.846**	

12 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

IMOBILIZADO

Controladora

Custo	Terrenos e Edifícios	Instalações / Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de processamento de dados	Veículos	Outras Imobilizações	Total
Tx depreciação % a.a	4	10	10	20	20		
Em 31 de dezembro de 2021	**8.520**	**13.741**	**3.611**	**13.794**	**141**	**343**	**40.149**
Adições	–	1.013	205	2.926	–	95	4.239
Baixas	–	(1)	(284)	(1.121)	(69)	(29)	(1.504)
Em 31 de dezembro de 2022	**8.520**	**14.753**	**3.532**	**15.599**	**72**	**409**	**42.884**
Adições	–	1.202	68	2.668	–	109	4.047
Baixas	(730)	(202)	(316)	(3.820)	–	(30)	(5.098)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.790**	**15.753**	**3.284**	**14.447**	**72**	**488**	**41.833**
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2021	**(5.169)**	**(10.934)**	**(2.907)**	**(7.504)**	**(141)**	**(141)**	**(26.795)**
Depreciação	(420)	(1.270)	(177)	(2.137)	–	(105)	(4.109)
Baixas	–	1	229	915	69	4	1.218
Em 31 de dezembro de 2022	**(5.589)**	**(12.203)**	**(2.855)**	**(8.726)**	**(72)**	**(242)**	**(29.686)**
Depreciação	(414)	(826)	(147)	(2.117)	–	(40)	(3.544)
Baixas	668	170	267	1.840	–	8	2.953
Em 31 de dezembro de 2023	**(5.335)**	**(12.859)**	**(2.735)**	**(9.003)**	**(72)**	**(274)**	**(30.277)**
Imobilizado líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	3.351	2.807	704	6.290	–	202	13.354
Em 31 de dezembro de 2022	2.931	2.550	677	6.873	–	167	13.198
Em 31 de dezembro de 2023	**2.455**	**2.894**	**549**	**5.444**	**–**	**214**	**11.556**

IMOBILIZADO

Consolidado

Custo	Terrenos e Edifícios	Instalações / Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de processamento de dados	Veículos	Outras Imobilizações	Total
Tx depreciação % a.a	4	10	10	20	20		
Em 31 de dezembro de 2021	**8.520**	**13.777**	**3.648**	**14.477**	**405**	**354**	**41.181**
Adições	–	1.023	205	3.128	147	97	4.600
Baixas	–	(3)	(288)	(1.193)	(136)	(28)	(1.648)
Em 31 de dezembro de 2022	**8.520**	**14.797**	**3.565**	**16.412**	**416**	**423**	**44.133**
Adições	–	1.274	93	7.169	400	120	9.056
Baixas	(730)	(207)	(322)	(3.826)	(29)	(33)	(5.147)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.790**	**15.864**	**3.336**	**19.755**	**787**	**510**	**48.042**
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2021	**(5.169)**	**(10.949)**	**(2.913)**	**(7.746)**	**(183)**	**(156)**	**(27.115)**
Depreciação	(420)	(1.275)	(178)	(2.280)	(9)	(104)	(4.266)
Baixas	–	2	229	936	79	7	1.253
Em 31 de dezembro de 2022	**(5.589)**	**(12.222)**	**(2.862)**	**(9.090)**	**(113)**	**(253)**	**(30.128)**
Depreciação	(414)	(843)	(148)	(4.011)	(129)	(41)	(5.586)
Baixas	668	170	268	1.857	2	9	2.974
Em 31 de dezembro de 2023	**(5.335)**	**(12.895)**	**(2.742)**	**(11.244)**	**(240)**	**(285)**	**(32.740)**
Imobilizado líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	3.351	2.828	735	6.711	222	198	14.046
Em 31 de dezembro de 2022	2.931	2.575	703	7.322	303	170	14.006
Em 31 de dezembro de 2023	**2.455**	**2.969**	**594**	**8.511**	**547**	**225**	**15.303**

INTANGÍVEL

Custo	Controladora Intangível Software	Consolidado Intangível Software
Tx amortização % a.a	20	20
Em 31 de dezembro de 2021	**11.034**	**11.136**
Adições	1.132	1.132
Baixas	(5)	(5)
Em 31 de dezembro de 2022	**12.161**	**12.263**
Adições	60	60
Baixas	(72)	(184)
Em 31 de dezembro de 2023	**12.149**	**12.139**
Amortização acumulada		
Em 31 de dezembro de 2021	**(8.860)**	**(8.918)**
Amortização	(971)	(983)
Baixas	5	5
Em 31 de dezembro de 2022	**(9.826)**	**(9.896)**
Amortização	(1.030)	(1.046)
Baixas	73	169
Em 31 de dezembro de 2023	**(10.783)**	**(10.773)**
Imobilizado líquido		
Em 31 de dezembro de 2021	2.164	2.218
Em 31 de dezembro de 2022	2.335	2.367
Em 31 de dezembro de 2023	**1.366**	**1.366**

13 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	72.117	57.327	76.710	59.406
Fornecedores no exterior	3.754	2.305	14.185	9.505
	75.871	**59.632**	**90.895**	**68.911**

Saldo composto (controladora) por notas fiscais e serviços medidos. Destaca se abaixo alguns de seus principais fornecedores:

Fornecedor Nacional	
Laney Directional	2.061
Cia Brasileira de Sol. e Serviços	4.931
Localiza Renta a Car	1.762
International Testing Pipelines	1.998
Drilltec Serv. de Perfuração	1.757
Auto Posto Shallon	1.749
Renasce Ambiental	1.650
SBV Soluções Ambientais	1.094
Newcom World Com. e Serv. Ltda	1.454
Ticket Soluções	1.124
CCCC Water Transportation	1.108
Outros	51.429
	72.117

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Empréstimo para capital de giro: Banco CCB–saldo de capital de giro em dez/23 no montante de R$24,0 milhões corrigido a taxa de CDI +2,6% a.a., tendo R$16,0 milhões registrados no curto prazo e R$8,0 milhões no longo prazo. Seu vencimento se dá em junho/2025; Banco Daycoval–saldo de capital de giro em dez/23 no montante de R$5,0 milhões corrigido a taxa de 18,9% a.a., tendo R$0,9 milhões registrados no curto prazo e R$4,1 milhões no longo prazo. Seu vencimento se dá em setembro/2026; Banco Santander–saldo de Finame BNDES em dez/23 no montante de R$3,9 milhões corrigido a taxa de IPCA +8,8% a.a., registrado no curto prazo. Seu vencimento se dá em janeiro/2024; saldo de capital de giro em dez/23 no montante de R$10,4 milhões corrigido a taxa de CDI +3,48% a.a., registrado no curto prazo. Seu vencimento se dá em outubro/2024; Banco Safra–saldo de Finame BNDES em dez/23 no montante de R$4,0 milhões corrigido a taxa SELIC +2,95% a.a., registrados no curto prazo. Seu vencimento se dá em julho/2024; Banco Bradesco–saldo de capital de giro, modalidade (4131-US$), em dez/23 no montante de R$4,0 milhões corrigido a taxa de SWAP +6,21% a.a., registrados no curto prazo. Seu vencimento se dá em março/2024. Banco Industrial do Brasil–saldo de capital de giro em dez/23 no montante de R$7,6 milhões corrigido a taxa de 18,6% a.a., tendo R$2,7 milhões registrados no curto prazo e R$4,9 milhões no longo prazo. Seu vencimento se dá em outubro/2026; Banco ABC–saldo de capital de giro em dez/23 no montante de R$5,0 milhões corrigido a taxa de 14,6% a.a., tendo R$1,9 milhões registrados no curto prazo e R$3,1 milhões no longo prazo. Seu vencimento se dá em abril/2025; **15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS:** A Sociedade possui créditos tributários referentes a imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo e passivo circulante e não circulante, decorrentes de adições temporárias, constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda (com adicional de 10%) acrescidos da alíquota de 9% para a Contribuição Social.

	Ativo		Passivo	
	Consolidado		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisões Fornecedores/Fiscais	9.116	7.534	–	–
AVP	557	557	–	–
Prejuízo Fiscal	77.344	50.625	–	–
PDD	3.884	4.123	–	–
Faturamento sobre serviços a realizar	65	226	–	–
Provisões encargos sobre dissídio	633	1.414	–	–
Provisões aviso prévio e FGTS	1.259	1.524	–	–
Provisão honorários diretoria	148	–	–	–
Lucro sobre receita de órgão público	–	–	(5.906)	(5.018)
Pagamento baseado em ações–CPC 10	–	–	(517)	(606)
Provisão de bônus	–	510	–	–
Atualização atuarial	419	340	(23)	–
Venda imóveis	–	–	(1)	(305)
	93.425	66.853	(6.447)	(5.929)
Não Circulante	**93.425**	**66.853**	**(6.447)**	**(5.929)**

Tributos diferidos ativo: Conforme estimativas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2023 de R$97.754 (Consolidado) a ser realizado a partir do exercício de 2024. Tributos diferidos passivo: Foram constituídas provisões de imposto de renda e para contribuição social registradas no passivo circulante e não circulante em função: a) do diferimento da tributação sobre os valores originados de contratos de longo prazo com o governo; b) da adoção da avaliação do ativo imobilizado pelo custo atribuído.

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS **(a)**	9.518	11.257	12.828	11.293
IRRF **(b)**	194	182	204	179
COFINS **(c)**	17.549	9.481	20.862	9.495
PIS **(d)**	3.567	2.395	4.467	2.398
Provisão IRPJ e CSLL	–	–	1.104	15
Outros **(e)**	928	771	5.607	5.583
	31.756	**24.086**	**45.072**	**28.963**

(a) ISS sobre faturamento e ISS sobre direitos a faturar; (b) Imposto de renda retido na fonte de terceiros; (c) Cofins sobre faturamento e direitos a faturar e Cofins retidos de terceiros; (d) Pis sobre faturamento e direitos a faturar e Pis retidos de terceiros ; (e) Outros impostos a pagar

17 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários a pagar	10.580	15.269	17.626	15.683
Férias a pagar	24.431	33.516	41.356	33.611
IRRF sobre folha de pagamento	5.228	3.641	9.743	3.669
INSS a recolher	13.155	4.168	18.234	4.224
FGTS a pagar	1.628	2.555	2.783	2.567
Provisão de dissídio e encargos	1.648	4.587	1.648	4.587
Outros	5.298	4.852	6.607	4.912
	61.968	**68.588**	**97.997**	**69.253**

18 PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Controladora		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Parcelamento Federal (a)	14.573	99	48.484	335
Parcelamento Municipal (b)	2.279	–	1.874	–
	16.852	**99**	**50.358**	**335**

(a)–Valores ref. a INSS, PIS, COFINS, IRRF e CSRF.
(b)–Valores parcelados junto a Prefeitura de Cubatão–SP

19 ADIANTAMENTOS RECEBIDOS DE CLIENTES: A Sociedade divulga em 31 de dezembro de 2023 e 2022, tanto no Consolidado como na Controladora, montantes referentes aos contratos firmados com seus clientes, a serem compensados através de emissão futura de notas fiscais de serviços até o término do contrato.

20 DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS: A Administração da Sociedade constituiu provisão para valores de contingências trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável, segundo a avaliação de seus consultores jurídicos. Os valores das provisões para contingência provável e possível são apresentados abaixo pelo seu valor líquido de depósitos judiciais .

	Controladora				Consolidado			
	2023		2022		2023		2022	
	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível
Trabalhistas	570	23.773	570	24.210	570	23.773	570	24.210
Cíveis	962	66.798	962	27.166	962	66.798	962	27.166
Tributário	–	3.295	–	4.090	–	3.295	–	4.090
Administrativo	–	15.879	–	15.843	–	15.879	–	15.843
Previdenciária	–	1.070	–	774	–	1.070	–	774
	1.532	**110.815**	**1.532**	**72.083**	**1.532**	**110.815**	**1.532**	**72.083**

Trabalhistas: As principais causas cuja classificação é provável ou possível são ações movidas por ex-empregados contra a Sociedade, envolvendo cobranças de horas extras, diferença de verbas rescisórias, vínculo empregatício, adicional de periculosidade e danos morais. Cíveis: As principais causas cuja classificação é provável ou possível referem-se a ações de natureza indenizatória, materiais e morais relacionadas a contratos de clientes. INSS Contribuições Sociais

CONCREMAT engenharia e tecnologia | Uma empresa do grupo / A company of 中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

CONCREMAT engenharia e tecnologia | Uma empresa do grupo / A company of 中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ 33.146.648/0001-20

www.concremat.com.br

– Verbas indenizatórias. Em setembro de 2010 a Companhia impetrou Mandado de Segurança para ver reconhecido o seu direito de não recolher contribuição previdenciária sobre as verbas tidas como indenizatórias, quais sejam, aviso prévio indenizado, auxílio-maternidade, auxílio-doença, adicional de férias, férias indenizadas, auxílio-acidente e horas extras, bem como a compensação dos valores recolhidos a esse título nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Foi prolatada sentença favorável que declarou como inexigível o recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre os valores pagos ou a serem pagos aos empregados nos primeiros quinze dias de afastamento por motivo de saúde ou acidente (antes da obtenção do auxílio-doença), férias indenizadas e terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado e adicional de horas extras, bem como para declarar o direito da Impetrante a proceder à compensação dos valores de contribuição previdenciária recolhidos a esse título no período de cinco anos que antecederam o ajuizamento do mandado de segurança. A sentença foi parcialmente confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, tendo sido restabelecida, apenas, a incidência sobre as horas extraordinárias e, portanto, a inexigibilidade sobre as demais verbas foi mantida. O processo aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário pelo STJ e STF, respectivamente. Após a sentença de primeira instância a Companhia optou por passar a realizar os depósitos judiciais da contribuição previdenciária incidente sobre as verbas declaradas inexigíveis para (i) evitar problemas nas renovações de sua certidão negativa de débitos perante a Receita Federal e (ii) reduzir o impacto financeiro de uma possível reforma da sentença. Esta matéria está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal, em dois recursos extraordinários que estão afetados pelo instituto da repercussão geral e aguardam julgamento, sendo certo que a jurisprudência dos tribunais federais e do Superior Tribunal de Justiça é favorável à tese dos contribuintes. Por este motivo, e com base em parecer do escritório de advocacia responsável pelo patrocínio deste Mandado de Segurança, a Sociedade entende que a probabilidade de perda é possível, razão pela qual não constitui provisão para esta contingência. No ano de 2018, a Sociedade realizou depósitos judiciais da contribuição previdenciária incidente sobre as referidas verbas. Baseado na opinião dos consultores jurídicos e fundamentada em jurisprudência, favorável do STJ e tribunais federais, em caso semelhante, a Sociedade acredita que prevalecerão seus fundamentos e nenhuma provisão foi registrada para esta contingência. A Sociedade tem ações consignatórias ajuizadas visando o reconhecimento judicial do correto credor do ISSQN devido sobre determinados contratos de prestação de serviços firmados. Devido à natureza das referidas ações nenhum valor será devido e/ou restituído à Sociedade ao final delas, e por esta razão não estão sendo considerados nesta nota.

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A Conciliação das despesas e receitas de IRPJ e CSLL e o produto da alíquota vigente sobre o lucro, antes do IRPJ e CSLL, são demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CSLL	(62.263)	(118.691)	(47.245)	(116.454)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada	**21.169**	**40.355**	**16.063**	**39.594**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Adições Permanente	**(305)**	**(47)**	**(1.720)**	**695**
Despesas não dedutíveis	(110)	(37)	(381)	(55)
Arrendamento mercantil	(71)	(76)	(71)	(76)
Doações	(4)	–	(4)	–
Multas	(40)	(93)	(39)	(94)
Equivalência patrimonial	(80)	(69)	–	–
Ajuste precatórios / outros	–	228	–	228
Efeito das empresas sem registro diferido	–	–	(1.225)	692
Exclusão Permanente	**5.110**	**–**	**6.579**	**–**
AGIO	1.329	–	1.329	–
Equivalencia patrimonial	3.782	–	3.782	–
Efeito IR adicional 10%	–	–	1.469	–
IR/CSLL no resultado do exercício	**25.975**	**40.308**	**20.922**	**40.289**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.975	40.308	25.974	40.308
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(5.052)	(19)
	25.975	**40.308**	**20.922**	**40.289**

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 22.1 CAPITAL: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Sociedade é de R$233.7 milhões divididos em 25.000.000 (vinte e cinco milhões de ações). **22.2 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL:** Nesta rubrica estão registrados os recursos recebidos a título de investimentos, os quais são destinados a expansão e manutenção das atividades da empresa. **22.3 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:** A Sociedade adotou o custo atribuído e o efeito do aumento do valor contábil dos bens do imobilizado e do intangível, líquido dos tributos diferidos, registrando-o em conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, de acordo com o ICPC 10. Também nesta, são registrados os ajustes acumulados de conversão de demonstrações contábeis das Sociedades controladas no exterior **22.4 RESERVA DE CAPITAL:** Saldo de valor constituído em 2020, decorrente de operação de incorporação reversa. **22.5 RESERVA DE LUCROS: Reserva Legal**: É constituída, obrigatoriamente, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações a razão de 5% do lucro líquido do exercício até que seu valor atinja 20% do Capital Social realizado. A Lei diz ainda que no exercício em que a Reserva Legal somada a Reserva de Capital, exceder a 30% do Capital Social, a Sociedade poderá deixar de constituir a Reserva Legal, o que não ocorreu neste exercício onde foi apurado um prejuízo.

23 RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita Operacional	872.565	960.545	1.198.407	1.017.440
Dedução de receita				
ISS	(35.110)	(41.620)	(44.035)	(41.625)
PIS	(10.117)	(11.908)	(12.405)	(11.913)
COFINS	(46.662)	(54.869)	(57.209)	(54.890)
Inss desonerado	–	–	(7.307)	–
Impostos s/rec. no exterior	–	–	(20.371)	(8.043)
Receita Líquida	**780.676**	**852.148**	**1.057.080**	**900.969**

24 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Custo com mão de obra	(331.488)	(412.553)	(492.234)	(432.003)
Custo com serviços	(200.992)	(255.988)	(240.309)	(268.474)
Custo com materiais	(87.680)	(70.444)	(88.996)	(70.662)
Custo com ativos	(126.472)	(108.381)	(135.803)	(110.812)
Depreciação e amortização	(2.778)	(3.302)	(3.269)	(3.471)
Custos gerais	(47.758)	(36.842)	(52.761)	(38.249)
	(797.168)	**(887.510)**	**(1.013.372)**	**(923.671)**

Na rubrica "Custo com ativos" os maiores indicadores se referem a locações de imóveis, veículos e máquinas que perfazem o montante de R$99,6 milhões, e custos com combustíveis e lubrificantes em R$11,9 milhões.

24.1 DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Despesa com mão de obra	(13.658)	(14.299)	(15.445)	(14.567)
Despesa com férias e 13º sal.	(3.016)	(3.472)	(3.452)	(3.477)
Despesa com encargos	(11.393)	(12.535)	(12.350)	(12.558)
Despesa com benefícios	(5.665)	(5.968)	(6.205)	(5.971)
Outras despesas	1.257	(1.324)	1.157	(1.331)
	(32.475)	**(37.598)**	**(36.295)**	**(37.904)**

24.2 DESPESAS GERAIS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Despesa com TI	(6.725)	(6.558)	(7.969)	(6.558)
Despesa com locações	(3.298)	(3.754)	(3.809)	(3.892)
Despesa com viagens e estadias	(3.430)	(1.532)	(3.711)	(1.556)
Despesa c/serv. Adm. e afins	(8.882)	(5.707)	(11.469)	(7.287)
Outras despesas	(5.648)	(4.666)	(7.206)	(5.282)
	(27.983)	**(22.217)**	**(34.164)**	**(24.575)**

25 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Rendimentos sobre aplicações	494	2.128	494	2.128
Descontos obtidos	186	228	190	229
Juros sobre clientes	438	702	438	702
Atualização selic	644	242	677	268
Variação cambial ativa	426	1.558	863	1.847
Variação monetária ativa	1.631	2.333	1.631	2.335
Outras receitas	493	461	2.275	461
Total das receitas financeiras	**4.312**	**7.652**	**6.568**	**7.970**
Juros de empréstimos	(5.270)	(3.503)	(5.270)	(3.503)
Taxas e emolumentos	(682)	(178)	(770)	(215)
Descontos concedidos	(3.190)	(6.547)	(6.618)	(6.547)
Juros sobre fornecedores/tributos	(1.580)	(614)	(1.593)	(650)
Variação cambial passiva	(1.195)	(2.357)	(1.501)	(2.781)
Variação monetária passiva	(6.948)	(6.887)	(6.948)	(6.887)
Outras despesas	(4.598)	(3.029)	(5.210)	(3.763)
Total das despesas financeiras	**(23.463)**	**(23.115)**	**(27.910)**	**(24.346)**
Resultado financeiro líquido	**(19.151)**	**(15.463)**	**(21.342)**	**(16.376)**

26 LUCRO POR AÇÃO: a) Básico: Em atendimento à legislação das sociedades anônimas, na Controladora o resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de ações ordinárias existentes no fim do exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria. b) Diluído: O Lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos. A Sociedade não possuí ações ordinárias diluídas.

	Controladora	
	2023	**2022**
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Sociedade	**(36.288)**	**(78.383)**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas–milhares	25.000	25.000
Lucro Líquido (Prejuízo) básico por ação	**(1,45)**	**(3,14)**

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Sociedade participa em operações envolvendo instrumentos financeiros usuais adiante descritos. Os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro 2023 e de 2022, registrados em contas patrimoniais, não apresentavam valores diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo: **a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), empréstimos e financiamentos, o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrerem em datas próximas a do balanço. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo ao valor de mercado. **b. Partes relacionadas:** O saldo devido as partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso tivessem sido praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.

28 OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Como política de gestão de ativos financeiros, a Sociedade procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que indiquem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado. Adicionalmente, a Sociedade administra seu capital para garantir que as entidades que o compõem sejam capazes de continuar suas operações de modo a maximizar o retorno aos sócios. A política da Sociedade é manter uma forte estrutura de capital, de modo a manter seu crescimento, reduzir o custo de capital e proporcionar retorno aos seus sócios. A Administração da Sociedade acredita que os recursos disponíveis para a Sociedade são suficientes para suas necessidades presentes e serão suficientes para satisfazer as suas necessidades previstas para as despesas de capital e outras necessidades de caixa para o ano fiscal de 2023. Não tem sido prática da Sociedade transacionar com instrumentos financeiros para fins especulativos. **28.1 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CRÉDITO:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que expõem a Sociedade ao risco de concentração de crédito consistem, principalmente, das disponibilidades e das contas a receber. Todas as disponibilidades da Sociedade são mantidas nas melhores instituições financeiras do país. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. **i. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade de acordo suas políticas internas. Os recursos excedentes são investidos somente em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado periodicamente pelos gestores, podendo ser atualizado ao longo do ano sempre que necessário. Esses limites são estabelecidos objetivando minimizar a concentração de riscos e, consequentemente, mitigando o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **ii. Contas a receber:** O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função da sólida situação financeira das empresas públicas e privadas para as quais a Sociedade presta serviços. Adicionalmente, a Sociedade monitora continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, é constituída provisão para perdas esperadas para com os clientes inadimplentes e aplica-se procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. A provisão para perda esperada é registrada como perdas prováveis em relação às contas a receber, cujo cálculo se baseia em estimativas considerando a situação de cada cliente e as garantias por eles oferecidas. Em 31 de dezembro de 2023, a concentração de risco de crédito dos clientes não é relevante. **28.2 GERENCIAMENTO DE RISCOS:** A Sociedade pode estar exposta aos seguintes riscos conforme melhor expostos abaixo: • Risco de Mercado; • Risco de taxa de juros e; • Gestão de Capital. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Sociedade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política da Sociedade é manter entre 40% e 60% de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros, excluindo empréstimos que se refiram a operações descontinuadas. **Gestão de capital:** A Sociedade tem por objetivo administrar seu capital sob a ótica da continuidade da mesma em oferecer retorno aos acionistas e benefício às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que busque a redução deste custo. A fim de manter ou ajustar a estrutura de capital da sociedade, a Administração pode, ou até mesmo propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento dos dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos com o intuito de reduzir o nível de endividamento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente do Conselho de Administração: Zhimin Hu, Conselheiros: Lin Li e Cai Wei.
PRESIDENTE EXECUTIVO : Zhimin Hu e Márcio Alexandrino Brasileiro–**VICE-PRESIDENTE**: Luiz Fernando Nogueira–**DIRETORES EXECUTIVOS**: Alexandre Roberto Salse Dittert, Antonio Carlos Fonseca Deichmann, Carlos Henrique Costa Jardim, Gontran Thiago Tibery Lima Maluf, Gustavo Dantas de Castro Lima e Rafael Luís Rabuske–**DIRETORES REGIONAIS**: Marcio Tagliari e Sergio Barreto Rocha–**DIRETORAS**: Ana Julia Brandimarti Vaz Pinto e Rosemary Vaz Pinto–**DIRETOR TÉCNICO**: Augusto Cesar Fabrin–**DIRETORES OPERACIONAIS**: Antônio Carlos Pitta, Antônio Fernando do Livramento Martins, Claudia Rodrigues de Araujo, Eduardo Jorge Miana, Gustavo Silva do Prado, José Daniel Vanegas Arguello, Luciene Azevedo de Moura, Luiz de Borges Garcia Filho, Marcelo Máximo da Costa, Marcos Alexandre de Oliveira Ito, Maria Josefina Reyna Kurtz e Rafael Chaves Optiz.
CONTADOR: Márcia Rossana Melo Soares – CRC-RJ 086241/O-2 – CPF:021.759.497-29

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
Rio de Janeiro–RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024

bakertilly
Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0
Claudio Henrique D. Reis
Contador - CRC-SC 024.494/O-1

www.concremat.com.br

CONCREMAT engenharia e tecnologia | Uma empresa do grupo / A company of 中国交建 CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION

Assine o jornal
Monitor Mercantil (21) 3849-6444

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

vital ENGENHARIA AMBIENTAL

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 02.536.066/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Vital Engenharia Ambiental S.A. submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **Relatório da Administração:** Perfil do Grupo: A Vital Engenharia Ambiental S/A é uma das maiores empresas de Gestão de Resíduos Sólidos do Brasil e da América Latina. Utilizando tecnologia de ponta e acreditando no potencial de realização dos seus colaboradores, a empresa oferece uma plataforma completa e integrada de gestão dos serviços de resíduos sólidos, para atender diariamente e com excelência mais de 14 milhões de pessoas. A Vital acredita que a preservação do Meio Ambiente é fundamental e, por isso, todas as suas operações seguem os mais altos padrões de proteção ambiental contidos na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Missão: Preservar os recursos naturais e satisfazer nossos clientes, por meio da gestão de resíduos e atividades correlatas, com qualidade, tecnologia de ponta, disponibilidade de investimentos e valorização socioambiental, atendendo às expectativas dos acionistas. Nossos Valores: TRABALHO: O valor que enobrece e dignifica; CONFIABILIDADE: Honrar os compromissos; QUALIDADE: O que precisa ser feito, tem que ser bem-feito; LEALDADE: Integrar-se com profissionalismo e comprometimento; INTEGRIDADE: As ações da empresa e de seus colaboradores devem refletir e inspirar a legalidade e a ética profissionais. Sustentabilidade Ambiental: Compromisso diário de contribuir para a construção de um mundo melhor, por meio da preservação do meio ambiente, visando as presentes e futuras gerações. Nosso Negócio: O Grupo Vital encerrou o ano de 2023 com uma ampla atuação no Brasil. A Empresa detém 10 contratos de concessão e possui operação em 12 Centrais de Tratamento de Resíduos. Além disso, o Grupo Vital possui mais de mil equipamentos próprios que são utilizados na prestação dos serviços, oferece aos seus clientes uma plataforma completa e integrada de Gestão de Resíduos Sólidos, atuando em toda a cadeia de processos, desde a coleta, transporte, triagem, tratamento, valorização e destinação final dos resíduos. Desempenho Operacional: O Grupo Vital, durante o ano de 2023, coletou e transportou 3,19 milhões de toneladas de resíduos, e processou em suas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs), aproximadamente, 4,65 milhões de toneladas de resíduos. Da decomposição dos resíduos gerados nas CTRs, foram captados aproximadamente 24,5 mil m3/h de biogás, que permitem o fornecimento de insumo para geração de 45 Mwh de Energia, bem como, evita a emissão em torno de 1 milhão de toneladas de carbono na atmosfera. Em relação aos novos projetos, destaca-se a conclusão das obras e o início da operação da Central de Tratamento de Resíduos localizada em Águas Lindas-GO, através da empresa Central de Gerenciamento Ambiental Baru. Essa unidade tem capacidade para receber 1,5 mil toneladas de resíduos por dia, visando atender às cidades localizadas no entorno do Distrito Federal, assim como, uma solução alternativa para garantir a destinação final de parte dos resíduos gerados no GDF. Ressaltamos, também, a consolidação da Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã como uma importante solução para a destinação dos resíduos no norte do Estado do Espírito Santo. Desempenho Financeiro: O Grupo Vital ampliou sua capacidade de geração de resultado, gerando um lucro líquido no valor de R$ 264 milhões. A Companhia manteve sua baixa alavancagem, possuindo dívida líquida negativa em R$ 61 milhões. Os investimentos totalizaram R$ 56 milhões no ano de 2023, principalmente focados no cumprimento de marcos contratuais, renovação da frota de algumas operações, e construção de novos ativos e projetos. Desenvolvimento Social: A Vital intensificou as atividades de conscientização ambiental, especialmente com relação à coleta reciclável, além das ações de sensibilização já desenvolvidas com o público estudantil. A Companhia também contribuiu com diversos projetos sociais que impactaram positivamente as comunidades próximas às suas operações. O Grupo Vital também apoia diversas ações culturais, sociais e esportivas. Programa de *Compliance*: O programa de *Compliance* da Companhia tem como principal objetivo a promoção da integridade em todas as suas operações e interações. Durante o ano de 2023, foram organizados comitês de integridade para fortalecer nossos esforços nessa área e no segmento de atuação. Como medidas para garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis, a Companhia e suas controladas atuaram fortemente no segmento, com práticas comuns envolvendo sua cadeia de parceiros de negócios fomentando práticas como: • Políticas e Procedimentos Internos; • Treinamento e Conscientização; • Monitoramento e Auditoria; • Gestão de Riscos e Conformidade com Regulamentações Específicas; • Participação de forma ativa nas entidades setoriais; • Relatórios Trimestrais e Documentação; • Divulgação dos Canais de Denúncia e do Código de Ética. Todas estas medidas têm como propósito promover uma cultura ética dentro e fora da organização, e ainda, um maior engajamento dos nossos parceiros de negócios. Segurança e Meio Ambiente: O Grupo Vital adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro e com saúde, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à saúde e à segurança do trabalho. Os riscos ambientais, e eventuais impactos negativos proporcionados pelas atividades administrativas e operacionais, são mitigados de acordo com legislação pertinente e/ou exigência técnica estabelecida. Agradecimentos: A Administração agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial, expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus mais de 10 mil colaboradores, pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade e confiabilidade na prestação dos nossos serviços. Todas as conquistas de 2023 só foram possíveis pelo incansável trabalho em equipe de todo o time da Companhia. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024. **A Administração.** Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores da Companhia declaram que: (a) revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das Notas Explicativas; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 2 de abril de 2024, sobre as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024.

Antonio Carlos Ferrari Salmeron **Ricardo Mota de Farias** **Hudson Bonno**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.468	71.345
Contas a receber de clientes	5	63.188	54.339
Estoque		5.803	4.386
Impostos a recuperar	6	35.040	22.483
Partes relacionadas	7	66.334	68.525
Outros créditos	8	6.172	6.749
		226.005	227.827
Não circulante			
Contas a receber de clientes	5	108.659	113.525
Partes relacionadas	7	11.074	7.982
Depósitos judiciais	16	52.449	50.244
Outros créditos	8	3.096	5.489
		175.279	177.240
Investimentos			
Controladas e coligadas	9	592.258	426.641
Outros investimentos		1	1
		592.259	426.642
Imobilizado	10	90.578	101.886
Intangível		925	925
		859.040	706.693
Total do Ativo		1.085.045	934.520

Passivo	Nota	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Circulante			
Fornecedores	11	25.968	17.863
Empréstimos e financiamentos	12	44.337	11.106
Obrigações tributárias	13	4.076	4.809
Dividendos a pagar	20.f	7.912	4.257
Salários e obrigações sociais	14	35.147	31.166
Outras contas a pagar		593	531
		118.033	69.732
Não circulante			
Fornecedores	11	1.842	1.844
Empréstimos e financiamentos	12	97.019	56.716
Partes relacionadas	7	8.193	8.193
Tributos diferidos	15	24.474	24.229
Provisão para riscos judiciais	16	12.007	37.337
Provisão para desmobilização de aterros	17	3.764	5.429
Provisão para perda de investimentos	9	3.870	4.274
		151.168	138.022
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		196.203	196.203
Reserva de capital		21.566	21.566
Reservas de lucros		551.297	462.219
Ajuste de avaliação patrimonial		46.778	46.778
		815.844	726.766
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.085.045	934.520

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

			Reserva de Capital	Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva para investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)		**196.203**	**21.566**	**39.240**	**288.581**	**-**	**96.099**	**-**	**46.778**	**688.467**
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 01/06/2022		-	-	-	(3.229)	-	(96.099)	-	-	(99.328)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	141.884	-	141.884
Destinação do resultado:										
Dividendos minimos obrigatórios	18.f	-	-	-	-	-	-	(4.257)	-	(4.257)
Dividendos adicionais propostos	18.f	-	-	-	-	-	79.743	(79.743)	-	-
Apropriação à reserva de retenção de lucros	18.f	-	-	-	57.884	-	-	(57.884)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)		**196.203**	**21.566**	**39.240**	**343.236**	**-**	**79.743**	**-**	**46.778**	**726.766**
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 13/03/2023		-	-	-	-	-	(79.743)	-	-	(79.743)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 21/11/2023		-	-	-	(37.000)	-	-	-	-	(37.000)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 30/11/2023		-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	263.733	-	263.733
Destinação do resultado:										
Dividendos minimos obrigatórios	18.f	-	-	-	-	-	-	(7.912)	-	(7.912)
Dividendos adicionais propostos	18.f	-	-	-	-	-	42.088	(42.088)	-	-
Retenção de lucros para investimentos conf. orçamento de capital	18.f	-	-	-	(256.236)	469.969	-	(213.733)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**196.203**	**21.566**	**39.240**	**-**	**469.969**	**42.088**	**-**	**46.778**	**815.844**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Receita operacional líquida	19	479.341	395.296
Custos dos serviços prestados	20	(434.660)	(373.837)
Lucro bruto		**44.681**	**21.459**
(Despesas)/Receitas operacionais			
Administrativas e gerais	21	(46.816)	(50.306)
Resultado de equivalência patrimonial	10	237.334	182.850
Outras (despesas)/receitas operacionais	22	42.014	(15.373)
		232.532	117.171
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras		9.710	9.776
Despesas Financeiras		(20.859)	(6.861)
	23	(11.149)	2.915
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		266.064	141.545
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	(2.293)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	(38)	339
Lucro líquido do exercício		263.733	141.884
Lucro líquido por ação - Em Reais	18.e	23,92	12,87

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Lucro líquido do exercício	263.733	141.884
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	263.733	141.884
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

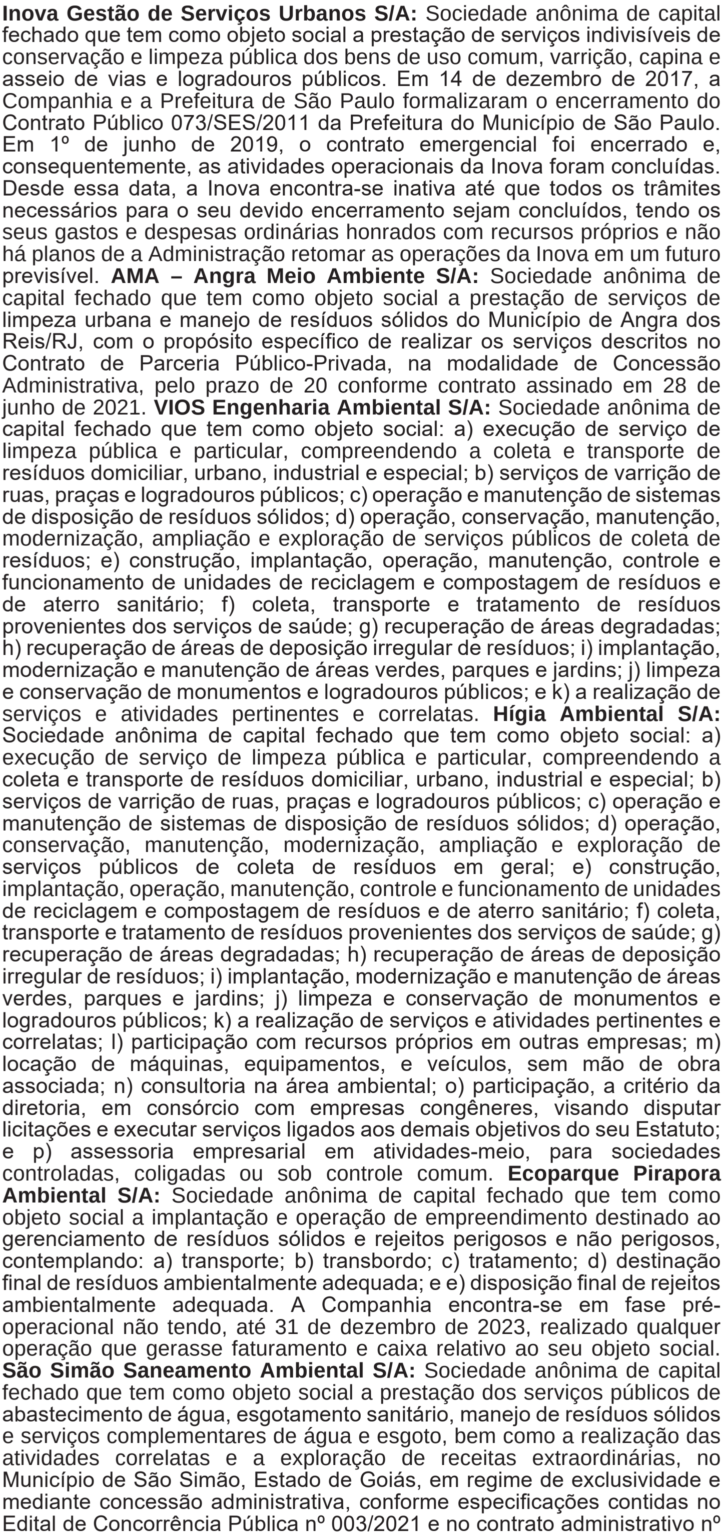
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Lucro líquido do exercício	263.733	141.884
Ajustes por:		
Depreciações	21.236	10.236
Depreciações s/ provisão para desmobilização de aterros	126	410
Resultado de equivalência patrimonial	(237.334)	(182.850)
Valor residual do imobilizado baixado	4.161	2.145
Valor de imposto de renda e contribuição social diferidos	38	(339)
Provisão/(reversão) para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(25.330)	17.824
Provisão para devedores duvidosos	5.005	6.034
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	17.125	5.232
Lucro líquido ajustado	**48.760**	**576**
Variações nos ativos e passivos:		
Em contas a receber	(8.989)	11.464
Em estoques	(1.417)	(817)
Em impostos a recuperar	(12.557)	(5.573)
Em partes relacionadas	(901)	(60.223)
Em depósitos judiciais	(2.205)	(11.255)
Em outras contas a receber	2.970	(4.039)
Em dividendos recebidos de empresas investidas	82.436	301.003
Em fornecedores	8.103	(169)
Em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar	3.455	2.688
Em Outras Contas A Pagar	(1.603)	(568)
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades operacionais	**118.052**	**233.087**
Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(14.215)	(86.860)
Aportes de capital em empresas investidas	(11.123)	(38.850)
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de investimento	**(25.338)**	**(125.710)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos	87.645	64.222
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(14.111)	(2.864)
Amortização do juros de empréstimos e financiamentos	(17.125)	(5.232)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-
Pagamento de dividendos	(171.000)	(102.300)
Caixa líquido consumido pelas atividades do financiamento	**(114.591)**	**(46.174)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(21.877)**	**61.203**
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.345	10.142
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	49.468	71.345
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(21.877)**	**61.203**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1 – Objeto social: A Vital Engenharia Ambiental S/A ("Companhia" ou "Vital") é uma sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro e foi constituída em 01 de fevereiro de 1998. Sua controladora é a Queiroz Galvão S/A. A Vital atua principalmente nas seguintes áreas de negócio: • Atendimento a demanda dos municípios brasileiros que vêm adotando a terceirização de serviços de limpeza pública, através de contratos de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos; • Construção de aterros sanitários centrais de tratamento de resíduos (CTRs), por iniciativa própria, que atendam a várias cidades em conjunto; • Recuperação de áreas degradadas e de deposição irregular de resíduos; • Manutenção de áreas verdes, parques e jardins, conservação de monumentos e logradouros públicos; • Aproveitamento do biogás gerado em algumas de suas CTR's (Centrais de Tratamento de Resíduos). **1.2 – Operações da Companhia:** As investidas da Vital Engenharia Ambiental S/A e suas respectivas áreas de negócio são: **Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, a ser localizado no Estado de Goiás, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos ambientalmente adequada e disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. **EBMA - Empresa Brasileira de Meio Ambiente S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de lixo domiciliar, urbano, hospitalar, industrial e especial, serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral, controle, operação, manutenção e funcionamento de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário e a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas. **Ecovital Central de Gerenciamento Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social o tratamento, inclusive térmico, gestão, gerenciamento e remediação de áreas contaminadas, armazenamento e operações de estações de transferência, blindagem, disposição final de resíduos e rejeitos industriais em qualquer estado físico, execução de serviços de engenharia ambiental, assim como análises, consultorias, assessorias e projeto relacionados ao meio ambiente e prestação de serviços ligados à área de engenharia ambiental. **Macaúbas Meio Ambiente S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do Serviço Público, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte - MG, pelo prazo de 25 anos conforme contrato assinado em 20 de novembro de 2008. **Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, no Estado do Espírito Santo, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: a) transporte; b) transbordo; c) tratamento; d) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e e) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia iniciou suas operações em agosto de 2020. **Arendal Locadora Ltda.:** Sociedade empresária limitada que tem como objeto social a exploração do ramo de locação de veículos, máquinas e equipamentos, novos ou usados, nacionais ou importados, de sua propriedade, sem a utilização de mão de obra. **Ecoban Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços públicos integrados de limpeza urbana, construção de aterros ambientais e sua manutenção, e também a recuperação ambiental de aterros sanitários compreendidos em: a) Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; b) Prestação de serviços de coleta conteinerizada, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; c) Operação e manutenção de Aterro Sanitário que tenha sido devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente; d) Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduo séptico em equipamentos e instalações que tenham sido devidamente licenciados pelo órgão ambiental; e) Prestação de serviços de varrição manual de ruas; f) Prestação de serviços de varrição mecanizada de ruas; g) Prestação de serviços de limpeza e lavagem de feiras; h) Prestação de serviços diversos e capina de escolas; i) Participação em outras sociedades; j) Aluguel de bens imóveis e móveis, tais como: veículos, máquinas, equipamentos em geral; k) Prestação de serviços de consultoria, estudo, projetos e engenharia econômica com apresentação de relatórios, laudos e pareceres. **Ecourbis Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social executar e explorar, em regime de concessão pelo prazo de 20 anos com início em 2004, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, os serviços divisíveis de limpeza urbana prestados em regime público, em conformidade com o Contrato nº 26/SSO/2004 com a Prefeitura do Município de São Paulo, que torna a Companhia a concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação adequada de resíduos domiciliares, da área de saúde e de materiais recicláveis no Agrupamento Sudeste da cidade de São Paulo. Além da coleta de resíduos a Ecourbis implantou e opera o Aterro Sanitário CTL, a Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria de Jesus - CMT, a Unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde – UTRSS em linha com as mais avançadas tecnologias. Opera duas estações de transbordo, monitora três aterros desativados, presta serviços para mais da metade da população do município de São Paulo e realiza serviços de interesse social definidos pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB). **Econit Engenharia Ambiental S/A:** Sociedade anônima capital de fechado, que tem como objetivo específico, a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa dos serviços de coleta de resíduos urbanos, de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Niterói-RJ, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 01 de agosto de 2011. **Central de Gerenciamento Ambiental Titara S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos, perigosos e não perigosos, transportes, transbordos, tratamento, destinação final de resíduos, ambientalmente adequada e destinação final de rejeitos ambientalmente adequada. **SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social à execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís – MA, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 04 de maio de 2012. **CMTR - Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A:** Sociedade anônima de capital de fechado que teve inicialmente como objeto social a exploração, mediante concessão administrativa junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD ("Poder Concedente"), dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convergentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano. Em 25 de fevereiro de 2022 a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Termo de Rescisão Amigável, no âmbito do contrato de concessão administrativa oriundo da concorrência nº 02/2013 SEDRU-MG. Após a rescisão do contrato de concessão, a Administração estudou alternativas para a continuidade operacional da CMTR e concluiu que existem oportunidades potenciais para operar no recebimento de resíduos sólidos, atendendo a contratos com clientes públicos e privados. Já existem tratativas para efetivação de negócios dessa natureza e há possibilidade provável que no próximo exercício a Companhia inicie suas operações. Em 30 de maio de 2023 o objeto social foi alterado passando a Companhia a ter como objeto social a operação de empreendimento direcionado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, localizado na Cidade de Ribeirão das Neves/MG, contemplando: a) transbordo; b) tratamento; c) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e d) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2023, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social.



VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 02.536.066/0001-26

Inova Gestão de Serviços Urbanos S/A: Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum, varrição, capina e asseio de vias e logradouros públicos. Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia e a Prefeitura de São Paulo formalizaram o encerramento do Contrato Público 073/SES/2011 da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1º de junho de 2019, o contrato emergencial foi encerrado e, consequentemente, as atividades operacionais da Inova foram concluídas. Desde essa data, a Inova encontra-se inativa até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos, tendo os seus gastos e despesas ordinárias honrados com recursos próprios e não há planos de a Administração retomar as operações da Inova em um futuro previsível. **AMA – Angra Meio Ambiente S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Angra dos Reis/RJ, com o propósito específico de realizar os serviços descritos no Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, pelo prazo de 20 conforme contrato assinado em 28 de junho de 2021. **VIOS Engenharia Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: a) execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; b) serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; c) operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; d) operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos; e) construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; f) coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; g) recuperação de áreas degradadas; h) recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; i) implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; j) limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; e k) a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas. **Hígia Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: a) execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; b) serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; c) operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; d) operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral; e) construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; f) coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; g) recuperação de áreas degradadas; h) recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; i) implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; j) limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; k) a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas; l) participação com recursos próprios em outras empresas; m) locação de máquinas, equipamentos, e veículos, sem mão de obra associada; n) consultoria na área ambiental; o) participação, a critério da diretoria, em consórcio com empresas congêneres, visando disputar licitações e executar serviços ligados aos demais objetivos do seu Estatuto; e p) assessoria empresarial em atividades-meio, para sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum. **Ecoparque Pirapora Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento destinado ao gerenciamento de resíduos sólidos e rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: a) transporte; b) transbordo; c) tratamento; d) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e e) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2023, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social. **São Simão Saneamento Ambiental S/A:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e serviços complementares de água e esgoto, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de receitas extraordinárias, no Município de São Simão, Estado de Goiás, em regime de exclusividade e mediante concessão administrativa, conforme especificações contidas no Edital de Concorrência Pública nº 003/2021 e no contrato administrativo nº 036/2022 firmado com o referido Município, pelo prazo de 35 anos contados da data da assinatura do contrato em 15 de junho de 2022.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Base de elaboração: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em separado, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, para propósito específico demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vital S.A. e suas controladas, as quais contemplam, identificadas como Controladora, todas as informações apresentadas nessas demonstrações contábeis. **b) Data de aprovação das demonstrações contábeis individuais e da reapresentação:** A emissão e reapresentações das demonstrações contábeis foram aprovadas para divulgação pela Administração em 29 de abril de 2024. **c) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Àquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e). **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R$) que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2023. **2.2 Continuidade operacional:** A administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis. **2.3 Novas normas e pronunciamentos emitidos: 2.3.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis.

CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).
Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade	A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações contábeis de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações contábeis. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do 'processo de materialidade em quatro passos' descrito na Declaração de Prática 2.
Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.
Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois	A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras. As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Após as alterações, a Companhia é obrigada a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois.
Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis	A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

2.3.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir: **Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto:** As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. A administração da Companhia espera que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo no futuro caso transações dessa natureza ocorram. **Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes:** As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022. A administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis no futuro. **Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis - Passivo Não Circulante com *Covenants*:** As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações contábeis entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020. A administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis no futuro. **Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores:** As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: • Os termos e as condições dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; • Informações sobre o risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. **Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de *"Sale and Leaseback"*:** As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e *leaseback* que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e *leaseback* celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS16 pela primeira vez.

3 - Informações materiais da política contábil: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o



VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 02.536.066/0001-26

ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c) Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12:** A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado"). O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor. O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão: • contratos de concessão que envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário; • a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço; • o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente; • o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência; • o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder Concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador. A infraestrutura usada pela Companhia que está sujeita a contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando: • O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e • O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão. O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo: • Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e • Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta-corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 4. **e) Contas a receber:** Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A Companhia adota como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicas e privadas não encerrados não constitui provisão para perda esperadas. **f) Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **g) Investimento:** Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. Investimentos em Entidades Controladas e Coligadas: Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada. **h) Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. Provisão para desmobilização de ativos: Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela Administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados. A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do aterro. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear. **i) Intangível:** É representado por gastos com aquisição de *softwares* e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual as controladas esperam geração de benefícios econômicos. **j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal. **l) Provisões: *(i) Geral:*** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***(ii) Riscos judiciais:*** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **m) Reconhecimento de receita: Receitas de Serviços:** As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado e estão subdivididas da seguinte forma: **(i) Limpeza Pública:** As receitas com transações, relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, são compostas por coleta domiciliar, varrição e outros serviços às cidades. Por se tratar de serviços não divisíveis, ou seja, não são prestados separadamente para os clientes finais, são considerados como uma única obrigação de desempenho "Limpeza Pública". Conforme previsto nos contratos de prestação de serviço a obrigação de desempenho é cumprida ao fim de cada mês, quando são compilados os quantitativos dos serviços que foram prestados, resultando na medição dos serviços submetida ao cliente. As receitas são reconhecidas com base nessas medições, subsequentemente substituídas pelas correspondentes faturas emitidas. **(ii) Coleta Pública e Privada:** As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta a entes públicos são decorrentes de: coletas e transporte de resíduos sólidos domiciliares e de resíduos de outros serviços a cidades. As receitas provenientes da prestação de serviços de coleta a entes privados são decorrentes de coletas e transporte de resíduos comerciais e industriais. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos coletados. **(iii) Tratamento e Destinação final de resíduos:** As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem dos resíduos tratados e/ou depositados nos aterros. **Receitas de locação:** A Companhia celebra contratos de arrendamento na qualidade de arrendador com relação à locação de equipamentos para ganho de mobilidade na execução dos demais serviços prestados pela Companhia. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **Receitas de Construção:** A receita relacionada aos serviços de Construção ou Melhoria sobre o Contrato de Concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Como a obrigação de *performance* dos serviços de construção é satisfeita ao longo do tempo, a Companhia reconhece a receita segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo instrumento financeiro. **n) Resultado básico por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **o) Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). **p) Reapresentação das demonstrações contábeis:** A Companhia está em processo de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como categoria A, consequentemente, as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, que haviam sido apresentadas em 31 de março de 2023, estão sendo reapresentadas para atender as normas expedidas pela CVM aplicáveis aos emissores de valores mobiliários.

	31.12.2022 Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	113.698	(173)	113.525
Controladas e coligadas	422.225	4.416	426.641
Total no Ativo	535.923	4.243	540.166
Passivo			
Circulante			
Tributos diferidos	15.069	(15.069)	-
Dividendos a pagar	-	4.257	4.257
Não Circulante			
Tributos diferidos	9.160	15.069	24.229
Patrimonio Líquido			
Reserva de lucros	462.233	(14)	462.219
Total no Passivo e Patrimonio Líquido	486.462	4.243	490.705
Resultado			
Receita operacional líquida	397.516	(2.220)	395.296
Custos dos serviços prestados	(374.684)	847	(373.837)
Receitas financeiras	9.360	416	9.776
Total no Resultado	32.192	(957)	31.235
DFC			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	142.841	(957)	141.884
Ajustes por:			
Depreciações	10.646	(410)	10.236
Depreciações s/ provisão para desmobilização de aterros	(769)	1.179	410
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	-	5.232	5.232
Lucro líquido ajustado	152.718	5.044	157.762
Variações nos ativos e passivos:			
em contas a receber	9.660	1.804	11.464
em outras contas a receber	(4.038)	(1)	(4.039)
em dividendos recebidos de empresas investidas	-	301.003	301.003
em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar	2.687	1	2.688
em outras contas a pagar	137	(705)	(568)
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades operacionais	161.164	307.146	468.310
Fluxo de Caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(85.949)	(911)	(86.860)
Aportes de capital em empresas investidas	262.153	(301.003)	(38.850)
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de investimento	176.204	(301.914)	(125.710)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	61.358	2.864	64.222
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-	(2.864)	(2.864)
Amortização dos juros de empréstimos e financiamentos	-	(5.232)	(5.232)
Caixa líquido consumido pelas atividades do financiamento	61.358	(5.232)	56.126

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	15.605	8.354
Aplicações de liquidez imediata (i)	33.863	62.991
	49.468	**71.345**

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023 e 2022.

5 - Contas a Receber de Clientes: a) Contas a receber

Ativo Circulante	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Saldos vincendos	57.082	52.893
Saldos vencidos até 180 dias	1.682	749
Saldos vencidos até 360 dias	4.424	697
	63.188	**54.339**

• O saldo do circulante é formado por valores a vencer e vencidos até 360 dias, de contratos vigentes, sem constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa. • O saldo do não circulante é composto conforme abaixo:

Ativo Não Circulante	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Valores conforme contrato de concessão (i)	1.705	2.150
Saldos vencidos há mais de 360 dias (ii)	148.004	152.425
(-) Provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa	(41.050)	(41.050)
	108.659	**113.525**

(i) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo do contrato, e calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas. (ii) A Companhia apresenta o saldo das contas a receber vencidas há mais de 360 dias no ativo não circulante e constituiu provisão para devedores duvidosos dos contratos já encerrados.

6 - Impostos a Recuperar

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
IRRF a recuperar	8.704	4.206
IRPJ do ano vigente a recuperar	1.380	-
IRPJ de anos anteriores a recuperar	13.792	8.338
CSLL do ano vigente a recuperar	482	-
CSLL de anos anteriores a recuperar	2.388	2.165
CSLL retida na fonte a recuperar	3	-
INSS retido na fonte a recuperar	3.639	3.403
PIS e COFINS a recuperar	4.652	4.371
	35.040	**22.483**

7 - Partes Relacionadas

Ativo Circulante	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Empréstimos a receber (*)			
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00%	-	480
ORBIS Ambiental S/A	-	-	-
ECOVITAL - Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79%	-	-
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	152	279
		152	**759**
Dividendos a receber			
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25%	47.478	67.766
ARENDAL Locadora Ltda	99,99%	18.704	-
		66.182	**67.766**
Total Ativo Circulante		**66.334**	**68.525**

Ativo Não Circulante	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Empréstimos a receber (*)			
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00%	4.881	4.881
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00%	3.092	-
		7.973	**4.881**
Dividendos a receber			
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00%	3.101	3.101
		3.101	**3.101**
Total no Ativo Não Circulante		**11.074**	**7.982**

Passivo Não Circulante	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Empréstimos a pagar (*)			
CMTR – Cental Metropolitana de Trat. de Resíduos S/A	45,00%	1.053	1.053
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	2.140	2.140
Gama FIP	69,35%	5.000	5.000
		8.193	**8.193**
Total no Passivo Não Circulante		**8.193**	**8.193**

(*) Sobre estas operações não incidiram juros e não possuem data de vencimento. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Remuneração da administração	9.634	11.462
Total	**9.634**	**11.462**

8 - Outros Créditos: a) Circulante

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Adiantamento a fornecedores (i)	4.346	4.902
Adiantamento a funcionários	300	288
Despesas antecipadas (ii)	1.129	1.171
Outros	397	388
	6.172	**6.749**

b) Não Circulante

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Crédito com terceiros (iii)	3.096	5.489
	3.096	**5.489**

(i) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos, materiais, equipamentos e ativos fixos no decorrer das atividades operacionais da Companhia. (ii) Referem-se a prêmios de seguros pagos no decorrer do exercício cujas apólices possuem vigência até o exercício seguinte. (iii) São direitos a receber oriundos das operações de venda de ativos (investimento e imobilizado) cujo recebimento foi diferido e está previsto para ser realizado entre os anos de 2024 e 2025.

9 - Investimento em Sociedades Controladas e Coligadas: O quadro abaixo apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto. **a) Composição**

	31.12.2023			31.12.2022		
Descrição	**%**	**Investimento**	**Equiv. Patrimonial**	**%**	**Investimento**	**Equiv. Patrimonial**
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	27.273	(4.754)	100,00	26.850	(396)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	9.460	5.390	100,00	14.070	6.096
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	20.109	1.409	71,79	18.701	165
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	24.424	2.680	100,00	31.744	7.209
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	3.177	595	51,00	2.582	565
ARENDAL Locadora Ltda	99,99	50.926	40.056	99,99	44.574	40.612
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	19.159	2.994	63,25	16.165	1.961
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	355.497	178.801	63,25	199.419	110.854
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	2.401	974	51,50	5.450	3.369
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	22.651	3.879	50,00	18.773	3.019
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	23.002	6.923	50,00	16.875	10.808
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	21.370	(640)	45,00	22.743	2.427
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	-	-	40,00	-	-
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	9.116	3.149	51,00	5.967	1.269
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	100,00	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	100,00	1	-
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	100,00	-	-	100,00	-	(1)
VALE DO AÇO Ambiental S/A	100,00	-	-	100,00	-	(1)
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	3.686	(155)	20,00	2.675	(120)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	4	(1.199)	51,00	51	(49)
Total dos investimentos		**592.258**	**240.102**		**426.641**	**187.787**
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	-	-	50,00	-	-
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	(3.870)	(2.768)	40,00	(4.274)	(4.937)
Provisão para perda de investimentos		(3.870)	(2.768)		(4.274)	(4.937)
TOTAL		**588.388**	**237.334**		**422.367**	**182.850**

b) Movimentação

Descrição	**Investimento em 31.12.2022 (Reapresentado)**	**Aportes**	**Dividendos**	**Equiv. Patrimonial**	**Investimento em 31.12.2023**
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	26.850	5.177	-	(4.754)	27.273
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	14.070	-	(10.000)	5.390	9.460
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	18.701	-		1.408	20.109
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	31.744	-	(10.000)	2.680	24.424
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	2.582	-		595	3.177
ARENDAL RJ Participações Ltda	44.574	-	(33.704)	40.056	50.926
ECOBAN Ambiental S/A	16.165	-		2.994	19.159
ECOURBIS Ambiental S/A	199.419	-	(22.723)	178.801	355.497
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	5.450	-	(4.023)	974	2.401
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	18.773	456	(457)	3.879	22.651
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	16.875	-	(796)	6.923	23.002
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	22.743	-	(733)	(640)	21.370
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	-	-	-	-	-
AMA Angra Meio Ambiente S/A	5.967	-	-	3.149	9.116
VIOS Engenharia Ambiental S/A	1	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	1	-	-	-	1
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	-	-	-	-	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	-	-	-	-	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	2.675	1.166	-	(155)	3.686
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51	1.153	-	(1.198)	5
Total dos investimentos	**426.641**	**7.952**	**(82.436)**	**240.102**	**592.258**
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	-	-	-	-	-
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	(4.274)	3.172	-	(2.768)	(3.870)
Provisão para perda de investimentos	**(4.274)**	**3.172**	**-**	**(2.768)**	**(3.870)**
TOTAL	**422.367**	**11.124**	**(82.436)**	**237.334**	**588.388**

vital ENGENHARIA AMBIENTAL

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 02.536.066/0001-26

Descrição	Investimento em 31.12.2021 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2022 (Reapresentado)
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	3.019	24.227	-	(396)	26.850
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	14.374	-	(6.400)	6.096	14.070
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	16.395	2.141	-	165	18.701
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	47.435	-	(22.900)	7.209	31.744
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	2.007	10	-	565	2.582
ARENDAL RJ Participações Ltda	114.955	-	(110.994)	40.613	44.574
ECOBAN Ambiental S/A	4.268	11.385	(1.449)	1.961	16.165
ECOURBIS Ambiental S/A	244.250	-	(155.685)	110.854	199.419
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	3.626	-	(1.544)	3.368	5.450
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	16.532	1.253	(2.031)	3.019	18.773
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	7.146	-	-	9.729	16.875
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	20.315	-	-	2.428	22.743
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	663	-	-	(663)	-
AMA Angra Meio Ambiente S/A	7.759	(3.061)	-	1.269	5.967
VIOS Engenharia Ambiental S/A	1	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	1	-	-	-	1
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	1	-	-	(1)	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	1	-	-	(1)	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	-	2.795	-	(120)	2.675
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	-	100	-	(49)	51
Total dos investimentos	**502.748**	**38.850**	**(301.003)**	**186.046**	**426.641**
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	(1.078)	-	-	1.078	-
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	-	-	-	(4.274)	(4.274)
Provisão para perda de investimentos	**(1.078)**	**-**	**-**	**(3.196)**	**(4.274)**
TOTAL	**501.670**	**38.850**	**(301.003)**	**182.850**	**422.367**

c) Informações contábeis resumidas

2023

Descrição	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	491	30.087	213	3.093	27.272	(4.754)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	10.792	1.266	2.183	415	9.460	5.390
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	4.866	23.672	1.288	49	27.201	1.962
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	23.340	75.164	13.355	60.725	24.424	2.680
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	3.577	9.830	2.016	5.162	6.229	1.166
ARENDAL RJ Participações Ltda	99,99	70.817	30.248	36.883	10.560	53.622	40.060
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	2.026	29.191	836	89	30.292	4.733
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	420.838	825.595	205.856	478.534	562.043	282.686
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	4.750	8.865	8.766	111	4.738	1.893
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	11.995	36.744	6.818	8.484	33.437	6.476
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	24.271	71.503	25.418	38.643	31.713	13.846
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	3.841	43.990	57	285	47.489	(1.421)
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	6.109	4.109	8.226	11.666	(9.674)	(8.033)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	23.529	7.445	10.838	2.262	17.874	6.174
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	2.464	17.379	1.345	69	18.429	(774)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	31	-	26	-	5	(1.248)

2022

Descrição	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	56	27.392	598	-	26.850	(386)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	16.090	936	2.713	243	14.070	6.096
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	3.441	24.050	2.161	91	25.239	21
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	24.484	66.482	10.346	48.877	31.744	7.209
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	2.734	8.325	806	5.190	5.063	1.128
ARENDAL RJ Participações Ltda	99,99	42.755	49.441	21.436	23.491	47.269	40.614
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	2.404	24.558	639	764	25.558	3.101
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	250.482	568.006	252.277	250.929	315.282	175.261
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	10.342	9.130	8.713	102	10.657	6.542
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	7.067	40.592	8.058	13.205	26.396	6.754
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	23.192	64.995	24.128	44.600	19.459	21.616
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	5.980	44.615	56	-	50.539	5.394
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	5.879	5.766	8.506	13.609	(10.470)	(12.000)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	20.538	5.192	10.446	3.584	11.700	3.941
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	4.042	10.307	489	480	13.380	(600)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	100.000	-	-	-	100.000	-

10 - Imobilizado
a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	31.12.2023	31.12.2022
Terrenos	-	3.265	3.265
Instalações	20	8.267	7.423
Equipamentos de campo e auxiliar	20	40.117	37.624
Veículos	20	114.547	129.613
Provisão p/ fechamento de aterros	Divs.	3.764	5.429
Outras imobilizações	10	13.676	14.107
		183.636	197.461
Menos:			
Depreciações acumuladas		(93.058)	(95.575)
		90.578	**101.886**

b) Movimentação

	Saldos em 31.12.2022	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	Saldos em 31.12.2023
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	6.145	37	(37)	(850)	5.295
Equipamentos de campo e auxiliar	26.565	2.761	(92)	(6.191)	23.043
Veículos	50.778	8.809	(298)	(13.751)	45.537
Aterros - Provisão p/ desmobilização	3.686	971	(2.636)	(126)	1.895
Outras imobilizações	11.447	1.637	(1.098)	(444)	11.542
	101.886	14.215	(4.161)	(21.362)	90.578

	Saldos em 31.12.2021	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	Saldos em 31.12.2022
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	1.272	5.949	(844)	(232)	6.145
Equipamentos de campo e auxiliar	1.350	27.235	(6)	(2.014)	26.565
Veículos	7.585	51.038	(185)	(7.660)	50.778
Aterros - Provisão p/ desmobilização	4.865	105	(874)	(410)	3.686
Outras imobilizações	9.480	2.533	(236)	(330)	11.447
	27.817	86.860	(2.145)	(10.646)	101.886

11 - Fornecedores: a) Circulante

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais **(i)**	25.968	17.863
	25.968	**17.863**

b) Não Circulante

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais (i)	1.842	1.844
	1.842	**1.844**

(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizado nas operações da Companhia.

12 - Empréstimos e Financiamentos: a) Circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	15	566
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	CDI	2.225	2.030
Caterpillar Financial S.A.	CDC	CDI	2.245	1.771
Banco Volkswagen S.A.	CDC	CDI	7.323	5.813
Banco Daycoval S.A.	CDC	CDI	5.361	53
Banco do Nordeste S.A.	CDC	CDI	12.657	-
Banco Santander S.A.	Finame	TJLP	140	316
Banco Jonh Deere S.A.	CDC	CDI	581	557
Banco Quatá	Nota Comercial	CDI	6.009	-
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	2.975	-
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	4.806	-
Total			**44.337**	**11.106**

b) Não Circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	-	15
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	CDI	7.715	9.587
Caterpillar Financial S.A.	CDC	CDI	10.799	13.226
Banco Volkswagen S.A.	CDC	CDI	24.881	31.835
Banco Daycoval S.A.	CDC	CDI	15.041	76
Banco do Nordeste S.A.	CDC	CDI	14.846	-
Banco Santander S.A.	Finame	TJLP	-	213
Banco Jonh Deere S.A.	CDC	CDI	2.407	1.764
Banco Quata	Nota Comercial	CDI	9.000	-
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	5.130	-
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	7.200	-
Total			**97.019**	**56.716**

c) Financiamento por vencimento

	31.12.2023	Curto Prazo	31.12.2022 (Reapresentado)
Curto Prazo			
2024	**44.337**	2023	**11.106**
Longo Prazo		**Longo Prazo**	
2025	42.323	2024	13.295
2026	38.018	2025	14.501
2027	13.706	2026	16.493
2028	2.972	2027	12.427
Total	**97.019**	**Total**	**56.716**

d) Movimentação

Saldo em 31/12/2021	**6.464**
Captações	64.222
Juros	5.232
Pagamento de principal	(2.864)
Pagamento de juros	(5.232)
Saldo em 31/12/2022	**67.822**
Captações	87.645
Juros	17.125
Pagamento de principal	(14.111)
Pagamento de juros	(17.125)
Saldo em 31/12/2023	**141.356**

Covenants: Os contratos de financiamento não possuem *covenants*. **Garantias:** As garantias dos contratos de financiamento são os próprios bens financiados.

13 - Obrigações Tributárias

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Obrigações fiscais sobre o faturamento (i).	3.022	3.932
Obrigações fiscais retidas na fonte	1.054	877
	4.076	**4.809**

(i) Referem-se ao ISS, PIS e COFINS sobre a receita bruta.

14 - Salários e Obrigações Sociais

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Salários a pagar	8.728	7.636
Encargos sociais a pagar	6.453	5.635
Provisão de férias e encargos	19.966	17.895
	35.147	**31.166**

15 - Tributos Diferidos

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	12.552	12.382
Programa de Integração Social - PIS (i)	2.724	2.687
Impostos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) (ii)	9.198	9.160
	24.474	**24.229**

(i) Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá a partir do exercício de 2024. (ii) Passivos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) está relacionado aos lucros não realizados e são decorrentes de valores a receber oriundo dos contratos com órgãos públicos, com base na legislação fiscal vigente, e a expectativa de realização é a partir do exercício de 2024.

16 - Provisão para Riscos Judiciais: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os assessores jurídicos da Companhia atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia, considerados como perdas prováveis, conforme demonstrado abaixo:

Contingências	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Trabalhistas **(i)**	9.618	18.172
Cíveis **(ii)**	2.389	19.165
	12.007	**37.337**

(i) A Companhia está envolvida em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos. (ii) A Companhia está envolvida em ações indenizatórias, ajuizadas por terceiros e órgãos fiscalizadores, envolvendo pedidos de danos materiais e morais.

Movimentação

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Saldo inicial	37.337	19.513
Provisão	-	17.824
(-) Reversão	(25.330)	-
Saldo final	**12.007**	**37.337**

Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada.
Os depósitos judiciais são compostos por:

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Trabalhistas	5.852	5.143
Cíveis	46.497	45.000
Fiscais	100	101
	52.449	**50.244**

Em 31 de dezembro de 2023 existem R$ 13.050 em processos cujo prognóstico de perda foi classificado como possível pelos assessores jurídicos da Companhia, não sendo necessário o registro de provisão.

17 - Provisão para Desmobilização de Aterros: A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a Lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, a Companhia registra como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.
A Companhia constituiu, com base nas informações recebidas de seus engenheiros e na experiência anterior, provisão para desmobilização e fechamento de aterros *(Asset Retirement Obligation – ARO)* com base na NBR nº 13.896/1997. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo total da provisão constituída foi de R$ 3.764 (R$ 5.429 em 2022).

18 - Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 196.203 e está representado por 11.027.060 (onze milhões, vinte e sete mil e sessenta) ações todas nominativas, sem valor nominal, sendo 6.729.518 (seis milhões, setecentos e vinte e nove mil quinhentos e dezoito) ações ordinárias e 4.297.542 (quatro milhões, duzentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Totais	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Ações	Participação
Queiroz Galvão S/A	3.380.338	50,23%	-	-	3.380.338	30,65%
Gama FIP	3.349.180	49,77%	4.297.542	100,00%	7.646.722	69,35%
Total	6.729.518	100,00%	4.297.542	100,00%	11.027.060	100,00%

b) Reserva de capital: Em 22 de dezembro de 2015 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovando aumento do Capital Social no valor de R$ 69.634, mediante a emissão de 934.749 (novecentas e trinta e quatro mil, setecentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias e 596.942 (quinhentas e noventa e seis mil, novecentas e quarenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sendo que do preço das novas emissões, o montante de R$ 48.068 foi destinado à conta de capital social e, o saldo, no valor de R$ 21.566 foi destinado a reserva de capital, a título de ágio na subscrição das novas ações. **c) Reserva legal:** O Estatuto prevê no caput do Artigo 17 que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **d) Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê no §1º do Artigo 17 que os acionistas poderão deliberar a distribuição de dividendos inferior ao constante no *caput* do Artigo 17 ou a retenção de todo o lucro.

e) Resultado por ação

	Resultado do Exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação - em R$
31.12.2023	263.733	11.027.060	23,92
31.12.2022	141.844	11.027.060	12,87

f) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 3% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Resultado do exercício	263.092	141.884
(-) Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**263.092**	**141.884**
Dividendos mínimos obrigatórios	7.912	4.257
Dividendos adicionais propostos	42.088	79.743
Total de dividendos propostos	**50.000**	**84.000**

Os dividendos declarados por classe de ação foram:

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Dividendo por ação ordinária	30.514	51.263
Total	**30.514**	**51.263**
Dividendo por ação preferencial	19.486	32.737
Total	**19.486**	**32.737**

g) Reserva de retenção de lucros para investimentos: Em conformidade com artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO). A proposta de constituição de Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 469.969 em 31 de dezembro de 2023, visa fazer frente ao plano de investimento para os próximos 5 anos, substancialmente relacionada ao plano de construção de novas Unidades de Tratamento de Resíduos. O montante dos lucros retidos conforme proposta de orçamento de capital, será destinado para investimentos em obrigações contratuais das concessões, aquisição de ativos (Centrais de Tratamento de Resíduos) e renovação da frota, que tem como objetivo o aumento da capacidade de coleta e disposição final de resíduos sólidos e o aproveitamento energético através da geração de energia elétrica a partir do biogás gerado em algumas de suas CTR's (Centrais de Tratamento de Resíduos).

19 - Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Receita Bruta de Serviços	501.361	438.601
Receita de Locação	50.520	18.761
Total de Receita Bruta	**551.881**	**457.362**
(-) Impostos sobre faturamento	(72.540)	(62.066)
Total de Impostos s/ Faturamento	**(72.540)**	**(62.066)**
Receita Operacional Liquida	**479.341**	**395.296**

20 - Custos dos Serviços Prestados

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Insumos	(69.521)	(77.485)
Pessoal	(250.898)	(221.343)
Custos de construção (ICPC 01)	(1.100)	-
Locação	(47.565)	(24.628)
Serviços de terceiros	(21.035)	(14.949)
Equipamentos	(10.933)	(9.876)
Depreciação	(20.570)	(10.210)
Impostos e taxas	(5.457)	(4.424)
Outros	(7.581)	(10.922)
	(434.660)	**(373.837)**

21 - Despesas Administrativas

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Pessoal	(22.998)	(26.687)
Serviços de terceiros	(16.004)	(16.802)
Locação	(1.584)	(621)
Tributárias	(841)	(306)
Viagens	(1.020)	(768)
Indedutíveis	(418)	(542)
Gerais	(3.951)	(4.580)
	(46.816)	**(50.306)**

22 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Outras Receitas		
Ganho na alienação de ativo imobilizado	11.961	3.880
Ganho na alienação de ativo intangível (i)	8.237	3.423
Eventuais	1.617	1.182
Total	**21.815**	**8.485**
Outras Despesas		
(Provisão)/reversão para devedores duvidosos	-	(6.034)
Perda no recebimento de clientes	(5.005)	-
(Provisão)/reversão para contingências	25.330	(17.824)
Outras	(126)	-
Total	**20.199**	**(23.858)**
Outas Receitas (Despesas) Liquidas	**42.014**	**(15.373)**

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia realizou vendas de Créditos de Carbono através da Redução Certificada de Emissões (RCEs).

23 - Receitas e Despesas Financeiras

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Receitas Financeiras		
Sobre aplicações financeiras	7.404	1.935
Juros	2.306	7.841
Total	**9.710**	**9.776**
Despesas Financeiras		
Bancária	(763)	(100)
Juros	(2.971)	(1.641)
Encargos s/ financiamentos	(17.125)	(5.120)
Total	**(20.859)**	**(6.861)**
Resultado Financeiro Líquido	**(11.149)**	**2.915**



VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 02.536.066/0001-26

24 - Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	265.423	141.545
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	(90.244)	(48.125)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições	(4.925)	(10.338)
Exclusões	91.707	63.951
Efeito da compensação da base negativa	1.039	(5.162)
Outros	131	(325)
Base negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.293)	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(2.293)	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	(38)	339
	(2.331)	339
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,86%	0,00%

25 - Gestão de Riscos Financeiros: a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. A Administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia está expostas: (a) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (b) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (c) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. ***(i) Riscos de liquidez:*** A "política de aplicações financeiras" estabelecida pela Administração da Companhia prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha. ***(ii) Riscos de mercado e juros:*** A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado. Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida. No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Companhia na gestão financeira.

Instrumento Financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31.12.2023	Cenário razoavelmente possível	Exposição
Aplicações financeiras liquidez imediata (nota 4)	CDI	13,04%	33.863	9,25%	(1.283)
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	CDI	13,04%	(141.355)	9,25%	5.357
Exposição líquida			**(107.492)**		**4.074**

(iii) Risco de crédito: A Companhia possui como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

26 - Seguros: Por exigência contratual, a Companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos. Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito abaixo:

					31/12/2023	
Unidade de Gestão	Riscos	Vigência			Importância Segurada	Prêmio
Matriz	AIG Seguros Brasil	31/01/2023	a	31/01/2024	10.500	123
Recife - Trabalhista	Pottencial	13/09/2021	a	13/09/2024	218	3
Recife - EMLURB	Pottencial	29/03/2022	a	28/04/2027	29.700	232
Vitória	Pottencial	05/12/2023	a	02/06/2024	64.359	13
Campos dos Goytacazes	Junto Seguros	24/01/2024	a	24/01/2025	854	2
Ipatinga	SMA-SE-SUMA	03/11/2023	a	03/11/2024	1.640	3
Ipatinga	Pottencial	21/06/2023	a	21/06/2024	187	1
Juiz de Fora	Junto Seguros	28/02/2023	a	28/02/2024	13.084	26
Foz do Iguaçu	Pottencial	28/08/2023	a	28/08/2024	2.321	5

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27 - *Compliance*: Em cumprimento às normas e regulamentações vigentes, a Companhia adotou medidas para garantir conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis. A Companhia está comprometida com a promoção da integridade em todas as suas operações e interações. Recentemente, coordenamos comitês de integridade para fortalecer nossos esforços nessa área e no segmento de atuação. Como medidas para garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis a Companhia atuou fortemente no segmento, com práticas comuns envolvendo sua cadeia de parceiros de negócios fomentando práticas como: • Políticas e Procedimentos Internos; • Treinamento e Conscientização; • Monitoramento e Auditoria; • Gestão de Riscos; • Conformidade com Regulamentações Específicas; • Relatórios e Documentação; • Divulgação dos Canais de Denúncia e Ética. Todas estas medidas têm como propósito promover uma cultura ética dentro da organização e engajamento dos nossos parceiros de negócios.

28 - Informações adicionais ao fluxo de caixa: A Companhia realizou atividades que não envolveram caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Dividendos a pagar - Passivo Circulante	7.912	4.257
Dividendos distribuídos - Patrimônio Líquido	(7.912)	(4.257)

DIRETORIA

Antônio Carlos Ferrari Salmeron - Hudson Bonno - Ricardo Mota de Farias

CONTADOR

Walter Luis da Silva Junior - CRC-RJ 093.575/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Vital Engenharia Ambiental S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Vital Engenharia Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação das demonstrações contábeis dos valores correspondentes aos exercícios anteriores:** Conforme descrito na nota explicativa n.º 3.q, a Companhia está em processo de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Consequentemente, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para atender as normas expedidas pela CVM aplicáveis aos emissores de valores mobiliários. Em 31 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com limitação de escopo relacionado a ajuste realizado por controlada no percentual de alocação dos serviços remunerados pelo Poder Concedente baseado em negociações não formalizadas entre a investida e o Poder Concedente (assunto endereçado e sem impacto nas demonstrações contábeis ora apresentadas). que ora estão sendo reapresentadas para atendimento das normas expedidas pela CVM. Consequentemente, o presente relatório, que incorpora nossa opinião de auditoria sobre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, substitui os relatórios anteriormente emitidos. **Outros assuntos: Demonstrações consolidadas:** A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 03 de abril de 2024. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de abril de 2024



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0








vital
ENGENHARIA AMBIENTAL

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 02.536.066/0001-26

Descrição	Investimento em 31.12.2021 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2022 (Reapresentado)
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	3.019	24.227	-	(396)	26.850
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	14.374	-	(6.400)	6.096	14.070
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	16.395	2.141	-	165	18.701
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	47.435	-	(22.900)	7.209	31.744
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	2.007	10	-	565	2.582
ARENDAL RJ Participações Ltda	114.955	-	(110.994)	40.613	44.574
ECOBAN Ambiental S/A	4.268	11.385	(1.449)	1.961	16.165
ECOURBIS Ambiental S/A	244.250	-	(155.685)	110.854	199.419
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	3.626	-	(1.544)	3.368	5.450
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	16.532	1.253	(2.031)	3.019	18.773
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	7.146	-	-	9.729	16.875
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	20.315	-	-	2.428	22.743
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	663	-	-	(663)	-
AMA Angra Meio Ambiente S/A	7.759	(3.061)	-	1.269	5.967
VIOS Engenharia Ambiental S/A	1	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	1	-	-	-	1
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	1	-	-	(1)	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	1	-	-	(1)	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	-	2.795	-	(120)	2.675
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	-	100	-	(49)	51
Total dos investimentos	**502.748**	**38.850**	**(301.003)**	**186.046**	**426.641**
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	(1.078)	-	-	1.078	-
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	-	-	-	(4.274)	(4.274)
Provisão para perda de investimentos	**(1.078)**	**-**	**-**	**(3.196)**	**(4.274)**
TOTAL	**501.670**	**38.850**	**(301.003)**	**182.850**	**422.367**

c) Informações contábeis resumidas

2023

Descrição	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	491	30.087	213	3.093	27.272	(4.754)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	10.792	1.266	2.183	415	9.460	5.390
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	4.866	23.672	1.288	49	27.201	1.962
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	23.340	75.164	13.355	60.725	24.424	2.680
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	3.577	9.830	2.016	5.162	6.229	1.166
ARENDAL RJ Participações Ltda	99,99	70.817	30.248	36.883	10.560	53.622	40.060
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	2.026	29.191	836	89	30.292	4.733
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	420.838	825.595	205.856	478.534	562.043	282.686
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	4.750	8.865	8.766	111	4.738	1.893
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	11.995	36.744	6.818	8.484	33.437	6.476
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	24.271	71.503	25.418	38.643	31.713	13.846
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	3.841	43.990	57	285	47.489	(1.421)
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	6.109	4.109	8.226	11.666	(9.674)	(8.033)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	23.529	7.445	10.838	2.262	17.874	6.174
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	2.464	17.379	1.345	69	18.429	(774)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	31	-	26	-	5	(1.248)

2022

Descrição	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	56	27.392	598	-	26.850	(386)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	16.090	936	2.713	243	14.070	6.096
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	3.441	24.050	2.161	91	25.239	21
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	24.484	66.482	10.346	48.877	31.744	7.209
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	2.734	8.325	806	5.190	5.063	1.128
ARENDAL RJ Participações Ltda	99,99	42.755	49.441	21.436	23.491	47.269	40.614
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	2.404	24.558	639	764	25.558	3.101
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	250.482	568.006	252.277	250.929	315.282	175.261
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	10.342	9.130	8.713	102	10.657	6.542
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	7.067	40.592	8.058	13.205	26.396	6.754
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	23.192	64.995	24.128	44.600	19.459	21.616
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	5.980	44.615	56	-	50.539	5.394
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	5.879	5.766	8.506	13.609	(10.470)	(12.000)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	20.538	5.192	10.446	3.584	11.700	3.941
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	4.042	10.307	489	480	13.380	(600)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	100.000	-	-	-	100.000	-

10 - Imobilizado
a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	31.12.2023	31.12.2022
Terrenos	-	3.265	3.265
Instalações	20	8.267	7.423
Equipamentos de campo e auxiliar	20	40.117	37.624
Veículos	20	114.547	129.613
Provisão p/ fechamento de aterros	Divs.	3.764	5.429
Outras imobilizações	10	13.676	14.107
		183.636	197.461
Menos:			
Depreciações acumuladas		(93.058)	(95.575)
		90.578	**101.886**

b) Movimentação

	Saldos em 31.12.2022	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	Saldos em 31.12.2023
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	6.145	37	(37)	(850)	5.295
Equipamentos de campo e auxiliar	26.565	2.761	(92)	(6.191)	23.043
Veículos	50.778	8.809	(298)	(13.751)	45.537
Aterros - Provisão p/ desmobilização	3.686	971	(2.636)	(126)	1.895
Outras imobilizações	11.447	1.637	(1.098)	(444)	11.542
	101.886	14.215	(4.161)	(21.362)	90.578

	Saldos em 31.12.2021	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	Saldos em 31.12.2022
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	1.272	5.949	(844)	(232)	6.145
Equipamentos de campo e auxiliar	1.350	27.235	(6)	(2.014)	26.565
Veículos	7.585	51.038	(185)	(7.660)	50.778
Aterros - Provisão p/ desmobilização	4.865	105	(874)	(410)	3.686
Outras imobilizações	9.480	2.533	(236)	(330)	11.447
	27.817	86.860	(2.145)	(10.646)	101.886

11 - Fornecedores: a) Circulante

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais **(i)**	25.968	17.863
	25.968	**17.863**

b) Não Circulante

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais (i)	1.842	1.844
	1.842	**1.844**

(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizado nas operações da Companhia.

12 - Empréstimos e Financiamentos: a) Circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	15	566
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	CDI	2.225	2.030
Caterpillar Financial S.A.	CDC	CDI	2.245	1.771
Banco Volkswagen S.A.	CDC	CDI	7.323	5.813
Banco Daycoval S.A.	CDC	CDI	5.361	53
Banco do Nordeste S.A.	CDC	CDI	12.657	-
Banco Santander S.A.	Finame	TJLP	140	316
Banco Jonh Deere S.A.	CDC	CDI	581	557
Banco Quatá	Nota Comercial	CDI	6.009	-
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	2.975	-
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	4.806	-
Total			**44.337**	**11.106**

b) Não Circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	-	15
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	CDI	7.715	9.587
Caterpillar Financial S.A.	CDC	CDI	10.799	13.226
Banco Volkswagen S.A.	CDC	CDI	24.881	31.835
Banco Daycoval S.A.	CDC	CDI	15.041	76
Banco do Nordeste S.A.	CDC	CDI	14.846	-
Banco Santander S.A.	Finame	TJLP	-	213
Banco Jonh Deere S.A.	CDC	CDI	2.407	1.764
Banco Quata	Nota Comercial	CDI	9.000	-
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	5.130	-
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	7.200	-
Total			**97.019**	**56.716**

c) Financiamento por vencimento

	31.12.2023	Curto Prazo	31.12.2022 (Reapresentado)
Curto Prazo			
2024	**44.337**	2023	**11.106**
Longo Prazo		**Longo Prazo**	
2025	42.323	2024	13.295
2026	38.018	2025	14.501
2027	13.706	2026	16.493
2028	2.972	2027	12.427
Total	**97.019**	**Total**	**56.716**

d) Movimentação

Saldo em 31/12/2021	**6.464**
Captações	64.222
Juros	5.232
Pagamento de principal	(2.864)
Pagamento de juros	(5.232)
Saldo em 31/12/2022	**67.822**
Captações	87.645
Juros	17.125
Pagamento de principal	(14.111)
Pagamento de juros	(17.125)
Saldo em 31/12/2023	**141.356**

Covenants: Os contratos de financiamento não possuem *covenants*. **Garantias:** As garantias dos contratos de financiamento são os próprios bens financiados.

13 - Obrigações Tributárias

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Obrigações fiscais sobre o faturamento (i)	3.022	3.932
Obrigações fiscais retidas na fonte	1.054	877
	4.076	**4.809**

(i) Referem-se ao ISS, PIS e COFINS sobre a receita bruta.

14 - Salários e Obrigações Sociais

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Salários a pagar	8.728	7.636
Encargos sociais a pagar	6.453	5.635
Provisão de férias e encargos	19.966	17.895
	35.147	**31.166**

15 - Tributos Diferidos

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	12.552	12.382
Programa de Integração Social - PIS (i)	2.724	2.687
Impostos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) (ii)	9.198	9.160
	24.474	**24.229**

(i) Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá a partir do exercício de 2024. (ii) Passivos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) está relacionado aos lucros não realizados e são decorrentes de valores a receber oriundo dos contratos com órgãos públicos, com base na legislação fiscal vigente, e a expectativa de realização é a partir do exercício de 2024.

16 - Provisão para Riscos Judiciais: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os assessores jurídicos da Companhia atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia, considerados como perdas prováveis, conforme demonstrado abaixo:

Contingências	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Trabalhistas **(i)**	9.618	18.172
Cíveis **(ii)**	2.389	19.165
	12.007	**37.337**

(i) A Companhia está envolvida em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos. (ii) A Companhia está envolvida em ações indenizatórias, ajuizadas por terceiros e órgãos fiscalizadores, envolvendo pedidos de danos materiais e morais.

Movimentação

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Saldo inicial	37.337	19.513
Provisão	-	17.824
(-) Reversão	(25.330)	-
Saldo final	**12.007**	**37.337**

Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada.
Os depósitos judiciais são compostos por:

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Trabalhistas	5.852	5.143
Cíveis	46.497	45.000
Fiscais	100	101
	52.449	**50.244**

Em 31 de dezembro de 2023 existem R$ 13.050 em processos cujo prognóstico de perda foi classificado como possível pelos assessores jurídicos da Companhia, não sendo necessário o registro de provisão.

17 - Provisão para Desmobilização de Aterros: A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a Lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, a Companhia registra como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.
A Companhia constituiu, com base nas informações recebidas de seus engenheiros e na experiência anterior, provisão para desmobilização e fechamento de aterros *(Asset Retirement Obligation – ARO)* com base na NBR nº 13.896/1997. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo total da provisão constituída foi de R$ 3.764 (R$ 5.429 em 2022).

18 - Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 196.203 e está representado por 11.027.060 (onze milhões, vinte e sete mil e sessenta) ações todas nominativas, sem valor nominal, sendo 6.729.518 (seis milhões, setecentos e vinte e nove mil quinhentos e dezoito) ações ordinárias e 4.297.542 (quatro milhões, duzentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e duas) ações preferenciais. O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Totais	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Ações	Participação
Queiroz Galvão S/A	3.380.338	50,23%	-	-	3.380.338	30,65%
Gama FIP	3.349.180	49,77%	4.297.542	100,00%	7.646.722	69,35%
Total	6.729.518	100,00%	4.297.542	100,00%	11.027.060	100,00%

b) Reserva de capital: Em 22 de dezembro de 2015 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovando aumento do Capital Social no valor de R$ 69.634, mediante a emissão de 934.749 (novecentas e trinta e quatro mil, setecentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias e 596.942 (quinhentas e noventa e seis mil, novecentas e quarenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sendo que do preço das novas emissões, o montante de R$ 48.068 foi destinado à conta de capital social e, o saldo, no valor de R$ 21.566 foi destinado a reserva de capital, a título de ágio na subscrição das novas ações. **c) Reserva legal:** O Estatuto prevê no caput do Artigo 17 que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **d) Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê no §1º do Artigo 17 que os acionistas poderão deliberar a distribuição de dividendos inferior ao constante no *caput* do Artigo 17 ou a retenção de todo o lucro.

e) Resultado por ação

	Resultado do Exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação - em R$
31.12.2023	263.733	11.027.060	23,92
31.12.2022	141.844	11.027.060	12,87

f) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 3% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Resultado do exercício	263.092	141.884
(-) Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**263.092**	**141.884**
Dividendos mínimos obrigatórios	7.912	4.257
Dividendos adicionais propostos	42.088	79.743
Total de dividendos propostos	**50.000**	**84.000**

Os dividendos declarados por classe de ação foram:

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Dividendo por ação ordinária	30.514	51.263
Total	**30.514**	**51.263**
Dividendo por ação preferencial	19.486	32.737
Total	**19.486**	**32.737**

g) Reserva de retenção de lucros para investimentos: Em conformidade com artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO). A proposta de constituição de Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 469.969 em 31 de dezembro de 2023, visa fazer frente ao plano de investimento para os próximos 5 anos, substancialmente relacionada ao plano de construção de novas Unidades de Tratamento de Resíduos. O montante dos lucros retidos conforme proposta de orçamento de capital, será destinado para investimentos em obrigações contratuais das concessões, aquisição de ativos (Centrais de Tratamento de Resíduos) e renovação da frota, que tem como objetivo o aumento da capacidade de coleta e disposição final de resíduos sólidos e o aproveitamento energético através da geração de energia elétrica a partir do biogás gerado em algumas de suas CTR's (Centrais de Tratamento de Resíduos).

19 - Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Receita Bruta de Serviços	501.361	438.601
Receita de Locação	50.520	18.761
Total de Receita Bruta	**551.881**	**457.362**
(-) Impostos sobre faturamento	(72.540)	(62.066)
Total de Impostos s/ Faturamento	**(72.540)**	**(62.066)**
Receita Operacional Liquida	**479.341**	**395.296**

20 - Custos dos Serviços Prestados

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Insumos	(69.521)	(77.485)
Pessoal	(250.898)	(221.343)
Custos de construção (ICPC 01)	(1.100)	-
Locação	(47.565)	(24.628)
Serviços de terceiros	(21.035)	(14.949)
Equipamentos	(10.933)	(9.876)
Depreciação	(20.570)	(10.210)
Impostos e taxas	(5.457)	(4.424)
Outros	(7.581)	(10.922)
	(434.660)	**(373.837)**

21 - Despesas Administrativas

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Pessoal	(22.998)	(26.687)
Serviços de terceiros	(16.004)	(16.802)
Locação	(1.584)	(621)
Tributárias	(841)	(306)
Viagens	(1.020)	(768)
Indedutíveis	(418)	(542)
Gerais	(3.951)	(4.580)
	(46.816)	**(50.306)**

22 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Outras Receitas		
Ganho na alienação de ativo imobilizado	11.961	3.880
Ganho na alienação de ativo intangível (i)	8.237	3.423
Eventuais	1.617	1.182
Total	**21.815**	**8.485**
Outras Despesas		
(Provisão)/reversão para devedores duvidosos	-	(6.034)
Perda no recebimento de clientes	(5.005)	-
(Provisão)/reversão para contingências	25.330	(17.824)
Outras	(126)	-
Total	**20.199**	**(23.858)**
Outas Receitas (Despesas) Liquidas	**42.014**	**(15.373)**

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia realizou vendas de Créditos de Carbono através da Redução Certificada de Emissões (RCEs).

23 - Receitas e Despesas Financeiras

	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Receitas Financeiras		
Sobre aplicações financeiras	7.404	1.935
Juros	2.306	7.841
Total	**9.710**	**9.776**
Despesas Financeiras		
Bancária	(763)	(100)
Juros	(2.971)	(1.641)
Encargos s/ financiamentos	(17.125)	(5.120)
Total	**(20.859)**	**(6.861)**
Resultado Financeiro Líquido	**(11.149)**	**2.915**